

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

A CAMPANHA MILITAR TERRESTRE NO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964 - 1975).
ESTUDO DA APLICAÇÃO DA FORÇA
POR FUNÇÕES DE COMBATE

Coordenadores

Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Julho 2018

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

- 5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa
- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e *Sensemaking*
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar

- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves
- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa

Como citar esta publicação:

Saramago, J. e Borges, V. (Coords.), 2018. *A Campanha militar terrestre no teatro de operações de Moçambique (1964-1975). Estudo da aplicação da força por funções de combate*. Cadernos do IUM, 24. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor Chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Designer Gráfico

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/cadernos-do-iesm

Pré-Impressão e Distribuição

What Colour Is This?
Rua do Coudel 14, Lj. A
2725-274 Mem Martins
Tel.: (+351) 219 267 950
www.wcit.pt

ISBN: 978-989-54153-1-1
ISSN: 2183-2129
Depósito Legal: 442 937/18
Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, julho, 2018.

Nota do Editor:

Os textos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

| | |
|---|-----|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 1 |
| TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE | 7 |
| 1. Enquadramento Teórico | 11 |
| 2. Breve enquadramento histórico de Moçambique | 12 |
| 3. Teatro de Operações de Moçambique | 15 |
| 4. Forças Opositoras no Teatro de Operações de Moçambique | 29 |
| O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL | 39 |
| 1. Antecedentes histórico-militares | 42 |
| 2. Variáveis Operacionais mais relevantes no TO de Moçambique | 44 |
| 3. Análise Estratégico-Militar e Operacional | 54 |
| A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO | 67 |
| 1. As infraestruturas de produção na Metrópole e em Moçambique antes do início do conflito | 70 |
| 2. As infraestruturas logísticas de produção na Metrópole e no Teatro de Operações de Moçambique durante o conflito | 76 |
| 3. As Adaptações de Apoio Logístico no Teatro de Operações de Moçambique | 80 |
| O COMANDO MISSÃO | 93 |
| 1. Revisão da Literatura | 96 |
| 2. Compreender o problema | 101 |
| 3. Visualizar o Estado Final, a Natureza e a Conceção Operacional | 104 |
| 4. Descrição das Operações | 108 |
| 5. Dirigir o Processo Operacional | 111 |
| O MOVIMENTO E MANOBRA | 117 |
| 1. Enquadramento | 120 |
| 2. Caracterização das forças de manobra no Teatro de Operações | 121 |

| | |
|--|-----|
| 3. Análise do dispositivo | 124 |
| 4. Análise do Movimento e Manobra | 129 |
| 5. Operação “Nó Górdio” – Análise do Movimento e Manobra | 138 |
| AS INFORMAÇÕES | 149 |
| 1. Enquadramento Doutrinário | 152 |
| 2. Organização do Sistema de Informações no Teatro de Operações de Moçambique | 158 |
| 3. Meios de obtenção e Informações | 165 |
| 4. Importância do Sistema de Informações e Contra-Informações das Forças da FRELIMO no desenrolar das Operações ZETA e NÓ GÓRDIO das Forças Portuguesas. | 168 |
| OS FOGOS | 183 |
| 1. Evolução concetual e doutrinária do período em análise | 186 |
| 2. Dispositivo operacional envolvido | 192 |
| 3. O emprego dos Fogos nas operações em Moçambique | 198 |
| A PROTEÇÃO | 213 |
| 1. A ação militar e a evolução doutrinária e concetual no período em análise | 217 |
| 2. Forças envolvidas | 223 |
| 3. As tarefas de proteção | 228 |
| 4. Consequências da Proteção no desfecho da Campanha | 235 |
| O APOIO DE SERVIÇOS | 241 |
| 1. Apoio de Pessoal | 247 |
| 2. A Logística na condução da Campanha | 260 |
| A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS | 277 |
| 1. Enquadramento teórico | 280 |
| 2. A Ação Psicológica e as Operações Psicológicas | 282 |
| 3. Os Assuntos Cíveis e a CIMIC | 290 |

NOTA INTRODUTÓRIA

Jorge Manuel Barreiro Saramago

Coronel Tirocinado de Infantaria
Licenciado (pré-Bolonha) em Ciências Militares pela Academia Militar
Coordenador da Área de Ensino Científico Específico do Exército
Instituto Universitário Militar
saramago.jmb@ium.pt

Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Tenente-Coronel de Infantaria
Mestre em Ciências Militares – Segurança e Defesa
pelo Instituto de Estudos Superiores Militares
Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército
Instituto Universitário Militar
borges.vml@ium.pt

A presente publicação surge no âmbito das atividades desenvolvidas e competências adquiridas pelos alunos do Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e Serviços (CPOS A/S) do Exército, do ano letivo 2015/2016, na Unidade Curricular (UC) de Áreas Funcionais.

Um dos objetivos gerais desta UC é «conhecer e compreender métodos e técnicas de investigação e analisar, sintetizar conhecimentos sobre questões de uma determinada área de estudo com alguma complexidade, que sustentem a capacidade de reflexão original e/ou de investigação» e, para o atingir, os alunos elaboram um Trabalho de Investigação de Grupo (TIG).

Do antecedente, os temas dos trabalhos eram sobre assuntos diversos de interesse para o Exército e não eram realizados de forma a poderem ser integrados num único tema genérico que pudesse ser dividido em partes a agrupar numa publicação futura. No ano letivo de 2014/2015, essa prática foi interrompida e pretendeu-se explorar uma nova abordagem aos TIG realizados pelos alunos do CPOS A/S, da qual resultou a análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres, publicada nos Cadernos do IUM em maio de 2016.

Na sequência desta abordagem, surge este caderno que pretende apresentar os TIG realizados pelo CPOS A/S subordinado à análise da Campanha Militar

no Teatro de Operações de Moçambique. O modelo de análise adotado baseou-se no estudo da aplicação da força militar, por funções de combate.

De acordo com a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-01-00 *Tática das Operações de Combate*, a tática é a «ciência e a arte pela qual os comandantes organizam forças e conduzem ações no tempo, espaço e finalidade a fim de aplicarem o potencial de combate para derrotar um inimigo, controlar terreno e população ou apoiar forças amigas.» O potencial de combate resultada do «soma-tório de todas as capacidades que uma força militar aplica num dado momento» e é constituído por oito elementos (Figura 1): liderança, informação, movimento e manobra, informações, fogos, apoio de serviços, comando-missão e proteção. Os comandantes aplicam o potencial de combate através das funções de combate: movimento e manobra, comando-missão, informações, fogos, proteção e apoio de serviços. A liderança e a informação atuam como multiplicadores de todos os outros elementos (Exército Português, 2012, p. 2_23).

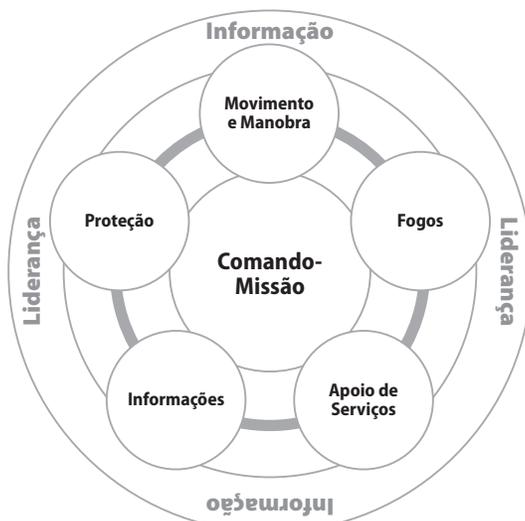


Figura 1 – Elementos do Potencial de Combate

Fonte: Adaptado de Exército Português (2012, p. 2_23).

As funções de combate são um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum, que são combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações. Neste contexto, o estudo da aplicação da força por funções de combate, numa determinada operação, ou até mesmo ao longo de uma campanha, representa um es-

tudo focado no raciocínio de aplicação do potencial de combate e não na utilização de forças.

A presente obra, “A campanha militar terrestre no teatro de operações de moçambique (1964-1975) - estudo da aplicação da força por funções de combate”, refletindo o estudo da Campanha Militar segundo a aplicação do potencial de combate, está organizada em dez secções.

A Secção I, “Caracterização do Ambiente Operacional de Moçambique entre 1961 -1974”, representa uma visão genérica do Teatro de Operações (TO) de Moçambique, enquadrando todo o restante estudo. Esta secção apresenta uma breve análise das operações executadas em Moçambique de 1964 a 1975, à luz da doutrina atual em uso no Exército Português, caracterizando o TO segundo os conceitos aplicados na metodologia do estudo do espaço de batalha pelas informações em operações de contrassubversão e operações de estabilização.

Na Secção II, “O enquadramento Estratégico-Militar e Operacional do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, aborda o TO do ponto vista histórico, analisando como foi evoluindo o conflito e como o contexto internacional foi moldando a abordagem de Portugal ao problema, enquadrando temporalmente o tema e percebendo os motivos pelos quais Portugal mergulhou numa guerra em Moçambique entre 1964 e 1975.

A Guerra em Moçambique, a par com os outros TO, acarretou grandes dificuldades e a necessidade do Exército se adaptar, aumentar a sua capacidade e se redimensionar. Assim, a secção III, “A adaptação do Exército a um conflito subversivo. o caso especial do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, analisa as alterações estruturais que ocorreram no Exército durante o período em estudo, procurando evidenciar a importância da análise das infraestruturas de produção do Exército, em particular as decorrentes do TO de Moçambique.

A função de combate Comando-Missão enfatiza o papel central do Comandante e proporciona o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo. A Secção IV, “O Comando-Missão na Campanha Militar no Teatro de Operações de moçambique (1964-1975)”, testa a validade do conceito no TO de Moçambique, constituindo como modelo de análise os conceitos doutrinários que definem o Comando-Missão, procurando enquadrá-los na sua configuração e desenvolvimento durante as Operações em Moçambique para o período em estudo.

Na secção V, “O Movimento e Manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)” analisa função de combate movimento e manobra que é composta pelas tarefas e sistemas que colocam forças numa posição de vantagem em relação ao inimigo. A função de combate movimento e manobra inclui como tarefas a projeção de forças, a manobra, os movimentos táticos,

o fogo direto, a ocupação de zonas de reunião, a mobilidade e contramobilidade e obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos. Esta secção aborda a associação entre as tarefas que fazem parte desta função de combate e as ações levadas conduzidas na campanha militar do TO de Moçambique entre 1964 e 1975.

A secção seguinte, a Secção VI, “As Informações na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, analisa a função de combate informações. Esta função agrupa o conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, do inimigo, do terreno e das considerações de âmbito civil. Inclui, na doutrina atual, a vigilância e o reconhecimento e é orientada pelas necessidades de informação de um Comandante. Nesta secção analisa-se a organização doutrinária da época com as atuais atividades e sistemas da Função de Combate Informações, a organização e fluxos do sistema de informações e os ajustamentos que foram sendo introduzidos com o decorrer da guerra, a articulação entre as informações estratégicas e táticas e o impacto do sistema de informações no desenrolar das operações.

Na secção VII, “Os Fogos na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, analisa-se a função de combate fogos que consiste nas tarefas e sistemas que garantem o emprego de fogos indiretos (terrestres, navais e aéreos) de uma forma coletiva e coordenada através do atual processo de *targeting*. Esta secção pretende compreender e avaliar a função de combate fogos no TO de Moçambique, concetualizar a doutrina e o emprego dos fogos, analisar os fogos no Dispositivo de Forças destacado para o TO, analisar as operações quanto à aplicação prática da doutrina e avaliar o impacto dos fogos no estado final da Campanha.

Na secção seguinte, a Secção VIII, “A Proteção na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, expõe-se o estudo sobre a função de combate proteção. A função de combate proteção engloba as tarefas e sistemas que preservam a força, ou seja, o seu potencial de combate. A proteção é assim uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças. Esta secção tem como objetivos: analisar a forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra; analisar a Proteção no Dispositivo de Forças destacado para o TO de Moçambique; analisar as operações mais importantes quanto aos meios, tempo, tipologia e desfecho no contexto da Proteção; e avaliar os impactos da Proteção no estado final da Campanha.

A função de combate Apoio de Serviços está analisada na Secção IX, “O Apoio de Serviços na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique

(1964-1975)”. Esta função de combate visa a manutenção do potencial de combate de uma força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão. Inclui a logística que se materializa na procura de abastecimentos, incluindo o seu armazenamento, acondicionamento e transporte, a manutenção e reparação do material, o apoio sanitário, a evacuação e tratamento de baixas, o apoio de pessoal que integram os recompletamentos e os serviços de moral e bem-estar necessários e o apoio financeiro. Pretende-se, analisar e descrever o Apoio de Pessoal na Campanha, nas suas diversas áreas de atividade e analisar e descrever a Logística de acordo com as diferentes funções ao nível tático na componente terrestre enquadradas na doutrina da época.

O Exército Português estava inicialmente preparado para atuar em conflitos segundo uma doutrina convencional e teve de ser realinhar para atuar em ambiente subversivo. A última secção, não aborda uma Função de Combate, mas dois instrumentos ao dispor dos comandantes militares, que se revestem de grande importância em ambientes desta natureza. A Secção X, “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, caracteriza os fundamentos, as ações e os resultados do que foi a Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis, traçando um paralelismo entre estes conceitos com os conceitos atuais de Operações Psicológicas e Cooperação Civil-Militar, analisando o seu emprego bem como as alterações que foram sendo introduzidas ao longo deste período até aos conceitos atuais.

Esta obra pretende ser um contributo para dar a conhecer o esforço de guerra que Portugal despendeu nos anos 60 e 70 do século XX, em especial no TO de Moçambique. Estas dez secções traduzem os relatórios da investigação desenvolvida pelos alunos do CPOS A/S do Exército, do ano letivo 2015/2016. Apesar de se basearem em análise documental e bibliográfica que já disponível, tem a originalidade de apresentar a informação através de outro filtro, o das funções de combate.

SECÇÃO I

TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE

CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1961 - 1974

Autores

CAP INF Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita

CAP CAV Alberto Joel Santos de Carvalho Pinto

CAP ART Luís Miguel Rebola Mataloto

CAP INF João Paulo Vilar do Souto

CAP INF João Carlos Gonçalves dos Reis

Orientador

TCOR INF António José Macedo Estrela Bastos

Após o final da II Guerra Mundial e o conseqüente rearranjo de poderes na ordem internacional, verificou-se a emergência progressiva de movimentos de autodeterminação antagônicos à ordem colonial previamente estabelecida, principalmente em África e na Ásia. Neste contexto, Portugal viu-se envolvido na “Guerra do Ultramar”, que se desenvolveu em paralelo com conflitos de características semelhantes que ocorreram em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Apesar da presença portuguesa em Moçambique remontar ao período dos descobrimentos, é apenas no século XX que se procura garantir uma presença efetiva em todo o território. Este território, caracterizado por fatores geográficos em que se destacam diversos rios de grande envergadura, que o atravessam longitudinalmente, uma costa extremamente extensa no oceano Índico e a existência de inúmeras etnias nativas, profundamente diversificadas entre si do ponto de vista cultural, colocou, no contexto de um conflito de características subversivas, enormes desafios ao Exército Português, não só em termos táticos, como também ao nível do controlo da população.

As primeiras ações armadas por parte de movimentos insurgentes só ocorreram em 1964, na antiga província de Cabo Delgado, três anos depois da eclosão do conflito nos territórios de Angola e da Guiné, e da perda dos territórios da Índia portuguesa.

Os movimentos que materializaram a ameaça, normalmente constituídos por um núcleo político e por um núcleo militar, eram apoiados por atores externos e procuravam garantir liberdade de ação para constituir santuários fora do território de Moçambique, nomeadamente na Tanzânia, Malawi, e nos antigos territórios da Rodésia do Norte e Rodésia do Sul.

Esta secção ambiciona apresentar uma breve análise das operações executadas em Moçambique de 1964 a 1975, à luz da doutrina atual em uso no Exército Português. Este trabalho limitou-se ao estudo do Teatro Operações de Moçambique no período entre 1964 e 1975, caracterizando-o segundo os conceitos aplicados na metodologia do estudo do espaço de batalha pelas informações em operações de contrassubversão e operações de estabilização.

Uma vez que o foco da contrassubversão é a população, o estudo do espaço de batalha basear-se-á nas variáveis operacionais: Política, Economia, Militar, Social, Infraestruturas, Informação, Ambiente Físico e Tempo (PMESII+PT).

Relativamente ao estudo da ameaça irregular, foram abordados os aspetos da dinâmica do movimento subversivo, nomeadamente os seus objetivos, motivações e meios.

Esta secção tem como objetivo a caracterização de elementos da geografia física, geografia humana e geopolíticos relevantes para a caracterização do conflito no território moçambicano em 1964 a 1975, bem como a caracterização dos diversos movimentos insurgentes e a sua evolução, em termos de base ideológica, apoios externos, linhas de comunicações, capacidade militar, *modus operandi* e a sua relação com a população.

O estudo desta temática incidirá na pesquisa de publicações doutrinárias do Exército, bem como de bibliografia publicada por historiadores do tema.

O instrumento metodológico que servirá de base para a análise crítica dos dados observados é o modelo de análise de variáveis operacionais em operações de estabilização, mais especificamente em operações de estabilização em que as forças militares portuguesas possam ser empenhadas em atividades de contrassubversão.

Este modelo é descrito no PDE 2-09-00 (Exército Português, 2010a) e nas Notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização (IESM, 2013), que visam servir de apoio conceptual para a descrição do teatro operacional.

A presente secção prendeu-se exclusivamente com o estudo do teatro de operações de Moçambique, com especial enfoque nas forças terrestres, não descrevendo exaustivamente os demais ramos das Forças Armadas (FFAA) ou Serviços de Informações e Segurança Nacionais. A recolha de dados foi orientada para o período de 1961 a 1974, apenas estudando o teatro de Moçambique e as unidades com responsabilidades de execução de operações no meio terrestre.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Vegécio¹ afirmou que a principal causa para a decadência das Legiões Romanas estava na perda do seu potencial de combate, que acontece sempre que a ambição pessoal prima sobre o mérito, dando origem a promoções devidas à influência e não à capacidade de trabalho do soldado (2006, p. 55).

A paz é a utopia dos Sábios, mas a guerra foi o passado dos Homens e irá moldar uma parte significativa do nosso futuro. O conflito humano é um objeto de estudo de natureza complexa, existindo várias aproximações teóricas que procuram sistematizar e prever o comportamento dos opositores em combate, com suporte na biologia, psicologia, antropologia ou sociologia², tentando compreender as motivações que geram o embate entre os opositores. No entanto, alguns autores preferem prosseguir o estudo da guerra com bases na análise sistematizada dos fatores operacionais considerados por participantes em conflitos, fundamentando que é plausível discernir um conjunto de princípios clássicos (Clausewitz, 2003, p. 37) que pautam e orientam a condução das operações militares com maior primazia da *praxis*³ (Bonaparte, 2003, p. 33) e formulando uma visão realista das relações internacionais em oposição à aproximação teórica dedutiva.

Os conflitos de autodeterminação e anticolonialistas do séc. XX decorreram sob forte influência da guerra fria. Este conflito ditou um maior intervencionismo dos blocos opositores sob a forma de assistência militar ou financeira (Lara, 2011, p. 99). No plano político, podemos observar o fenómeno de Subversão Política Predominantemente Internacional de natureza socialista (*Idem*, p. 53).

Um Estado é definido pela interceção do seu território, população e capacidade de projetar poder assertivamente sobre a sua área de soberania⁴. Perante uma agressão desintegradora de natureza subversiva cabe às forças de segurança e defesa reagirem com o desencadeamento de operações de natureza contra subversiva que cria uma dialética entre o Estado e os movimentos subversivos para o controlo e conquista do apoio popular (Kilcullen, 2010, p. 29).

O movimento subversivo irá procurar evoluir as fases do conflito iniciando na campanha da defesa ativa e defesa passiva, progressivamente até à passagem para à contraofensiva e culminando na guerra de aniquilamento (Tse-Tong, 2004,

¹ Vegécio, foi um escritor do Império Romano do século IV.

² Sendo o caso de Huntington na sua obra “*O Choque das Civilizações ou de Nayef Al-Rodhan*” com a sua teoria de análise de indicadores Meta-geopolíticos.

³ Atividade prática em oposição à teoria.

⁴ Não foi referida a necessária legitimidade internacional atribuída pelo reconhecimento da soberania do Estado.

p. 59). Taticamente, na execução das operações de luta, deverá criar e manter uma guerra prolongada (*Idem*, p. 157), que explora os erros do inimigo (*Ibidem*, p. 228), criar e manter bases de apoio (*Ibidem*, p. 132) e mantendo sempre contactos com a população que respeitem, ajudem e defendam o povo (Giap, 2005, p. 75).

Na prossecução dos seus objetivos estratégicos, os movimentos de libertação de natureza insurgente aplicam atos de violência e de subversão para incapacitar os órgãos executivos do estado (Mesquita, 2014, p. 343), criando o vazio de poder que permite a substituição do Estado, segregando a população da ação governativa e promovendo comportamentos na população local que culminem na destruição dos órgãos de governo locais. As operações de contrainsurgência procuram mitigar a dinâmica subversiva que os movimentos insurgentes criam para mobilizar a população (*Headquarters Department of the Army 3-24*, 2014, p. 1-19).

2. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique a população era na sua maioria descendente dos povos de origem Bantu (Figura 1), caracterizada não por uma raça, mas pela união de um conjunto de grupos pela sua cultura e por uma linguagem comum (Cipriano, 2010, p. 11).

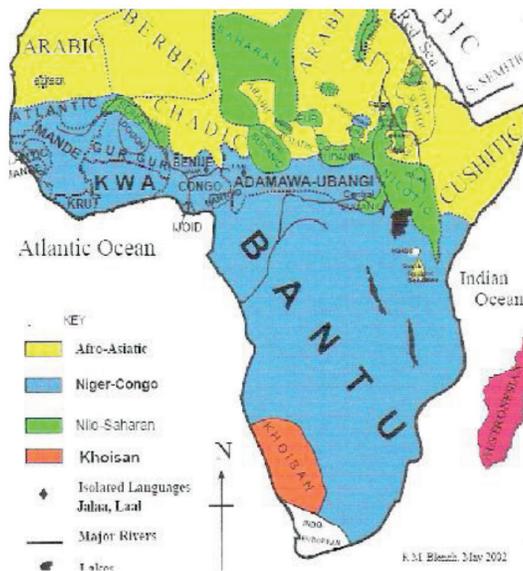


Figura 1 – Distribuição dos povos de etnia Bantu
Fonte: Almeida (2007).

A presença dos Portugueses em Moçambique remonta a 1489, quando o português Pêro da Covilhã, a mando do Rei D. João II numa missão de reconhecimento, terá passado por Sofala. Vasco da Gama, na sua primeira viagem à Índia, conquistou terra em Inhambane e em Quelimane, criando as condições necessárias para a continuação da sua viagem (CECA, 1989, p. 23)

O processo de colonização continuou durante largos anos, tendo Portugal assinado um acordo em 1752 com os Árabes de Omã, acordando a separação da região em duas zonas de influência, a norte do Cabo Delgado, a zona Árabe, e a sul a zona Portuguesa, que corresponde aproximadamente ao que viria a ser o território de Moçambique (CECA, 1989, p. 25).

O Continente Africano, sendo uma fonte de matérias-primas e mão-de-obra barata (pela escravatura) despertou, durante a revolução industrial, o interesse dos Países Europeus mais industrializados. Da corrida da Europa ao território Africano, resultou a Conferência de Berlim, que decorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, na qual Portugal participou, e que teve como objetivo a regulação de assuntos coloniais em África. Como resultado desta conferência, tornou-se claro que Portugal foi o principal prejudicado, porque deixou de se ter em consideração o direito histórico tradicional, uma vez que apenas a ocupação territorial seria considerada como posse efetiva de um território, e que dada a escassez de recursos seria difícil a Portugal proceder a uma ocupação efetiva (Ribeiro et al., 2004, pp. 3-5).

Os contornos atuais de Moçambique ficaram definidos num tratado assinado com a Inglaterra em 1891. Este tratado decorreu do ultimato que a Inglaterra impôs à Portugal, a 11 de janeiro de 1890, uma vez que a pretensão de Portugal ligar a Angola a Moçambique iria contra o seu plano de ligar o Cabo ao Cairo (CECA, 1988, pp. 36-38). Após a ratificação desse tratado, Portugal empenhou-se na pacificação e na defesa das suas terras do interior, deparando-se com vários conflitos internos entre as várias tribos e com atos de insubordinação à autoridade Portuguesa (Ribeiro et al., 2004, pp. 6-11).

Durante o período da I Grande Guerra, Moçambique serviu de palco a várias operações militares, com os alemães a invadirem Moçambique de uma forma opressiva, que culminou com uma declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916, por Portugal ter intervindo ao lado dos Aliados. O conflito com a Alemanha terminou com o Armistício, a 11 de novembro de 1918, colocando fim as hostilidades. Já a II Grande Guerra, em comparação com a I Grande Guerra, não trouxe muitas alterações ao Continente Africano, e as operações pouco afetaram a África subsariana. Contudo, este conflito acordou os Movimentos Nacionalistas, tendo-se retomado a organização de congressos

Pan-Africanos, onde procuravam “a completa e absoluta independência para os povos Africanos” (Ribeiro et al., 2004, pp. 11-17), culminando com a independência de diversos Países Africanos.

A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, a 18 de abril de 1955 e promovida por Países Asiáticos, foi a grande alavanca para a sucessão de independências, dada a ajuda política que forneceu a diversos Países Africanos. Dessa Conferência, afirma-se “a adesão plena e inteira dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e mencionava o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda dependentes a alcançar a sua soberania” (CECA, 1988, p. 48)

Após a Conferência de Bandung, a União Soviética manifesta apoio aos movimentos de independentistas, procurando a emancipação dos territórios Africanos. Também a Organização das Nações Unidas (ONU) intervém, interrogando os Estados membros sobre a situação dos territórios Africanos que tinham sob o seu controlo administrativo. Em 1960, as exigências da ONU subiram de tom e “evoluírem no sentido de não aceitar qualquer arquitetura jurídica ou política que ocultasse o que, para ela, era a situação colonial dos nossos territórios” (CECA, 1988, p. 54). Foi exigido a Portugal que cumprisse o Artigo 73º da Carta das Nações Unidas, no que respeita a constituição de um governo próprio para os territórios sobre a sua responsabilidade e não autónomos, culminando, no final desse mesmo ano, com a ONU a deixar “de reconhecer as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal e impunha que este concedesse a autodeterminação a todos os territórios” (Ribeiro, et al., 2004, p. 22).

Após a tomada de posição por parte da ONU em relação às Províncias Ultramarinas, deu-se o início do conflito armado em Angola, a 4 de fevereiro de 1961, com ações de luta armada por parte de um dos movimentos de autodeterminação, criados e apoiados fora do território. Com o início do conflito em Angola, Portugal viu os EUA a apoiar a emancipação dos povos Africanos, ficando assim com duas grandes potências (EUA e URSS) contra os seus interesses ultramarinos (CECA, 1988, p. 55). Portugal vê também as populações a serem instigadas contra a sua presença, com os movimentos independentistas a receberem apoio internacional, quer em armamento quer em preparação militar.

3. TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1964 E 1975

Para análise deste Teatro, e como foi referido no início, foi utilizada a estrutura metodológica PMESII + PT, definida pelas notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização (IESM, 2013), que permite enquadrar o desenvolvimento das variáveis operacionais segundo as dimensões de análise Política, Militar, Económica, Social, Infraestruturas, Informacional e Ambiente Físico. O fator tempo não foi considerado na revisão histórica apresentada neste documento.

3.1. Política

A província de Moçambique tinha como Órgãos de Governos próprios o Governador-Geral, o Conselho Legislativo e o Conselho Económico Social. O Governador-Geral era o representante do Governo de Portugal e a maior autoridade na Província, sendo assistido por um Secretário-geral e por Secretários Provinciais que tinham a seu cargo a gerência de diversos serviços, que se constituíam como uma Secretaria Provincial. O Conselho Legislativo emitia diplomas legislativos sobre todos os assuntos exclusivos da Província e quando solicitados pelo Governador-Geral ou mesmo o Ministro do Ultramar, emitia pareceres sobre os respetivos assuntos. O Conselho Económico e Social tinha funções consultivas e de assistência ao Governador-Geral. Funcionava ainda, o Conselho do Governo, com funções consultivas para com o Governador-Geral e ainda o Tribunal Administrativo com jurisdição em toda a Província (CECA, 1989, p.41).

O território de Moçambique dividia-se administrativamente em dez Distritos: Niassa, Cabo Delgado, Tete, Moçambique, Zambézia, Beira, Vila Perry, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques. Os Distritos eram divididos em Concelhos, que por sua vez se dividiam em Freguesias ou postos administrativos quando não se pudessem criar freguesias (CECA, 1989, p.43).

Segundo Afonso e Gomes (2000), pode-se considerar que os primeiros movimentos independentistas de Moçambique, criados em 1960, são a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) fundada na Tanzânia, a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundada no Malawi e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundada no Bulawayo. Estes movimentos fundiram-se em 25 de junho de 1962, criando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que começou a sua atividade armada em setembro de 1964.

3.2. Militar

A 01 de fevereiro de 1963, a Região Militar de Moçambique, possuía um quartel-general situado em Lourenço Marques (atual Maputo) e estava dividido em três comandos territoriais (Figura 2). Por sua vez, cada comando territorial dividia-se em sectores de batalhão (Exército Português, 2010b) correspondendo, em regra, a um distrito e dispondo de várias unidades tipo companhia (CECA, 1989).

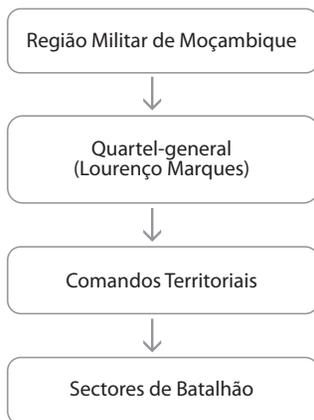


Figura 2 – Ilustração da organização militar territorial em Moçambique

Fonte: Adaptado de CECA (1989).

De modo a que o leitor possa ter uma percepção da dimensão do dispositivo operacional referido a 01 de abril de 1974, Portugal dispunha de 31 comandos de batalhão e de 128 companhias tipo caçadores, o que representa bem o esforço crescente de guerra de Portugal nesta província ultramarina (EME, 1988a; CECA, 1989); não contabilizando as unidades especiais (ex. um batalhão de comandos, 81 grupos especiais, 12 grupos especiais de paraquedistas, etc.).

O Quadro 1 ilustra, detalhadamente, a evolução das unidades e subunidades de combate ao longo do período da guerra de África (Moçambique). Verificamos que, tendencialmente, existe uma evolução quantitativa das unidades apresentadas, com destaque para as companhias tipo caçadores que evoluíram de 46 Unidades, a 01 de fevereiro de 1963, para 128 Unidades, a 01 de abril de 1974.

**Quadro 1 – Unidades e subunidades de combate
a apoio de combate em Moçambique**

| Unidades e subunidades | Datas | | | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 01 Fev 1963 | 01 Mai 1964 | 01 Out 1964 | 01 Jul 1965 | 01 Mai 1967 | 01 Mai 1968 | 01 Dez 1968 | 06 Jul 1970 | 02 Jul 1973 | 01 Abr 1974 |
| Comandos de Agrupamento | 1 | 2 | 2 | 3 | 5 | 6 | 6 | 6 | 9 | 12 |
| Comando de Agrupamento de Engenharia | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Comandos de Batalhão tipo caçadores | 11 | 12 | 12 | 13 | 23 | 28 | 28 | 28 | 30 | 31 |
| Comando de Grupo de Artilharia de Campanha | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Comando de Batalhão de Comandos | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Comando de Batalhão de Engenharia | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Comando de Batalhão de Transmissões | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Companhias tipo caçadores | 46 | 47 | 48 | 51 | 96 | 105 | 105 | 105 | 116 | 128 |
| Esquadrões de Reconhecimento | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Companhias de Comandos | - | - | - | - | 3 | 3 | 4 | 5 | 8 | 8 |
| Companhia de Morteiros | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Batarias de Artilharia de Campanha | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 7 | 3 | 4 |
| Companhias de Polícia Militar | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 5 | 5 |
| Companhias de Engenharia | 4 | 4 | 5 | 6 | 6 | 6 | 8 | 8 | 9 | 7 |
| Companhia de Transmissões | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Grupo de Comandos | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - |
| Pelotões de Reconhecimento | - | - | - | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | - | - |
| Pelotões de Canhões sem Recúo | - | - | - | - | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Pelotões de Artilharia Antiaérea | - | - | - | - | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Pelotões de Polícia Militar | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Grupos Especiais | - | - | - | - | - | - | - | - | 40 | 83 |

| Unidades e subunidades | Datas | | | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 01 Fev 1963 | 01 Mai 1964 | 01 Out 1964 | 01 Jul 1965 | 01 Mai 1967 | 01 Mai 1968 | 01 Dez 1968 | 06 Jul 1970 | 02 Jul 1973 | 01 Abr 1974 |
| Grupos Especiais Paraquedistas | - | - | - | - | - | - | - | 10 | 10 | 12 |
| Destacamentos de Engenharia | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 2 | 2 |

Fonte: CECA (1989).

Estas companhias surgiram na sequência da diretiva do Estado-Maior do Exército de 12 de outubro de 1959 para a defesa do Ultramar, face à já previsível eclosão de ações de guerra subversiva (Afonso e Gomes, 2000) e diferenciavam-se das Unidades de caçadores tradicionais, na medida em que eram treinadas com a principal finalidade de enfrentar situações específicas que se previam vir a ocorrer no Ultramar (ex. contrassubversão, contraguerrilha). Numa fase subsequente, generalizou-se a instrução de caçadores especiais a todas as Unidades de combate do Exército.

Ainda assim, quando comparados com os batalhões de infantaria, os batalhões de caçadores (BCaç) apresentavam-se mais aligeirados organicamente, em matéria de armamento e efetivos, que os batalhões de infantaria (Afonso e Gomes, 2000). Importa também referir que as Unidades de Caçadores atuaram como unidades de quadrícula, ou seja, tinham atribuída(s) área(s) de responsabilidade (Exército Português, 2010b). Esta organização e articulação deveu-se essencialmente à necessidade do Exército em se adaptar às características da guerra de guerrilha, que se desenvolvia em superfície, com adversários dispersos no seio da população.

A presença destas Unidades de quadrícula pretendia, acima de tudo, uma maior proximidade com a população autóctone, de modo a conquistar os corações e as mentes da população (ME, 1963), designação que teve origem na guerra do Vietnam (Anderson e Ernst, 2007) e adaptada por Portugal. Esta abordagem tinha como objetivo, não só garantir a segurança da população local, mas também cortar o apoio aos movimentos subversivos, recolher informação e recrutar jovens Moçambicanos a integrar nas FFAA (Garcia, 2003).

Analogamente, apenas os Grupos Especiais (GE) tiveram um crescimento tão exponencial e maior expressão em 1973 e 1974 (Quadro 2). A criação destes GE teve como objetivo a incorporação de africanos no esforço de guerra de Portugal em Moçambique (Coelho, 2002) e a diminuição de efetivos da metrópole a serem projetados para esse TO (Quadro 3).

Quadro 2 – Militares Nativos das Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África

| Data | Angola | Moçambique | Guiné | Total |
|------|---------------|----------------------|--------------|---------------|
| 1961 | 5,000 (14.9) | 3,000 (26.8) | 1,000 (21.1) | 9,000 (18.2) |
| 1962 | 11,165 /24.9 | 3,000 (25.3) | 1,000 (19.7) | 15,165 (24.5) |
| 1963 | 12,870 (27.2) | 5,003 (35.1) | 1,314 (13.6) | 19,187 (26.9) |
| 1964 | 15,075 (28.7) | 7,917 (43.9) | 2,321 (15.3) | 25,313 (29.5) |
| 1965 | 15,448 (27.1) | 9,701 (42.4) | 2,612 (15.1) | 27,761 (28.5) |
| 1966 | 17,297 (31.0) | 11,038 (36.1) | 1,933 (9.3) | 30,268 (28.2) |
| 1967 | 14,369 (25.0) | 11,557 (33.3) | 3,229 (14.9) | 29,155 (25.6) |
| 1968 | 20,683 (35.5) | 13,898 (38.0) | 3,280 (14.4) | 37,861 (32.7) |
| 1969 | 18,663 (33.6) | 15,810 (40.4) | 3,715 (14.4) | 38,188 (31.4) |
| 1970 | 19,059 (34.5) | 16,079 (41.5) | 4,268 (16.0) | 39,406 (32.6) |
| 1971 | 25,933 (41.8) | 22,710 (51.0) | 5,808 (19.9) | 54,451 (40.1) |
| 1972 | 25,461 (42.2) | 24,066 (51.5) | 5,921 (19.8) | 55,448 (40.5) |
| 1973 | 27,819 (44.4) | 27,572 (53.6) | 6,425 (20.1) | 61,816 (41.4) |

Fonte: EME (1988b).

Quadro 3 – Militares Portugueses das Forças Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África

| Data | Angola | Moçambique | Guiné | Total |
|------|--------|---------------|--------|--------|
| 1961 | 28,477 | 8,209 | 3,736 | 40,422 |
| 1962 | 33,760 | 8,852 | 4,070 | 46,682 |
| 1963 | 34,530 | 9,243 | 8,336 | 52,109 |
| 1964 | 37,418 | 10,132 | 12,874 | 60,424 |
| 1965 | 41,625 | 13,155 | 14,640 | 69,420 |
| 1966 | 38,519 | 19,550 | 18,868 | 76,937 |
| 1967 | 43,051 | 23,164 | 18,421 | 84,636 |
| 1968 | 37,547 | 22,717 | 19,559 | 78,823 |
| 1969 | 36,911 | 23,286 | 22,866 | 83,063 |
| 1970 | 36,174 | 22,633 | 22,487 | 81,294 |
| 1971 | 36,127 | 21,795 | 23,402 | 81,324 |
| 1972 | 34,676 | 22,657 | 24,036 | 81,369 |
| 1973 | 37,773 | 23,891 | 25,610 | 87,274 |

Fonte: EME (1988a).

No âmbito das informações militares a arquitetura estava baseada na organização militar do território, sendo o escalão mais baixo de recolha e análise o batalhão em quadrícula (CECA, 1988, p. 364), utilizando as companhias como órgãos de pesquisa, seguido do setor, comando da região militar e comando-chefe. A disseminação das informações era feita utilizando os relatórios de informações existentes: relatórios imediatos, sumários de informações, relatórios de situações, relatórios periódicos de informações e relatórios suplementares de informações. Estes relatórios eram partilhados com os serviços de informações civis e complementados com os relatórios especiais provenientes dos mesmos. No final do conflito, e em virtude da reorganização e reestruturação operada em 1969 da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, dando origem à criação da Direção-Geral de Segurança (DGS) que tinha como missão “a recolha e pesquisa, centralização, coordenação e estudo das informações úteis à segurança”, as informações estavam organizadas num Serviço de Informações Militares, coordenado pela 2.^a Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional, um Serviço de Informações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um Serviço de Informações do Ministério do Ultramar, a DGS, os serviços da Guarda Fiscal e os serviços próprios da GNR e PSP (CECA, 1988, p.369).

Em suma, retiramos três breves conclusões: (i) o dispositivo militar nacional e local cresceu exponencialmente ao longo do esforço de guerra (1961-1974); (ii) a utilização de forças especiais teve uma expressão significativa na luta contra os movimentos subversivos e; (iii) no que concerne à aproximação das FFAA portuguesas à população local, a utilização de tropa de quadrícula provou ter um sucesso relativo para aproximar e conquistar os corações e as mentes do povo Moçambicano.

3.3. Económica

Portugal sempre reconheceu a importância estratégica de Moçambique, em parte porque, Moçambique detém uma grande influência para o oceano Índico. É através dos seus portos, em sinergia com as infraestruturas terrestres (ex. caminhos de ferro), que o *hinterland* (CECA, 1989) era servido. Esta sinergia sempre potenciou a atividade económica com os países limítrofes. Infere-se, portanto, que os serviços de transporte, ao conectarem a costa e os países vizinhos assumiam uma importância estratégica na atividade económica do país (CECA, 1989; Griffiths, 1993; Lamy-Giner, 2009).

Durante a guerra de África (1961-1974) a indústria desenvolveu-se, essencialmente no que concerne ao setor primário (CECA, 1989), porque, a natureza dos solos e subsolos, em conjugação com o clima, favoreceram e capacitaram o terri-

tório com uma ampla gama de produtos agrícolas e minérios que lhe permitiram satisfazer as solicitações do mercado internacional, favorecendo as exportações (CECA, 1989). Adicionalmente, tratando-se de um território em vias de desenvolvimento, a sua indústria não estava capaz de satisfazer as necessidades internas, tendo que recorrer às importações e, de acordo com a CECA (1989), este valor superava as exportações entre 1956 a 1969, sendo a balança comercial tendencialmente negativa. Todavia, a dicotomia entre as importações e o saldo positivo no turismo (serviços), transportes e transferências privadas mitigavam o saldo negativo da balança comercial (CECA, 1989).

Contrariamente à perspetiva do Exército Português à data, que emanou uma série de volumes históricos (pós-guerra), também conhecidos por Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, o Departamento de Estado Norte Americano publica um volume com uma visão diferente.

Desta forma, o *Bureau of Public Affairs* destaca que durante a era colonial, nenhuma infraestrutura foi construída para a prestação de serviços de saúde e educação, a economia foi orientada para a prestação de serviços à população europeia e a industrialização abrandou (BPA, 1985). Acrescentando a este facto, muitos europeus fugiram quando a independência foi declarada, e o país teve que enfrentar os seus problemas económicos com uma força de trabalho pouco qualificada o que arrastou a recessão durante um largo período de tempo, tendência que tem vindo a mudar no pós-independência (Mittelman, 1979).

Embora possamos encontrar diferentes perspetivas, no que concerne à situação económica de Moçambique, existem visões unânimes na medida em que Moçambique detém uma riqueza considerável ao nível dos seus recursos naturais. Estes recursos naturais centram-se, sobretudo, na atividade agrícola e pesqueira (Embaixada de Moçambique, 2012; Governo de Moçambique, 2015). Após a independência, Moçambique iniciou um programa para promover a sua atividade industrial com base nos recursos naturais, de modo a favorecer as trocas comerciais com o exterior, fomentar o emprego e o rendimento disponível.

Os dados recolhidos demonstram que não existe consenso nos vários autores observados devendo esta dimensão ser alvo de pesquisa mais detalhada.

3.4. Social

Moçambique, no início do conflito, apresentava uma esperança média de vida de 46,4 anos que, sendo uma das maiores do Continente Africano, demonstrava a baixa qualidade de vida em comparação com a grande maioria dos Países Europeus.

A sua população era muito jovem, com cerca de 64% da população a ter menos de 29 anos, sendo que, quase 98% da população era de cor negra e 0.5% mista (Ribeiro et al., 2004, pp. 96-97).

A população de Moçambique, de acordo com o censo de 1960, era estimada em seis milhões e 518 mil habitantes, e que desse número de habitantes somente cerca de 153 000 não eram nativos. Em 1970, de acordo com o censo, a população aumentou para 8 233 034 habitantes, representando assim um acréscimo de 1 740 000 habitantes em relação ao censo de 1960 (Cipriano, 2010, p.6).

Os distritos com maior número de habitantes eram os de Zambézia (1 747 900 hab e com 17 hab/km²) e Moçambique (1 716 500 hab e com 22 hab/km²), que em conjunto atingem quase metade da população de Moçambique. No oposto os distritos com menos população eram os de Tete (488 700 hab e com cinco hab/km²), Cabo Delgado (346 100 hab) e Niassa (285 300 hab e com dois hab/km²) (Quadro 4). De referir que, o distrito de Lourenço Marques era o mais densamente povoado (34 hab/km²) e que era na faixa costeira que se apresentavam as maiores densidades populacionais. A maioria da comunidade estrangeira concentrava-se no distrito de Lourenço Marques, com aproximadamente 50% do seu total (CECA, 1989, p.27).

Quadro 4 – Distribuição da População de Moçambique

| DISTRITOS | CAPITAIS | POPULAÇÃO | |
|------------|------------------|--------------|----------|
| | | Sede -Cidade | Concelho |
| L.MARQUES | Lourenço Marques | 101.754 | 378.348 |
| GAZA | João Belo | 5.234 | 756.654 |
| INHAMBANE | Inhambane | 4.975 | 748.575 |
| BEIRA | Beira | 46.293 | 130.398 |
| VILA PERY | Vila Pery | 4.507 | 113.510 |
| TETE | Tete | 4.549 | 488.668 |
| ZAMBÉZIA | Quelimane | 10.522 | 183.609 |
| MOÇAMBIQUE | Nampula | 23.072 | 124.156 |
| C.DELGADO | Porto Amélia | 3.639 | 76.947 |
| NIASSA | Vila Cabral | 3.011 | 57.746 |

Fonte: CECA (1989).

Moçambique vivia em contexto tribal e apresentava uma grande diversidade étnica, do qual se destacam dez grandes grupos, que por sua vez se dividem em subgrupos (Figura 3):

- Os Marave, na região de Tete e de Milange -Tacuane e uma faixa da margem leste do lago Niassa, do distrito de Niassa, (com dois subgrupos e 13 tribos);

- Os Macua-Lomué, na região entre os rios Lugenda e a Linha Morrumbala - Quelimane (com dois subgrupos e 17 tribos);
- Os Suahili, ao longo da faixa litoral, aproximadamente desde o Rovuma até António Enes;
- Os Ajáua a norte do rio Lugenda;
- Os Chona, nas regiões de Manica e Sofala (com um subgrupo e 15 tribos);
- Os Maconde, a norte do rio Massalo e a leste de Ngomono (com cinco tribos);
- Os Tonga, a sul do rio Save (com 11 tribos);
- Os Angune, etnia com pequenos núcleos dispersos pelo distrito de Lourenço Marques, zona de João Belo, distritos de Niassa, Tete, e Cabo Delgado (com oito tribos);
- Os Povos do Baixo do Zambeze, nas margens do rio Zambeze em toda a extensão, no interior do território de Moçambique (com 12 tribos).
- Os Chope, na região de Inhambane (com três tribos).

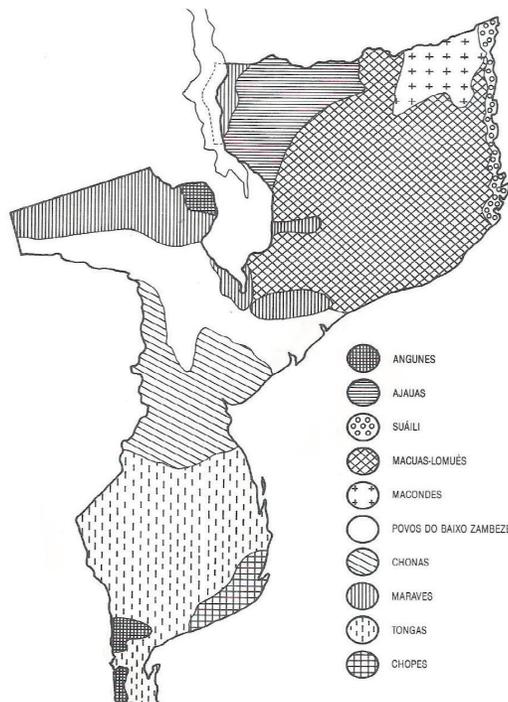


Figura 3 - Distribuição Geográfica da População de Moçambique

Fonte: CECA (1989).

Muitas destas etnias estavam separadas pelas fronteiras com outros Países, como a Tanzânia (os Maconde, os Ajáua, os Macua e os Suáílis), o Malawi (os Ajáua), a Zâmbia (os Marave), o Zimbabwe (os Chonas), com a África do Sul e a Suazilândia (Os Tongas e os Angune) (Ribeiro et al., 2004, pp. 99-100).

Além da grande diversidade de grupos étnicos, Moçambique apresenta também, além do português, uma grande variedade de agrupamentos linguísticos, a considerar: o Macúia e o Shona (os maiores agrupamentos), o Suaíli, Maconde, Chuabo, Nianja, Senga, Tauara, Tsua, Thonga, Ronga, Chope, Tonga e o Suazi. De referir que os grandes grupos linguísticos se dividem em subgrupos e por sua vez em dialetos. Apesar de grande parte da população não falar português, esta representa a ligação de entendimento entre os diversos povos Moçambicanos (CECA, 1989, p.28).

As religiões mais representativas eram a Religião Tradicional Africana (31.9%), o Catolicismo (24.1%), Protestantismo (21.5%) e o Islamismo (19.7%). Sendo o Protestantismo mais predominante a sul, a Igreja Católica ao centro e o islamismo a norte, apenas a Igreja Católica apresenta uma organização em todo o território (Ribeiro et al., 2004, p.100-102).

Moçambique apresentava uma grande diversidade étnica e linguística, existindo etnias que se encontravam divididas por fronteiras com outros Países, facilitando assim o aparecimento de movimentos independentistas e permitindo que estes recebessem apoios internacionais políticos, militar como também em armamento. Estes fatores possibilitavam também que os movimentos independentistas tivessem as suas bases no exterior de Moçambique e operassem no seu interior.

3.5. Infraestruturas

Em 1964 a província ultramarina de Moçambique dispunha de infraestruturas desenvolvidas essencialmente para garantir o acesso ao mar dos produtos comerciais provenientes do interior do continente africano.

Segundo Coelho (1973) as rotas comerciais desenvolvidas resultavam de uma combinação dos três principais portos e de três corredores ferroviários, ligando Lourenço Marques à República da África do Sul, a Beira à Ródésia e Nacala ao Malawi.

Importa referir que o traçado dos caminhos-de-ferro foi condicionado pela orografia e hidrografia de Moçambique, desenvolvendo-se, de um modo geral, no sentido Este-Oeste para evitar os obstáculos naturais existentes (CECA, 2008, p. 43). Em 1965 a extensão dos caminhos de ferro era na ordem dos 3 513 km (Coelho, 1973, p. 160).

A ligação Sul-Norte era essencialmente explorada por via marítima aproveitando uma rede de portos de cabotagem (Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Ilha de Moçambique, Quelimane e Inhambane) entre os portos principais (CECA, 2008, p. 43).

As restantes vias de comunicação complementavam o acesso terrestre a todo o território, assentando numa rede estradal com uma extensão de 26 000 km, sendo que apenas 3 500 km eram asfaltados (CECA, 2008, p. 44).

No que concerne à utilização das vias aéreas, Moçambique estava servido de dois aeródromos internacionais, Lourenço Marques e Beira, conjugados com uma distribuição de aeródromos para aeronaves de pequenas dimensões nos centros populacionais mais significativos (Lumbo, Mueda, Marrupa, Nacala, Nampula, Nova Freixo, Quelimane, Tete, Vila Cabral e Vila Perry) (CECA, 2008, p.44).

Considerando as infraestruturas apresentadas pode-se afirmar que, à data de início do conflito, a projeção de uma força militar para Moçambique e a sustentação logística de operações militares não eram afetadas em virtude da conjugação dos portos de grandes dimensões e aeroportos/aeródromos com a estrutura ferroviária, bem como de uma rede estradal adequada à condução de operações militares.

3.6. Informacional

No que concerne à informação pública, no início do conflito, os meios de comunicação social existentes tinham fraca capacidade para influenciar as populações. A imprensa, essencialmente à base de jornais periódicos, que replicava a informação dos jornais da metrópole, concentrava a sua atividade nos centros populacionais e o grupo alvo da mesma resumia-se na sua maioria à população de origem europeia, em virtude do elevado nível de analfabetismo da população nativa. A rádio, por outro lado, chegava a todo o território sendo um meio mais fácil para veicular a informação e influenciar as populações (Torres, 2016, p. 12).

A utilização dos meios de comunicação social como meio para ação psicológica foi explorada de forma diferente pelos contendores.

A FRELIMO, em 1966, cria o Departamento de Informação e Propaganda, que tinha como tarefa principal mobilizar os guerrilheiros e todo o povo moçambicano para a luta independentista, fazendo uso dos meios de comunicação social disponíveis – imprensa e rádio (Nakatambo, 2009, p. 2). Importa referir que a FRELIMO produzia boletins informativos para influenciar os moçambicanos, como é exemplo o boletim informativo a Voz da Revolução, e a comunidade internacional, através do boletim informativo *Mozambique Revolution*, ambos produzidos na Tanzânia. No que diz respeito à utilização da rádio, foi difundida a partir da Tan-

zânia, a produção Voz Da Frelimo. O corolário comunicacional da Frelimo dá-se com a criação do histórico Jornal 25 de Setembro devido à importância que a data representa (Nakatempo, 2009, p. 5).

As forças portuguesas, por outro lado, fruto da experiência obtida no teatro de operações de Angola, dispunham no início do conflito de um plano para a campanha de ação psicológica assente em equipas militares e civis implantadas em todo o território, tendo sido criadas, em 1964, as Repartições e Seções de Ação Psicológica e difundida a Diretiva Inicial de Ação Psicológica (CECA, 1988, p. 387). A utilização dos meios de comunicação social foi residual durante todo o conflito sendo apenas expressa através da utilização da televisão para difundir as mensagens dos soldados portugueses por altura do Natal e Ano Novo (CECA, 1988, p. 390).

Face ao referido, importa realçar que a informação pública não teve grande impacto nas operações militares, considerando que a imprensa e rádio existentes no território não foram utilizadas pelos portugueses para influenciar a população (Afonso, A. e Gomes, C. M., 2016, p. 45) e que a utilização dos meios de comunicação social pela FRELIMO estava dependente de apoios externos levando à criação de órgãos específicos para veicular a sua mensagem, mas com dificuldades de penetração em todo o território.

3.7. Ambiente Físico

3.7.1. Enquadramento geográfico em 1964

Localizada no sudeste do Continente Africano, a então colónia ultramarina de Moçambique encontrava-se enquadrada a norte pela Tanzânia, Malawi e Zâmbia, a oeste pela Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e República da África do Sul, a sul pela Suazilândia e República da África do Sul e a este pelo Oceano Indico (Figura 4).



Figura 4 – Extrato do Mapa de Portugal Insular e Ultramarino
 Fonte: Editora Educação Nacional (s.d.).

No que respeita às dimensões de Moçambique, as mesmas permaneceram inalteradas até aos dias de hoje. Apresentando uma área total de 799 380 km², Moçambique apresenta a maior distância linear no sentido N-S com 1 965 km, desde a embocadura do Rio Rovuma até à Ponta do Ouro (CECA, 1989, p. 17).

3.7.2. Orografia (Relevo)

Em termos orográficos, Moçambique apresenta uma plataforma continental na qual é possível observar diferenças hipsométricas consideráveis que se traduzem em zonas montanhosas (13%), planaltos (43%) e planícies e vales (44%), caracterizada por declives que se atenuam de Oeste para Este até à faixa costeira (CECA, 1989, p.18).

As zonas montanhosas, com altitudes acima dos 1 000 metros, aparecem dispersas ao longo do território, em especial nas regiões de Manica, Gorongosa, Macanga, Angónia, Vila Junqueiro, Vila Cabral, Maniamba e Cóbue. Destacam-se como as elevações mais altas o Monte Binga, com 2 463 metros, na região de Cóbue e o Monte Namúli, com 2 419 metros, na região de Gurué (Penvenne, 2016).

Os planaltos existentes, predominantemente no centro e Norte, podem ser classificados em zonas de planalto médio, com altitudes entre os 200 e 600 metros, e altiplanaltos, com altitudes entre os 600 e os 1 000 metros. Os planaltos mais significativos são os planaltos dos Maconde, de Nampula, Cheringoma, Maringué, Machase e o sopé dos Limbombos. No que diz respeito aos altiplanaltos destacam-se, no Sul, o altiplanalto dos Grandes Limbobos e, no Norte, os altiplanaltos de Manica, Vila Gouveia, Mungari, Malema, Milange, Mandimba e Marrupa (CECA, 1989, p. 18).

As províncias do Sul, até ao Rio Save, são caracterizadas por planícies e vales em que as altitudes médias rondam os 200 metros, apresentando declives pouco pronunciados descendo de Oeste para Este em direção à costa (Penvenne, 2016).

3.7.3. Hidrografia

A hidrografia de Moçambique decorre do relevo já referido, sendo que na sua maioria os rios existentes correm de Oeste para Este, desaguardo no Oceano Índico. Outra característica importante é que, na generalidade, os rios existentes não são navegáveis, podendo apenas algumas embarcações de pequeno calado fazer parte da travessia (CECA, 1989, p. 18).

No Sul, a bacia hidrográfica é pouco pronunciada resultando de declives pouco acentuados, ao passo que, no Centro e Norte a existência de rios é bastante superior (INGC, 2009, p. 3).

Dos rios existentes, destacam-se, entre outros, o Rio Rovuma, que se constitui como parte da fronteira com a Tanzânia, o Rio Zambezi, que corre de Oeste para Este, no centro de Moçambique, e desagua na região de Chinde, e o Rio Maputo, que se constitui como parte da fronteira com a Suazilândia e a República da África do Sul (Penvenne, 2016).

Importa ainda referir que existem alguns lagos de dimensões consideráveis nomeadamente o Lago Niassa, que ocupa uma área total de 36 800 m², Chirua e Chiuta.

3.7.4. Flora e Fauna

A flora é dominada por estepes com gramíneas e árvores de pequeno porte, alternando com zona de floresta densa.

Relacionando o relevo com a flora pode-se observar que nas zonas de planícies e vales do Sul, onde a pluviosidade é escassa, predomina a estepe com plantas espinhosas e pequenas manchas de floresta xerófila. Nos planaltos do Norte a flora é caracterizada por florestas abertas, do tipo xerófilo, com savana e estepes, ao passo que, nos planaltos do Sul é composta por florestas pouco densas e árvores de

pequeno porte. As zonas montanhosas apresentam florestas higrófilas acima dos 2 000 metros (CECA, 1989, p. 19).

A Fauna é diversificada podendo ser observadas manadas de elefantes, búfalos, felinos, girafas, hipopótamos, rinocerontes, entre outros.

3.7.5. Natureza do solo

O solo é de um modo geral composto de formações graníticas no Noroeste e Oeste e no Sul e Este por solos de natureza sedimentar. No Norte os solos são mais férteis devido a uma maior incidência da pluviosidade, da existência de uma maior bacia hidrográfica e por serem constituídos por argila vermelha (CECA, 1989, p. 20).

3.7.6. Clima

O clima é afetado a Norte pela frente intertropical, característica da zona equatorial, e pela posição do anticiclone do Índico a Sul, provocando em regra chuvas fracas e céu limpo.

As estações são caracterizadas por uma estação pluviosa e quente – época das monções, de outubro a abril, e uma estação seca e de temperaturas amenas nos outros meses (Penvenne, 2016).

A época das monções tem mais influência no Nordeste do território, sendo que no Sul esta influência é menor em virtude da barreira marítima provocada pelas Ilhas de Madagáscar, Seychelles e Cômoros. O clima apresenta-se assim de um modo geral sazonal e tropical, excetuando-se as regiões de planalto a Noroeste e Oeste em que a altitude altera a humidade no ar e as temperaturas.

As temperaturas médias são na ordem dos 20° no Sul, enquanto a Norte esse indicador ronda os 30°. As temperaturas mais elevadas verificam-se na época das chuvas e as mais baixas entre junho e julho (Penvenne, 2016)

A conjugação do clima com a hidrografia provocou alguns desastres naturais, tendo sido registados no período de 1964 a 1975 três cheias que se fizeram sentir com maior impacto nas regiões centrais, seguidas das regiões Sul e Norte (INGC, 2009, p. 3).

4. FORÇAS Opositoras no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964 a 1975

Durante o período colonialista português em Moçambique, Portugal enfrentou vários grupos nacionalistas críticos da presença portuguesa, pese embora nunca tenham sido reconhecidos como tal pela “metrópole”. Mais tarde, vários destes

grupos, constituídos primariamente por uma minoria de cidadãos moçambicanos residentes em urbes e em países limítrofes (Ribeiro et al., 2004), originaram organizações como a FRELIMO e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), destacando-se estes dois sobretudo pelas suas ações subversivas e violentas.

Ao contrário da FRELIMO, cuja caracterização será detalhada nos parágrafos seguintes, o COREMO iniciou, em fins de 1965, a partir da sua base na Zâmbia, ações subversivas no Nordeste do distrito de Tete, ações que se prolongaram para 1966 e 1967, mas que praticamente desapareceram em 1968 (CECA, 2012, p. 228).

De todos os movimentos de emancipação de Moçambique, foi a FRELIMO que mais influenciou a evolução da situação político militar naquele território, culminando com a sua independência em 1975 (CECA, 2012, p. 234).

4.1. Origem

A FRELIMO foi criada em Dar es-Salaam, capital da vizinha Tanzânia, em 25 de junho de 1962, e resultou da fusão de três grupos étnico nacionalistas: a União Democrática Nacional de Moçambique (UNDENAMO), criada em 1960, na Rodésia do Sul, a *Mozambican African National Union* (MANU), que surgiu em 1961 na Tanzânia, e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI), constituída por um pequeno grupo de emigrados na Zâmbia.

Estes três grupos, muito distintos entre si, só foram unificados com o apoio da Tanzânia após a chegada a Dar es-Salam de quadros moçambicanos oriundos de Sul, o que permitiu formar uma direção política presidida por Eduardo Mondlane (Gomes, 2002, p. 35).

No I Congresso da FRELIMO, realizado entre 23 e 28 de setembro de 1962, ficou definida como principal tarefa o estabelecimento de uma plataforma de unidade de todos os moçambicanos na luta contra o colonialismo português até à independência nacional (Souto, 2007, p. 205). Embora tenham sido desenvolvidas ações no sentido de apelar ao diálogo com Portugal, a luta armada tornou-se necessária e até a única saída.

4.2. Organização

Segundo fontes da própria FRELIMO, em 25 de setembro de 1964 o movimento dispunha de apenas 250 homens armados, equipados (Afonso e Gomes, 2000, p. 168) e que teriam sido treinados na Argélia, Moscovo e Nanquim. Este número aumentou muito rapidamente, sendo que em 1965 foram organizadas as primeiras companhias e em 1966 eram constituídos batalhões. Estas unidades constituídas eram apoiadas por milicianos e, em conjunto, constituíam as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) (Gomes, 2002, p. 38).

Em 1966 as FPLM dispunham já de um quartel-general, com a designação de Conselho Nacional de Comando, que se encontrava organizado em várias secções (operações, recrutamento, treino, abastecimentos, reconhecimento, informações, publicações militares, administração, finanças, saúde, comissariado político, pessoal e segurança militar) (Gomes, 2002 p.38). A organização militar da FRELIMO compreendia três níveis: estado-maior; bases e acampamentos; unidades e grupos (Afonso e Gomes, 2000, p. 169).

As bases da FRELIMO estavam organizadas e hierarquizadas, como é apresentado na Figura 5 (Afonso e Gomes, 2000, p. 170). Estas eram constituídas por comando e estado-maior, um grupo de comando, e por um número variável de unidades ou grupos de guerrilheiros.

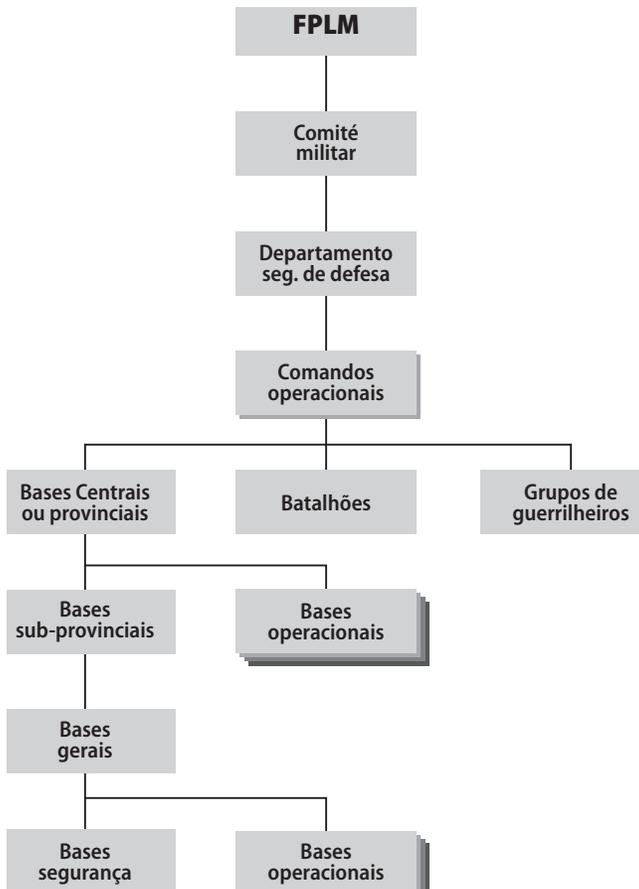


Figura 5 – Organização da FRELIMO

Fonte: Afonso e Gomes (2000).

4.3. Armamento

No início do conflito, o armamento utilizado pelos elementos da guerrilha da FRELIMO era de muito fraca qualidade, armas de repetição Mauser e Enfield, pistolas-metralhadoras MAT 49, canhangulos e armas de caça, mas sofreu uma evolução muito rápida, resultado do apoio prestado por países como URSS e a China como principais aliados, passando a dispor de armamento similares a estes exércitos embora de modelos mais antigos como é apresentado no Quadro 5 (Gomes, 2002, p. 41).

Quadro 5 – Armamento da FRELIMO

| Algumas das armas mais utilizadas pela FRELIMO | | |
|---|--|--|
| Armas individuais | Armas coletivas | Minas e Comunicações |
| <ul style="list-style-type: none">· Pistola Tula Tokaerev (utilizadas pelos comandantes)· Nosin Nagant (de repetição)· Siminov (semi-automática)· Pistola Metralhadora: PPSH (costureirinha)· Shaping25· Granadas de mão F1 (ofensiva) e RGH-5 (defensiva) | <ul style="list-style-type: none">· Metralhadoras Degtyarev Borsing M52· Metralhadora pesada Degtyarev 12,7mm utilizada como suporte antiaéreo ou em tripé para tiro terrestre· Canhões SR de 7,5cm e de 82mm Trsnice· Lança-granadas foguete (LGF) RPG-2 e RPG-7· Morteiros de 60mm e de 82mm | <ul style="list-style-type: none">· Minas anti-pessoal “Viúva Negra” PMD-6, POMZ-2· Minas anti-carro TM-46, TMA-1 e TMD-B· A FRELIMO dispunha ainda de material de comunicações por fio (telefone) em algumas bases e rádios, que permitiam comunicar entre o comando na Tanzânia e as bases mais importantes no interior. |

Fonte: Gomes (2002).

4.4. Atuação

As ações da FRELIMO contra as forças portuguesas começaram a ter mais expressão a partir de 1964. Estas ações começaram por ter incidência, nos primeiros anos de conflito, nas regiões de Cabo Delgado e Niassa, estendendo-se mais tarde também à região de Tete, podendo ser caracterizadas, nesta primeira fase do conflito, por ataques a instalações portuguesas de pequenos grupos de guerrilheiros (cerca de dez a 15 homens) utilizando normalmente armamento ligeiro (Felgas, 1966, p. 35).

A FRELIMO contava, nesta fase, com a vantagem de dispor de apoio logístico por parte das populações locais, que garantiam apoio alimentar e de informações. Os guerrilheiros da FRELIMO eram capazes de vigiar, perseguir e fugir empregando técnicas de guerrilha convencional, levando a cabo emboscadas a patrulhas, sabotando linhas de comunicações e caminhos-de-ferro para depois desaparecerem por entre a vegetação (Felgas, 1966, p. 32).

É de salientar a utilização em larga escala da ação psicológica apoiando-se, particularmente, nas emissões da Tanzânia, Zâmbia, rádio Moscovo e outros, além dos contactos directos com as populações. Verificou-se um terrorismo sistemático

sobre as populações nativas e também o selectivo, com rapto ou eliminação de chefes tribais para, posteriormente, controlar as populações e em acções sobre civis isolados europeus e nativos, procurando criar o desequilíbrio psicológico das populações.

CECA (2012, p. 305)

A partir de 1967 a FRELIMO passou a empregar em acções de fogo, nomeadamente emboscadas, efetivos cada vez maiores, chegando a utilizar, em Cabo Delgado, grupos de 60 a 100 elementos (Figura 6). Paralelamente, o emprego de minas e utilização de fornelhos, colocadas nos itinerários, passou a ser frequente, sendo utilizadas em cerca de metade das acções levadas a cabo (Afonso e Gomes, 2000, p. 173).

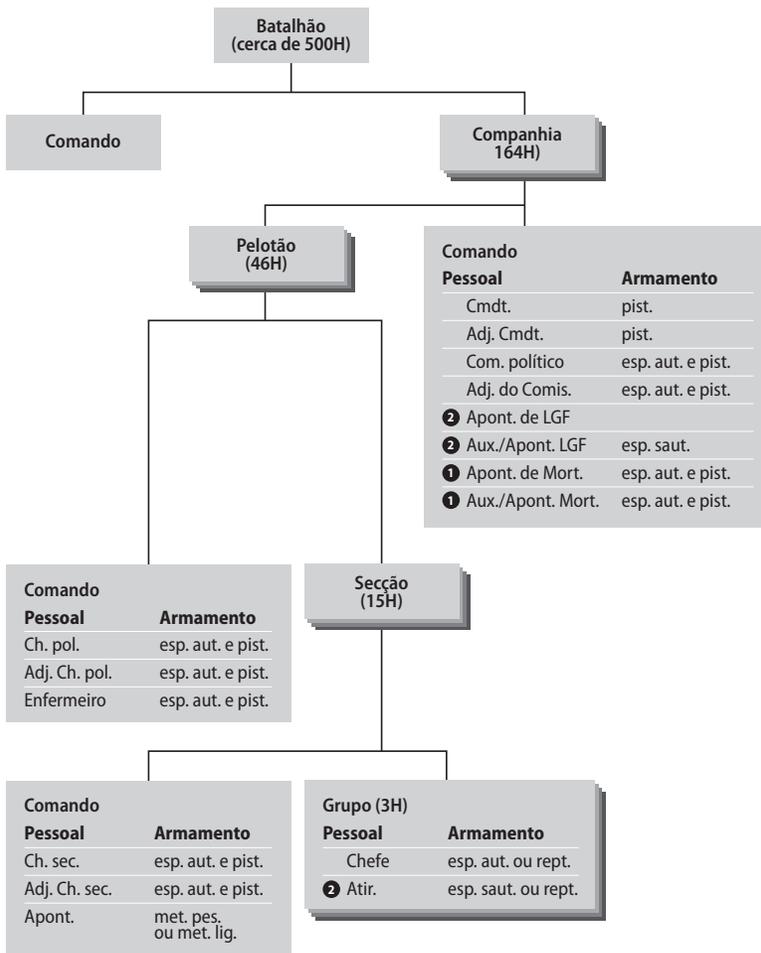


Figura 6 – Organização de Batalhão da FRELIMO

Fonte: Afonso e Gomes (2000).

Durante todo o período de 1970 a 1974, a FRELIMO intensificou as suas operações de guerrilha.

Continuou a guerra do movimento, ou seja, baseada em retiradas estratégicas e na não manutenção de posições no terreno, na ausência de condições para se confrontar com o exército colonial

Souto (2007, p. 215)

Ainda segundo a mesma autora, era utilizada a tática do cerco e movimento torneante, escolhendo posições no terreno e atacando as forças portuguesas em marcha. A orientação estipulava a dispersão da FRELIMO de maneira a não deixar rasto e a tirar vantagem do rasto deixado pelas forças coloniais.

As atividades principais da guerrilha foram a sabotagem com o objetivo de imobilizar o inimigo, quebrar-lhe a iniciativa e desmoralizá-lo, cortar-lhe as comunicações e provocar baixas.

Souto (2007, p. 215)

Inicialmente, o esforço principal foi exercido em Cabo Delgado e Niassa, mas a partir de 1970, devido à construção do empreendimento hidroelétrico de Cahora Bassa, passou a ser exercido em Tete. No Niassa a FRELIMO procurava, apenas, manter o empenhamento das forças portuguesas de forma a não poderem ser utilizadas noutras áreas do Teatro de Operações (CECA, 2012, p. 304).

Em 1974, as ações da FRELIMO continuavam a incidir em emboscadas e na colocação de minas em itinerários contra unidades em operações e colunas de reabastecimento. Ainda assim, os guerrilheiros conseguiram atacar Tete, Mocimboa da Praia e Palma e os aquartelamentos em Mueda e Vila Gamito com foguetões 122 mm, tendo-se também verificado o ataque a aviões da FAP com foguetões SA-7Grail (Strella), bem como o incremento da utilização de Metralhadoras Antiaéreas Pesadas (CECA, 2012, p. 305).

CONCLUSÕES

Esta secção, resultado de trabalho de pesquisa histórico, permitiu observar o conflito que decorreu no teatro de operações de Moçambique entre 1964 a 1975 à luz da heurística de análise utilizada pela doutrina militar atualmente aplicada no Exército Português.

Assim, da análise à luz das variáveis operacionais, pode-se concluir que: (i) com a exponencial emancipação de diversos Países Africanos e a oposição de duas grandes potências (URSS e EUA), além da ONU, Portugal vê os movimentos independentistas a aparecerem e a receberem apoio internacional, quer em

armamento como também em preparação militar, vê também as populações das províncias Ultramarinas a serem instigadas contra a sua presença; (ii) a aproximação das FFAA portuguesas à população local, a utilização de tropa de quadrícula provou ter um sucesso relativo para aproximar e conquistar os corações e as mentes do povo Moçambicano; (iii) a dimensão económica do teatro deve ser alvo de uma pesquisa mais detalhada (iv) Moçambique apresentava uma grande diversidade étnica e linguística existindo etnias que se encontravam divididas por fronteiras com outros Países, facilitando assim o aparecimento de movimentos independentistas e permitindo que estes recebessem apoio político e militar; (v) as infraestruturas existentes permitiram garantir um fluxo ininterrupto à sustentação logística e à projeção em segurança de forças militares; (vi) a informação pública não teve grande impacto nas operações militares, em parte pela não utilização das forças portuguesas e também pela dificuldade de penetração de órgãos de comunicação social externos utilizados pela FRELIMO; (vii) relativamente ao ambiente físico as forças portuguesas foram afetadas pelo processo de aclimação, traduzindo-se em maior fadiga e menor eficiência das forças para o desempenho das missões e pela dimensão do território sendo de difícil controlo face aos efetivos empenhados.

O Estado Português após a perda da sua província no subcontinente Indiano empreendeu um conjunto de medidas que pretendiam ajustar as suas capacidades políticas, económicas e de segurança aos ventos internacionais de mudança que sopravam em favor dos movimentos anticolonialistas.

Este ajustamento permitiu às forças Portuguesas obterem várias vitórias ao nível tático e sustentarem três conflitos de natureza subversiva ao longo de mais do que uma década. No entanto as fraturas no plano social e económico de Moçambique foram facilmente exploradas pelos movimentos insurgentes e que conjugado com o apoio internacional que recebiam dos países vizinhos permitiu que a FRELIMO se tornasse num movimento com ambições de controlar progressivamente todo o território moçambicano.

A natureza subversiva do conflito em Moçambique reduziu a importância dos sucessos táticos obtidos pelas forças militares portuguesas que combatiam no teatro pois a sua ação não permitiu atuar sobre o *casus belli* do conflito que animava os movimentos subversivos.

A opção política que o regime do Estado Novo tomou definiu o resultado das guerras de África mesmo antes de ser disparado o primeiro tiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Almeida, M., 2007. *A Espiral Descontínua: Contributos para a caracterização de estudantes oriundos dos PALOP numa instituição total portuguesa de carácter militar*. Lisboa: Universidade Lusofona.
- Anderson, D. e Ernst, J., 2007. *The War that Never Ends: New Perspectives on the Vietnam War*. West Virginia: University Press of Kentucky, pp. 1-369.
- Bonaparte, N., 2003. *Como fazer a Guerra*. Lisboa: Sílabo
- Bureau of Public Affairs, 1985. *Mozambique*. Department of State: United States of America, Background notes series. pp. 1-7.
- Cipriano, L., 2010. *A Génese da FRELIMO - Os grupos e interesses na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974)*. Lisboa. Academia Militar.
- Clausewitz, C., 2003. *Princípios da Guerra*. Lisboa: Sílabo.
- Coelho, C., 1983. *Elementos Estatísticos: Moçambique 1. Território e população*. In: Finisterra. Vol. 18 nº 36. (1983), pp. 145-165.
- Coelho, J., 2002. *African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*, Portuguese Studies Review, 10 (1), pp. 129-150.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - I Enquadramento Geral*. 2.ª Ed. Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - II e IV Dispositivo das Nossas Forças*. 2.ª Ed. Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2012. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - 6.º Volume. Aspectos da Actividade Operacional*. Livro I. 1.ª Ed. Lisboa: Exército Português
- Embaixada de Moçambique, 2012. *Rico em Recursos Naturais*. [Em Linha] Disponível em: <http://embassyofmozambique.be/index.php?option=com_contentview=articleid=45&Itemid=197&lang=pt>, [Consult. em 14 de junho de 2016].
- Estado-Maior do Exército, 1988a. *Tropas Metropolitanas nos Teatros de Operações Africanos*. I:260.
- Estado-Maior do Exército, 1988b. *Tropas Locais Recrutadas nos Teatros de Operações Africanos (% total das tropas)*. I:261.
- Exército Português, 2010a. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 02-09-00 Estudo Do Espaço de Batalha Pelas Informações*. Lisboa. Exército Português.

- Exército Português, 2010b. *História*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.exercito.pt/EP/Paginas/historial/36.aspx>>, [Consult. em 06 de junho de 2016].
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 operações*. Lisboa. Exército Português.
- Felgas, H., 1966. *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique. Influência Externa*. Lisboa: Tipografia do L. C. G. G.
- Garcia, P., 2003. *Contributos para emprego do Batalhão de Infantaria na luta contra-subversiva actual*. Lisboa: Revista Militar. pp. 515-555.
- Giap, V., 2005. *Manual de Estratégia Subversiva*. Lisboa: Sílabo.
- Gomes, C., 2002. *Moçambique 1970- Operação Nó Górdio*. Lisboa: Tribuna da História.
- Governo de Moçambique, 2015. *Informação geral*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/pr/Mocambique/Informacao-General>>, [Consult. em 14 de junho de 2016].
- Griffiths, D. 1993. *Area survey: South Africa. Port Development International*, 9 (7-8), pp. 27-39.
- Headquarters Department of the Army, 2014. *FM-3-24/MCWP 3-33.5 Insurgencies and Countering Insurgencies*. Washington DC: US Government Printing Office.
- Huntington, S., 1999. *O Choque das civilizações*. Lisboa: Gradiva.
- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, 2009. *Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique*. [Em Linha] Disponível em: <http://cebem.org/cmsfiles/publicaciones/INGC_Alteracoes_climaticas.pdf>, [Consult. em 15 de abril de 2016].
- Kilcullen, D., 2010. *Counterinsurgency*. Oxford: University Press.
- Lamy-Giner, M., 2009. *The Mozambican Port of Maputo in the Reconquest of its Hinterlands* | [Le port mozambicain de Maputo à la reconquête de ses arrière-pays]. *Annales de Géographie*, 118 (667), pp. 247-269.
- Lara, A., 2011. *Subversão e Guerra Fria*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mesquita, A., 2014. *Comunicações na Estratégia de Contrainsurgência. Estudo de caso Afeganistão*. In Lara, A. (Org) *Em caso de Guerra*. Lisboa: MGI.
- Mittelman, J., 1979. *Global Participation: Alternatives to Conventional Strategies of Development Mozambique Experience*. *Alternatives: Global, Local, Political*, 5 (3), pp. 305-328.
- Nakatembo, B., 2009. *Histórias e Perspectivas*. Imprensa Militar – 1965 – 2005.
- Penvenne, J., 2016. *Mozambique*. [Em Linha] Disponível em: <<https://www.britanica.com/place/Mozambique/Climate>>, [Consult. em 03 de julho de 2016].

- Ribeiro, C. et.al., 2004. *As campanhas em Moçambique, durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa, IAEM.
- Souto, A., 2007. *Caetano e o ocaso do "Império"*. Porto: Afrontamento.
- Torres, S., 2016. *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Vegécio, F., 2006. *Tratado de ciência militar*. Lisboa: Sílabo.

SECÇÃO II

O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL

O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP CAV Paulo Jorge de Oliveira Fernandes
CAP ADMIL Fernando José Cruz Caetano Pires
CAP INF Nuno Alexandre Vieira Fernandes
CAP ART João Ricardo Faria da Cunha
CAP INF João Martins Faria Dias Pereira (Coordenador)

Orientador

MAJ INF Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

A presente secção apresenta como tema “O Enquadramento Estratégico-Militar e Operacional do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”. Este tema reveste-se de especial importância pois permite analisar como estavam organizadas ao nível Operacional as Forças Terrestres (FT) no TO de Moçambique, permitindo também verificar as alterações efetuadas à medida que o conflito se ia prolongando e intensificando.

A abordagem desta problemática deve ser primariamente analisada de um ponto vista histórico, analisando como foi evoluindo o conflito em Moçambique e como o contexto internacional foi moldando a abordagem de Portugal ao problema, enquadrando temporalmente o tema e percebendo os motivos pelos quais Portugal mergulhou numa guerra em Moçambique entre 1964 e 1975.

A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, após o final da II Grande Guerra, aproveitando a fragilidade dos estados ocidentais que detinham possessões ultramarinas, foi o grande catalisador das guerras independentistas que estariam para surgir no continente africano nas décadas de 60 e 70.

A nível nacional, o então Presidente do Conselho António Oliveira Salazar não tolerava qualquer tipo de oposição no que respeitava à condução dos assuntos referentes às colónias ultramarinas, exercendo sempre uma firme repressão face a qualquer pretensão independentista. Com o alastrar da insatisfação das populações nativas, vai crescendo o desejo de independência dos territórios ultramarinos portugueses. É neste contexto que surge a Frente Revolucionária de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Nacionalista de Independência de Moçambique, cujo movimento de luta armada irá provocar alterações na estrutura operacional das forças terrestres portuguesas.

Pretende-se analisar a estrutura estratégico-militar e operacional existente em Portugal, pré e pós eclosão do conflito nos territórios ultramarinos. A análise centrou-se no dispositivo que possibilitou às forças militares atuar segundo uma doutrina convencional, e na sua evolução para atuar em ambiente subversivo.

Esta pesquisa resulta do trabalho realizado com base no cruzamento de informação disponível sobre a campanha militar no TO de Moçambique, entre 1964 a 1975 e com uma entrevista realizada. Para uma total compreensão da estrutura operacional foram analisadas ainda as variáveis operacionais, que serviram para completar a compreensão do ambiente operacional no TO de Moçambique.

Esta secção está dividida em três capítulos e conclusões. No primeiro capítulo, enquadra-se historicamente o conflito, é feita uma breve análise histórica da ligação entre Portugal e Moçambique, bem como do período pré e pós eclosão do conflito armado. No segundo capítulo é feita uma breve caracterização do nível Estratégico-Militar e Operacional, centrado na organização do Estado Português e das FFAA, entre 1964-1975. No terceiro capítulo foram analisadas as variáveis operacional militar, social e ambiente físico. Por fim, apresentam-se as principais conclusões.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICO-MILITARES

Neste capítulo pretende-se abordar e descrever o contexto nacional e internacional da época. Para tal estruturou-se o capítulo numa única parte, com o objetivo de descrever o contexto internacional, abordando de forma sucinta a evolução dos movimentos de libertação e das mudanças organizacionais em Portugal, desde o início do séc. XX até ao início do conflito armado em Moçambique.

A nível nacional, os primeiros sinais de mudança ideológica surgiram em 1912, com a constituição da Junta de Defesa dos Direitos de África, que tinha por finalidade federar todas as associações políticas da África portuguesa, lutando pela autodeterminação dos povos africanos e pelo direito de se governarem a si mesmos (CECA, 1988).

Mais tarde, em 1945, é organizado o V congresso pan-africano, que aprovou uma declaração da delegação oeste-africana, segundo a qual a única solução para o problema existente residia na completa e absoluta independência para os povos do oeste africano. A esse respeito, durante o advento da guerra foram feitas algumas promessas por países que tinham possessões ultramarinas (CEM, 2002-2004).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), todos os povos tinham o direito à livre determinação. A ONU estava, tal como as Conferências Africanas,

empenhada na resolução das questões relacionadas com a descolonização, questionando e pressionando os seus estados membros com responsabilidades de administração de territórios africanos (CEM, 2002-2004).

A Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) não criticava a existência das colónias, sendo a sua preocupação maior a possibilidade de confronto com o bloco soviético, conhecido que era o interesse do bloco de leste em controlar o continente africano (Velez, 2012).

Fruto da posição portuguesa face aos territórios ultramarinos, as relações com os Estados Unidos da América (EUA) alteraram-se, principalmente com a ascensão de Kennedy ao poder, passando Portugal a debater-se com pressões dos EUA. Kennedy, a 20 de outubro de 1961 declarou que os EUA apoiariam a auto-determinação, por forma a impedir que o continente africano caísse sob domínio soviético (Garcia, 2011).

Face a este cenário, Portugal viu-se obrigado a mandar implementar novas medidas políticas. Houve um esforço integracionista, implementando uma série de reformas com vista ao desenvolvimento das colónias africanas. Esta série de reformas tinham por objetivo melhorar o relacionamento entre as colónias africanas e a metrópole (Velez, 2012).

A estratégia de manutenção das colónias vai ter repercussões entre os elementos das FFAA portuguesas que irão combater em África, antes e durante o conflito, nomeadamente na alteração da sua estrutura.

Antes da guerra em Moçambique, as FT sofreram diversas alterações, por forma a fazerem face a um conflito que se avizinhava. Quando o conflito se iniciou, o dispositivo das forças em Moçambique, apesar de estudado e planeado, não estava ainda completamente implementado, devido aos constrangimentos que se viviam, fruto da guerra com Angola e Guiné. As mudanças que se verificaram em Moçambique ainda eram insuficientes para a guerra que aí vinha.

No início do conflito, Portugal dispunha de um exército orientado para o conflito convencional, daí a necessidade urgente de uma profunda reorganização das suas FFAA. O país teve de se preparar para fazer face a um novo tipo de inimigo, num novo tipo de guerra, não convencional, num ambiente desfavorável, longe de casa e sem tempo para a reorganização ideal.

A organização da estrutura de comando e das próprias FFAA foi sendo alterada, numa tentativa de dar uma resposta mais eficiente e eficaz na luta contra a insurreição. Para que as forças pudessem ter controlo do território, surgiu uma organização territorial de tipo misto. Existiam as Zonas de Intervenção (ZI), nas áreas onde a atividade de guerrilha se tinha já revelado, e outra com Comandos

Territoriais (CTerr), naquelas onde a guerrilha não se tinha implantado. Esta situação foi evoluindo ao longo do conflito (CEM, 2002-2004).

Quando Portugal iniciou o conflito em Moçambique, contava já com a experiência de três anos de conflito em Angola e um ano e meio na Guiné, com a vasta diversidade de ensinamentos que daí advieram. Revelou-se determinante a forma como o Comando da Região de Moçambique se preparou para a chegada do conflito ao território. Moçambique apresentava características diferentes dos outros territórios, que poderiam comprometer a reação inicial do dispositivo militar presente no território, designadamente a sua dimensão e afastamento geográfico face a Portugal continental. Foi essencial a preparação feita antes do conflito ter início, especialmente na geração, preparação e treino das forças militares, na criação e adaptação de doutrina adequada a este tipo de conflito, novo para as forças militares portuguesas e diferente do previsto na doutrina OTAN, pela qual Portugal se guiava e na implantação do dispositivo militar no terreno. Decorrente da definição das grandes opções, a nível militar, definidas aquando do aparecimento dos primeiros sinais de tensão em Angola, é determinada a criação de um dispositivo de proteção destinado a garantir a proteção das populações brancas e negras leais e de um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de proteção, eliminar atos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas.

“As Campanhas de África de 1961-1974 foram diferentes das conduzidas no passado nesses territórios, uma vez que exigiram uma ação coordenada e próxima entre as FFAA – Autoridades Administrativas – População, implicando estreita integração entre as componentes militar – diplomática – económica – política – psicológica” (Antunes, 1990).

2. VARIÁVEIS OPERACIONAIS MAIS RELEVANTES NO TO DE MOÇAMBIQUE

Para melhor analisarmos o TO de Moçambique, é importante termos em consideração alguns aspetos relevantes do ambiente operacional e termos em conta a forma como estes influenciam os atores presentes. Assim, algumas variáveis operacionais que serão abordadas neste capítulo estão revestidas de elevado valor para o planeamento da campanha em estudo, sobretudo aos níveis estratégico e operacional, pelo que se entende que “ênfatisam os aspetos humanos do ambiente operacional, o que é particularmente importante, uma vez que os conflitos atualmente ocorrem maioritariamente no seio da população. O seu completo entendi-

mento auxilia os comandantes a avaliar de que forma o instrumento militar pode complementar os outros instrumentos de poder.” (CECA, 2006).

Existe uma relação intrínseca entre as FFAA e as referidas variáveis, resultante da sua interação na área de operações. Como é exemplo a população analisada na variável Social que, quando presente numa área de operações pode ser classificada como inimigo ou adversário, apoiante ou neutral, dependendo da existência ou não de hostilidade e da parte a quem se alia ou opõe. Este tipo de análise, humaniza a caracterização do ambiente operacional, não só pelas considerações de âmbito civil e a ameaça, mas também pelas restantes variáveis.

2.1. Variável Militar

As FFAA portuguesas no TO de Moçambique tinham como principal, se não única missão, a contrassubversão. Segundo o próprio Gen Kaúlza de Arriaga, a contrassubversão portuguesa em Moçambique tinha como objetivo a eliminação, caso existissem, das chamadas “áreas libertadas”. Como exemplo temos a Operação “Nó-Górdio” ou a segurança e defesa de pontos especialmente importantes ou sensíveis, como foi o caso de Cahora-Bassa. Estes eram objetivos das FFAA portuguesas, assim como o desenvolvimento do território e a segurança das populações, a educação, a assistência médica e paramédica, o apoio económico-financeiro, cívico e político. Como objetivo último, o combate a quem procurava ampliar a subversão e apoiar o desenvolvimento do território e promoção e segurança das populações (Arriaga, 1988).

A respeito da guerra subversiva, esta era “essencialmente um problema de conquista da população, ou por outras palavras um problema cujo fator fundamental é a população” (EME, 1963). O Gen Kaúlza de Arriaga afirmava que “os princípios gerais adotados ou missões observados e aplicados no TO de Moçambique foram na linha da estratégia contra subversiva, a comunicação da verdade às populações, convencendo inteligências e conquistando corações, através da ação e operações psicológicas, a promoção das populações” (Arriaga, 1988).

O apoio às populações era garantido de várias formas, com destaque para a aceleração do progresso económico, social e político; o aldeamento voluntário dos grupos étnicos dispersos e nómadas; a ação de quadrícula (para garantir o controlo geral do território, das águas marítimas e lagos); a segurança específica prioritária de alvos de grande importância e a realização de operações de intervenção, para pesquisar e capturar ou destruir os movimentos de libertação, por forma a impedir perturbações e a prática do terrorismo e da guerrilha, para assim eliminar “bases” e “áreas libertadas” dos movimentos de libertação no TO.

Os objetivos a alcançar impunham um esforço estratégico defensivo maior, essencialmente onde os movimentos de libertação tivessem maiores consequências ou influência ou realizassem ações mais incisivas e um esforço estratégico contraofensivo, onde este tivesse maior projeção ou os movimentos de libertação fossem mais vulneráveis. Também tinha especial relevância a possibilidade de execução de uma manobra estratégica, através da Reserva do Comandante-Chefe, constituída por forças dotadas de grande mobilidade, aptas a agir como reforço, como apoio ou de forma independente, em qualquer área do TO de Moçambique, durante o tempo necessário, com capacidade de resistência e agressividade (Arriaga, 1987).

Em 1964, o Exército Português já estava minimamente equipado para fazer face as necessidades de uma guerra subversiva, não só pelos materiais produzidos pela indústria portuguesa na metrópole que já incluíam armamento, munições e viaturas, mas também pela aquisição de material para o Exército, planeada mediante verbas atribuídas para o efeito. A partir de 1968, os principais problemas residiam no reequipamento e modernização das FFAA, mas também na qualidade e quantidade dos abastecimentos no TO. O equipamento e armamento que estava distribuído em 1961/62 começava a atingir o fim da sua duração e urgia uma renovação qualitativa de algum armamento e equipamento, por não ser adequado ao combate de contrassubversão das guerrilhas e face à evolução verificada no inimigo (CEM, 2002-2004).

Segundo o Major-General Coutinho (com duas comissões no TO de Moçambique) “houve necessidade de restringir drasticamente o emprego dos helicópteros, uma vez que o combustível fornecido continha elevado teor de água e não tinha condições para ser utilizado”. Afirmou o mesmo oficial que conheceu um caso “onde quem queria lavar a cara não comia sopa e o reboque tanque de água muitas vezes era furado pelo fogo do In”, “as principais causas dos erros e fragilidades foram a falta de decisão política sobre o TO, onde se devia executar o esforço e a escassez de recursos para fazer frente a um desafio, que estava fora das nossas capacidades, se não fosse conduzido com muita sensatez, prudência e equilíbrio” ou “como a manta era muito curta, os CC pediam mais meios, não ficavam satisfeitos porque viam comprometida a sua missão.” (Coutinho, 2016).

As principais lacunas foram sempre respeitantes aos artigos da responsabilidade do Serviço de Material, da Logística, das Transmissões e da Engenharia, pois estes requeriam sempre maior apoio financeiro e eram de difícil obtenção, sobretudo quando adquiridos no estrangeiro.

Quanto ao armamento ligeiro disponível para a campanha no TO de Moçambique, este estava obsoleto. São exemplo os casos das espingardas de repeti-

ção, de calibre ultrapassado, como a espingarda Mauser ou as metralhadoras do mesmo calibre Dreyse, Borsige Breda, que datavam da II Guerra Mundial ou mesmo anterior. O material mais moderno estava sujeito aos acordos OTAN e tinha o seu emprego condicionado, não sendo adequado para a guerra de guerrilhas pelo seu peso elevado e calibre. Este armamento estava mais vocacionado para a luta anticarro e antiaérea.

Por estes motivos, o material enviado para o TO de Moçambique era o mais antiquado, inclusive anterior à II Guerra Mundial. O Exército estava completamente desprevenido, mal equipado e a situação política internacional dificultava a obtenção de armamento que já estava vulgarizado ou até ultrapassado noutros exércitos europeus.

Para tentar ultrapassar tal situação, ainda no decorrer do ano de 1961, foram adquiridas a espingarda-automática FN 7,62 e a pistola metralhadora UZI, mas houve que recorrer a fornecedores acessíveis e improvisar a nível interno. É de salientar o esforço feito pela Fábrica de Braço de Prata (FBP), ao conseguir a produção da G-3 em pouco mais de um ano e bem como a produção da HK-21, com todas as contrariedades de atualização de tecnologia utilizada, aquisição de maquinaria e a formação de pessoal. Ainda de realçar a criatividade demonstrada quer na produção de materiais novos como o dilagrama e o lança-foguetes/morteirete, quer na adaptação e manutenção de materiais velhos já existentes, sobretudo viaturas blindadas, tudo a par com a criação de doutrina tática e de técnicas de emprego (Afonso e Gomes, 2000).

Havia uma estratégia genética para uma rápida modernização e fornecimento de meios necessários em TO, que seguia os objetivos gerais de aproveitamento das potencialidades dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas de modo a satisfazer as necessidades do esforço de guerra. A criação de Sucursais ou Delegações Avançadas nos próprios TO, privilegiando a utilização dos recursos nacionais estatais ou civis disponíveis quer a nível da metrópole quer a nível local nas províncias ultramarinas, permitiria obter a autonomia de produção, dentro do mercado nacional, em todas as áreas possíveis com prioridade para o armamento ligeiro, munições, explosivos, fardamento e calçado, géneros alimentícios e equipamentos para a sua conservação e confeção, geradores de energia elétrica, artigos de aquartelamento, cartas militares e produtos químicos e farmacêuticos e normalizar os meios e os recursos utilizados. No entanto, as grandes condicionantes do apoio logístico no TO de Moçambique foram a dificuldade nas comunicações e a quase total ausência de recursos locais, na área afetada pela subversão.

No que concerne à ameaça, as FFAA portuguesas enfrentaram no TO de Moçambique “guerrilheiros em combate subversivo” (CECA, 1988). Organizados

em movimentos de libertação nacional, surgem em todo o continente Africano, após a II Guerra Mundial, com o propósito de acabar com o colonialismo e a consequente independência de todas as colónias. Tal propósito foi consagrado em 1945, no capítulo XI da declaração sobre os territórios não autónomos, da Carta da ONU, ficando claro que havia a necessidade de rapidamente se proceder ao desenvolvimento de formas de autogoverno dos povos colonizados, desde então, sucederam-se as ações para a promoção do fim do colonialismo (CECA, 1988).

Em Moçambique, a guerra de libertação tem início em 1964, tendo as primeiras organizações de libertação (MANU - 1959), UDENAMO - 1959 e a UNAMI - 1961) sido fundadas por emigrantes moçambicanos em colónias inglesas da África oriental (Tanzânia, Malawi e Rodésia, respetivamente). Em 1962, por influência do então Presidente da Tanzânia, Julius Nierere, estas organizações fundem-se numa única frente de combate: A FRELIMO, sob a direção de Eduardo Mondlane, um ex-funcionário das Nações Unidas (CECA, 1989).

Os Países na fronteira com Moçambique, a Tanzânia e a Zâmbia, constituíram-se como inimigos de Portugal, por serem grandes promotores e apoiantes comprovados da FRELIMO. A Tanzânia foi o país que mais apoiou a FRELIMO, recebendo e entregando à FRELIMO as ajudas da União Soviética, da China e de outros países. A Zâmbia foi o segundo país em termos de importância a apoiar a FRELIMO, pelo seu apoio no esforço exercido sobre o distrito de Tete.

A FRELIMO era constituída por cerca de 250 guerrilheiros devidamente armados, sendo que a maioria dos seus dirigentes eram do Sul de Moçambique, apesar de os primeiros guerrilheiros serem recrutados no Norte, entre os Macondes e os Nianjas, povos animistas que mantinham tradicionalmente uma relação conflituosa com os portugueses. A Frente dispunha da seguinte organização: o núcleo político-administrativo, o núcleo militar e o núcleo comum.

No que diz respeito à preparação de tropas, estavam referenciados casos de aliciamento nas fronteiras da Zâmbia, Malawi, pelas fronteiras da Suazilândia e do Rovuma, a formação nos campos em Tanzânia (principal), Zâmbia, Malawi e Suazilândia e campos de treino na Argélia, Tanzânia, Suazilândia e Mbabane (IAEM, 1986).

A infiltração dos seus guerrilheiros no território era executada pela frente Norte, por Quionga, Nangade, Mocimboa da Praia, Negomano, Olivença e Macalogue e pela fronteira Oeste, por Milange e Zumbo. Em 1971, verificou-se um aumento da atividade de guerrilha na área de Tete, coincidindo com o início da construção da barragem de Cahora Bassa, tendo a situação militar evoluído para uma situação de violência, o que implicou uma remodelação do dispositivo e um reforço dos meios portugueses em Tete com a criação da Zona Operacional de Tete (ZOT) e ape-

sar dos “colonialistas” terem ganho a luta pela construção da barragem de Cahora Bassa, a situação mantinha-se crítica. A FRELIMO era o único movimento político dos Moçambicanos, sempre portadores de características como a unidade interna, o nacionalismo e o espírito pragmático (CECA, 1988).

A ONU e Organização da Unidade Africana (OUA), insistentemente pressionavam para que Portugal cumprisse com as normas internacionais sobre a descolonização, de tal forma ao ponto de obrigar a FRELIMO a levar os poucos quadros que na altura tinha para uma preparação político-militar na Argélia, onde iniciaram o treino em 1963. Estes quadros moçambicanos vieram a constituir o seu braço armado, organizados em unidades de guerrilha.

A organização militar da FRELIMO era típica da guerra de guerrilha e consistia em pequenos grupos de guerrilheiros bem preparados, que conduziam as suas ações a partir de bases operacionais no território nacional. O seu campo de treino principal era na Tanzânia, tendo provavelmente outros nesse território. As atividades identificadas como habituais dos movimentos de libertação eram ações isoladas, com mais ou menos atividade, consoante a ação desenvolvida pelas FFAA portuguesas. Atuaram principalmente pela implantação de engenhos explosivos nos itinerários, flagelações e emboscadas a colunas e a forças em movimento, raramente oferecendo resistência às FFAA portuguesas, mas esporadicamente demonstrado alguma agressividade (COFI, 1972).

Estavam organizados em três grupos de aproximadamente 250 homens armados e equipados e desde então o movimento não mais parou de crescer. As forças portuguesas consideravam os seguintes efetivos de guerrilheiros: Cabo Delgado – 3 500; Niassa – 1 000; Tete - (1973) 2 000; Total – 6 500. A estes guerrilheiros poderão ser adicionados entre 1 500 a 2 000 milicianos armados, o que perfaz o efetivo de 8 000 a 8 500 homens apresentado pela FRELIMO (Afonso e Gomes, 2000).

2.2. Variável Social

Ao analisarmos as variáveis e o seu impacto no TO de Moçambique, podemos tirar claras conclusões acerca da influência da população no ambiente operacional. De uma forma geral, a população vivia em palhotas, cuja implementação no terreno obedecia a um plano defensivo contra as FFAA Portuguesas, em zonas que não controlavam e os movimentos de libertação se manifestavam através de ações isoladas, com maior ou menor atividade.

Moçambique tinha, à data do início do conflito, uma esperança média de vida de 46,4 anos, valores bem demonstrativos da menor qualidade de vida dos Moçambicanos quando comparados com a generalidade dos países europeus

e americanos. A taxa de natalidade era elevada, mas durante a Guerra Colonial a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima, a população era bastante jovem (Castro, 1976).

É de referir que Portugal fez um esforço enorme para melhorar os padrões de vida dos Moçambicanos, investindo na saúde e na educação. Os resultados, foram significativos, tendo garantido uma taxa de alfabetização na ordem dos 30% da população, promovido um crescimento da população e permitido a divulgação do português, fator fundamental na coesão do povo moçambicano (Ferreira, 2003).

A população branca era, em 1960, composta por 97 268 pessoas, sendo que no final da Guerra atingia valores na ordem dos 200 000 portugueses europeus e seus descendentes, que eram, na sua maior parte, funcionários do Governo ou de grandes companhias e grupos económicos nacionais ou internacionais. Os negros dividiam-se em dez grandes grupos étnicos, por vezes com ligações transfronteiriças, e constituíam quase 98% dos habitantes. A população mista representava apenas cerca de 0,5% do total (Afonso e Gomes, 2000).

Os distritos mais povoados eram os de Lourenço Marques (34 hab/km²), Moçambique (22 hab/km²) e Zambézia (17 hab/km²) e os menos povoados os de Manica e Sofala (oito hab/km²), Tete (cinco hab/km²) e Niassa (dois hab/km²). As maiores densidades populacionais localizam-se na faixa costeira, diminuindo para o interior, sendo que 50% da população europeia se concentrava especialmente no distrito de Lourenço Marques (Afonso e Gomes, 2000).

Nas palavras de Mao Tsé-Tung, “o guerrilheiro deve estar para as populações como o peixe para a água” (Afonso e Gomes, 2000). Facilmente se podem tirar conclusões desta afirmação e extrapolar para a realidade da guerra subversiva, quer pela origem dos seus guerrilheiros ou pela influência que uns podem ter nos outros, quer no que respeita ao apoio às forças de libertação ou mesmo pela sua aceitação.

Esta ideia, segundo a qual o guerrilheiro deve estar para as populações como o peixe para a água faz com que um dos principais objetivos das forças regulares na guerra de contraguerrilha seja “tirar a água ao peixe” (Afonso e Gomes, 2000) evitando que as populações apoiem a guerrilha e lhe forneçam cobertura para as suas ações. Como as populações africanas vivem em pequenos núcleos familiares ou tribais, dispersos por grandes superfícies, a primeira medida para isolar os guerrilheiros é a reunião das populações em aldeamentos, para facilitar o seu controlo (Afonso e Gomes, 2000).

Na opinião do General José Luís Almiro Canelhas, “os aldeamentos estratégicos permitiam o enquadramento das populações” (Antunes, 1995).

De uma forma geral, as populações encaravam bem as FFAA portuguesas. Com a exceção dos Macondes, não havia qualquer problema de recrutamento entre os nativos. Houve dificuldades em convencer a administração ultramarina e a parte política a armar as populações, o que naturalmente era um risco calculado. A população não estava contra, era uma população pacífica, queria era o seu dia-a-dia, a paz e a alimentação. Fizeram-se centenas de aldeamentos onde tais condições de vida eram conseguidas. Os aldeamentos estratégicos eram a única maneira de ter as populações protegidas no mato onde se encontravam, a certa altura via-se coagida a acompanhar as guerrilhas e muitas vezes tinham de garantir a sua própria defesa. Além disso, era fundamental para as FFAA portuguesas poderem deslocar-se a toda a parte e ter a sensação de que não havia qualquer zona que estivesse sob domínio da FRELIMO.

As condições vividas no TO de Moçambique dificultavam a implementação desta política dos aldeamentos estratégicos, pelo elevado número de aldeamentos planeados em toda a extensão do território, a descrença das autoridades administrativas e falta de pessoal qualificado, a inexistência de uma estrutura adequada para apoiar a sua construção, o desprestígio das autoridades locais pelos seus antecedentes e a impossibilidade de as Forças portuguesas criarem novos destacamentos militares de apoio a cada aldeamento (Afonso e Gomes, 2000).

Houve fatores que favoreceram a guerra de guerrilha pelos movimentos de libertação e a adesão por parte da população quer no território moçambicano, quer nos países fronteiriços. Moçambique não se formou no seio de uma comunidade estável, possuidora de uma unidade cultural, económica, territorial e linguística e foi o contexto colonial que criou as bases para uma coesão psicológica e social fundamentada na experiência da discriminação.

Os movimentos contra as FFAA portuguesas, exploravam a luta de libertação como principal motivação, entre outras, como acabar com o trabalho forçado e o pagamento de impostos, acabar com os problemas relacionados com as terras dos nativos, com as atitudes discriminatórias e com tendências raciais, acabar com os abusos de autoridade, quer do “europeu”, quer dos agentes administrativos, acabar com o mau tratamento dado aos nativos e com a falta de escolas e a assistência sanitária.

2.3. Variável Ambiente Físico

Moçambique situa-se na costa oriental de África, é banhado pelo Oceano Índico, e faz fronteira com a Tanzânia, lago Niassa, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República da África do Sul e Suazilândia (Pélissier, 1994) (Figura 1). Tem a forma de um triângulo agudo muito grosseiro, com o maior dos lados sobre a costa do

Oceano Índico. A norte faz fronteira com a Tanzânia, desde a foz do rio Rovuma até ao rio Messinge, passando por uma linha sem materialização geográfica visível a «olho nu», que se estende até ao Niassa. A fronteira Oeste parte do lago Niassa e estende-se pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República da África do Sul e Suazilândia, terminando no rio Maputo e do paralelo de 26° e 52', até à Ponta do Ouro (CEM, 2002-2004).



Figura 1 – Mapa de Moçambique
Fonte: CECA (2012).

Uma marca física e ponto importante do terreno que surge na segunda metade do período das Campanhas, é a barragem de Cahora Bassa, no vale do Zambeze.

No que diz respeito ao clima, este não era uniforme, com duas estações bem demarcadas, caracterizadas por uma estação chuvosa e quente (de novembro a abril), e uma estação seca e de temperaturas mais moderadas (no resto do ano).

A norte era condicionado pela zona equatorial de baixas pressões e pela frente intertropical, sendo que no período de novembro a abril se faziam sentir as monções do Índico, onde predominavam os ventos de nordeste, as trovoadas

e a precipitação intensa. No resto do ano predominavam os ventos de sudoeste, o Sul era afetado pela zona de anticiclones tropicais, que causavam frequentemente céu limpo e chuvas fracas. O estado do tempo era condicionado pela posição do anticiclone do Índico, sendo frequentes, na estação das chuvas, os ventos do Sul, com grandes trovoadas, rajadas ciclónicas e descida acentuada de temperatura (CECA, 1988).

Estavam identificados quatro tipos de clima no território Moçambicano, o Tropical húmido, o Tropical seco, o Tropical semiárido e o Clima modificado pela altitude (Garcia, 2011).

Em Moçambique, estes fatores físicos assumiram uma importância invulgar, favorecendo, claramente, os movimentos independentistas que conduziram ações de guerrilha a coberto da vegetação e de linhas de infiltração que dificultaram a ação das FFAA portuguesas.

Dos rios existentes no TO de Moçambique destacam-se, pela sua importância militar, em Cabo Delgado, o Rovuma, que constitui a fronteira a norte com a Tanzânia, o Messalo, entre o planalto dos Macondes e a serra Mapé, o lago Niassa, com os seus 30.000 km², de difícil ultrapassagem na época das chuvas, que influencia toda a região envolvente. No Niassa, o Lugenda, afluente do Rovuma, que corta obliquamente toda a região e em Tete, o Zambeze, que atravessa o Centro de Moçambique e, na zona do Songo, corre entre as margens rochosas e escarpadas de Cahora Bassa, onde no início dos anos 70 se construiu a barragem que provocou alterações decisivas na guerra. O rio Capoche, afluente do Zambeze, constituiu a principal linha de infiltração dos guerrilheiros da FRELIMO, a partir da Zâmbia (Garcia, 2011).

Mas nem só a conduta das operações foi afetada pelas características físicas do Teatro de Operações, a Logística também foi condicionada pela configuração do território e pela localização excêntrica dos centros de decisão política e militar relativamente às zonas de operações. Rapidamente se entendeu que não se podiam manter «depósitos-base» em Lourenço Marques, a 2 000 km da fronteira norte, onde se desenrolavam as operações, pelo que a estrutura logística foi descentralizada, constituindo-se depósitos junto aos portos de desembarque da Beira, Nacala e Porto Amélia, tendo o Exército, para fazer face às particularidades do território, dividido o TO em quatro áreas logísticas, cada uma servida por um depósito base (CEM, 2002-2004)

3. ANÁLISE ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL

Por forma a perceber como era caracterizada a estrutura operacional no TO de Moçambique, este capítulo foi dividido em quatro partes. Procurou-se abordar de forma sucinta e clara, as características operacionais que mais influenciaram os diversos atores no TO de Moçambique, bem como as alterações que estas sofreram ao longo do tempo, entre 1964 e 1975.

3.1. A estrutura superior Política e Militar

Desde o início da Guerra em Angola, em 1961, que o Presidente da República assumia o papel de Comandante Supremo das Forças Armadas (condição ainda hoje prevista na Constituição da República portuguesa (CRP)). O Governo era responsável pela definição da política de defesa nacional e ao Presidente do Conselho de Ministros¹ competia a direção desta mesma política, ou seja, na hierarquia do poder político estava o Presidente da República, seguido pelo Presidente do Conselho (assessorado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN)²) que se ligava diretamente ao Ministro da Defesa Nacional (MDN) (que preparava os orçamentos militares e da defesa civil). Este, por sua vez, coadjuvado pelo Conselho Superior Militar (CSM)³ e pelo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), como órgãos de estudo e trabalho, emanava as ordens e diretivas para os respetivos ministérios (sendo que a Força Aérea tinha sido criada como ramo, muito recentemente – Lei 2055 de 27 de maio de 1952 – mais concretamente como Secretaria de Estado da Aeronáutica) (Bacelar, 2000).

Com o surgimento da OTAN em 1949, surge a necessidade de as FFAA se adaptarem e modernizarem. Assim, com o Decreto-Lei 42564, de 7 de outubro de 1959, o Ministério do Exército e o próprio Exército são profundamente alterados e modernizados (Garcia, 2011).

Relativamente à obtenção de recursos humanos e materiais e à determinação das necessidades, bem como toda a preparação da defesa militar (componente naval, terrestre e aérea) estas competiam aos Ministros da Marinha, do Exército e

¹ António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros, de 5 de fevereiro de 1932 a 11 de abril de 1932; de 11 de abril de 1932 a 18 de janeiro de 1936; de 18 de janeiro de 1936 a 27 de setembro de 1968; Marcelo José das Neves Alves Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, de 27 de setembro de 1968 a 25 de Abril de 1974 (Governo, 2016).

² Constituído pelo Chefe de Governo, Ministros de Defesa Nacional, do Interior, dos Negócios Estrangeiros e do ultramar, das Finanças, pelo CEMGFA e pelo Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional (Bacelar, 2000).

³ Constituído pelo MDN, Ministro do Exército, Ministro da Marinha, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica e Adjunto da Defesa Nacional e pelo CEME, CEMM e CEMFA (Bacelar, 2000).

ao Secretário de Estado da Aeronáutica. Eram eles que asseguravam esta obtenção e satisfação de necessidades contínuas (Bacelar, 2000).

Os Chefes de Estado-Maior dos ramos (CEM) eram os conselheiros e os responsáveis por produzir a doutrina, recrutamento e incorporação, aprontamento e mobilização, justiça e disciplina, informações militares, sustentação logística e a preparação das forças para Moçambique. Os CEM estavam sob a orientação do CEMGFA que efetuava a ligação ao sistema político e executava a chefia das operações militares (Bacelar, 2000).

Do CSDN dependiam o MDN e o Ministro do Ultramar e destes, o CEM-GFA e o governador das províncias ultramarinas, respetivamente. O CSDN assumia, no que diz respeito à direção estratégica da guerra e à eficiência das FFAA, os poderes do Conselho de Ministros, dado que se tratava de conflito armado. Era este conselho que nomeava o Comandante-Chefe (CC) de cada TO e determinava as áreas de jurisdição bem como a definição das competências atribuídas (Bacelar, 2000).

Era do CEMGFA que dependiam os CC dos TO, que por sua vez chefiavam os Comandantes das Regiões Militares (RM), os Comandos Territoriais Independentes (CTI), o Comandante Naval e o Comandante da Força Aérea, que simbolizavam os comandos das componentes terrestre, naval e aérea (Bacelar, 2000).

Em colaboração com o Estado-Maior do Exército (EME), a Marinha e a Força Aérea programavam as operações conjuntas, bem como o estudo, sustentação, aquisição de recursos, instrução e todas as atividades de nível operacional de teatro. Pelas diretivas do General CEMGFA, as operações eram conduzidas e produzidas respostas e estudos que eram posteriormente encaminhados para a estrutura ministerial tutelar (Bacelar, 2000).

Os Comandos navais em Moçambique, são instalados em 1960 e em 1963, com a chegada das primeiras unidades de fuzileiros. Nesta altura, começam também a ser destacados para vigilância das águas territoriais e acompanhamento e proteção dos recursos humanos e materiais, os navios com diversas e modernas características e aptidões das suas tripulações (Bacelar, 2000).

Relativamente ao Exército, a estrutura continental estava bem organizada, sendo que além das Regiões Militares (RM) existia a 4.^a RM em Moçambique com o seu Quartel-General (QG) em Lourenço Marques, contudo, o dispositivo em Moçambique em 1961 não tinha ainda o seu dispositivo terrestre como pretendido (dado que se tinha acelerado este processo em Angola devido à independência do Congo Belga – se por um lado Moçambique havia ganho em vantagem estratégica por ter iniciado o conflito mais tarde, também foi prejudicado na prioridade de atribuição de meios mais tardia) (Bacelar, 2000)

Existiam Companhias de Caçadores Especiais (CCE) e Tropas Paraquedistas, com grau de resposta razoável, prontas a serem empenhadas. As unidades de combate e de apoio de combate estavam na dependência dos comandos operacionais e sectores que por sua vez dependiam das FT do 4.º Comando das RM de Moçambique (CECA, 1989).

A 3.ª Região Aérea da Componente Aérea, dizia respeito à totalidade do território de Moçambique, cujo comando tinha a responsabilidade de recrutar e mobilizar o seu pessoal, acionando as unidades de combate e de apoio aéreo bem como o seu treino. Também a defesa aérea era uma responsabilidade deste comando aéreo (Bacelar, 2000).

A dispersão dos meios aéreos era feita por Bases Aéreas e Aeródromos Base onde se localizavam todos os meios de combate, de apoio, reabastecimento, manutenção e a ligação com outras unidades adjacentes. Os Aeródromos de Trânsito, de Manobra e de Recurso foram também alternativas às infraestruturas mais permanentes (Bacelar, 2000).

3.2. Análise da estrutura do sistema político-militar

A cadeia hierárquica instituída era de um CC (com Comando Conjunto atribuído) que era coadjuvado pelos Comandantes das respetivas componentes naval, terrestre e aérea. O dispositivo territorial destas componentes era maioritariamente para dissuasão, bem como para estabelecer a ligação local com as populações.

Foi necessário implementar uma ação conjunta que previa a coordenação entre forças terrestres e aéreas para as diversificadas missões de transporte aéreo de forças, apoio logístico, evacuação sanitária ou mesmo de apoio de fogos. Aliada a esta necessária operacionalidade, tornou-se permanente a constituição de reservas com empenho variado e em qualquer zona do território de Moçambique (CECA, 1989).

O então conhecido como Governador Geral da Província de Moçambique correspondia inicialmente ao CC, acabando por ser diferenciado, para que o desenvolvimento económico pudesse ser explorado por alguém que se dedicasse a uma vertente governativa de política económica rentabilizada. Era o Governador que, nestas circunstâncias, tinha a total responsabilidade das decisões perante o Governo⁴ (Garcia, 2011).

Procurou-se permanentemente manter um Comando para cada componente para que se conseguisse corresponder às diversas solicitações que eram planea-

⁴ Art.º 7.º do Decreto-Lei 43560 de 23 de março de 1961.

das e que decorriam de acordo com aquilo que eram as intenções do CC, quer a nível logístico, administrativo ou operacional. Foi decorrente desta conduta que foram criadas as ZI (zonas de ameaça elevada), além dos CTerr onde a atividade era muito reduzida ou mesmo inexistente (Bacelar, 2000).

No TO de Moçambique, o dispositivo operacional era muito grande, pelo que foi imperativa a estreita coordenação entre as ações de todos os elementos civis e militares, sendo necessário concentrar poderes para procurar ajustar e facilitar os procedimentos e comandos. Foi assim possível criar órgãos e estruturas nos quais se delineavam planos, diretivas e ordens, sendo tomadas decisões que permitiram uma melhor colaboração (e redução dos tempos de resposta e ação) entre as componentes e maior rendimento operacional.

É da opinião de uma grande parte dos militares que combateram em Moçambique, que foi incrementada a confiança mútua e desenvolvido o comando-missão (então denominado como liberdade de ação), em que a conduta das operações foi desenvolvida através da execução descentralizada baseada em ordens tipo-missão (orientadas para a finalidade da operação em detrimento do detalhe das tarefas) (Coutinho, 2016).

3.3. Nível Operacional no TO de Moçambique entre 1964-1975

A organização e estrutura de comando em Moçambique tinha no CC, o responsável pela defesa civil e militar do território que se encontrava na sua jurisdição, dando ordens e instruções às autoridades civis, ficando o mesmo também, desta forma, com a administração civil. Esta situação acontecia porque os militares eram possuidores de um elevado conhecimento sobre a população e território e mais facilmente obtinham a coordenação entre militares e civis. Apesar de este conceito ter ajudado no início do aparecimento da subversão, mais tarde veio a verificar-se que não era compatível a acumulação de responsabilidades, e Comandante Geral (CG) e CC passam a ser pessoas distintas (Bacelar, 2000).

O CC, de modo a desenvolver as ações planeadas por si, dispunha de um Comandante Superior Naval, um Comandante Superior Terrestre e um Comandante Superior Aéreo, que tinham responsabilidades operacionais, administrativas e logísticas. Para efeitos de comando e coordenação, no que respeita ao dispositivo terrestre, existiam os Comandos de Setor, que eram definidos de acordo com a necessidade de resposta requerida para fazer face à ameaça, podendo ser constituídos apenas por um Batalhão ou vários, que dependiam do CC, da ZI ou da RM, comandados por oficiais generais ou coronéis (Bacelar, 2000).

Estes Comandos de Setor, onde a atividade inimiga era reduzida ou inexistente podiam ser considerados como setor independente. Onde a ameaça era maior, criavam-se ZI que englobavam vários sectores e possuíam comando conjunto, por forma a possuírem capacidade de resposta e coordenação adequada à mesma (CEM, 2002-2004).

Cada batalhão tinha um espaço geográfico atribuído, o qual se designava por Zona de Ação (ZA), criando uma organização de ocupação territorial por quadrícula, onde possuía comando completo sobre as subunidades orgânicas e de reforço, às quais atribuía áreas de responsabilidade (Bacelar, 2000).

De acordo com a situação geográfica do seu longilíneo território, as estruturas culturais e linguísticas dos seus povos e o desenvolvimento socioeconómico regional, Moçambique foi dividido, em termos militares, na Zona de Cabo Delgado, no litoral nordeste fronteiro ao Tanganica, na Zona do Niassa, no espaço noroeste do território junto ao Malawi e ao Tanganica, na Zona de Moçambique e da Zambézia, a sul das supra referidas, na Zona de Tete, ocupando o respetivo saliente e mantendo fronteira com as Rodésias, na Zona de Manica e Sofala, ainda mais a sul das supra referidas e na Zona Sul, englobando os Distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques, limitadas a ocidente pelo Transval e a Suazilândia.

CEM (2002-2004)

Antes do início das atividades de subversão, o Exército (em Moçambique) dispunha-se com o QG da 4.^a RM em Lourenço Marques e três Comandos Territoriais, Comando Territorial do Norte (CTN), em Nampula, Comando Territorial do Centro (CTC), na Beira, e Comando Territorial do Sul (CTS), em Lourenço Marques, estes divididos normalmente em sectores de Batalhão de guarnição normal ou de reforço, correspondente normalmente a um distrito (Figura 2) (CECA, 1989).

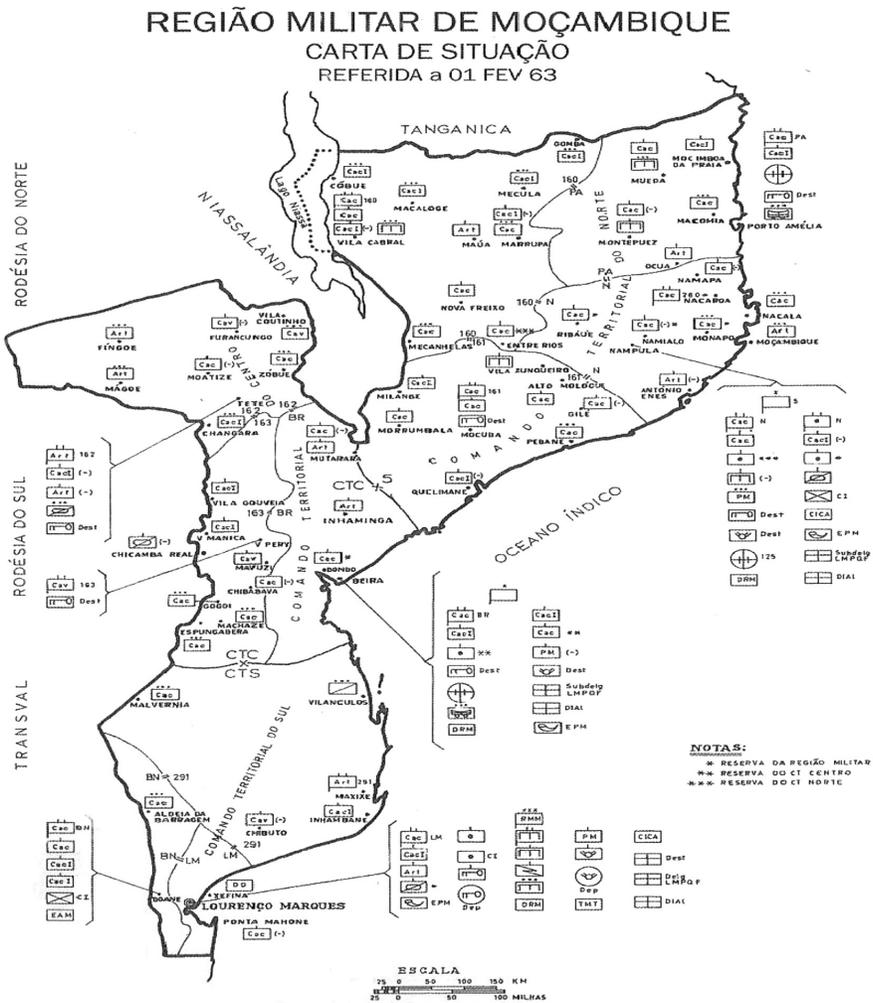


Figura 2 – Carta de situação referida a 01Fev63
Fonte: CECA (2012).

Relativamente ao dispositivo aéreo, inicialmente a Força Aérea em Moçambique possuía o QG da 3.ª Região Aérea em Lourenço Marques, sendo o responsável perante o CC pela prontidão e pelo emprego dos meios aéreos (Figura 3). Para prestar o apoio as forças terrestres tanto em deslocamentos táticos como administrativos de pessoal e material e apoiar na sua sustentação logística criou as seguintes infraestruturas:

- Base Aérea n.º 10 na Beira;
- Aeródromo Base n.º 5 em Nampula, transferido para Nacala em 1964, n.º 6 em Nova Freixo, n.º 7 em Tete e n.º 8 em Lourenço Marques;
- Os Aeródromos de Manobra n.º 51 em Mueda, n.º 52 em Nampula, n.º 61 em Vila Cabral, n.º 62 em Marrupa, n.º 71 no Furancungo, n.º 72 em Chicooa e n.º 73 em Mutarara;
- As Aeródromos de Recurso de Tenente Valadim, de Milanje, do Fingóe e de Vila Pery (Bacelar, 2000).



Figura 3 – Força Aérea Portuguesa 1961-1975
 Fonte: Ultramar (2016).

Para cumprir as missões da Marinha no Ultramar, o Comando Naval de Moçambique integrou desde 1960 até 1972, os Comandos de Defesa Marítima dos Portos de Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Quelimane, Chinde, Moçambique, Porto Amélia, Nacala, Lago Niassa, António Enes, e Zambeze. Organizou também o Comando de Esquadilha de Lanchas do Niassa (Bacelar, 2000).

3.4. Principais alterações do nível operacional durante a Guerra

Durante o período entre 1964 e 1975, as estruturas de comando vão sofrendo reformulações de modo a se adaptarem e melhorar à luta contra as atividades subversivas que fazem com que haja ajuste e reforço à disposição das forças.

Após terem lugar os primeiros atos violentos e devido ao facto de ocorrerem maioritariamente na região norte, surgiu a necessidade de criar uma Zona de Intervenção Norte (ZIN) com sede em Nampula, sob o comando do Comandante da RM que possuía funções de coordenação operacional dos três Ramos das FFAA e que se encontrava subordinado ao CC (Figura 4). O CTC e o CTS, fruto da menor incidência de atividade subversiva na sua área de operações, mantiveram a sua organização antecedente. Pelas mesmas razões o Setor de Zambézia foi considerado independente (Bacelar, 2000).



Figura 4 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1965

Fonte: Bacelar (2000).

Mais tarde e depois de se verificar a existência de algumas lacunas e duplicações na estrutura administrativa e operacional, surge a criação da figura de CC Adjunto, em quem o CC podia delegar diretamente parte das suas atribuições. Esta necessidade resultou da complexidade das tarefas de que estava incumbido o CC, que se via exponencialmente aumentada pelas características da luta contra a subversão e que exigiam permanente acompanhamento e conduta das operações. Ao CC adjunto competia desta forma coadjuvar o CC em todos os assuntos respeitantes à preparação e emprego das forças militares e militarizadas estacionadas ou em serviço na província (Bacelar, 2000).

Após o General Kaúlza de Arriaga assumir funções como CC, em 1970, aglomerou em Nampula todos os órgãos de comando e direção, numa tentativa de centralização do comando e controlo das operações e acompanhamento da evolução da situação económica e militar, criando para o efeito, as seguintes Zonas e Comandos:

- ZOT, dividida em três Sectores e com um comando de zona situado em Tete;
- Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), para conduzir o emprego das reservas do CC;
- Comando Operacional de Defesa da Barragem de Cahora Bassa (COD-CB), com o intuito de defender as obras da Barragem no Rio Zambeze;
- Comando de Cargas Críticas, com o intuito de garantir a segurança no transporte de material e equipamento para as obras da Barragem do Rio Zambeze;
- Comandos Navais e Comandos Aéreos Territoriais.

Uma vez mais, o CTC e o CTS continuaram sem alterações, relativamente à sua organização. Por sua vez, o Setor do Zambeze passa a incluir a ZIN. Todos estes Comandos ficaram na dependência do CC, criando-se um comando único (Figura 5) (Bacelar, 2000).

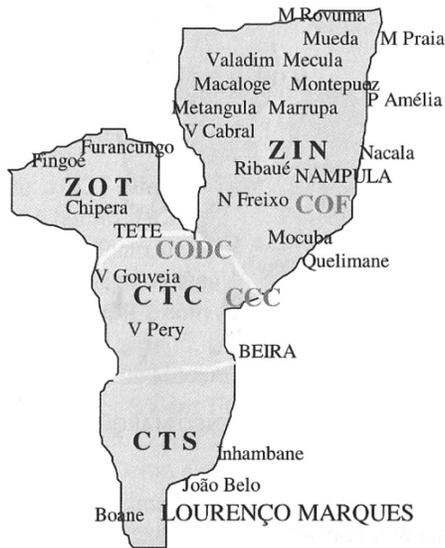


Figura 5 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1970

Fonte: Bacelar (2000).

A principal alteração ocorrida no que diz respeito ao dispositivo aéreo, teve lugar a partir de 1970, quando o QG da 3.^a Região Aérea, que se encontrava em Lourenço Marques desde o início do conflito, passou para Nampula (Bacelar, 2000).

No dispositivo da Marinha, a alteração mais significativa ocorre quando, em 1967, a Lancha de Fiscalização Pequena (LFP) e as duas lanchas de desembarque médias (LDM), que a Marinha possuía em Moçambique, foram levadas para o lago de Niassa, sendo criado o Comando das Forças de Marinha na ZIN. Com a evolução de Nampula para CC, a Marinha criou o Comando Naval Avançado em Nampula e o Comando Naval Recuado em Lourenço Marques (CEM, 2002-2004).

CONCLUSÕES

Existiram diversos fatores com influência direta ou indireta na estrutura operacional presente no TO e que resultaram na sua alteração e evolução, pelo que importa referir as que se consideram mais incisivas e catalisadoras dessas mudanças. No que concerne à organização das FFAA na metrópole, diversos fatores tiveram repercussões no TO, dos quais se destacam a existência de uma cadeia de comando com pouca iniciativa e pouco preparada para comandar, fruto dos escassos recursos disponíveis para treino e preparação das forças e pouca motivação

para se ver envolvida no conflito, o que em último caso gerou lutas internas, que se vieram a repercutir no TO, minando também a estrutura de comando aí existente. Importa também salientar que, além da pouca preparação e escassos recursos das FFAA em território continental, o treino que possuíam não se encontrava adequado ao que iriam encontrar no TO.

Face ao que antecede e à necessidade de combater um tipo de ameaça até aí desconhecido e ao evoluir do conflito, as estruturas operacionais existentes no TO foram sofrendo alterações. Houve a necessidade de separar a figura de CG do CC, a fim de permitir tirar maior partido da administração civil, claramente motivada pela necessidade de desenvolver economicamente a região e permitir que o CC centrasse as suas atenções na condução e acompanhamento das operações. Com o aumento da intensidade das atividades subversivas, verificou-se a necessidade de o CC delegar alguns poderes a fim de poder centrar os seus esforços nas áreas de maior importância operacional, pelo que foi criada a figura de CC adjunto. No seguimento do aumento da atividade subversiva, criaram-se zonas de atuação, consoante o grau de incidência dos movimentos subversivos. Surgiram assim as ZI, que eram zonas onde se verificava maior incidência de ações da guerrilha e os CTerr, com menor atividade e exigência operacional.

Importa também referir que a evolução da estrutura operacional no TO de Moçambique se encontra diretamente relacionada com as variáveis Militar – Social – Ambiente Físico e a forma como se influenciam umas às outras de forma contínua e cíclica, tendo por elemento de ligação a população. Na medida em que a ameaça se transforma e evolui, também as FFAA se adaptaram, como explicado anteriormente. Da mesma forma, quando as FFAA se transformavam, também a ameaça tinha de responder a essas alterações, para repor o equilíbrio. Por sua vez, a população era a base para esta relação. O seu apoio a um lado ou ao outro dava ou retirava força a esse lado. Dessa forma, a atividade militar “conquista” ou empurra a população para a subversão, o que pode potenciar as capacidades da guerrilha. Quando tal acontece, existe um aumento de ações subversivas e a necessidade de maior reação das FFAA, criando ZI. Também o ambiente físico teve grandes implicações na implantação e atuação das forças no terreno, condicionando também de forma muito relevante a estrutura logística, que teve de se aproximar das forças a apoiar, tendo essa aproximação e aumento de capacidade de apoio tido repercussões na estrutura operacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Notícias.
- Antunes, F., 1990. *O Fator Africano 1890-1990*. s.l.:Bertrand.
- Antunes, F., 1995. *A Guerra de África 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Arriaga, K., 1987. *Guerra e Política - em nome da verdade, os anos decisivos*. Lisboa: Edição Referendo.
- Arriaga, K., 1988. *Estratégia Global*. Lisboa: Referendo.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Castro, A., 1976. *O Sistema Colonial Português em África (meados dos séculos XX)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Enquadramento Geral*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Dispositivo das Nossas Forças em Moçambique*. Lisboa: EME.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2012. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974 - Aspectos da Actividade Operacional - 6º Volume. Tomo III Moçambique. Livro I. 1.ª ed.* Lisboa: CAVE.
- CEM, 2002-2004. *As Campanhas em Moçambique Durante o Conflito Ultramarino Português*. s.l.:IAEM.
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1972. *Relatório de Acção nº 01/72. Operação Nó Górdio*. Nampula: Arquivado no Arquivo Histórico Militar.
- Coutinho, M., 2016. *Entrevista Enquadramento Moçambique - Experiência Profissional* [Entrevista] (22 de abril de 2016).
- Ferreira, J., 2003. *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português e a Inserção das FA na sociedade*. s.l.:Hugin.
- Garcia, F., 2011. *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974) - Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em História*. Porto: Universidade Portucalense.
- Governo, 2016. *Gov.pt*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/chefes-de-governo/chefes-de-estado.aspx>> [Consult. em 10 de maio de 2016].
- Instituto de Altos Estudos Militares, 1986. *Estudo sobre a População de Moçambique na subversão e contrasubversão - 1965/1966*. Lisboa: C.A.C..

- Pélissier, R., 1994. *História de Moçambique: Formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa.
- Ultramar, 2016. *Ultramar.terraweb*. [Em Linha] Disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/RMMFilipeAbreu/FAP_Mocambique.pdf> [Consult. em 07 de julho de 2016].
- Velez, R., 2012. *Salazar Tchombé O envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*. Lisboa: DG Edições.

SECÇÃO III

A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO

A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO. O CASO ESPECIAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP CAV Sérgio Miguel Capelo
CAP INF Pedro Miguel da Cunha Arede Vasconcelos
CAP INF Rodolfo Manuel da Costa Romeiro
CAP ADMIL Ana Cristina Genebra Soares Garrinhas
CAP ART Lúcio Manuel da Costa Lopes

Orientador

MAJ ART Pedro Bretes Amador

O Exército Português foi sujeito a um enorme e exigente esforço de adaptação durante um conflito com características subversivas em África, o qual teve lugar em três Teatros de Operações (TO) distintos.

A Guerra de África, que decorreu de 1961 a 1974, tornou premente a necessidade do Exército criar doutrina e adaptar o treino ao tipo de conflito, aumentar a sua capacidade de recrutamento, reforçar o seu dispositivo e dimensionar as suas infraestruturas logísticas e de produção e a consequente implementação nos TO onde operava.

A implementação destas infraestruturas logísticas do Exército em África obrigou à obtenção de equipamento adequado e à implementação de um sistema logístico, capaz de garantir o apoio e o reabastecimento necessário a um grande dispositivo de tropas regulares e irregulares, que no caso de Moçambique, em função da maior extensão do território e das linhas de comunicação, conjugadas com a dificuldade de controlo das fronteiras e as limitações do espaço aéreo de África, representou um desafio acrescido.

Neste contexto, importa estudar e analisar o esforço e as alterações implementadas pelo Exército Português ao nível das infraestruturas de produção para fazer face a este conflito armado que durou 11 anos em Moçambique.

Deste modo, a presente secção pretende analisar as alterações estruturais que ocorreram no Exército durante a Guerra de África. Iremos, inicialmente, debruçar-nos na análise às infraestruturas de produção do Exército antes do início da “Guerra do Ultramar”, em particular na década de 50 e imediatamente antes do início do conflito no TO de Moçambique. Posteriormente, evidenciaremos quais foram as principais necessidades, carências e limitações sentidas pelo Exército Português, neste TO, logo após o início das operações militares no

território. De seguida abordaremos as alterações ocorridas nas infraestruturas de produção do Exército após a eclosão do conflito no TO de Moçambique, os motivos que originaram essas alterações e os problemas que ocorreram na produção e laboração nessas infraestruturas. Por último, apresentaremos as conclusões, de modo a evidenciar a importância da análise das infraestruturas de produção do Exército durante a “Guerra do Ultramar”, em particular as decorrentes do TO de Moçambique.

1. AS INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO NA METRÓPOLE E EM MOÇAMBIQUE ANTES DO INÍCIO DO CONFLITO

“As atividades logísticas desenvolvem-se nos três níveis das operações. Os níveis estratégico e o operacional focam-se no apoio à guerra e às campanhas, enquanto o nível tático é concebido para o apoio à condução das operações ao nível das unidades táticas propriamente ditas” (Exército Português, 2013).

A Indústria Militar visa assegurar e incrementar o apoio logístico às Forças Armadas (FA). Este apoio enquadra-se ao nível estratégico na Logística de Base, ou de Produção, que fornece os meios para a Logística Operacional, que está diretamente relacionada com a produção Industrial, garantindo dessa forma, a sustentação das Forças Militares (Coelho, 2010). Integram-se neste âmbito, as empresas estatais de carácter militar que produziam e reparavam bens e prestavam serviços destinados às FA, mais propriamente ao Exército, sendo este o foco de estudo e análise deste capítulo.

A partir da década de 50, viveram-se profundas transformações ao nível da Indústria Militar, até ao início da guerra no TO de Moçambique em 1964. Segundo Tavares (2005), graças ao contexto nacional e internacional então vivido na época, criaram-se condições verdadeiramente excecionais para que a indústria militar desse um salto tecnológico significativo. Com a adesão de Portugal à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a estrutura militar portuguesa e as doutrinas sofreram grandes alterações tendo sido assumidos compromissos internacionais que, consequentemente tiveram reflexo na logística (Monteiro, 2013).

A procura de uma maior autossuficiência na área do armamento e munições levou a um investimento na indústria militar. O apoio económico-financeiro dos EUA, decorrente do Plano Marshall¹, que Portugal recebeu até meados da década de 1950,

¹ Plano Marshall - conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

foi decisivo para a criação e modernização da indústria militar portuguesa, garantindo assim a capacidade de sustentação das operações militares nos TO em África.

Nesse sentido, ainda no âmbito do Plano Marshall, Portugal recebeu apoio estrangeiro na formação técnica do pessoal das indústrias militares. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades, em finais da década de 50, nomeadamente na Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP) e na Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras (FNMAL), na obtenção de mercado para escoamento da sua produção. A produção em 1959 na FMBP quase cessou, contudo nos anos seguintes assistiu-se a um aumento de exportações em armamento e munições para a República Federal Alemã (RFA)² assim como para os TO em África (Tavares, 2005). Tal facto supriu as necessidades básicas das FA em munições e armas ligeiras, apesar do atraso da indústria militar portuguesa ao nível tecnológico.

Deste modo, as FA foram modernizadas dentro dos limites dos recursos nacionais. Ao nível logístico passou a existir um quadro de pessoal formado segundo a doutrina dos Estados Unidos da América (EUA). As sucessivas reorganizações efetuadas constituíram as bases para a futura expansão e sustentação necessárias para conduzir operações militares nos TO de África, de 1961 a 1974.

O nível logístico nacional estava inserido na quarta repartição (Logística), com dependência direta do Quartel-Mestre General, dependendo este hierarquicamente, do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), e este por sua vez, dependia do Ministro do Exército ou do Subsecretário de Estado.

Na estrutura Logística do Estado Português inseriam-se as Indústrias Militares. Nesse domínio, encontram-se os Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército (EFME). Existiam sete estabelecimentos pertencentes ao Exército, e sobre os quais recai a nossa análise, designadamente, a FMBP, Fábrica Militar de Santa Clara (FMSC), FNMAL, o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), a Manutenção Militar (MM), as Oficinas Gerais de Fardamento (OGF) e as Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME) (Tavares, 2005).

² Entre 1957-59 ocorreram diversos contactos entre responsáveis políticos e militares portugueses e alemães no sentido de tentar negociar com a RFA a obtenção de encomendas de munições em troca da compra de equipamento para a siderurgia portuguesa que então se estava a construir. A 16 de janeiro de 1960, uma Convenção Administrativa concretizava os termos gerais da colaboração militar entre Portugal e a RFA. A 21 de março de 1959, esta última deu a conhecer a intenção de encomendar a Portugal 450 000 munições de artilharia de 10,5cm, tipo americano e, 120 milhões de munições de 7,62mm. A 5 de julho do mesmo ano concretizou as suas intenções e, meses depois, em 29 de dezembro reforçou os pedidos de material de guerra com uma nova encomenda, desta vez de 4 500 000 granadas de mão defensivas DM41 com espoleta DM72. Novas encomendas surgiram nos anos que se seguiram. Em 6 de setembro de 1960, a RFA solicitou novamente à FNMAL o fornecimento de mais 100 milhões de munições de 7,62mm. Em 1962, por via de uma nova encomenda para a RFA, passou também a produzir componentes da espingarda automática G3 e a proceder à montagem da mesma (Tavares, 2005).

Em 1961, enquanto o Exército Português ultimava a conceção da sua própria doutrina logística vocacionada para um conflito convencional, a guerra surgia em Angola vendo-se confrontado com a necessidade de adaptar a sua doutrina a uma campanha de cariz subversivo. Nessa altura, a estrutura Logística do Exército Português (EP), dispunha já de órgãos de direção e de execução a funcionar plenamente, sendo que ainda estava em curso o processo de modernização na indústria militar que, não estando no nível desejado, veio a verificar-se fundamental para dar resposta às necessidades das operações (Tavares, 2005). Perante esta tipologia de conflito, Portugal não estava preparado. Segundo Tavares (2005), o equipamento e o armamento das FA eram obsoletos e não eram os adequados para uma guerra de guerrilha. Surgiu, então, a necessidade do Exército efetuar a reconversão e adaptação da guerra convencional para a guerra subversiva, aligeirando o equipamento e o armamento (Monteiro, 2013).

Em guerra subversiva, a clássica distinção entre as zonas de comunicações (ZC) e de combate deixa de fazer qualquer sentido, dado que ambas se sobrepõem levantando graves problemas de segurança, quer pela dispersão dos órgãos logísticos, quer pela elevada vulnerabilidade desses órgãos e das suas linhas de comunicações (Tavares, 2013).

De salientar, ainda, o contributo preponderante dado pelos Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército (EFME) para a sustentação do esforço de guerra no ultramar tendo sido capazes de assegurar, a produção da maioria das munições e do armamento ligeiro utilizados, do equipamento do pessoal, dos medicamentos, dos víveres e da reparação e manutenção de meios (Tavares, 2013). Para além deste esforço excepcional, prestaram igualmente um importante apoio social aos militares e suas famílias com a projeção para África das atividades da MM, do LMPQF e das OGF, abrindo messes, supermercados, cantinas e secções comerciais no TO.

1.1. As infraestruturas de produção existentes na Metrópole antes do início do conflito

Os EFME³ existentes na Metrópole antes do início do conflito eram os seguintes:

- 1.1.1 A FMBP destinava-se ao:
 - Fabrico e reparação armamento de toda a espécie;

³ Segundo o Decreto-Lei n.º 41892, de 3 de outubro de 1958.

- Fabrico e reparação de componentes e subcomponentes metálicos de munições para armamento de calibre 40mm, inclusive;
 - Fabrico e reparação de instrumentos de precisão, aparelhagem elétrica e material de referenciação ou de predição de tiro;
 - Fabrico e reparação de viaturas hipomóveis;
 - Fabrico e reparação de viaturas automóveis especializados de artilharia, do serviço de munições e de viaturas blindadas ou couraçadas, incluindo o seu armamento e equipamento, excluindo em todos os casos os respetivos motores;
 - Fabrico de ferramentas necessárias à laboração das indústrias militares;
 - Fabrico de outros artigos que com aprovação superior fosse julgado conveniente manufaturar para satisfação de necessidades das forças armadas ou para manter a laboração da Fábrica e o trabalho ao seu pessoal.
- 1.1.2 A FNMAL destinava-se ao fabrico e recuperação das diferentes espécies de cartuchos para armas portáteis, bem como ao fabrico e recuperação das munições para bocas-de-fogo de pequeno calibre, incluindo sempre o seu carregamento.
- 1.1.3 A FMSC destinava-se ao fabrico e reparação:
- Dos equipamentos e correame necessários às forças armadas;
 - Do material de bivaque a acampamento necessários à vida das tropas em campanha;
 - Dos arreios e artigos de correame necessários ao serviço dos solípedes e viaturas ou ao bom acondicionamento e transporte dos materiais de guerra ou mobilização necessárias às forças militares;
 - De tendas hospitalares e outras destinadas aos serviços de saúde militar;
 - De outros artigos necessários às forças armadas que não estivessem nas atribuições dos restantes estabelecimentos fabris do Ministério do Exército, quando o seu apetrechamento industrial o permitisse ou aconselhasse.
- 1.1.4 Às OGME competia:
- O fabrico e reparação de material automóvel;

- A reparação de viaturas automóveis especializados da engenharia e dos serviços;
- O fabrico e reparação dos motores de todas as viaturas pesadas das forças armadas, incluindo os das viaturas blindadas ou mecanizadas de qualquer natureza, dentro das possibilidades do seu equipamento;
- O fabrico e reparação de material de transmissões;
- O fabrico e reparação de todo o restante material especializado de engenharia;
- O fabrico e reparação de outros artigos e materiais que com a aprovação superior fosse conveniente manufacturar.

1.1.5 As OGF tinham por finalidade:

- Confecionar os artigos de vestuário, calçado, roupas hospitalares e roupas de aquartelamento destinadas às forças armadas, sempre que não conviesse recorrer ao mercado nacional;
- Executar os grandes consertos dos artigos mencionados na alínea anterior;
- Exercer outras atividades congéneres julgadas necessárias às instituições militares, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra;
- Armazenar e conservar, eventualmente, toda ou parte da reserva de fardamento necessária à mobilização das forças armadas;
- Fornecer aos militares, a preços módicos, diretamente ou por intermédio das cantinas e cooperativas militares, artigos de uniforme e de utilidade particular, confeccionados ou não nas suas oficinas

1.1.6 A MM destinava-se essencialmente a assegurar:

- O reabastecimento das forças armadas em pão, víveres e forragens, sempre que as circunstâncias não aconselhem a recorrer ao mercado;
- A constituição das reservas necessárias para a mobilização militar a acudir a situações de emergência ou de guerra;
- O fornecimento de rancho às tropas, tendo em vista a melhoria de preço de custo e qualidade pela concentração deste serviço numa só direção;

- O fornecimento a preços módicos às forças armadas e aos elementos que as constituíssem de outros produtos da sua produção que as circunstâncias aconselhassem;
- O fornecimento de combustíveis, líquidos e lubrificantes às Forças Armadas.

1.1.7 Ao LMPQF competia essencialmente:

- Fabrico e manipulação de medicamentos, artigos e penso e outros produtos químicos necessários ao reabastecimento das forças armadas, militares e militarizadas, ou à satisfação das necessidades particulares do seu pessoal;
- As análises clínicas e físicas do material antigás e o fabrico, quando possível, dos cartuchos-filtros, com as respetivas cargas químicas e físicas;
- A desinfestação e desinfeção dos aquartelamentos das unidades e estabelecimentos militares e o estudo dos produtos respeitantes à guerra química e biológica ou a combater os meios líquidos utilizados em tal modalidade de guerra;
- As análises químicas, toxicológicas, bacteriológicas e bromatológicas necessárias às forças armadas e ao pessoal que as constitui e ainda as análises químicas e bacteriológicas das águas.

1.2. As infraestruturas de produção existentes no TO de Moçambique antes do início do conflito

Em guerra convencional o TO está ligado à Zona do Interior (ZI), onde funciona o poder político e por uma Zona de Comunicações (ZC), que se deseja a mais curta possível (Coelho, 2010, p. 2). No caso de Moçambique, a ZI era a Metrópole e a ZC era o espaço que a separava do TO, já que, em 1963 foi negada a Portugal a possibilidade de usar o espaço aéreo de África⁴, criando enormes dificuldades logísticas. A ZC terminava em bases logísticas de onde partiam os recursos para o interior do TO, sendo que o TO com piores condições era o de Moçambique pela impossibilidade de criar apenas uma base logística, a que se juntava ainda o facto de ter a maior ZC.

⁴ Facto devido à campanha internacional contra a política ultramarina portuguesa que se manteve acesa através de debates e de resoluções condenatórias na ONU, embargo na venda de armamento de países ocidentais, corte nas relações diplomáticas e proibição de navegação aérea e marítima por parte de alguns países afro-asiáticos, aumento de incidentes nas fronteiras africanas, críticas de Estados membros da OTAN, entre outros.

Sendo o mais singular em relação à Zona do Interior, o TO de Moçambique apresentava uma configuração geográfica extensa com insuficiência nas estruturas económicas, aumentando as dificuldades ao apoio logístico.

À data de início das operações, a estrutura logística territorial existente era muito reduzida. A direção logística (4ª Repartição e alguns Comandos e Chefias) situava-se somente em Lourenço Marques (atualmente Maputo), onde também se encontravam os principais órgãos de execução. Até 1964 não existiam quaisquer infraestruturas de produção estando estas localizadas na Metrópole, sendo que apenas existia, em todo o território de Moçambique, uma base logística de apoio, localizada em Lourenço Marques. Em maio de 1964, o dispositivo logístico permanecia sensivelmente o mesmo, tendo somente sido organizado o Agrupamento do Serviço de Material, com o seu Comando, a Companhia de Comando e Serviços e a Companhia de recuperação em Lourenço Marques e uma Companhia de Apoio Direto na Beira e outra em Nampula.

Fortemente condicionado ao nível estrutural, em contraste com singularidade da capital do território, Lourenço Marques, o TO de Moçambique oferecia enormes dificuldades para o transporte terrestre (agravadas no tempo das chuvas). Concomitantemente, o facto de a guerra ter começado no extremo oposto da capital foi determinante no sistema de apoio logístico, dado que, a ZI (Metrópole) só “conhecia” uma base logística que era Lourenço Marques para onde encaminhava a totalidade dos abastecimentos. A acrescentar a este condicionamento, foi decretado que os abastecimentos teriam de ser todos adquiridos localmente ou na Metrópole, trazendo graves consequências para Lourenço Marques, dado que, devido à sua proximidade, podia obter muitos abastecimentos na vizinha África do Sul.

2. AS INFRAESTRUTURAS LOGÍSTICAS DE PRODUÇÃO NA METRÓPOLE E NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE DURANTE O CONFLITO

Para fazer face à guerra, os meios existentes não eram suficientes, e de alguma forma, Portugal não poderia depender do estrangeiro para responder às novas necessidades. “Até 1962, procedeu-se ao aproveitamento do material existente nos depósitos, reconstituindo-os sempre que necessário, enquanto se procedia à aquisição e fabrico de novos equipamentos” (Monteiro, 2013).

No entanto o desafio era exigente. Para além das dificuldades económicas, associavam-se as dificuldades derivadas da não-aceitação por parte da Comunidade Internacional ao programa colonialista (Tavares, 2005), e ao facto do país estar presente em três TO, distanciados por milhares de quilómetros (Monteiro, 2013).

Não existindo um órgão de coordenação da política fabril militar, a indústria de defesa foi evoluindo e adaptada em função da evolução dos conflitos no Ultramar, verificando-se deste modo uma alteração de prioridades na execução de decisões e projetos, não em função do que seria lógico e expectável, mas sim em função das exigências da guerra (Tavares, 2005). No TO de Moçambique e em função do esforço de guerra, uma das primeiras medidas adotadas, que visava dar resposta não só às necessidades operacionais, mas também minimizar o obstáculo da distância, foi a expansão das atividades da MM, do LMPQF e das OGF. As infraestruturas foram geograficamente implantadas na Beira, Lourenço Marques, Nampula e Porto Amélia (Monteiro, 2013). Cada militar no TO de Moçambique custava a Portugal em média de 125\$00 (Monteiro, 2013) ao Estado Português, o que comparativamente aos outros dois TO era o mais dispendioso. Esta situação estava diretamente relacionada, com as características do terreno, bem como com a forte expressão que a guerrilha foi assumindo. As dificuldades de sustentação logística, assumiram uma proeminência em Moçambique superior à dos outros TO, comprovada até pelo considerável número de militares da área de apoio de serviços empenhados. Com o incremento das indústrias de produção em Moçambique pretendia-se, não só satisfazer as necessidades logísticas, que as operações militares exigiam, bem como reduzir substancialmente o seu custo.

A necessidade em rentabilizar as matérias-primas locais, de Moçambique, teve o efeito direto de causar um impacto positivo na indústria local, que levou ao recrutamento de mão-de-obra, gerando uma dinâmica económico, social e cultural não verificada até então, (...) aumento da população dos territórios ultramarinos, de 12 milhões, em 1952, para quase 17 milhões, em 1971. O volume do comércio externo triplicou no mesmo período, de 14 milhões de contos para 45 milhões, e o Produto Interno Bruto (PIB) passou de 39 milhões para 130 milhões de contos. As reservas de ouro e divisas somavam cerca de 50 milhões de contos no final de 1973 (Monteiro, 2013).

O período da guerra colonial ditou uma total subordinação da indústria militar ao poder político (Tavares 2005). “Prover as necessidades da Defesa Nacional”⁵ e garantir a perfeita eficiência das Forças Armadas era a principal missão da indústria militar e a razão da sua existência. Para isso no início da guerra, o Ministério do Exército dispunha dos estabelecimentos fabris⁶ anteriormente referidos, nomeadamente: a FMBP; a FNMAL; a FMSC; as OGME; as OGF; a MM e o LMPQF.

⁵ Decreto-Lei n.º 41892, de 3 de outubro de 1958.

⁶ Decreto-Lei n.º 41892, de 3 de outubro de 1958.

Os estabelecimentos fabris militares tinham um desafio em comum, responder às exigências da guerra onde a Metrópole assumia um papel preponderante na sua sustentação, possibilitando um sistema de reabastecimento mais regular (Estado-Maior do Exército, 1963).

Conforme referido, antes dos conflitos ultramarinos, Portugal possuía já uma indústria militar, que como qualquer outro setor industrial, tinha como fundamento essencial a maximização dos recursos com vista o lucro. Quando surge a guerra colonial, surge mais um “cliente” para alguns setores da indústria militar, e esse “cliente” são as próprias Forças Armadas portuguesas. A natureza subversiva do conflito trouxe alguns desafios às Forças Armadas e conseqüentemente às indústrias militares que, resumidamente se traduzem essencialmente nos aspetos que se seguem:

- Uma rápida procura de munições, armas ligeiras e todo o equipamento necessário no que diz respeito ao fardamento de pessoal militar bem como viaturas (Sena, 2010);
- A adaptação dos equipamentos existentes, às exigências do conflito subversivo (Monteiro, 2013);
- A necessidade de substituir a Mauser por uma arma capaz de responder às necessidades das Forças Armadas (Tavares, 2005; Pinto, 2009);
- O aumento de efetivos das Forças Armadas levou a um conseqüente aumento de produção nos estabelecimentos LMPQF, MM, OGF, FMSC e as OGME (Tavares, 2005) sendo necessário um aumento de pessoal para responder sobretudo às necessidades dos primeiros anos do conflito (Coelho, 2010);

No entanto, da nossa análise podemos verificar claramente que, à exceção dos aspetos atrás apresentados, o mercado interno, mesmo com o eclodir da guerra, não era suficiente para garantir a atividade fabril da nossa indústria de defesa, estando esta muito dependente de mercados externos (Barata, 1981), onde a RFA assumiu um papel fundamental no escoamento da produção fabril, em particular na produção e escoamento da Espingarda Automática G3 “porque a RFA nos deu grandes facilidades para o fabrico e nos encomendou 50 000 para as suas Forças Armadas” (Pinto, 2009). O conflito exigia uma disponibilidade financeira muito grande e como tal seria invariavelmente necessário o apoio externo. É neste contexto que surge a cooperação militar com a RFA. “Com a RFA, o governo português conseguiu a diminuição do défice da balança comercial, a principal preocupação portuguesa, cuja resolução passava pela produção de armamento em Portugal e a sua exportação para a RFA. As vantagens para Portugal que daí advieram foram muito importantes para a guerra subversiva em África, pois incluíram a concessão

de créditos em condições favoráveis, aumento das compras alemãs em Portugal, em particular de munições e armas ligeiras de fabrico português” (Monteiro, 2013).

A guerra trouxe desafios à indústria, não pela quantidade de produção exigida, mas muito por culpa da natureza subversiva do conflito. Não foi necessário proceder a uma revolução a grande escala, na expectativa de, por ventura, a nossa indústria não ser capaz de responder às exigências da guerra, foi sim necessário fazer alguns ajustes na indústria militar em função de uma nova realidade trazida pela guerra, “a qual já existia e estava em condições de operar de forma eficiente e eficaz, tornando-se somente necessário aumentar o seu pessoal ao nível das necessidades para fornecer os recursos de acordo com o crescimento dos efetivos a apoiar” (Coelho, 2010).

Embora o período antes da guerra viesse a revelar algum desenvolvimento tecnológico da indústria militar, este não foi o suficiente para acompanhar a indústria da Europa Ocidental, isto porque Portugal faz na década de 60 “um tipo de guerra em que as inovações tecnológicas não são nenhuma perdendo assim mais de uma década de inovações perante os membros da NATO” (Sena, 2010).

2.1. Os estabelecimentos fabris de armamento e munições: FMBP e FNMAL

O planeamento da produção destes estabelecimentos era difícil de executar na medida em que as necessidades de consumo interno variavam muito em função do evoluir da guerra ultramarina. Ainda assim, podemos afirmar que estes estabelecimentos no ano de 1967 viviam uma situação privilegiada visto que o consumo interno era capaz de absorver toda a sua produção, ao ponto de em alguns momentos, sentirem dificuldade em fazer face aos compromissos estabelecidos com os mercados externos (Tavares, 2005).

O eclodir da guerra acentuou ainda a necessidade de substituir a Mauser por uma espingarda automática. O fabrico da Espingarda Automática G3 na FMBP surge da conciliação de dois fatores: as relações que Portugal estabelecia com a RFA e a necessidade imposta pelo eclodir da Guerra no Ultramar (Tavares, 2005). “A FMBP começou a produzir a G-3 em 1962 (foi o modelo/63, por ter começado a ser distribuída nesse ano). Em 1963, foram fabricadas 11 867 G-3 e 5 572 pistolas-metralhadoras FBP; em 1964, já eram 23 724 e 6 561; em 1969 os números eram 45 660 e 694” (Pinto, 2009). Já a FNMAL aumentou a sua produção sendo que “em 1962, fabricaram-se 130 milhões de cartuchos de 7,62 mm, 7,92 mm e 9 mm Parabellum” (Pinto, 2009).

Não obstante o referido anteriormente, a atividade fabril da FMBP e da FN-MAL, dependia em muito do mercado externo concluindo que a guerra do ultramar não era suficiente para manter as suas atividades (Tavares, 2005).

“Estes estabelecimentos têm capacidades que ultrapassam largamente as necessidades das Forças Armadas nacionais e, portanto, só poderão subsistir economicamente enquanto estiverem em condições de competir no mercado internacional, pois não é viável dimensionarem-se apenas para o nível do consumo nacional” (Barata, 1981).

2.2. Os estabelecimentos LMPQF, MM e OGF

O eclodir da guerra conduziu a um aumento crescente da sua atividade que foi aumentando em função do aumento de efetivos mobilizados para África. O aumento da sua atividade deveu-se também ao facto de se tratarem sobretudo de artigos consumíveis e da necessidade de *stocks* volumosos (Tavares, 2005).

No caso específico da LMPQF foi necessário proceder a uma reestruturação nos produtos fabricados visto que as características dos TO exigiam uma gama de fármacos diferentes aos produzidos até então o que conduziu a uma reestruturação no funcionamento interno para fazer face a estas novas exigências (Tavares, 2005). O Laboratório Militar foi o único canal de reabastecimento, produtos farmacêuticos e grande parte dos artigos de material sanitário, de todas as Unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea, empenhadas nos três TO. O Laboratório Militar teve ainda papel de relevo na adaptação e tratamento das doenças tropicais (LMPF, 2001).

2.3. A FMSC e as OGME

À semelhança do que aconteceu com os outros estabelecimentos fabris militares, a FMSC e as OGME aumentaram consideravelmente o seu ritmo de produção. No entanto a sua atividade decresceu a partir de meados da década de 60 após supridas as necessidades mais urgentes dos primeiros anos da guerra (Tavares, 2005).

3. AS ADAPTAÇÕES DE APOIO LOGÍSTICO NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE

Quando em 1964, a luta armada se iniciou em Moçambique, evoluindo para caráter subversivo no segundo semestre, as unidades de apoio logístico existentes eram semelhantes às que existiam em Angola, estando os Depósitos Base localizados em Lourenço Marques, local onde era desembarcado todo o material prove-

niente da Metrópole, sendo depois transportado para os locais onde se encontravam as tropas em operações.

Os atos de guerrilha iniciaram-se a norte, num território com características específicas, condicionando fortemente o apoio logístico desde a estrutura existente em Lourenço Marques, onde se destaca:

- A sua configuração geográfica, obrigando a percorrer elevadas distâncias;
- Escassez de vias de comunicação terrestres, sendo as poucas existentes penetrantes da costa para o interior e os rios;
- A existência de obstáculos relevantes, associados a escassas obras de arte de sul para norte (vice-versa), agravando-se na época das chuvas;
- Grande dependência da atividade das vias marítimas e aéreas para fazer chegar os abastecimentos às forças de manobra;
- Fracos recursos económicos, infraestruturas civis, sanitárias, comerciais, industriais e de transportes em quantidade e qualidade para apoiar as necessidades militares, quase total nas áreas de maior atividade militar, no extremo norte da província;
- Insegurança de parte do caminho-de-ferro, em especial na linha de Nacara, no troço de zona ativa, não permitindo utilizar e rentabilizar todas as possibilidades e capacidades deste transporte ferroviário e a elevada dependência entre as duas fontes de apoio logístico localizadas em áreas restritas (Lourenço Marques e Beira) e as zonas de combate (Coelho, 2010).

Face a esta situação e logo desde o início da campanha, rapidamente se concluiu que a existência de Depósitos Base unicamente em Lourenço Marques era insuficiente e incompatível com alguns dos princípios da logística em vigor na altura, condicionando a chegada em tempo e ao local, dos abastecimentos necessários às tropas em operações para fazer a guerra e atingirem os seus objetivos, verificando-se conveniente a necessidade urgente dos abastecimentos serem também desembarcados mais a norte, nos portos da Beira, de Nacala e do Porto Amélia, onde posteriormente se vieram a montar Depósitos Base e se definiram áreas dependentes para efeitos logísticos.

A partir destes portos, iniciou-se a montagem de uma estrutura logística, constituída por órgãos, na qual os transportes desempenhavam um papel muito importante, destacando-se os transportes marítimos que operavam ao longo da costa e os aéreos para fazerem chegar em tempo e ao local certo, os abastecimentos necessários à condução das operações.

Desta descentralização, constituiu-se como um dos marcos mais importantes do apoio logístico nesta província, gerando a sua divisão em quatro Áreas Logísticas (Figura 1), sendo que, a primeira, abrangia a zona SUL⁷ da província, com Depósitos Base em Lourenço Marques; a segunda abrangia a zona CENTRO⁸, com Depósitos Base na Beira; a terceira abrangia a zona NORTE⁹, com Depósitos Base em Nacala e a quarta área abrangia a zona NORDESTE¹⁰, com Depósitos Base em Porto Amélia.



Figura 1 – Divisão da Província de Moçambique em quatro áreas logísticas

Fonte: Estado-Maior do Exército (1988).

⁷ Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.

⁸ Distritos da Beira, Vila Pery e Tete.

⁹ Distritos de Moçambique, Zambézia e Niassa.

¹⁰ Distrito de Cabo Delgado.

Para executar as atividades logísticas existiam diversos Serviços e Órgãos, também individualizados de acordo com as suas características e missões, mas obedecendo todos à mesma organização geral, composta por órgãos de direção e de execução, nomeadamente: o Serviço de Intendência, o Serviço de Material, o Serviço de Saúde, o Serviço de Transportes, Arma de Engenharia e Arma de Transmissões (Tavares, 2013).

O Serviço de Intendência dependia da Chefia do Serviço de Intendência (Figura 2).

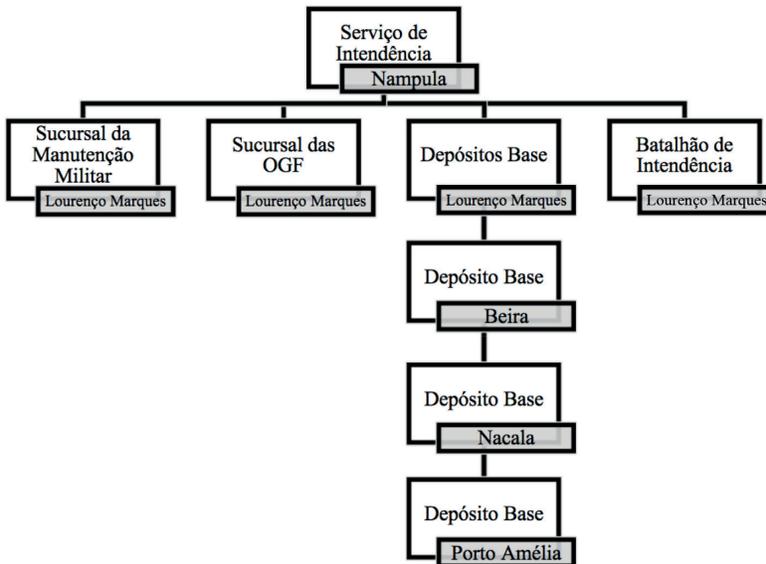


Figura 2 – Organização do Serviço de Intendência

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

A Sucursal da MM e a das OGF articulavam-se em duas Delegações localizadas na Beira e Nampula, e uma terceira a criar em Porto Amélia.

O Batalhão de Intendência articulava-se em quatro Companhias de Intendência (localizadas em Tete, Vila Cabral, Nova Freixo e Porto Amélia) e cada Companhia em Pelotões de Intendência (localizados em Mocimboa da Praia, Porto Amélia, Mueda, Marrupa, Vila Cabral (dois Pelotões), Nova Freixo, Mocuba, Vila Pery e Tete).

Em 1973, após a Reestruturação Experimental posta em execução na província de Moçambique e que se mantinha no final do conflito, foi criada uma Delegação da MM em Porto Amélia. Em Tete passaram a existir dois Pelotões de Intendência, tendo sido recolhido o que se localizava em Vila Pery.

Em 1969, foi aprovada, ao nível da região, uma nova orgânica, extinguindo-se o Agrupamento do Serviço de Material na província, afastando geograficamente os seus Batalhões, situados em Lourenço Marques, sendo que, o Serviço de Material que dependia da Chefia do Serviço de Material estava organizado como se apresenta na Figura 3.

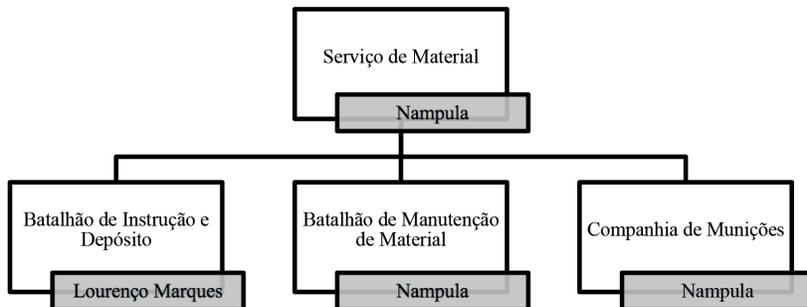


Figura 3 – Organização do Serviço de Material

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

O Batalhão de Instrução e Depósito articulava-se numa Companhia de Comando e Serviços, uma Companhia de Instrução, uma Companhia de Depósito de Material a quatro pelotões de Depósito de Material (um em Lourenço Marques, um na Beira, um em Nacala e um em Porto Amélia) e uma Companhia de Depósito de Sobressalentes a quatro pelotões (um em Lourenço Marques, um na Beira, um em Nacala e um em Porto Amélia).

O Batalhão de Manutenção de Material articulava-se numa Companhia de Comando e Serviços, duas Companhias de Recuperação (uma na Beira e outra em Nampula), três Companhias de Apoio Direto (localizadas em Moatiz, Nova Freixo e Porto Amélia), articuladas em três, cinco e dois pelotões de Apoio Direto respetivamente, e um pelotão de Apoio Direto em Nampula.

A Companhia de Munições articulava-se em três Pelotões de Munições e Explosivos, localizados em Porto Amélia com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições, em Mueda e Mocímboa da Praia, em Dondo com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições em Tete e Lourenço Marques e em Nampula com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições em Mocuba, Nova Freixo, Vila Cabral e Marrupa.

A uniformização do tipo de viaturas presentes nesta província foi um passo importante, passando de 50 tipos existentes no início para cinco tipos, eliminando as grandes dificuldades de manutenção.

Após a Reestruturação Experimental em 1973, a Companhia de Depósito de Material do Batalhão de Instrução e Depósito passou de Lourenço Marques para Nampula.

As três Companhias de Apoio Direto passaram, duas para Nampula e uma para a Beira. Os Pelotões de Apoio Direto passaram para Lourenço Marques, Nampula, Beira, Porto Amélia, Nangade, Mueda, Marrupa, Nova Freixo, Mocuba, Vila Cabral e Tete.

Passaram a existir três Depósitos Base de Munições localizados em Nampula, Beira e Lourenço Marques e apenas quatro Depósitos Avançados de Munições em Tete, Vila Cabral, Mocuba e Mueda.

No que se refere ao Serviço de Saúde, estava organizado como consta na Figura 4.

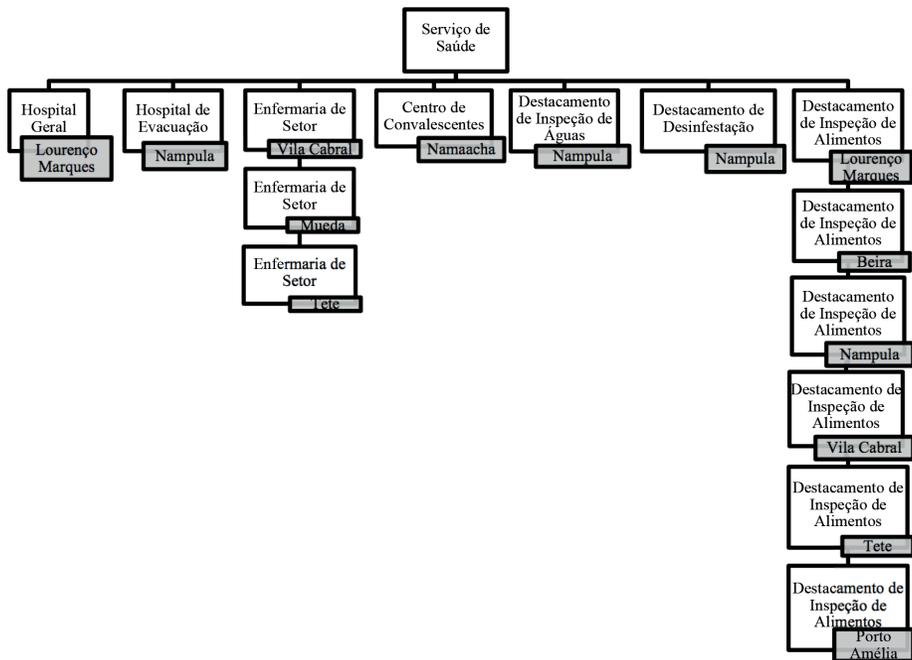


Figura 4 – Organização do Serviço de Saúde

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

As Enfermarias de Setor permitiam já algum apoio em cirurgia, estomatologia e preparação para a evacuação para os Hospitais Militares, e o Centro de Convalescência em Namaacha com a tarefa de apoiar o Hospital Geral, pensando-se também criar outro na ilha de Moçambique para apoiar o Hospital de Evacuação.

O apoio em material sanitário era garantido por dois Depósitos Base de Material Sanitário (Lourenço Marques e Nampula) e, em medicamentos, por uma Suursal do LMPQF em Lourenço Marques, com Delegações em Nampula e na Beira, pensando-se na criação de outra em Porto Amélia.

Após a Reestruturação Experimental em 1973 criou-se mais um Depósito Territorial de Material Sanitário em Nampula, o Centro de Convalescência previsto anteriormente, duas Equipas de Detecção de Doenças Tropicais e três Pelotões de Automacas, localizados na Beira, Nampula e Lourenço Marques.

O Serviço de Transportes dependia de uma chefia de Serviços de Transportes e estava organizado como se apresenta na Figura 5.

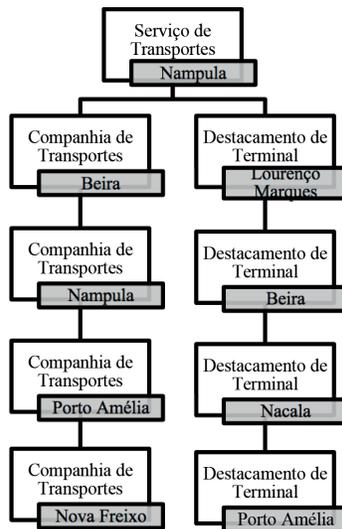


Figura 5 – Organização do Serviço de Transportes

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

Todos os pedidos de transporte eram solicitados ao Serviço de Transportes, que além dos meios próprios, utilizava os meios marítimos e os aéreos postos à sua disposição (Figura 6). Cada Companhia dispunha de dois Pelotões de Transportes, localizados de acordo com as necessidades. De modo a permitir um apoio flexível e eficiente, os transportes organizaram-se em três sistemas:

- Sistema Primário, que ligava as origens das áreas logísticas, constituído por meios de transporte marítimos, operando normalmente entre Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia e meios aéreos de grande porte garantindo as ligações entre Lourenço Marques, Beira, Nampula e Porto Amélia;
- Sistema Secundário, partindo das origens das áreas logísticas até aos pontos de destino intermédio (regra geral os Comandos de Sector), onde existiam os complexos logísticos secundários, constituído por meios de transportes aéreos entre a Beira e Tete, Nampula e Marrupa e entre Nampula e Vila Cabral, apoiados pelos meios de transporte ferroviários nas linhas que ligavam Beira a Tete e Nacala a Vila Cabral, exigindo alguns troços medidas de segurança;
- Sistema Terciário, ligando as origens das áreas logísticas ou os pontos de destino intermédio com os locais de utilização final, constituído por meios de transporte mais ligeiros, principalmente pequenos aviões, transporte auto e pequenos navios entre Porto Amélia e Mocímboa da Praia (Estado-Maior do Exército, 1988).

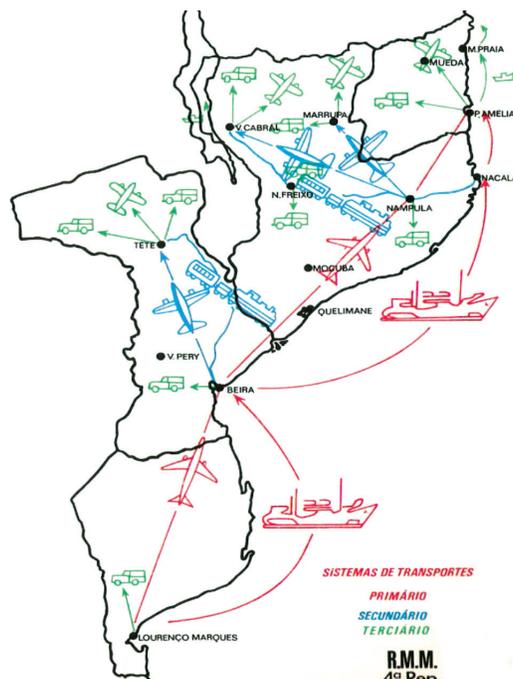


Figura 6 – Sistemas de Transportes

Fonte: Estado-Maior do Exército (1988).

Após a Reestruturação Experimental (1973), as Companhias de Transportes passaram a localizar-se em Lourenço Marques, Nampula, Tete e Porto Amélia e os Destacamentos de Terminal eram nove, localizados em Vila Cabral, Marrupa, Nangade, Mueda, Mocímbo da Praia, Nacala, Nova Freixo, Mocuba e Tete.

A Arma de Engenharia (Eng), inicialmente, estava organizada como se apresenta na Figura 7.

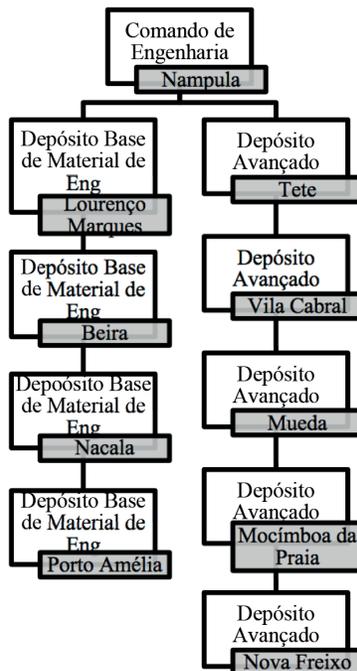


Figura 7 – Organização da Arma de Engenharia

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

Após a Reestruturação Experimental (1973), a Companhia de Depósito de Material de Engenharia localizava-se em Nampula. Existiam Depósitos Base em Nampula, Nacala, Beira e Lourenço Marques e os Depósitos Avançados em Nangade, Mueda, Vila Cabral e Caldas Xavier.

No que se refere à Arma de Transmissões (Tms) estava organizada como consta na Figura 8.

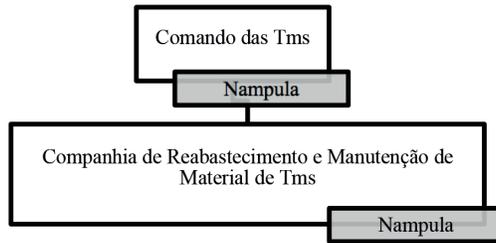


Figura 8 – Organização da Arma de Transmissões

Fonte: Adaptado de Estado-Maior do Exército (1988).

Esta Companhia a um Pelotão, localizado em Lourenço Marques apoiava diretamente os comandos operacionais com Destacamentos de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões que se localizavam em Lourenço Marques, Beira, Tete, Vila Cabral, Marrupa e Porto Amélia.

Os princípios logísticos que orientaram a ação da logística subsistiram na aplicação dos seguidos até à data aplicados à guerra convencional, devidamente adaptados ao tipo de conflito emergente:

- Previsão, de modo a providenciar um apoio logístico oportuno, prevenindo atempadamente as necessidades, sobretudo porque a ZI, a qual era a principal fonte de reabastecimento, distava milhares de quilómetros do TO de Moçambique;
- Simplicidade, prestando apoio de forma simples e eficiente, evitando acrescentar embaraços e planos logísticos complexos que dificultassem a manobra logística;
- Economia, prevenindo o emprego adequado de homens, recursos, equipamentos e materiais à missão a cumprir, evitando gastos desnecessários;
- Flexibilidade, acompanhando e adaptando-se rapidamente, sem comprometer a sua regularidade, eficácia e eficiência, à evolução da manobra operacional;
- Unidade de Comando, através da sujeição a uma única autoridade.
- Os princípios logísticos definidos incluíam ainda as seguintes preocupações;
- Fazer coincidir, sempre que possível, os limites logísticos com os limites táticos;
- Estreitar a ligação entre os comandantes táticos e os comandantes logísticos, de forma a obter uma perfeita integração da manobra tática e logística;
- Distribuir os abastecimentos diretamente às unidades;

- Dotar as unidades do máximo de autonomia logística para fazer face a situações não previstas e às possíveis interrupções da cadeia de reabastecimento através da constituição de reservas adequadas (Tavares, 2013).

No que diz respeito às funções logísticas, também não se registaram alterações, mantendo-se as existentes, agrupando-se, de acordo com as suas afinidades e atividades:

- Abastecimento, cuja finalidade era prover todos os recursos necessários às forças de manobra;
- Evacuação e hospitalização, reunindo todas as atividades sanitárias e de recuperação dos feridos e doentes (pessoas ou animais), mas que numa guerra subversiva se estendia até à população civil, constituindo-se esta como parte integrante de ações psicológicas;
- Transporte, provendo o deslocamento, por todas as vias (do pessoal, animais e materiais) e engloba os meios para o gerir e realizar;
- Serviço técnico, que incluía todas as outras atividades não incluídas nas funções anteriores (ex. manutenção e recuperação do material, banhos, lavandaria, construção, etc.);
- Direção logística, responsável pela coordenação e direção superior de todas as outras funções logísticas e pela sua relação com as operações táticas, nela se destacando o planeamento logístico (Tavares, 2013).

O apoio logístico em Moçambique evoluiu ao longo dos anos, obrigando ao progressivo deslocamento das bases de sustentação para locais mais próximos do dispositivo militar, onde se identificaram três fases distintas.

Uma primeira fase que se estendeu até meados de 1964, cobrindo o tempo de paz e a pré insurreição, caracterizada por uma base logística em Lourenço Marques e incipiente organização logística. A Direção logística existente era a 4.^a Repartição e alguns Comandos e Chefias, apoiados pelos principais órgãos de execução distribuídos pelos três Comandos Territoriais (norte, centro e sul), caracterizados pelo reduzido número e poucos os que ficavam fora das respetivas sedes (Nampula, Beira e Lourenço Marques), com o objetivo de apoiar cerca de 14 000 homens, dos quais, um terço eram pertencentes à guarnição normal.

A segunda fase compreendeu o início das operações militares ativas até finais dos anos 70, com uma base logística que, progressivamente, se deslocou de Lourenço Marques (sul) para Nampula (norte), instalando Chefias Avançadas dos Serviços em Nampula, com uma organização logística bastante mais desenvolvida no terreno, em especial no norte do território, materializando o reconhecimento da necessidade de estar mais perto das forças em operações para melhor as apoiar.

Em 1969, o escalão principal das Chefias instalou-se em Nampula, ficando em Lourenço Marques os escalões mais recuados, contribuindo assim para uma melhor autoridade das mesmas. A 4.ª Repartição do QG, em termos de localização, teve uma evolução semelhante à das Chefias.

A terceira fase começou a concretizar-se em 1970, consolidando-se nos anos subsequentes, quando Nampula se assume, por completo, na condução de todas as operações logísticas e o território é coberto por um dispositivo logístico ajustado à realidade, resultado da revisão do estudo da situação logística e da busca de soluções para os problemas existentes (Coelho, 2010).

CONCLUSÕES

Com o início da “Guerra do Ultramar”, que durou de 1961 a 1974, o Exército Português teve que adaptar as suas infraestruturas de produção, tanto na Metrópole como em Moçambique de modo a fazer face às necessidades que surgiam.

Desde a década de 50, e com o apoio económico-financeiro dos EUA, Portugal criou e modernizou a sua indústria militar. Apesar da indústria militar não ser de elevado nível tecnológico, permitiu a satisfação das necessidades básicas das Forças Armadas, em munições e armas ligeiras.

As infraestruturas logísticas de produção existentes na Metrópole e em Moçambique antes do início do conflito, não só corresponderam às necessidades em tempo de paz. Verificámos que a indústria de defesa, nomeadamente a FMBP e a FNMAL, até ao fim da década de 50 viveram tempos difíceis na obtenção de mercado para escoamento da sua produção. Em 1959 a produção na FMBP quase parou, mas nos anos seguintes verificou-se um aumento de exportações em armamento e munições para a RFA assim como para os TO ultramarinos (Tavares, 2005).

Moçambique era marcadamente o TO mais dispendioso, expresso não só no dispêndio direto por cada militar, mas também no grande número de militares empregues em atividades ligadas ao apoio de serviços. Desta forma, foi identificada desde cedo a necessidade de implantar alguns órgãos de apoio no próprio TO com os objetivos não só de apoiar e satisfazer as necessidades operacionais, mas também de reduzir custos. Assim são implantados em Moçambique delegações do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos e das Oficinas Gerais de Fardamento, aumentando também a atividade da Manutenção Militar.

Este conflito em Moçambique impôs dois grandes desafios, em primeiro lugar a distância à Metrópole e em segundo a desadequação do equipamento e armamento. Este último transversal aos restantes TO. Além de obsoleto o equipamento

e armamento estava pensado para um conflito de natureza convencional e não para um conflito de natureza subversivo.

Quando surgiram os primeiros atos de guerrilha, em Moçambique, estes ocorreram a Norte tendo condicionado fortemente o apoio logístico uma vez que o mesmo se encontrava em Lourenço Marques. Dada a extensão do território, foi necessário adaptar o apoio logístico existente, tendo sido implementada uma divisão de Moçambique em quatro áreas logísticas. Com base nessas áreas logísticas efetuou-se uma redistribuição geográfica das infraestruturas existentes e criação de outras de modo a ser possível apoiar toda a operação.

Apesar de Portugal estar em fase de modernização mais focalizada para um conflito convencional, conseguiu adaptar-se, aumentando a produção na Metrópole e ajustando as infraestruturas existentes no TO de Moçambique para fazer face às necessidades que surgiram, garantindo deste modo as condições essenciais à permanência no TO durante 11 anos, num contexto de total isolamento internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata, F., 1981. *Industria Militar Nacional: como e para que?* Lisboa.
- Coelho, A., 2010. *A Logística Terrestre e a Guerra do Ultramar*, Revista Militar N.º 2507. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na guerra subversiva*, volume I, Lisboa, EME.
- EME, 1988. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Capítulo V, Lisboa. EME.
- Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, 2001. *II Jornadas de Farmácia Militar*, 2.ª edição, Lisboa.
- Monteiro, P., 2013. *A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961 a 1974)* Lisboa, Revista Militar n.º 2539. Lisboa.
- Exército Português, 2013. *PDE 4-00 Logística*, Lisboa: Ministério de Defesa Nacional.
- Tavares, J., 2005. *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Tavares, J., 2013. *A Logística do Exército em África (1961/74): Princípios, funções e organização*, Revista Militar N.º 2535, pp 285 - 299. Lisboa
- Pinto, R., 2009. *As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português*, Revista Militar n.º 2495. Lisboa.

SECÇÃO IV

O COMANDO MISSÃO

O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP INF António Xavier M. Rocha Pereira Coutinho
CAP INF Hélio Gonçalves da Silva
CAP ART Bruno Filipe Simões Ladeiro
CAP ART Humberto Miguel Rodrigues Gouveia
CAP TM Ângelo Miguel Lopes Silva

Orientador

TCOR TM David Lopes Antunes

Após o final da II Guerra Mundial e o conseqüente rearranjo de poderes na ordem internacional, verificou-se a emergência progressiva de movimentos de autodeterminação antagónicos à ordem colonial estabelecida, principalmente em África e na Ásia. Neste contexto, Portugal viu-se envolvido na Guerra do Ultramar, que se desenvolveu em paralelo com conflitos de características semelhantes em três Teatros de Operações, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Em 1964, tiveram início as primeiras ações armadas no território de Moçambique, quando os guerrilheiros da FRELIMO realizaram a sua primeira ação em setembro atacando a localidade de Chai, em Cabo Delgado, três anos depois da eclosão do conflito nos territórios de Angola e da Guiné, e da perda dos territórios da Índia portuguesa.

Tendo por base a doutrina atual, que define a organização das operações segundo funções de combate, e no âmbito da função de combate Comando Missão, esta secção aborda em que medida as ações levadas a cabo na campanha militar no TO de Moçambique se enquadram nas tarefas que apoiam o Comandante durante o exercício do Comando e Controlo.

O Comando Missão, como função de combate, permite ao Comandante equilibrar a arte do comando e a ciência do controlo. A arte do comando está relacionada com o exercício criativo e competente da autoridade, através do processo de decisão e da liderança enquanto que a ciência do controlo se refere aos procedimentos e sistemas, disponíveis aos comandantes, para desenvolver a compreensão e apoiar a execução das missões (Department of the Army, 2012).

A eficácia das operações exige que os comandantes estabeleçam, integrem e sincronizem ações, de forma a obter e manter o controlo do ambiente operacional. Tal desígnio é alcançável através da aplicação de um conjunto de tarefas e sistemas que, integrados entre si e com as restantes funções de combate, permitem desen-

volver atividades que equilibram e conjugam a arte do comando e a ciência do controlo (Department of the Army, 2012).

Pela complexidade de variantes na informação que este tema comporta, irá focalizar-se as tarefas primárias do Comandante e do Estado-Maior (EM) na condução do processo operacional, em dois momentos da campanha militar no TO de Moçambique:

- Operação NÓ GÓRDIO, em 1970;
- A segurança da barragem CAHORA BASSA.

Esta secção tem como objetivo testar a validade do Comando Missão no TO de Moçambique, constituindo como modelo de análise os conceitos doutrinários que definem o Comando-Missão, procurando enquadrá-los na sua configuração e desenvolvimento durante as Operações em Moçambique para o período em estudo.

De forma a evitar juízos desadequados tendo em conta a distância temporal e física do TO e da Campanha Militar conduzida, bem como de algumas dificuldades no acesso a documentação e a diversos relatos em primeira mão, não irá incidir-se na “Avaliação” e “Liderança”, na condução do processo operacional por parte do Comandante e seu EM.

De acordo com a metodologia utilizada, no primeiro capítulo apresenta-se uma revisão da literatura, abordando o conceito doutrinário do Comando Missão na sua aplicação prática em operações. No segundo, terceiro, quarto e quinto capítulos iremos abordar os indícios derivados e relacionados a partir de diversas fontes, descrevendo como é que o conceito doutrinário do Comando Missão foi implementado no decorrer da campanha de Moçambique, vertendo-se nos objetivos específicos apresentados. No final iremos tecer algumas conclusões sobre a temática estudada.

1. REVISÃO DA LITERATURA

O Comando Missão consiste no exercício da autoridade e direção por parte do Comandante no desenrolar de operações terrestres, através de ordens tipo-missão de forma a assegurar a iniciativa disciplinada dos seus líderes subordinados, assumindo-se simultaneamente (Figura 1) como uma filosofia e uma função de combate (*Department of the Army*, 2014).

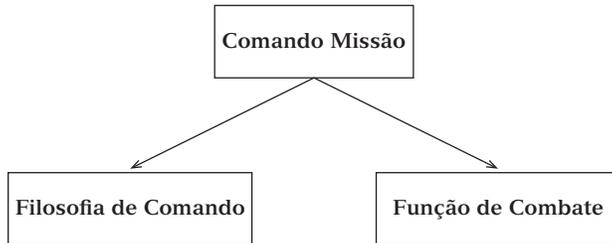


Figura 1 – Ramificação do Comando Missão

Fonte: Elaborado a partir de *Department of the Army* (2014).

Como filosofia de comando, o Comando Missão auxilia os comandantes a capitalizar a capacidade humana de tomada de decisão na resolução de uma determinada situação tática, de forma a atingir a intenção e estado final do Comandante (Department of the Army, 2012). Por sua vez, a função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e sistemas que apoiam o exercício de autoridade e direção por parte do Comandante. É a ferramenta chave que possibilita ao Comandante equilibrar a arte do comando e a ciência do controlo (*Department of the Army*, 2014).

1.1. Evolução do Comando Missão

O conflito e a disputa estiveram sempre presentes e associados ao longo da história da humanidade. O ambiente operacional em que estes se desenrolavam, por sua vez, foi sofrendo inúmeras alterações, caracterizando-se nos dias de hoje por uma elevada incerteza e ambiguidade. O seu estudo e compreensão, apesar de utilizar ferramentas diferentes e tendencialmente evolutivas, sempre assumiu um papel preponderante no desenrolar dos conflitos, exigindo uma intervenção ativa por parte dos comandantes.

O conceito de Comando Missão resulta da evolução do termo de comando e controlo e remonta ao conceito alemão *Auftragstaktik*¹. O termo comando e controlo personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu Estado-Maior (EM) – o controlo. Porém, e fruto da evolução do ambiente operacional, esta forma de conduzir as operações militares

¹ Sendo a tradução mais aproximada “ordens tipo-missão”, pressupõe a conduta das operações através da execução descentralizada. Através das *Auftragstaktik* quer Oficiais quer Sargentos tinham liberdade para, ao seu nível, tomar as decisões que achassem mais convenientes ou necessárias, em prol do alcançar do estado final estabelecido pelo Comandante (Department of the Army, 2014, p. v)

“não colocava o devido realce no aumento crescente da necessidade de um Comandante compreender um ambiente caracterizado por dificuldades e complexidades”. Surge então o conceito de Comando Missão que “sobreleva o primado da liderança nas operações terrestres e reconhece a contribuição crítica dos líderes aos diversos escalões” (EME, 2012, p. 2-25).

1.2. Conceito da Função de Combate Comando Missão

De acordo com o *Department of the Army* (2012), a função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e num sistema que apoia o Comandante no exercício da autoridade e direção na condução de operações militares. É através da função de combate Comando Missão que o Comandante vai encontrar o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo, integrando as outras funções de combate de forma completa e coerente, procurando maximizar o potencial de combate no momento e local decisivos para o alcançar do estado final desejado.

A função de combate Comando Missão constitui-se como meio aglutinador das outras funções de combate – Movimento e Manobra, Fogos, Informações, Apoio de Serviços e Proteção. De forma isolada, o Comando Missão não assegura a conquista de um objetivo, não move uma força amiga, ou restaura um serviço essencial numa população, mas providencia um propósito e uma direção para as outras funções de combate (*Department of the Army*, 2012).

1.3. Tarefas da Função de Combate Comando Missão

As tarefas da função de combate Comando Missão, ilustradas na Figura 2, definem o papel a desempenhar pelo Comandante e seu EM na integração das restantes funções de combate. Verifica-se a existência de uma interação permanente e indissociável, cabendo ao Comandante liderar o EM na execução das suas tarefas. Por sua vez, o papel do EM é apoiar o Comandante no cumprimento das suas tarefas primárias.

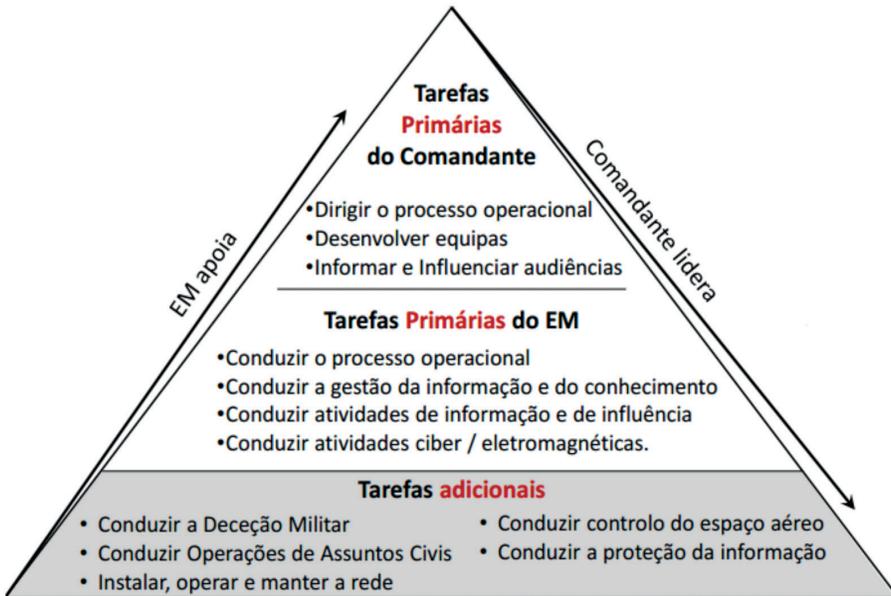


Figura 2 – Tarefas da função de combate Comando Missão

Fonte: Elaborado a partir de *Department of the Army* (2014).

Como figura central do Comando Missão, o Comandante deve – durante o decorrer das operações – gerir o tempo disponível, dividindo-o para orientação dos seus subordinados durante o decorrer do processo operacional (Figura 3) e pela definição de uma finalidade, direção e motivação a serem tidas em conta por todos os seus subordinados.

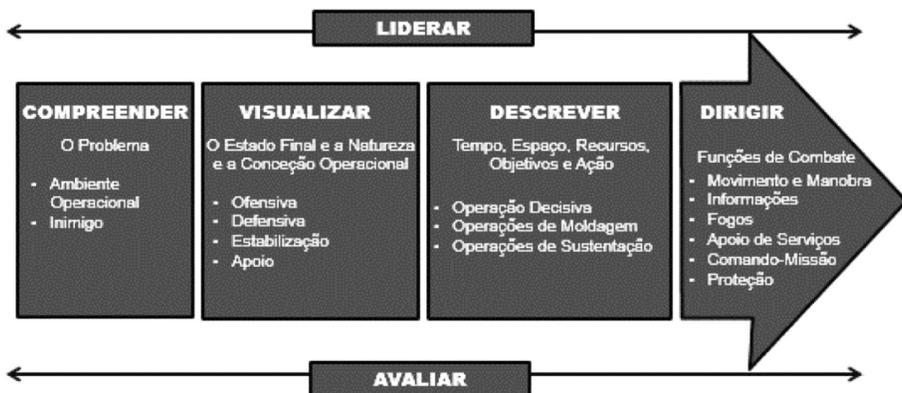


Figura 3 – Processo Operacional

Fonte: EME (2012).

O Comando Missão é o exercício da autoridade e direção do Comandante através de ordens para proporcionar a iniciativa, de acordo com a sua intenção para preparar líderes ágeis e adaptáveis na condução de operações em todo o espectro. O Comandante lidera e harmoniza a arte do comando e a ciência do controlo integrando as funções de combate para cumprir a missão

EME (2012)

Para garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante dirige o processo operacional, desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar e conduz as atividades de informação e influência (EME, 2012).

“Os Comandantes compreendem o problema e visualizam o estado final desejado, a natureza e a conceção operacional da operação. Descrevem o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação, dirigem as funções de combate e lideram e avaliam continuamente as operações.” (EME, 2012, p. 3-3). Com relevância para a direção do processo operacional, iremos considerar e analisar as seguintes tarefas.

1.3.1. Compreender

Conforme o PDE 3-00, “permite ao Comandante estabelecer o contexto da situação em que se vai desenrolar a operação através da análise do inimigo ou adversário e de outras variáveis, que fornecem a informação para desenvolver e enquadrar os problemas operacionais que se lhe deparam.” (EME, 2012, p. 3-4).

1.3.2. Visualizar

De acordo com (EME, 2012) “é um processo mental que desenvolve a compreensão da situação, o estado final desejado e a sequência das ações pelas quais a força atinge o estado final.” Constitui assim “o ponto de partida para o desenvolvimento e entendimento da informação que este pretende transmitir na sua intenção e na diretiva de planeamento.” (EME, 2012, pp. 3-5).

1.3.3. Descrever

Segundo (EME, 2012), ocorre após a visualização e materializa a transmissão por parte do Comandante “ao seu EM e comandantes subordinados, do resultado da sua análise, para que estes partilhem o seu entendimento da situação tática (missão e intenção).” Para esse efeito

O Comandante descreve o resultado da sua visualização através de: Intenção inicial do Comandante; Diretiva de planeamento, incluindo um conceito de operação

inicial; Informação necessária para o futuro planeamento (CCIR²); e, Elementos essenciais de informação das forças amigas a proteger (EEFI³)

(EME, 2012, pp. 3-5).

1.3.4. Dirigir

Como estabelecido em (EME, 2012, pp. 3-6), preconiza a direcção por parte dos comandantes de “todos os aspetos das operações, assumindo a direcção variadas formas durante o planeamento, preparação e execução das operações.”. Na presente secção iremos abordar a:

- Preparação e aprovação de planos e ordens;
- Atribuição e refinamento das missões, tarefas, composição e articulação de forças e medidas de controlo baseadas nas alterações da situação;
- Posicionamento de unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, antecipar ações, criar e preservar opções de manobra;
- Ajustamento das prioridades de apoio e atribuição de recursos de acordo com as ameaças e oportunidades;
- Aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa;
- Emprego das reservas (EME, 2012, p. 3-6).

2. COMPREENDER O PROBLEMA

Neste capítulo iremos abordar a Compreensão do problema por parte do Comandante no TO de Moçambique, relativamente ao ambiente operacional e da ameaça, através de análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Verificar a análise do ambiente operacional;
- Identificar a ameaça existente;
- Reconhecer o entendimento da situação pelo Comandante.

2.1. O Ambiente Operacional

Através da análise do Regulamento Campanha Informações (1966, p. 11) foi possível deduzir que o estudo do ambiente operacional era efetuado, “[...] se bem que nem todos os factores que caracterizam o ambiente operacional influenciem, necessariamente e de igual forma, todas as operações, estas são sempre afetadas pela missão, natureza do conflito, forças inimigas, características da área de ope-

² Commander’s Critical Intelligence Requirements.

³ Essential Elements of Friendly Information.

rações e natureza e estrutura das forças amigas”. Segundo o mesmo regulamento “nas primeiras fases da subversão têm especial importância os fatores de natureza política, económica, sociológica e psicológica.” (EME, 1966, p. 11).

Decorrente da investigação efetuada, foi possível identificar aquela que era a compreensão situacional de Moçambique à época, relativamente à influência dos grandes blocos mundiais como a China, a Rússia, a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América; às consequências da ausência de fronteiras terrestres naturais com a Tanzânia, Malawi e Zâmbia associada à distribuição da população e das suas etnias (ou tribos) Macondes, Nianjas, Ajauas, Acheuas; quais as organizações subversivas a operar na área de operações e países limítrofes; e todo o conjunto de acontecimentos que assinalam a evolução da subversão violenta em Moçambique (EME, 1969).

Na análise à Ordem de Operações N.º 2/70/COFI, mais concretamente do seu Anexo B (Informações), podemos observar o resultado da caracterização (atualização) do ambiente operacional, assim como indicações aos subordinados para pesquisa de informação para esclarecimentos mais aprofundados. Fica assim patente que “[...] o conhecimento do inimigo e da área de operações está na base de todas as conceções, decisões e planos militares.” (EME, 1966, p. 1).

2.2. A Ameaça

Foi em Mueda, a 16 de junho de 1960, que se verificou uma repressão que provocou a morte de um grande número de Macondes após uma manifestação de vários agricultores com o objetivo de exigirem ao governador do distrito melhorias das suas condições de vida e uma provável criação de cooperativas. Depois deste massacre, em toda a região NORTE de Moçambique levantou-se um forte ódio contra os portugueses (Afonso e Gomes, 2000).

Em Moçambique, a FRELIMO executou a primeira ação em setembro de 1964, com um ataque à localidade do Chai, no distrito de Cabo Delgado, estendendo depois a sua ação ao Niassa, a Tete e ao centro do território. Pela parte dos movimentos de libertação, a guerra justificava-se pelo alienável princípio da auto-determinação e independência, num quadro internacional de apoio e incentivo à sua luta (Afonso e Gomes, 2000).

A fase armada da guerra em Moçambique pode ser dividida em três tempos: o primeiro, de 1964-1967, estende-se desde o início da luta até ao alargamento em três frentes (Niassa, Cabo Delgado e Tete), com especial esforço no Niassa que ficaria conhecido pelo “Estado de Minas Gerais”; o segundo de 1967-1970, envolvendo todo o PLANATO DOS MACONDES com centro em Mueda; o terceiro, desde então até ao final com reabertura da frente de Tete e os complexos problemas de

segurança para a construção da barragem de CAHORA BASSA, que para ambos os lados se tornou o objetivo decisivo (Afonso e Gomes, 2000).

No Caderno Militar – 7^a podemos verificar a caracterização de uma luta no interior da província de Moçambique, levada a cabo por parte de elementos Macondes, Nianjas, Ajauas e Acheuas, apoiados por outros países vizinhos e pelos grandes blocos como a Rússia e a China, com a finalidade de substituir as autoridades portuguesas por um governo da FRELIMO, ou, no mínimo, obrigar aquelas a efetuar grandes despesas e a sofrer baixas, que a longo prazo deem origem a convulsões na Metrópole e, indiretamente, à independência de Moçambique (EME, 1969, p. 3).

2.3. O Problema

Pouco tempo depois de assumir o cargo de Comandante-chefe do TO de Moçambique, e pouco antes de comandar a Operação NÓ GÓRDIO, o General Arriaga caracterizou o inimigo a enfrentar nesta operação do seguinte modo: “Toda a região onde vamos atuar é habitada por Macondes, tribo que se diferencia de todas as outras por características especiais. Os Macondes são avessos à convivência com outras tribos, têm um espírito independente que os leva a furtrar-se a qualquer autoridade, mesmo tribal. São guerreiros, mas estão cansados da guerra. São cristãos fervorosos, mas estão a ser dominados por chefes que, sendo comunistas, são anticristãos. Têm fortes laços familiares, mas os chefes combatentes desagregaram a família, levando mulheres e filhos e obrigando os homens a seguirem para campos de treino. São agarrados à sua terra, mas há Macondes que morrem em Tete a combater pela Frelimo.” (Arriaga cit. por Gomes, 2002, pp. 34).

Esta declaração é claramente demonstrativa da forma como o General Arriaga entendeu o problema a resolver no TO de Moçambique. Anos mais tarde o livro *África a Vitória Traída* veio sintetizar, no Quadro 1, a situação subversiva e contra subversiva vivida neste TO da forma como a seguir se apresenta, reforçando o entendimento anteriormente exposto (Arriaga, 1977).

⁴ Os Cadernos Militares elaborados pela 2.^a Repartição do EME com classificação de Reservado e eram distribuídos aos militares destacados nas províncias ultramarinas, permitindo fazer o enquadramento geral e resumido e criar uma consciência geral sobre o teatro.

Quadro 1 – Situação subversiva e contra subversiva

| Região / Setor | Descrição da Situação |
|-----------------------|--|
| Niassa Norte | A subversão tinha sido praticamente derrotada pelos seus antecessores. A população estava na sua grande maioria aldeada, havendo apenas alguns focos subversivos nas altas montanhas e muito a norte. |
| Niassa Sul | Não existia praticamente subversão e a população estava em condições ótimas para o estabelecimento de um sistema de autodefesa. |
| Lago Niassa | Estava inteiramente controlado pela Armada Portuguesa em cooperação com as Forças Lacustres malawianas. |
| Cabo Delgado | O Inimigo mostrava-se em plena força, bem enraizado no terreno, considerando as suas bases inexpugnáveis, com grande domínio sobre as comunicações terrestres, e acabava de lançar a sua grande ofensiva que tinha por objetivo o isolamento das nossas forças, através de um lançamento maciço de minas e uma profunda progressão para sul. Contudo, a autoridade portuguesa local havia procedido à construção de uma faixa de aldeamentos a sul do rio Messalo. |
| Tete | Verificava-se uma subversão insipiente. |

Fonte: Elaborado a partir de Arriaga (1977).

3. VISUALIZAR O ESTADO FINAL, A NATUREZA E A CONCEÇÃO OPERACIONAL

Neste capítulo iremos abordar a forma como foi visualizada a possível solução para o problema vivido no TO de Moçambique, na perspetiva de um dos seus comandantes-chefes, o General Arriaga (abril de 1970 a julho de 1973)⁵, caracterizando o seu entendimento acerca da natureza e conceção operacional e visualização da solução do problema, considerando os dois principais eventos já referidos anteriormente. Para tal é elaborada uma análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Identificar referências ao Estado Final das operações em Moçambique;
- Identificar referências à natureza das operações e verificar a presença de indicadores para a conceção operacional.

3.1. Carta de Comando e o Estado-Final das Operações

A cada Comandante-chefe, nomeado para um determinado TO, era atribuída uma Carta de Comando, documento este que conferia a autoridade para exercer a sua ação de comando, e, onde estavam definidos: a sua dependência, competên-

⁵ O General Arriaga desempenhava as funções de Comandante da Região Militar de Moçambique desde julho de 1969, tendo sido nomeado Comandante-chefe do TO de Moçambique em abril de 1970.

cia operacional, competência disciplinar, substituição de funções quando se ausentasse do TO e as condições a observar no final das operações (ADN, 1970).

Na Carta de Comando de abril de 1970, atribuída ao General Arriaga, ficamos a saber, que: o Comandante-chefe dependia do Ministro da Defesa Nacional, por intermédio do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; que era o responsável pela defesa do território, das águas territoriais e do espaço aéreo, que constituíam o TO de Moçambique; que exercia o comando operacional sobre todas as forças militares nele estabelecidas e sobre as militarizadas que sejam postas à sua disposição pelo Governo da Província (ADN, 1970).

No quinto ponto da referida Carta de Comando é mencionado que “Salvo ordem expressa do Governo da Nação, as operações que houver de executar serão conduzidas até ao completo restabelecimento da ordem, da segurança e, sendo caso disso da plena soberania em todo o território da Província, se necessário, até ao esgotamento dos meios de combate” (AHM, 1970a). Podemos avocar que este último ponto materializava a visualização do Estado-final das operações em Moçambique e o compromisso do Comandante-chefe das FA de Moçambique com o poder político em resolver o problema da subversão na província. É também correto afirmar que todas as ações e operações a cargo das FA portuguesas no teatro de Moçambique deveriam convergir ou contribuir para os seguintes dois pontos:

- O completo restabelecimento da ordem e segurança em todo o território;
- O estabelecimento da soberania portuguesa na província de Moçambique.

3.2. A Natureza da Luta

O General Arriaga considera a guerra ofensiva como a agressão violenta, carregada de ilegitimidade, que toma a iniciativa da destruição, distinguindo-a da guerra defensiva, do enfrentar da agressão, que só destrói para evitar a destruição (Arriaga, 1977). Por classificar as ações da FRELIMO criminosas e carregadas de ilegitimidade, vê na guerra defensiva uma forma de tornar a causa portuguesa em Moçambique legítima, moral e justa. Em antagonismo à destruição que caracteriza a guerra, Arriaga refere que “a luta em Moçambique foi eminentemente construtiva e apontada ao futuro, teve um carácter defensivo e foi conduzida da forma mais humana”⁶ (Arriaga, 1977).

⁶ Referência à construção da Barragem de CAHORA BASSA e à implementação da política de aldeamentos.

3.3. A Conceção Operacional

Da análise da situação do inimigo e da sua compreensão, Arriaga considera que a estratégia da FRELIMO, nessa época, tinha as seguintes finalidades principais: formar ou consolidar um “exército de libertação” com base na etnia maconde; atingir com tal “exército” o coração de Moçambique (região limitada pelo rio Zambeze, rio Luenha, fronteira com a Rodésia, estrada Vila Pery – Beira, e litoral entre a Beira e a foz do rio Zambeze), separando Moçambique em três partes (Tete, o norte e o sul) e afetando as ligações Beira – Rodésia; manter uma ação reduzida no Niassa e exercer o seu grande esforço em Cabo Delgado (Arriaga, 1977).

No início da sua ação como Comandante-chefe das FA de Moçambique, para fazer face aquele que era o seu entendimento do problema, Arriaga apresentou a sua solução que assentava em oito pontos (Quadro 2). Nesta solução, os primeiros quatro pontos consistiam em medidas no âmbito da ação psicológica, destinadas à conquista e controlo das populações e os quatro últimos, em ações militares típicas da contra-guerrilha (Afonso e Gomes, 2000, p. 451).

Quadro 2 – A solução do General Arriaga

| Medida | Descrição |
|--------|---|
| 1 | Comunicação da verdade às populações, convencendo inteligências e conquistando corações (operações psicológicas); |
| 2 | Promoção das populações através da intensificação da política de paridade, harmonia e dignificação étnicas; |
| 3 | Promoção as populações através do progresso económico, social e político; |
| 4 | Promoção das populações através do aldeamento voluntário dos grupos étnicos dispersos e nómadas; |
| 5 | Garantia do controlo geral do território e das águas territoriais através da ação de quadrícula; |
| 6 | Realização da segurança específica prioritária de alvos de grande importância igualmente através de forças de quadrícula; |
| 7 | Eliminação prioritária de eventuais bases e áreas libertadas; |
| 8 | Pesquisa, captura e destruição sistemática do inimigo através de operações de intervenção. |

Fonte: Elaborado a partir de Afonso e Gomes (2000, p. 451).

Relativamente à Conceção Operacional, se considerarmos a Operação NÓ GÓRDIO, e como seu complemento, a Operação FRONTEIRA, estas operações representam o conceito de manobra do General Arriaga no seu estado puro (Afonso e Gomes, 2000, p. 455). Podemos então afirmar que no plano militar, Arriaga visualizou a sua ação, tendo-a orientado por quatro vetores principais contra a FRELIMO.

3.3.1. Primeiro Vetor – a Operação NÓ GÓRDIO

O General Arriaga decide lançar a Operação NÓ GÓRDIO, atribuindo a execução ao Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) (Afonso e Gomes, 2000, p. 465).

A Operação NÓ GÓRDIO foi concebida como operação de manobra convencional através de um ataque em força com a finalidade de eliminar da zona as unidades de guerrilha ainda ativas. Em coordenação com as ações militares, foram realizadas operações psicológicas com a finalidade de separar as populações dos guerrilheiros, levando-os a vacilar entre a continuação da resistência e a entrega às nossas tropas (NT) (Afonso e Gomes, 2000, p. 467).

3.3.2. Segundo Vetor – Operação Fronteira

Com centro de gravidade em Nangade, esta operação visava interditar a fronteira norte de Moçambique e conter o avanço da FRELIMO em Cabo Delgado, ao longo da linha Nangade–Omar–Palma (Afonso e Gomes, 2000, p. 454). Procurando o isolamento do planalto dos Macondes, foi uma operação particularmente difícil de executar, não tendo sido o sistema de interdição levado à prática por manifesta incapacidade de dotação dos meios financeiros, humanos e materiais necessários para manter o controlo em toda a extensão da fronteira norte de Moçambique.

3.3.3. Terceiro Vetor – A política do aldeamento

O General Arriaga refere no livro *África a Vitória Traída* que os aldeamentos constituíam a base da promoção do povo moçambicano e desempenhavam um papel fundamental na contra-subversão. Um papel indireto dificultando o aliciamento subversivo, consequência do contraste das condições oferecidas pelos portugueses às oferecidas pela FRELIMO. Um papel direto ao dificultarem o trabalho dos agentes subversivos através da autodefesa das populações limitando o terrorismo seletivo ou generalizado da FRELIMO que procurava obter coercivamente o apoio das populações (Arriaga, 1977).

3.3.4. Quarto Vetor – A segurança a CAHORA BASSA

A construção da barragem acarretou elevado risco associado à sua implementação em pleno conflito e considerada por muitos uma “distração” daquilo que era considerado essencial, mobilizando um grande número de efetivos na sua defesa e na segurança ao transporte dos materiais de construção desde o porto da Beira até ao local de construção numa extensão de 600 km (Afonso e Gomes, 2000, p. 474).

A decisão da construção da barragem de CAHORA BASSA e a desarticulação do Inimigo em Cabo Delgado, resultado da Operação NÓ GÓRDIO e FRONTEIRA levou a Organização da Unidade Africana a definir uma nova estratégia para a atuação da FRELIMO em Moçambique que consistia em continuar uma ação reduzida no Niassa, manter o esforço possível em Cabo Delgado para fixar forças portuguesas e exercer o esforço principal em Tete para dificultar a construção da barragem de CAHORA BASSA e atingir o coração de Moçambique (Arriaga, 1977).

A partir de 1971, a construção da barragem obriga à alteração do dispositivo militar. Foram criados o Comando Operacional da Defesa de CAHORA BASSA (CODCB), com o objetivo de garantir a segurança durante a construção da barragem, das linhas de transporte de energia elétrica no seu setor de responsabilidade e no eixo de reabastecimento terrestre, a estrada Tete – Songo, e o Comando das Cargas Críticas, destinado a garantir a segurança dos materiais e equipamentos destinados a CAHORA BASSA, que pela sua natureza, sensibilidade e alto custo podiam, em caso de serem danificados por ação do In, causar comprometimento nos prazos de conclusão da barragem ou onerarem significativamente o seu custo (Afonso e Gomes, 2000, p. 477).

4. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

O presente capítulo tem por finalidade perceber de que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique. Para tal é elaborada uma análise documental com vista a identificar os seguintes indicadores que permitam caracterizar a forma como os comandantes das operações em análise tentaram transmitir ao seu EM e comandantes subordinados o resultado da sua análise de situação, para que estes a compreendessem e a tivessem em consideração aquando do seu planeamento:

- Intenção do Comandante;
- Conceito da Operação;
- Necessidades de Informação para o Planeamento e Planeamento do EM em concordância com indicações do Comandante.

4.1. Operação NÓ GÓRDIO

A Operação NÓ GÓRDIO foi, na opinião de vários autores, uma das maiores, se não a maior, e mais importante operação militar desenvolvida pelas FA portuguesas no decorrer da guerra contra os movimentos de libertação das províncias ultramarinas. Também na opinião do General Comandante das Forças, o General Arriaga, a operação revestia-se de uma importância vital (AHM, 1972).

A 31 de maio de 1970 o COFI emitiu o “PLANO DE ACTIVIDADE OPERACIONAL DO COFI DURANTE O MÊS DE JULHO NO DISTRITO DE CABO DELGADO” onde determinava que a sua atividade operacional para o referido mês seria totalmente preenchida com a execução das operações de redução do Núcleo Central Inimigo, em Cabo Delgado e com a execução de operações dos G’ES⁷ não empenhados na região, o que é demonstrativo da importância atribuída a esta operação.

No anexo A do referido plano foi definido o Conceito da Operação. Em nenhum documento relativo à operação aparece escrita a Intenção do Comandante, mas da análise do Conceito da Operação pode deduzir-se que a finalidade da operação consistia em eliminar os complexos militares e político-administrativos inimigos existentes no Núcleo Central garantindo a sua posse em permanência e recuperar as populações sob controlo do inimigo. As Tarefas Chave da operação seriam: reduzir o perímetro e isolar a área do Núcleo Central, criar condições para aproximação aos objetivos, eliminar as organizações militares e político-administrativas existentes na área e executar operações psicológicas. O estado final desejado seria a rendição ou destruição das forças inimigas existentes na região, a posse da área por partes das forças portuguesas impedindo que viesse a ser ocupada por força inimigas e a recuperação da população sob controlo do inimigo (AHM, 1970a).

Como consequência do plano referido é emitida, a 15 de junho de 1970, a Ordem de Operações N.º 2/70/COFI com a atribuição da seguinte missão:

O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao Núcleo Central Inimigo, prevê a exploração do sucesso fora da ZA atribuída, em coordenação com o Com Sec B, nomeadamente sobre as regiões da Ba “BEIRA”, LN ‘GURI e Ba “LÚRIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de MUEDA e do seu aeródromo.

AHM (1970a)

Na mesma Ordem de Operações são identificados como Elementos Essenciais de Informação, os CCIR do Comandante:

Qual a atitude do inimigo perante as NT? Reforça as suas organizações? Com que meios? Reage à penetração das NT ou furta-se ao contacto? Quais as características do terreno nas direcções de ataque das NT? Existem obstáculos que impeçam ou dificultem a abertura das picadas tácticas? Utiliza o In armamento não anteriormente referenciado que lhe confira maiores possibilidades? De que tipo e quantidades? Existem na área, além das já conhecidas, outras organizações militares ou político-administrativas? Qual o seu potencial e localização?

AHM (1970a, p. 13)

⁷ Grupos Especiais.

Parte-se do princípio que a informação apresentada, deduzida da análise dos documentos enunciados, foi de facto a informação que o Comandante da Força forneceu ao seu EM para planeamento.

4.2. A segurança da barragem de CAHORA BASSA

Segundo a mensagem do Comando Chefe de Moçambique (CCM) datada de 13 de outubro de 1969, assinada pelo General Augusto dos Santos, Comandante-chefe, e com classificação de segurança Secreto, teve lugar a 6 de outubro de 1969, 17 dias após assinatura do contrato para construção da barragem de CAHORA BASSA, uma reunião com vista à discussão do Plano de Defesa de CAHORA BASSA. Da reunião ficou acordado que a proteção imediata ficaria a cargo das forças paramilitares, e que a proteção próxima e afastada seria da responsabilidade das FA.

Segundo o Tenente-General Cabral Couto⁸ (2012, p. 660), o General Arriaga “foi o grande responsável pela segurança do empreendimento, a qual foi garantida sem que a obra sofresse qualquer atraso imputável a acção do adversário”.

Embora no seu livro *A Luta em Moçambique* o General Arriaga tenha considerado a construção da barragem de CAHORA BASSA um erro, por ter sido “decidida e iniciada levemente, sem que tivesse sido feita qualquer avaliação da sua projecção nos domínios político e estratégico” (Arriaga, s.d., p. 42), a sua visão relativamente à barragem era a de que esta tinha “um significado mítico: o que era preciso era controlar a situação até ao começo do enchimento daquela [...] E daí a atenção prestada, com a adequada antecipação, à questão da vigilância e controlo da futura albufeira.” (Couto, 2012, p. 657).

O General Arriaga e o seu EM tinham perfeita noção que

se devidamente vigiada e desde que as áreas marginais, a norte, fossem devidamente patrulhadas, inclusive por meios aéreos, por forma a serem detetadas e neutralizadas quaisquer embarcações suspeitas [...] a albufeira seria um obstáculo intransponível, o que permitiria “secar”, por falta de correntes de abastecimentos, quaisquer infiltrações que, em toda aquela vasta região, se tivessem verificado para sul do Zambeze.

Couto (2012, p. 656)

Era convicção do General Arriaga que para o CODCB, a construir em CHICOA e que ficaria na sua dependência, deveriam ser construídas instalações com uma perspectiva de médio longo prazo uma vez que:

⁸ Foi durante alguns meses Adjunto das Operações e mais tarde Chefe da 3.ª Repartição (Organização, Operações e Instrução) do Quartel General (QG) do Comandante-chefe de Moçambique.

a albufeira seria, não apenas um obstáculo, para o adversário, mas também uma enorme autoestrada, que permitiria movimentações rápidas e seguras em benefício das nossas forças e autoridades, o que poderia vir a aconselhar alterações no sistema de apoio logístico das forças, a norte e sul da albufeira; e que o que urgia definir era a tipologia e o volume dos meios necessários à vigilância e controlo da albufeira

Couto (2012, p. 658)

Com base nas ordens do Comandante-chefe foram elaborados uma série de planos de defesa da barragem de CAHORA BASSA, faltando, porém, definir a segurança do transporte das cargas críticas e a segurança da linha de transporte de energia. Para a primeira foi determinada a criação de um Comando, na dependência direta do Comando-Chefe, com a missão exclusiva de planear a segurança do transporte de tais cargas e a colocação de uma Companhia de Engenharia estacionada em Vila Gouveia, para eventual intervenção em operações de conservação do itinerário ou de remoção de obstáculos. Para a segunda o General Arriaga encarregou o chefe da sua 3.^a Repartição, Major Couto, que desenvolveu um plano bastante ambicioso que não viria a passar de um "...interessante exercício intelectual, de uma ideia-projeto do conhecimento apenas do General K. de Arriaga, de mim, do TCor Vaz Pinto e, provavelmente, do Cor Carreiras..." (Couto, 2012, pp. 655-656).

Existem relatos de algumas operações desenvolvidas no âmbito do gigantesco dispositivo montado para garantir segurança à construção da barragem. Contudo estas não passaram de operações de rotina, demonstrando a eficácia do sistema de segurança elaborado e montado pelo General Arriaga e pelo seu EM, já que nunca se registou nenhum ataque inimigo que tivesse colocado em causa a continuidade dos trabalhos de construção da barragem.

5. DIRIGIR O PROCESSO OPERACIONAL

Este capítulo tem por finalidade perceber como é que foram dirigidas as operações no TO de Moçambique, para fazer face ao problema identificado, no âmbito da função de combate Comando Missão. Para tal é elaborada uma análise documental, que permite caracterizar a forma como os comandantes das operações em análise dirigiam os seus subordinados, com vista a identificar os seguintes indicadores:

- Preparação e aprovação de planos e ordens;
- Ordens tipo-missão;
- Posicionamento de unidades com a intenção de maximizar o potencial de combate, antecipar ações, criar e preservar opções de manobra;

- Aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa;
- Ajustamento das prioridades de apoio e atribuição de recursos de acordo com as ameaças;
- Emprego das reservas.

5.1. A Direção da Operação NÓ GÓRDIO

A preparação e o planeamento da Operação iniciaram-se nos finais de 1969, aquando da criação do COFI, que se destinava a realizar operações terrestres com apoio aéreo através do emprego conjunto de meios no cumprimento de missões de maior envergadura, em situações de emergência ou em operações especiais. Tinham como finalidade “reduzir o perímetro e isolar a área do Núcleo Central pela montagem de um cerco descontínuo ao longo da circular MUE-DA-SAGAL-NACATUR-RMUERA-MACOTELA-CAPOCA-MITEDA-MUEDA.” (AHM, 1970a, p. 3).

Em maio e junho de 1970, realizou-se um conjunto de operações, emboscadas montadas por grupos de combate das companhias de caçadores e por patrulhamentos descontínuos feitos pelos esquadrões de reconhecimento, que tiveram como finalidade obter a liberdade de movimentos das forças portuguesas nos itinerários em Mueda que eram essenciais para o apoio Logístico e para o deslocamento das Unidades. Nesta operação inicial, o comandante posicionou as unidades com intensão de maximizar o potencial de combate.

A manobra preparatória de abertura de picadas táticas para a montagem do cerco esteve a cargo das companhias de engenharia que foram dotadas de material pesado para a execução desta tarefa. A segurança das frentes de trabalho era feita por unidades de caçadores, mas o volume de homens e de máquinas tornaram estes grupos muito vulneráveis a ataques. Além do perigo de ataques, os homens que participaram nestas frentes de trabalho estiveram expostos a duríssimas condições de ambientais provocadas pelo calor e pela falta de água, além de ataques de abelhas, alguns com consequências graves, como assinala o Relatório de Ação N.º 01/72-Operação: “NÓ GÓRDIO” (AHM, 1972).

Analisando a missão atribuída a uma subunidade, do Agrupamento IB, do parágrafo 3. b. MISSÕES PARA O CERCO E 1.ª FASE da Ordem de Operações N.º 2/70/COFI –

Fornece proteção aos trabalhos de abertura de picada tática que do Sul conduz ao objetivo B (Ba Moçambique), bem como a Artilharia que se desloca na referida picada, e garante liberdade de movimentos na mesma; A partir do Sul ataca o objetivo B, conjugando o ataque com montagem de emboscadas a Leste do obje-

tivo a fim de impedir a fuga de elementos In naquela direção, tendo em especial atenção à região de CATANGOLAMEDE

AHM (1970a)

podemos afirmar que as missões atribuídas às subunidades eram ordens tipo-missão, pois era atribuída a tarefa (a partir do sul ataca o objetivo B, conjugando o ataque com montagem de emboscadas a Leste do objetivo) e não o como esta deveria ser realizada, deixando liberdade de ação para os seus comandantes subordinados. Nesta missão atribuída podemos também verificar a finalidade desta (a fim de impedir a fuga de elementos inimigos naquela direção), que enfatiza os resultados a alcançar (AHM, 1970a).

Cada Bateria articulava-se em dois pelotões, dispondo de um total de 16 BF que receberam as seguintes missões: A 1.ª BAC/Ev, apoio direto (A/D) ao Agrupamento IA na fase de ataque ao objetivo G, apoio direto ao Agrupamento 1PEA e reforço de fogos à 3.ª BAC após o ataque ao objetivo G.

Gomes (2002, p. 67)

Tomando como exemplo este conceito de apoio de fogos podemos afirmar que eram atribuídas prioridades às Unidades apoiadas de acordo com as tarefas a desempenhar. A 1.ª BAC/Ev tinha como missão apoiar a conquista do objetivo G, ao mesmo tempo que previa a alteração de prioridades para a conquista dos outros dois objetivos.

“Após os assaltos aos objetivos foram realizadas ações de permanência, sendo organizadas bases temporárias [...]” (Gomes, 2002, p. 67). Para estas ações de permanência o COFI emanou a Ordem de Operações N.º 3/70/COFI em que atribui a seguinte tarefa: “em D+14, com forças pára da Reserva Sul (NANGOLOLO) executa um golpe de mão, por heli-assalto ao círculo NARINO.” (AHM, 1970b), o que materializa a direção das operações por parte do Comandante, nomeadamente o emprego da reserva nas ações de consolidação dos objetivos alcançados pela operação precedente.

5.2. A Direção na segurança da barragem de CAHORA BASSA

“Naturalmente, muitas das decisões parcelares concretizaram-se em “despachos” do Comandante-chefe ou originaram “informações” das várias Repartições do QG, que podem (deveriam) existir nos Arquivos Militares” (Couto, 2012). Após pesquisa no Arquivo Histórico Militar (AHM) não foram encontrados quaisquer documentos que permitissem analisar como é que foram dirigidas as operações na construção da barragem de CAHORA BASSA.

Como já referido no capítulo anterior, o General Arriaga entendia que a segurança da construção da barragem de CAHORA BASSA deveria ser da responsabilidade de um comando específico, na dependência direta do comando-chefe, e para tal foi criado o CODCB, que ficaria localizado em Chicoo, estando orientado especificamente para a segurança próxima de CAHORA BASSA e do seu eixo de reabastecimento terrestre – a estrada Tete – Songo. O seu efetivo era constituído por “Um Comando de Agrupamento reduzido, [...] quatro Grupos de Milícias e o Destacamento Policial do Songo” (Coutinho, 2016). Cada unidade tinha muito bem definido o seu setor e as suas tarefas, e contando com a limitação de pessoal e algumas Unidades com “deficiente grau de instrução” (Coutinho, 2016), estas foram colocadas com a intensão de maximizar o seu potencial de Combate.

“O General Kaúlza de Arriaga nas missões atribuídas aos seus Comandantes subordinados só indicava a tarefa e finalidade. Deixava o “Como” à liberdade dos comandantes subordinados. O que era indispensável era cumprir com êxito a missão.” (Coutinho, 2016), o que materializa a verdadeira aceção da função de combate Comando Missão. Por outro lado, “a nível do QG/CC, [...] Todos os meses havia uma reunião com os comandantes de Setor e dos Comandos Operacionais onde o General Comandante-chefe transmitia a sua intenção aos seus Comandantes subordinados.” (Coutinho, 2016), o que permitia um controlo próximo por parte do Comandante e ajustamentos consoante o desenrolar da situação.

No que toca às prioridades de apoio, e tomando como exemplo de análise o apoio de fogos, mais em concreto a missão atribuída à Bateria de Artilharia 3 do Grupo de Artilharia de Campanha 6 (SONGO): “executava fogos de flagelação de acordo com um plano de fogos e um horário pré-estabelecidos” (Coutinho, 2016), podemos deduzir que existia um plano para cada apoio e que nestes as prioridades estavam bem definidas, e ajustadas de acordo com a ameaça.

CONCLUSÕES

A função de combate Comando Missão consiste num conjunto de tarefas e sistemas que apoiam o Comandante durante o seu exercício do comando e controlo, a forma a que possa enquadrar a realidade do ambiente operacional antes e durante a condução das operações. Este aspeto enfatiza o papel central do Comandante, enquanto elemento equilibrador do comando e controlo, para compreender, visualizar, descrever, dirigir.

A investigação efetuada permitiu identificar, na sua maioria, uma grande similitude entre a contemporânea função de combate Comando Missão, mais precisamente no âmbito da condução do processo operacional por parte do Coman-

dante, com as ferramentas e mecanismos utilizados pelos Comandantes no TO de Moçambique (1964-75), nomeadamente na ação do General Arriaga durante a Operação NÓ GÓRDIO e na segurança à barragem de CAHORA BASSA.

Podemos então concluir que, no âmbito da “Compreensão” do problema por parte do Comandante, foi possível deduzir que o comando estabelecia o contexto da situação através da análise do inimigo e da área de operações, permitindo-lhe obter o entendimento do ambiente operacional e da ameaça e identificar o problema operacional que se lhe deparava.

Relativamente a como foi visualizado o estado final, a natureza e a conceção operacional tendo em vista a resolução do problema no TO de Moçambique, podemos concluir que os principais elementos da “Visualização” estavam presentes na ação do Comandante de forma espontânea. Foi possível deduzir que o Comandante e seu EM dedicaram o seu tempo de reflexão e análise em conjunto com o seu EM, apresentando objetivos concretos e bem definidos para a resolução e dimensão do problema, materializando-os em linhas de atuação, identificação precisa do estado-final desejado, bem como a conceção operacional.

No terceiro capítulo foi abordada a “Descrição” das operações com vista a perceber de que forma foi operacionalizada a resolução do problema identificado no TO de Moçambique. Da análise efetuada pode concluir-se que em ambas as operações estudadas, embora muito distintas, se verificava a transmissão do resultado da análise do Comandante ao EM. A transmissão da sua intenção, conceito da operação e necessidades de informação materializavam as linhas orientadoras para que todo o trabalho de planeamento do EM.

No que concerne à Direção das operações, verificou-se que os comandantes dirigiam as operações com base nos elementos fundamentais que o definem. Dos indicadores levantados só não foi possível demonstrar o emprego da reserva e a aceitação de riscos que criem oportunidades para ganhar, manter e explorar a iniciativa segurança à barragem de Cahora Bassa muito devido a falta de documentação existente no Arquivo Histórico Militar.

Durante a investigação conduzida foi possível identificar e deduzir pontos comuns entre o comando e controlo da época e a função de combate Comando Missão, e a forma como se constituiu um meio aglutinador das outras funções de combate, tendo como figura central o Comandante e como apoio o seu EM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A., Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Arquivo da Defesa Nacional, 1970. Carta de Comando do General Kaulza Oliveira de Arriaga. Lisboa.
- Arquivo Histórico Militar, 1963-1966. Bat. Caç. 558 – História da Unidade, 2/7/149/5. Lisboa.
- Arquivo Histórico Militar, 1969. Plano de Defesa de Cahora Bassa, F.6.3, S.6, Caixa 933 n.º 02. Lisboa.
- Arquivo Histórico Militar, 1970a. Ordem de Operações N.º 02/70, F.6.3, S.3, Caixa 927 n.º 6. Lisboa.
- Arquivo Histórico Militar, 1970b. Ordem de Operações N.º 03/70, F.6.3, S.3, Caixa 927 n.º 6. Lisboa.
- Arquivo Histórico Militar, 1972. Relatório de Acção N.º 01/72-Operação: “NÓ GÓRDIO”, SC. B, SR.38, Caixa 994 n.º 6. Lisboa.
- Arriaga, K., s.d. *A Luta Em Moçambique – 1970/1973*. s.l.: Intervenção.
- Arriaga, K., 1977. *África a Vitória Traída*: Lisboa: Editorial Intervenção.
- Coutinho, A., 2016. *O Comando Missão na Campanha Militar no Teatro De Operações De Moçambique (1964 – 1975)* [Entrevista]. Évora (26 de junho de 2016).
- Couto, A., 2012. *A Segurança do Empreendimento de Cahora Bassa (1970-1973)*. *Revista Militar*, 6/7, 621-662. Lisboa.
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0 – Mission Command*. Washington DC: Headquarters Department of the Army.
- Department of the Army, 2014. *FM 6-0 – Commander And Staff Organization And Operations*. Washington DC: Headquarters Department of the Army.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): 4.º Volume – Dispositivo das nossas forças Moçambique*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: 2.ª Repartição, 1969. *Caderno Militar – 7, O Caso de Moçambique*. Lisboa: SPME.
- Exército Português, 1966. *Regulamento de Campanha Informações: Volume I*. Lisboa: EME.
- Exército Português, 1969. *O caso de Moçambique*. Cadernos Militares, Volume 7. Lisboa: EME
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*. Lisboa: EME
- Gomes, C., 2002. *Moçambique 1970 – Operação NÓ GÓRDIO*. Lisboa: Tribuna.

SECÇÃO V

O MOVIMENTO E MANOBRA

O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP TM Pedro Manuel Monteiro Fernandes
CAP INF Luís Miguel Rodrigues Gomes
CAP ART Carlos Emanuel Saraiva Lawrence
CAP CAV André de Frazão Rodrigues Mateus Ferreira
CAP INF João Carlos Fonseca Tomás

Orientador

TCOR INF António José Estrela Bastos

Tendo por base a doutrina atual que define a organização das operações segundo funções de combate, e no âmbito do Movimento e Manobra, esta secção aborda a associação entre as tarefas que fazem parte desta função de combate e as ações levadas a cabo na campanha militar do Teatro de Operações (TO) de Moçambique entre 1964 e 1975.

Como forma de contextualizar o tema, importa perceber que a campanha militar no TO de Moçambique foi um conflito armado entre as forças da guerrilha “Frente de Libertação de Moçambique” (FRELIMO) e as Forças Armadas (FFAA) de Portugal que faz parte integrante da designada “Guerra do Ultramar”. Oficialmente o conflito deflagrou no segundo semestre de 1964, cerca de três anos depois do início do mesmo em Angola e dois anos depois da Guiné (EME/CECA, 1989, p. 65). Do conjunto de operações desenvolvidas entre 1964 e 1975 destaca-se a operação “Nó Górdio”, executada em 26 de junho de 1970, que envolveu cerca de oito mil tropas portuguesas com o fim de eliminar bases e linhas de abastecimento dos guerrilheiros da FRELIMO, a qual será analisada nesta secção.

Importa também frisar que para as FFAA Portuguesas o conflito de Moçambique foi uma Guerra Subversiva, sendo que a doutrina militar portuguesa de contraguerrilha começou a ser desenhada ligeiramente antes do início da guerra em Angola, em 1961 (Afonso e Gomes, 2000). Assim, como doutrina da época, destaca-se o “Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contraguerrilha”, bem como o conjunto de obras de “O Exército na Guerra Subversiva” editadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), onde são elencados uma série de conceitos doutrinários, nomeadamente nas operações contrabandos armados e guerrilhas. Como doutrina atual, destacam-se a *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-01: Tática das Operações de Combate – Volume I*, de fevereiro de 2015 e a *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*, de abril de 2012. Sabendo-se que neste prisma ocor-

reu uma natural evolução, analisou-se o conceito doutrinário da função de combate Movimento e Manobra à luz dos conceitos atuais, verificando qual a correspondência dos elementos que se pretendiam analisar, na doutrina da época.

Esta secção encontra-se organizada numa introdução, seguida de cinco capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo é apresentada uma breve revisão do estado da arte e caracterizada a função de combate Movimento e Manobra. No segundo capítulo, são apresentadas as forças de manobra presentes TO e qual a sua composição. Seguidamente descreve-se de que forma e onde essas forças de manobra atuaram. No quarto capítulo analisam-se conceitos doutrinários da época tentando aplicar o modelo de análise às ações desenvolvidas no TO, e posteriormente analisa-se o caso concreto da operação “Nó Górdio” no capítulo seguinte. O estudo termina com a apresentação das conclusões e a proposta do caminho futuro a seguir acerca da temática.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Estado da arte

O TO africano, contrariamente ao espectro da ameaça continental até então dominante, assume uma forma não convencional: a guerra de guerrilha. Será este o quadro dos conflitos da descolonização: o de uma guerra não convencional, uma guerra de guerrilha (Barata e Teixeira, 2004).

À semelhança do que aconteceu nas diversas campanhas militares, também nas campanhas de Moçambique, o conhecimento aprofundado do ambiente operacional¹ surge como um elemento fundamental para a rentabilização de todo o potencial de combate. Da revisão da literatura constata-se, em virtude de o conceito das funções de combate ser relativamente recente, não parece ter sido tratado de uma forma concreta para o caso do TO de Moçambique. No entanto, em (Borges, et al., 2015) é analisada a função de combate Movimento e Manobra no TO de Angola, sendo que as suas conclusões permitem evidenciar que os aspetos dessa função de combate foram tidos em conta ao longo da campanha, levando a adaptações da tipologia de forças, das tarefas a executar e do próprio dispositivo, com vista a alcançar os objetivos pretendidos de forma mais eficaz. Deste modo, embora a campanha em Moçambique seja naturalmente diferenciada, parece razoável levantar a hipótese de que o conceito atual desta função tenha sido em certa medida aplicado no decorrer da campanha no TO de Moçambique.

¹ Ambiente Operacional - é caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do comandante (Exército Português, 2012, pp. 1-1).

1.2. A função de Combate Movimento e Manobra

O raciocínio baseado nas Funções de Combate possibilita decompor a solução de cada problema militar em uma série de tarefas a serem cumpridas (Borges de Aguiar, 2015). Numa operação, um comandante dispõe de um determinado potencial de combate, que não é mais do que, o somatório de todas as capacidades da força sobre o seu comando, aplicada num dado momento, sendo que, este potencial é materializado através da utilização e aplicação das Funções de Combate.

Segundo o descrito na *PDE 3-00 Operações* “uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino” e são “combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações sejam elas decisivas, de moldagem ou de sustentação”. As funções de combate ao dispor do comandante são então o comando-missão, movimento e manobra, informações, fogos, proteção e apoio de serviços. Como multiplicadores dessas funções surge a liderança e a informação.

Assim, define-se a função de combate Movimento e Manobra como sendo “composta pelas tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo” (Exército Português, 2012). Esta função, e segundo a mesma referência doutrinária, inclui como tarefas, a projeção de forças, a manobra, os movimentos táticos, o fogo direto, a ocupação de zonas de reunião, a mobilidade e contramobilidade e obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos. Destas suas tarefas salientam-se a manobra, que “é o emprego de forças através da combinação do fogo e movimento para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo de forma a cumprir uma missão” e o movimento que “é necessário para dispersar e deslocar a força, como um todo ou parcialmente, enquanto decorre a manobra”.

2. CARATERIZAÇÃO DAS FORÇAS DE MANOBRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES

2.1. Tipos de força

Em 1958, o Estado Português, e em particular o Exército, sentiu a necessidade de tomar providências urgentes no que respeita à organização, recrutamento e instrução das forças terrestres ultramarinas, bem como à constituição e armamento das suas unidades e formações (Diário do Governo, 1958). Porém, no início de 1961, o dispositivo implementado ainda era bastante reduzido e pouco adaptado ao tipo de operações que se viriam a desenvolver. As alterações que se irão verificar corresponderam, de uma forma geral, ao desenvolvimento e localização das ações

subversivas da guerrilha moçambicana, originando consequentemente o reordenamento das estruturas de comando e das forças no terreno.

O Exército enfrentava uma nova tipologia de adversário, um adversário que se movia, escondia e executava ações no seio da população. Desta forma, alterou-se o paradigma de uma luta entre exércitos tal qual era esperado de uma guerra convencional. Estas forças subversivas tinham como objetivo principal a conquista da população ao invés da tradicional conquista do terreno (Afonso e Gomes, 1998).

Com a alteração à Lei da Organização Militar Ultramarina (Lei nº 2060 de 1953), “as unidades militares deverão dispor de efetivos e quadros suficientes para atuarem no sentido de garantir a segurança dos pontos vitais do território e poderem passar ao pé de guerra no mais curto prazo” (Diário do Governo, 1958). Assim, a disposição territorial do Exército na província ultramarina de Moçambique estava organizada em três Comandos Territoriais e um Quartel-General localizado na Capital Lourenço Marques, que tinha por inerência a preparação e execução do recrutamento e mobilização (Afonso e Gomes, 1998).

Os Comandos Territoriais estavam localizados na Beira, Nampula e em Lourenço Marques. Na região Norte e Centro estavam implementados sete Batalhões, a Noroeste em Vila Cabral e Tete, a Nordeste em Porto Amélia e Nampula. Ao centro em Mocuba, Vila Pery e Beira. Esta disposição permitiu fazer face à situação inicial do conflito, uma vez que as zonas iniciais de operações foram os distritos de Niassa e de Cabo Delgado (Gomes, 2010, p. 148).

Os Batalhões de Caçadores (BCaç), comparados com os batalhões de infantaria convencionais, apresentavam uma estrutura orgânica mais aligeirada, nomeadamente em armamento e efetivos. Em vez das cinco companhias: uma Companhia de Comando e Serviços (CCS), três companhias de atiradores e uma de apoio de combate, um BCaç dispunha apenas de quatro: uma CCS e três Companhias de Caçadores (CCaç). Verificava-se assim, a supressão da Companhia de Apoio de Combate (companhia de armas pesadas, equipada com metralhadoras, morteiros e armas anticarro).

As missões atribuídas a estas unidades, não só de caçadores como às de artilharia e cavalaria, atuavam todas elas como infantaria. A infantaria constituía a base dos batalhões, pois era esta arma que mais efetivos exigia. Contudo foram formadas companhias de artilharia e cavalaria enquadradas pelos batalhões de infantaria. Estas adaptaram-se à forma de atuação da infantaria, em virtude do tipo de guerra assim o exigir. Estas subunidades cumpriam essencialmente as chamadas “missões de quadrícula”², situação que implicava a responsabilidade direta por

² “execução de operações de curta duração, levadas a cabo por unidades de escalão pelotão (grupo de combate) ou companhia, para manter a iniciativa (negando-a à subversão), recolher informações

uma zona de ação, perfeitamente delimitada, e a ocupação permanente de aquarte-
lamentos fixos (Associação 25 de Abril, s.d.).

Ao longo dos dez anos em que durou o conflito em Moçambique, de 1964 a 1974, face ao incremento de atividades terroristas ou revolucionárias³ e dando cumprimento ao Decreto-Lei que altera a Lei da Organização Militar Ultramarina, reforçou-se militarmente para além das tropas de quadrícula, passou a contar-se com unidades metropolitanas de reforço à guarnição normal. De uma forma geral, o efetivo das unidades e subunidades de manobra presente neste TO aumentaram para o triplo daquele que existia em 1961 (Figura 1).

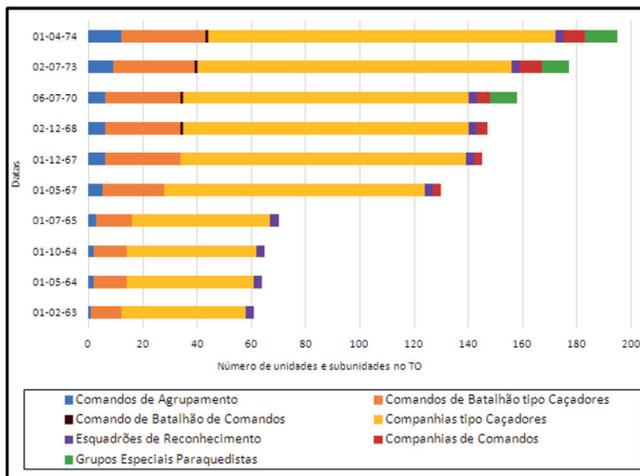


Figura 1 – Unidades e Subunidades no TO de Moçambique

Fonte: Elaborado a partir de EME/CECA (1988).

2.2. Potencialidades e vulnerabilidades

Verificou-se uma resposta do Exército ao escalar da violência que existia em determinadas regiões de Moçambique. Esta resposta trouxe potencial e capacidade para fazer face às ações subversivas da guerrilha moçambicana através do reordenamento das estruturas de comando e das forças no terreno. Em concreto, no TO de Moçambique, esta alteração permitiu fazer face às características de uma guerra subversiva.

e garantir não só o contacto, o controlo e a segurança das populações levando-as a deixar de apoiar a subversão, como também cativar elementos afetos àquela, com o objetivo de os recrutar e os empenhar posteriormente contra a mesma". (EME/CECA, 1988).

³ No TO de Moçambique, a subversão violenta deflagrou no segundo semestre de 1964, cerca de três anos depois do início da mesma em Angola e dois anos depois da Guiné. Este facto bastou, por si só, para que na metrópole fossem emanadas instruções em tempo, através da Diretiva N.º 6, de 25 de fevereiro de 1961, do CEMGFA para a Segurança e Defesa de Moçambique para fazer face a previsíveis incursões de fronteira e a sublevações internas (EME/CECA, 1988, p. 65).

Para além da referida reorganização, também a articulação das forças diferia da habitual estrutura, atribuindo maior potencial de combate aos comandantes de companhia nas suas missões de quadrícula. Desta articulação obtinha-se a constituição de quatro companhias com o mesmo potencial de combate, ao invés daquilo que era habitual com três companhias de manobra e uma de apoio de combate. Neste sentido, ficava o comandante de batalhão sem a capacidade de poder decidir como e onde empregar as suas armas pesadas, uma vez que estavam distribuídas.

Constituíam-se como uma grande limitação no Movimento e Manobra o facto de não ser possível, muitas das vezes, efetuar a continuação dos combates através da perseguição dos elementos subversivos, uma vez que estes refugiavam-se em territórios estrangeiros.

3. ANÁLISE DO DISPOSITIVO

A prioridade imposta na atribuição de meios aos conflitos em Angola e na Guiné prejudicou a implantação de um dispositivo em Moçambique que numa primeira fase garantisse proteção e segurança às populações brancas e negras leais, centros básicos, integridade do território e simultaneamente a criação de um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de proteção, eliminar atos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas (Figura 2) (EME/CECA, 1989).

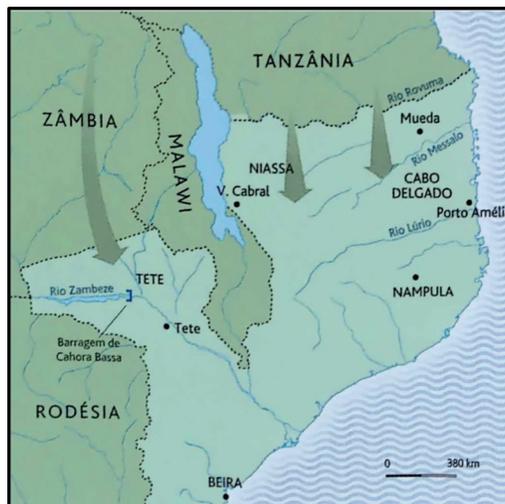


Figura 2 – Entrada no Território de Moçambique dos movimentos subversivos

Fonte: Afonso e Gomes (2001).

Face a esta situação, o Comando da Região Militar viu-se na inevitabilidade de deslocar para norte, onde se concentrou o esforço inicial da subversão (Figura 2), unidades retiradas de todo o território, com o conseqüente enfraquecimento das zonas ainda não atingidas (EME/CECA, 1989). Nesta primeira fase do conflito, que compreendeu os anos de 1964 e 1965, os distritos mais atingidos foram a norte do distrito de Cabo Delgado, quase exclusivamente à área habitada pela etnia maconde e a noroeste do distrito de Niassa, área habitada pela etnia nianja, alastrando posteriormente para sul e leste, passando dos Nianjas aos Ajauas. Até outubro de 1964 não houve praticamente reforços em meios operacionais, embora as ações de guerrilha já tivessem iniciado. Exceção feita ao norte do território, mais concretamente o distrito de Cabo Delgado, Moçambique e Niassa, para onde foram deslocadas unidades que estavam sediadas mais a sul, traduzindo a preocupação com a situação no norte do território (EME/CECA, 1989).

3.1. Dispositivo no Terreno

A primeira fase da guerra em Moçambique, até ao final da década de sessenta é marcada pela contenção e não provoca preocupação excessiva às autoridades de Lisboa (Barata e Teixeira, 2004). A resposta das forças portuguesas a esta situação foi idêntica à que haviam experimentado em Angola e na Guiné: criação de uma malha de forças de quadrícula, que podia ser apertada à medida das necessidades, instalando batalhões e companhias em pontos-chave, e realização de ações de controlo de populações, de patrulhas para garantir a segurança das vias de comunicação e de operações ofensivas com o objetivo de destruir as bases dos grupos de guerrilheiros (Afonso e Gomes, 2001).

Uma vez estabilizada a situação, a manobra militar consistiu em reduzir as áreas afetadas naqueles dois distritos, a fim de impedir que as mesmas alastrassem aos mais populosos do território - Moçambique e Zambézia (Figura 3) - habitados pela etnia macua, que se mostrava fiel aos colonos. Para o efeito, procurou-se, prioritariamente, atrair as populações à causa Portuguesa e atuar contra os grupos de guerrilheiros, para os manter em insegurança, e, se possível, aniquilá-los. Isto exigia operações de pequena e, quando muito, de média envergadura⁴ (EME/CECA, 1989).

⁴ General António Augusto dos Santos, no seu depoimento pessoal em (EME/CECA, 1989).



Figura 3 – Regiões Administrativas de Moçambique
Fonte: EME/CECA (1989).

Entretanto, em 1967 a FRELIMO que até então não havia mostrado interesse no distrito de Tete, inverteu essa situação. No entanto, no período que se seguiu entre 1967 e 1970, face à situação aparentemente estacionária nos distritos de Cabo Delgado e Tete e bastante mais crítica em Niassa, foi transferido para este último o esforço da ação militar contra-subversiva. Em 1970, verificando-se o decréscimo progressivo no Niassa, o esforço da guerra deslocou-se para Cabo Delgado, onde o esforço contra-subversivo compreendeu uma série de ações que tiveram o seu auge na operação “Nó Górdio”, que será analisada no quinto capítulo. O dispositivo militar português articulava-se em quatro setores operacionais (Figura 4), com sedes em Vila Cabral, Marrupa, ambos no Niassa, em Porto Amélia, correspondendo a Cabo Delgado, e em Tete (Afonso e Gomes, 2001).

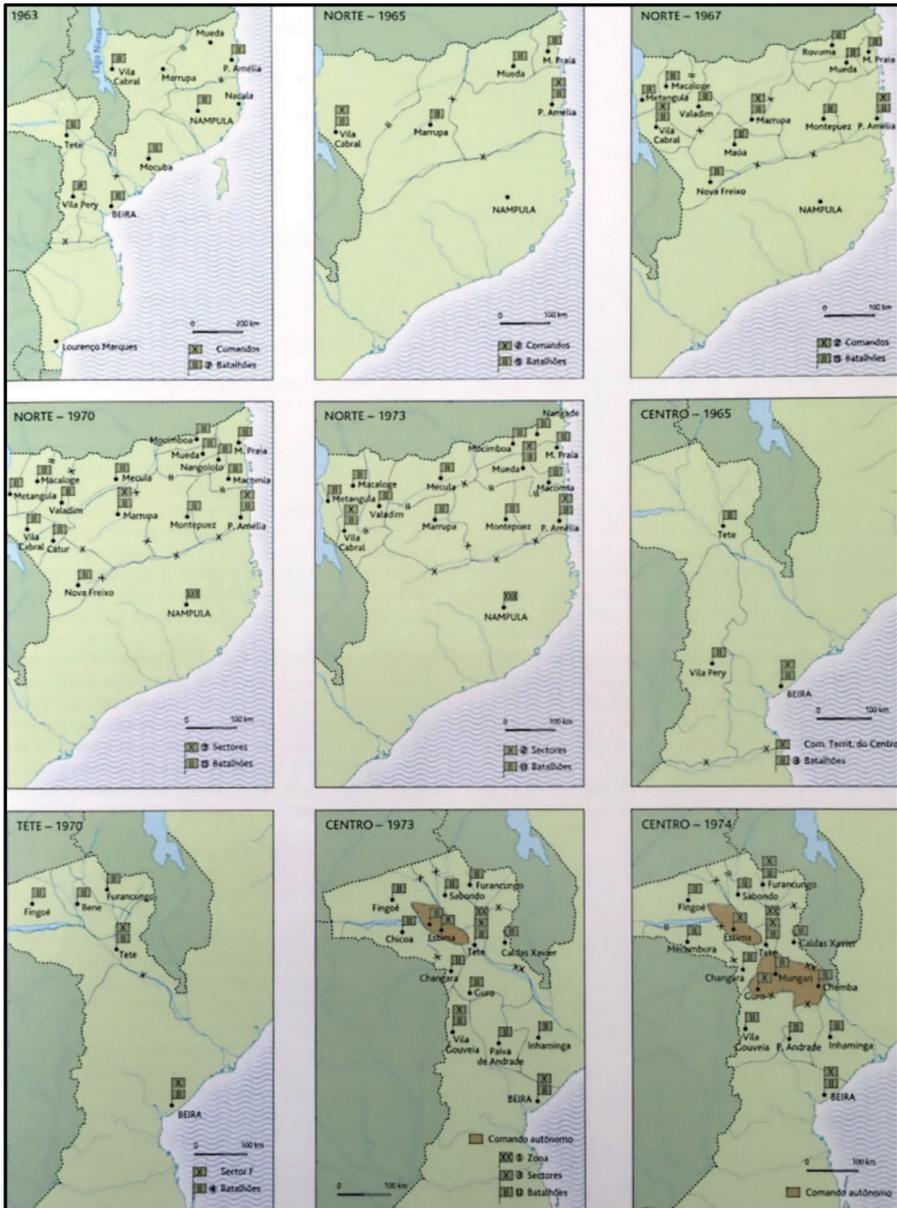


Figura 4 – Dispositivo das forças portuguesas em Moçambique (1963-74)
 Fonte: Barata e Teixeira (2004).

Nos anos que se seguiram, até quase ao final da campanha, as ações da guerrilha foram muito reduzidas nos dois distritos do Norte (Niassa e Cabo Delgado), passando a FRELIMO a exercer o seu maior esforço no distrito de Tete, tentando opor-se à construção da barragem de Cahora Bassa. Não o conseguindo, optou por infiltrações que ultrapassassem aquela e as suas defesas, a fim de progredir para sul e sudeste (Afonso e Gomes, 2001).

3.2. Organização das forças de manobra para o combate

A extensão do conflito no tempo e a sua descontinuidade no espaço obrigaram a instituição militar a uma adaptação no plano organizativo (Barata e Teixeira, 2004). Durante o período dos conflitos, não pode dizer-se que se registe uma reforma global do Exército. Porém, uma das mais importantes e com reflexo imediato na conduta da guerra seria a formação de tropas especialmente destinadas à guerra de guerrilha, com o emprego de tropas especiais, os comandos, os para-quedistas e os fuzileiros que farão também a sua entrada no TO. Com o progressivo processo de africanização das FFAA portuguesas nascem, a partir de 1965, nos diferentes teatros de operações, diferentes unidades especiais compostas de tropas exclusivamente africanas: os Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), os Comandos Africanos, as Milícias Especiais e os Flechas (Barata e Teixeira, 2004).

Apesar do batalhão ser a unidade de base do sistema de quadrícula referido no capítulo anterior, no que se refere à organização das forças militares, há que atender, em especial ao seguinte:

- O combate contra as forças da subversão terá de ser conduzido, a maior parte das vezes, por pequenas unidades (companhias e destacamentos), largamente distanciadas umas das outras, em consequência, essas unidades deverão ter uma organização que lhes permita viver, deslocar-se e combater com grande independência;
- Pela mesma razão, impõe-se uma descentralização do sistema logístico, e as unidades encarregadas de o garantir terão, portanto, de ser organizadas em conformidade;
- Uma grande mobilidade é indispensável às unidades, o que implica na sua organização, conforme os casos: adaptação ao transporte aéreo, em especial por helicópteros (EME, 1963).

A CCaç, com cerca de 170 homens organizados em quatro grupos de combate, foi, do lado português, a unidade básica da guerra, e o capitão o seu elemento-chave. Era uma unidade com capacidade para viver, deslocar-se e combater

com grande independência (Afonso e Gomes, 2001). A CCAç difere da Companhia de Atiradores normal, essencialmente, por um equipamento mais aligeirado e por uma tática de emprego cujo princípio fundamental é uma articulação para o combate muito mais flexível. Dispondo de três Pelotões de Caçadores e de um Pelotão de Acompanhamento, além do comando, a companhia só será empenhada com esta articulação em operações de maior vulto contra forças rebeldes de efetivos apreciáveis que ofereçam uma resistência séria – operações que não são as mais vulgares neste tipo de guerra. O reforço de um dos seus Pelotões de Caçadores com elementos de outro não deve ser considerado como anormal. O Pelotão de Acompanhamento poderá ser distribuído, no todo ou em parte, pelos Pelotões de Caçadores; outras vezes, dando a estes algumas das suas armas coletivas e recebendo deles frações de atiradores, poderá constituir um quarto elemento com missão semelhante à dos referidos Pelotões de Caçadores; noutras situações, quando as suas armas coletivas não forem necessárias, poderá o seu pessoal desempenhar funções de atirador, na medida em que as armas individuais de que dispõe o permitirem (EME, 1963).

Desta forma, o comandante da companhia, aproveitando os seus subalternos e mesmo alguns sargentos em cujas qualidades deposite maior confiança, articulará a sua unidade para o combate em três, quatro ou mais frações, todas semelhantes ou completamente diferentes umas das outras, em conformidade com o que a situação de momento e o tipo de operação a realizar aconselharem. A CCAç pode ser reforçada com elementos de morteiros e de canhões sem recuo, de Artilharia, de carros, de reconhecimento e de Engenharia, bem como com um Pelotão de Caçadores (ou fração) de outra companhia (EME, 1963).

Como se viu, o esforço de guerra no TO trouxe consigo importantes alterações à instituição militar, quer no plano do serviço militar e dos efetivos, quer no da organização interna da instituição, quer no do armamento e, naturalmente, na doutrina militar (Barata e Teixeira, 2004).

4. ANÁLISE DO MOVIMENTO E MANOBRA

4.1. Análise doutrinária

Com vimos anteriormente, a campanha no TO de Moçambique insere-se nas denominadas guerras subversivas. De acordo com a definição doutrinária da época, guerra subversiva é uma “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (EME, 1963).

Para fazer face à “luta subversiva” surgem as ações de contrassubversão que assentam em dois aspetos fundamentais. O primeiro aspeto consiste em evitar a subversão, usando para o efeito os meios políticos e policiais disponíveis, cabendo às FFAA o apoio e coordenação necessários, e como segundo aspeto o de reprimir a subversão, recorrendo para o efeito ao potencial e ações passíveis de serem executadas pelas FFAA.

Assim, no TO de Moçambique, fruto da experiência adquirida em outros teatros, foram utilizados movimentos e manobras táticas que assentavam no guia doutrinário de 1961 – *O Exército na Guerra Subversiva*, que foi revisto em 1963 e posteriormente com uma segunda edição em 1966. Neste guia, são abordados os modos como as forças destacadas se deveriam dispor para fazer face à guerra subversiva, nomeadamente no que diz respeito às operações de cariz defensivo e ofensivo.

Relativamente às operações defensivas, salientam-se as ações de defesa e segurança de pontos sensíveis e postos militares (segurança próxima e imediata), e proteção de itinerários (segurança em movimento). Nas ações de defesa e segurança de pontos sensíveis e postos militares, realça-se a defesa de povoações (Figura 5), onde as forças destacadas para esta missão além de terem como tarefa a detenção das ações ofensivas da ameaça, tinha também como tarefa o isolamento dessa ameaça a fim de evitar o contato com a população (EME, 1963).

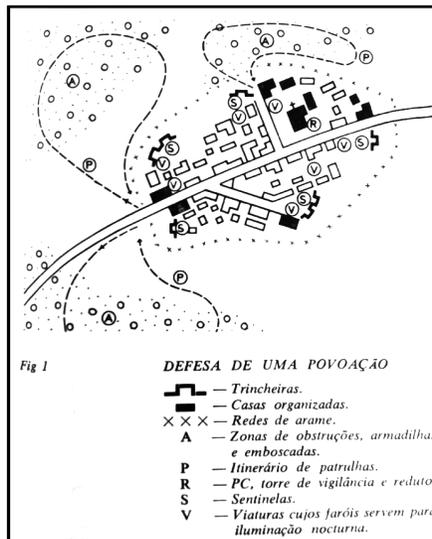
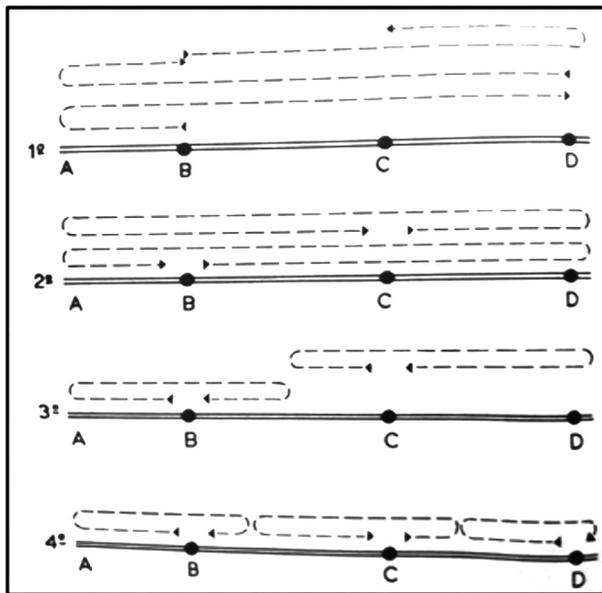


Figura 5 – Defesa de uma povoação

Fonte: EME (1963).

Neste caso, verifica-se a importância dos elementos em movimento conjugado com a manobra dos elementos fixos, conseguindo desta forma explorar o terreno, recolher informação periférica, eliminar zonas mortas e evitar a surpresa por parte da ameaça (emboscadas à posição). Ainda nas operações defensivas, nomeadamente no caso da proteção de itinerários, verifica-se que estes também se constituem como um complemento à segurança próxima, onde para além das ações de vigilância móvel, também eram desenvolvidas escoltas de colunas e proteção de caminhos-de-ferro. No caso das ações de vigilância móvel, destaca-se a forma como as viaturas eram preparadas, onde para além de possibilitar a observação em 360°, também possibilitavam um rápido desembarque. Nestas ações salienta-se ainda, a forma como as eram feitas as patrulhas de vigilância (Figura 6) onde se realçam os movimentos táticos das viaturas feitas com o intuito de evitar rotinas na vigilância (EME, 1963).



Legenda: A a D – Itinerário; A – Limite esquerdo do itinerário;
B, C e D – Postos de defesa fixo.

Figura 6 – Patrulhas de Vigilância

Fonte: EME (1963).

Por outro lado, salientam-se a forma como os militares e viaturas, se deveriam movimentar e manobrar, durante uma emboscada a uma coluna de viaturas (Figura 7).

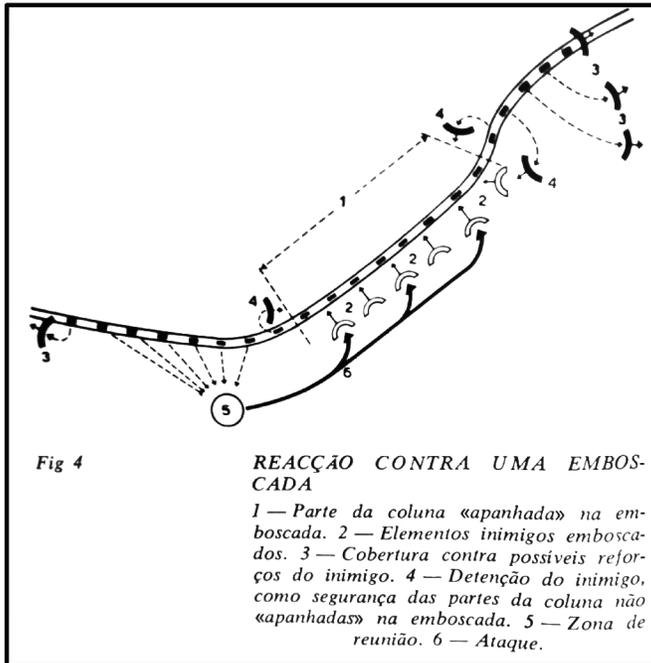


Figura 7 – Reação contra uma Emboscada a uma coluna de viaturas

Fonte: EME (1963).

No que concerne às formas de operações ofensivas, destacam-se as ações de limpeza de uma zona, o golpe de mão, a emboscada e por fim o patrulhamento que não sendo uma operação ofensiva propriamente dita tem como objetivo obter informações e localizar a ameaça. As ações de limpeza de uma zona são definidas como uma operação cuja finalidade é expulsar, aprisionar ou aniquilar toda a ameaça e as suas instalações que englobam as operações de cerco e de batida (EME, 1963).

As operações de batida (Figura 8) são operações de limpeza de uma zona previamente delimitada onde se sabe da existência de ameaça, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material, de flagelar elementos da ameaça ou de intimidar/controlar elementos da população. Estas operações eram conduzidas nas modalidades de linha ou coluna, sendo a modalidade da batida em linha a mais usada, as forças empregues nesta operação articulavam-se em comando, unidades de ba-

tida, grupos de detenção e perseguição, elementos de reserva e de apoio. Nesta operação as forças progrediam linearmente e manobravam de forma, a que houvesse sempre sobreposição de setores de tiro. A parte da ameaça que retirasse era perseguida pelas forças preposicionadas, os quais seriam apoiados, sempre que possível, por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1963).

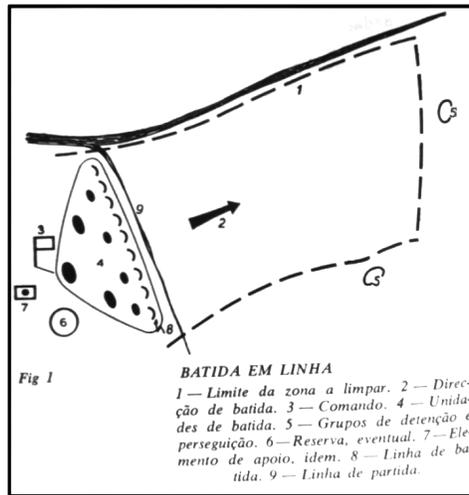


Figura 8 – Batida em Linha

Fonte: EME (1963).

Estes tipos de operações poderiam ser utilizados como complemento de outras operações como por exemplo as operações de cerco (Figura 9).

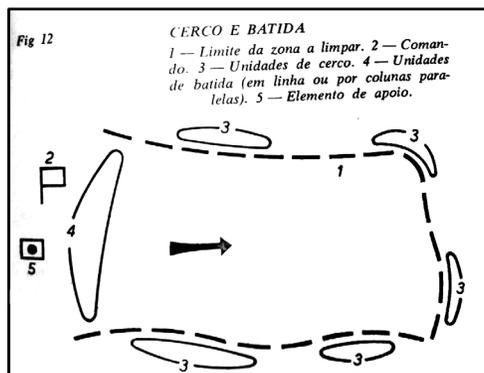


Figura 9 – Cerco e Batida em Linha

Fonte: EME (1963).

Já as operações de cerco (Figura 10) são ações de limpeza a uma zona previamente delimitada, onde são dispostas forças de forma a impedir que a ameaça possa escapar ou ser apoiada do exterior dessa zona. O cerco desenvolvia-se segundo duas ações distintas, o cerco da zona a limpar e o cerco com atuação no interior da zona cercada, podendo ser simples ou duplo, contínuo ou descontínuo e linear ou em profundidade. Nos dois tipos de ações, as forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. À semelhança das operações de batida, também aqui havia a possibilidade de se dar início a uma perseguição e de as forças dispostas no cerco serem apoiadas por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1963).

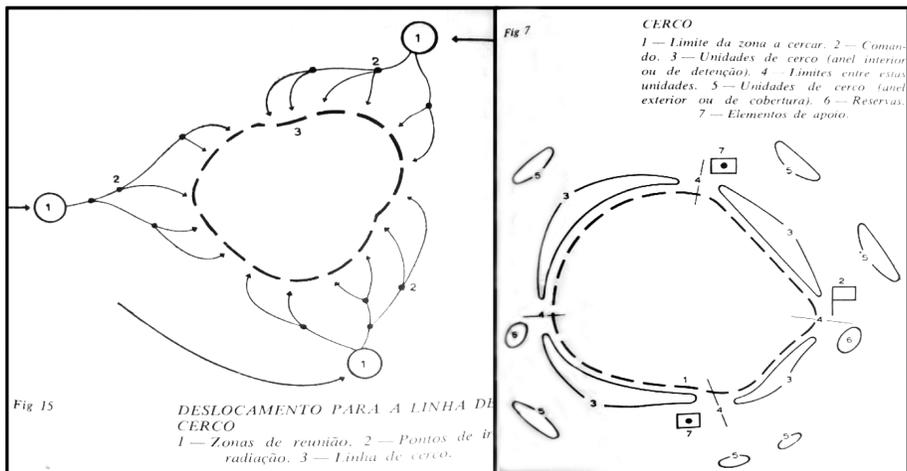


Figura 10 – Deslocamento para ocupação de um cerco e dispositivo de um cerco

Fonte: EME (1963).

O golpe de mão (Figura 11), sendo uma operação ofensiva tinha como principal princípio a surpresa e caracterizava-se por um deslocamento efetuado no maior segredo até às proximidades do objetivo e num ataque fulminante. Tinha como finalidades o aniquilamento ou captura de elementos chaves, destruição de instalações da ameaça e recolha de informação. Por norma, para ser efetuado um golpe de mão manobrava-se com a seguinte articulação, comando, grupo de assalto, grupos de detenção, grupos de cobertura, grupo de recolha, grupo de perseguição e a reserva (EME, 1963).

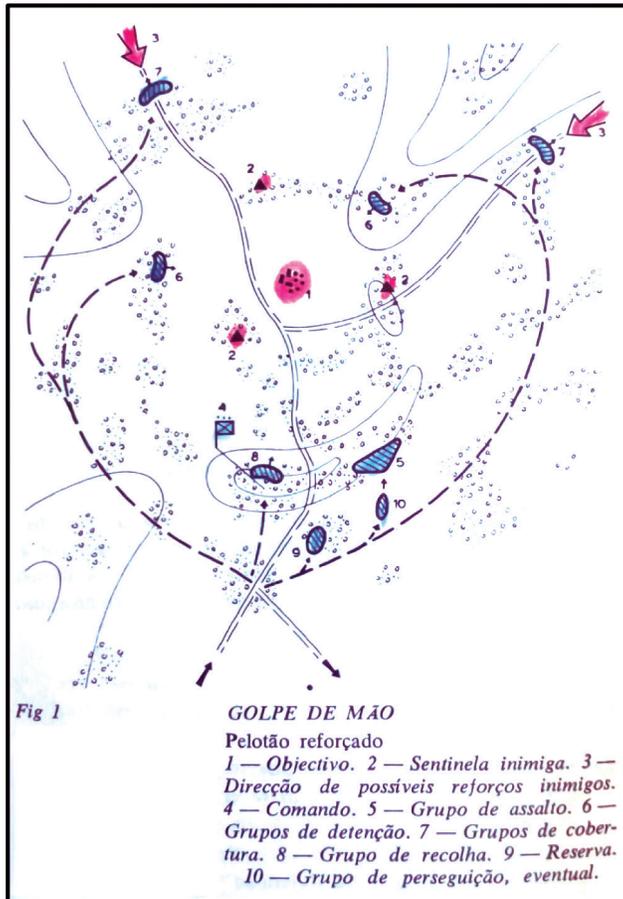


Figura 11 – Golpe de Mão

Fonte: EME (1963).

Por fim as emboscadas (Figura 12), também elas realizadas com base no princípio da surpresa sobre a ameaça, consistiam na instalação dissimulada de um dispositivo adequado, num determinado local escolhido, onde se detém e ataca a ameaça. A “zona de morte” tinha como finalidade aniquilar elementos rebeldes, impedir o livre movimento e colher informações ou simplesmente criar danos. Para cumprir estas finalidades, as forças articulavam-se pelo comando, grupos de detenção, grupos de vigilância, grupo de assalto, grupos de cobertura, grupo de recolha e reserva (EME, 1963).

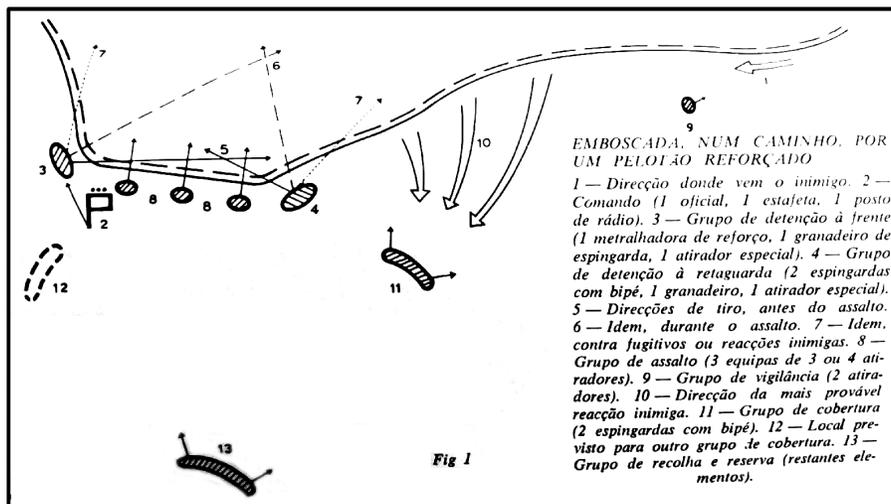


Figura 12 – Emboscada num caminho

Fonte: EME (1963).

Ainda no que concerne à função de combate Movimento e Manobra, salienta-se o papel da engenharia no apoio à tarefa de mobilidade e contramobilidade. Nesta tarefa, a engenharia teve um papel preponderante no que diz respeito à desobstrução, reparação, melhoramento, construção e conservação de vias de comunicação (EME, 1963).

4.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra

No âmbito da análise e compreensão da função de combate Movimento e Manobra na campanha militar, e de acordo modelo de análise definido no capítulo 1, enquadram-se de seguida os indicadores identificados nas respetivas dimensões definidas.

4.2.1. Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião

No que concerne à tarefa da projeção de forças e ocupação de zonas de reunião, e no indicador projeção estratégia, verificou-se que na projeção Portugal – Moçambique foi feita essencialmente por via marítima, sendo uma pequena parte feita via aérea. Já no TO de Moçambique, as forças eram projetadas para as zonas de operação recorrendo aos meios orgânicos terrestres, que por vezes se mostravam escassos, e aos meios aéreos disponíveis no TO. Já a ocupação de uma zona de reunião ou base de assalto era feito com recurso a viaturas ou apeados através de

deslocamentos táticos, como se pode constatar no descrito supra sobre as operações defensivas e ofensivas (Figura 6, 7 e 10).

4.2.2. Manobra e Movimentos Táticos

Nas tarefas manobra e movimentos táticos, e de acordo com as suas definições e guias utilizados na época, verifica-se que todos os indicadores levantados para esta dimensão se atestam, não só nas operações defensivas como também nas operações ofensivas. Contudo, face aos exemplos elencados (Figura 6, 11, 12 e 13) realça-se a exploração do terreno para facilitar o movimento tático das forças, as patrulhas de combate, a condução de escoltas e a condução de uma marcha para o contato.

4.2.3. Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos

A execução de fogos diretos sobre o inimigo foi uma das ações conduzidas nas diversas operações, da mesma forma o recurso a fumos de ocultação e obscurecimento do campo de batalha foram empregues para criar vantagem às nossas forças nas diversas operações defensivas e ofensivas desenvolvidas no TO de Moçambique (Figura 6, 8 e 13).

4.2.4. Mobilidade e Contramobilidade

No que concerne, à tarefa da mobilidade e contramobilidade, constata-se que de facto, esta existia no TO e que era garantida pela Engenharia, pelo que os indicadores levantados, nomeadamente o de empregar unidades de Engenharia e da transposição de obstáculos eram de extrema importância e frequentemente empregues no apoio à manobra.

4.2.5. Pesquisa de Informação

Da análise anteriormente efetuada constatou-se que nas ações de patrulhamento, nomeadamente as Patrulhas de Vigilância, tinham como objetivos obter informações e localizar a ameaça, tarefa igualmente associada às unidades com a função de quadrícula. Por outro lado, o próprio golpe de mão, apresentava entre outras finalidades, a de recolha de informação. Também como se observa na Figura 1 (capítulo 2) mantiveram-se no TO três esquadrões de reconhecimento durante toda campanha o que permite também perceber a importância desta tipologia de unidade, contribuindo para a tarefa da pesquisa de informação.

5. OPERAÇÃO “NÓ GÓRDIO” – ANÁLISE DO MOVIMENTO E MANOBRA

5.1. Descrição geral da operação

A zona de Cabo Delgado, primeiro apenas na área de etnia Maconde no noroeste da província e, depois, mais a sul, também na dos Macuas-Lomués, foi sempre a mais ativa e mais hostil, obrigando à implementação de um denso dispositivo militar e ao desenvolvimento de significativas operações ofensivas que atingiram em 1970 o seu ponto máximo na operação que foi designada por “Nó Górdio” e na qual se empenharam grandes efetivos e meios (Bacelar, 2000, p. 116).

Esta operação decorreu entre 1 de julho e 2 de agosto de 1970 no setor B (Figura 13), onde se integrava o “Planalto dos Macondes”, na região de Cabo Delgado no norte do território de Moçambique. Foi a maior operação militar da Guerra Colonial Portuguesa, e foi lançada sob ordens de Kaúlza de Arriaga⁵, e executada pelo Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI)⁶. No início da operação, o Comandante-Chefe e o seu Estado-Maior encontravam-se em Mueda, tendo participado na operação mais de 8 000 homens, que representava cerca de 40 por cento dos efetivos das tropas de combate no território (22 000), uma concentração que esgotou as reservas disponíveis, pois empenhou a totalidade das unidades de forças especiais (comandos, pára-quedistas e fuzileiros) e os grupos especiais, recém criados, mais a quase totalidade da artilharia de campanha, unidades de reconhecimento e de engenharia (Afonso e Gomes, 1998).

⁵ General Comandante-Chefe das FFAA Portuguesas.

⁶ O Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) foi criado em novembro de 1969 para o emprego conjunto de forças do Exército, Marinha e Força Aérea em missões de grande envergadura, em situações de emergência e em operações especiais.



Figura 13 – Dispositivo Operacional de Moçambique referido a 06Jul70

Fonte: Bacelar (2000).

No que diz respeito às forças empenhadas (Figura 14) foram constituídos agrupamentos de cerco e agrupamentos de interior em que os primeiros tiveram por base os comandos de dois batalhões de Artilharia a que foram atribuídas as companhias desses mesmos batalhões e os segundos por elementos do batalhão de Comandos, do batalhão de Para-quedistas e de Fuzileiros a que foram atribuídas, respetivamente as companhias de Comandos, Companhias de Para-quedistas e destacamentos de Fuzileiros.

| COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO (COFI) | |
|---|---|
| Comandos Operacionais | 7 |
| Companhias de Caçadores | 7 |
| Companhias de Artilharia | 4 |
| Companhias de Cavalaria | 3 |
| Destacamentos de Fuzileiros | 2 |
| Companhias de Comandos | 5 |
| Companhias de Para-queidistas | 4 |
| Grupos Especiais | 3 |
| Esquadrões de Reconhecimento | 2 |
| Companhias de Morteiros Médios | 2 |
| Baterias de Artilharia de Campanha | 3 |
| Companhias de Engenharia | 2 |

Figura 14 – Forças empenhadas durante a Operação “Nó Górdio”

Fonte: Elaborado a partir de COFI (1970).

Para esta operação uma das companhias de morteiros médios atribuiu os seus pelotões aos agrupamentos de assalto e o COFI tinha sob o seu comando, meios de apoio aéreo (14 aviões e sete helicópteros⁷).

A missão da operação “Nó Górdio” era a seguinte: “O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao “NÚCLEO CENTRAL” IN, prevê a exploração do sucesso fora da zona de ação atribuída, em coordenação com o comandante do setor B, nomeadamente sob as regiões de Ba “BEIRA”, LU’GURI e BA “LURIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de Mueda e do seu aeródromo” (COFI, 1970). A operação tinha como objetivos gerais (COFI, 1972, p. 3):

- Destroçar o Inimigo que armado, pretendia dominar a região;
- Libertar as populações escravizadas;
- Restabelecer a ordem e a paz.

⁷ Aviões: Três DO-27 para reconhecimento, transporte e posto de comando; Quatro T-6 para reconhecimento, bombardeamento a ataque ao solo; Quatro FIAT G-91 para bombardeamento e ataque ao solo; Um DC-3 (C-47) para transporte e ação psicológica; Dois Noratlas para transporte. Helicópteros: Sete Alouette III para heliassaltos, transporte de manobra e evacuação sanitária

O conceito da operação assentava num cerco e batida com grandes meios, prevendo o isolamento da área do núcleo central do planalto dos Macondes, onde se encontravam as grandes bases Gungunhana, Moçambique e Nampula (Figuras 15 e 16), através de um cerco ao longo dos itinerários Mueda – Sagal – Muidumbe – Nangololo – Miteda – Mueda, com a extensão de 140 quilómetros e, após conseguido o isolamento da área, o assalto e destruição dos principais objetivos do núcleo central: objetivo A – base de artilharia Gungunhana; objetivo B – base provincial Moçambique; objetivo C – base Nampula. A manobra seria apoiada no terreno com fogos de artilharia e de aviação, em ações de flagelação e de concentração sobre os objetivos (Afonso e Gomes, 1998).

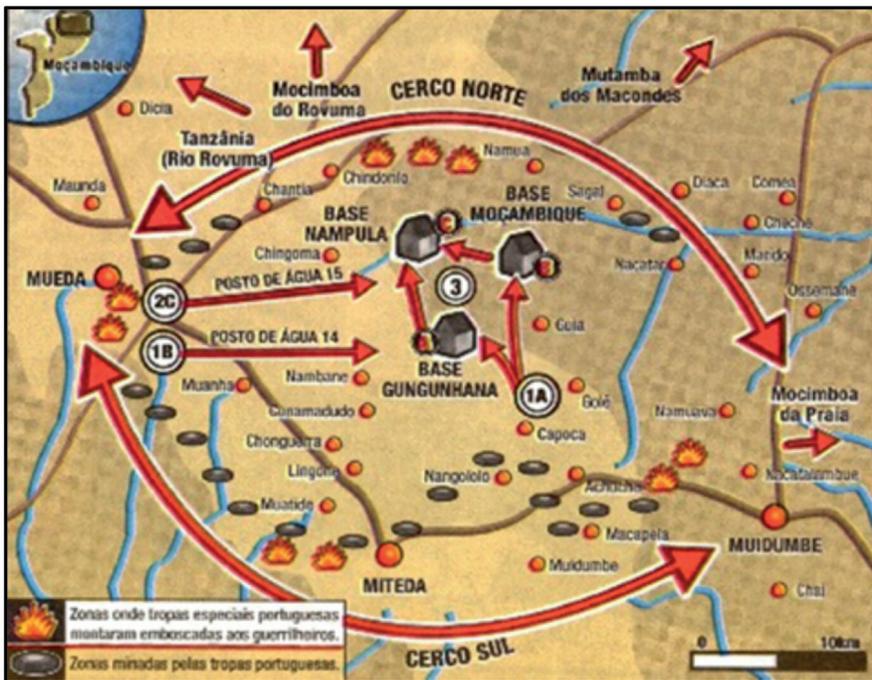


Figura 15 – Operação “Nó Górdio”

Fonte: Afonso e Gomes (1998).

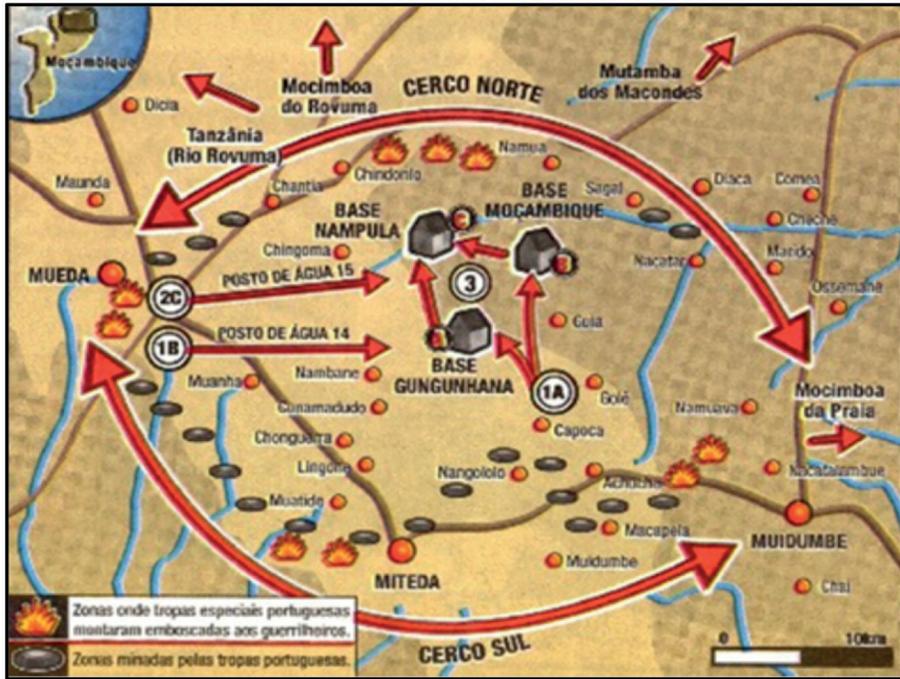


Figura 16 – Transparente de Operações da “Operação Nó Górdio”
Fonte: COFI (1970).

5.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra

Seguidamente recorre-se novamente ao modelo de análise, tal como efetuado no capítulo anterior, para tentar identificar os indicadores nele definidos no caso concreto da operação “Nó Górdio”.

5.2.1. Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião

Relativamente à projeção de forças e ocupação de zonas de reunião, “a chegada a Mueda das unidades a empenhar na operação “Nó Górdio” iniciou-se em 20 de maio com a vinda da 23ª Companhia de Comandos (CCmd), e prolongou-se por todo o mês de junho, durante o qual foram presentes quase todas as unidades a empenhar. Dificuldades de transporte atrasaram alguns movimentos, como aconteceu com os Grupos de Combate (GComb) das companhias de Xitolo e de Nambude, os quais só chegaram a Mueda depois de a operação ter sido iniciada (em 1 julho)” (COFI, 1972).

Algumas outras unidades tinham recentemente chegado à Metrópole. Os Grupos Especiais acabavam, praticamente, de ser organizados e era esta a primeira vez que iam atuar integrados nas unidades regulares. Com a excelente colaboração do BCaç 15, foi possível resolver os inúmeros problemas de instalação e apoio surgidos em Mueda durante a fase de concentração das unidades (COFI, 1972).

5.2.2. Manobra e Movimentos Táticos

O dispositivo inicial para a operação foi sendo implementado de forma progressiva, à medida que as disponibilidades de meios (em especial viaturas) e de forças (algumas das quais chegaram a Mueda na véspera do início da operação) o iam tornando exequível. Em 3 de junho, parte das forças que haviam de ser atribuídas ao AGR/CN deslocaram-se para a sua área, indo tomar parte da operação “LINHA CURVA”⁸. As forças a atribuir ao AGR/CS só puderam ser deslocadas a partir de 14 de junho, devido à escassez de viaturas, ao empenhamento de alguns meios pelo comandante do setor B (operações “Doninha” e “Dureza”). O aproveitamento das viaturas civis, chegadas a Mueda em 22 de junho foi de grande utilidade para a montagem deste dispositivo, resolvendo momentaneamente, o problema da escassez de viaturas militares. Em 28 de junho, regressada a Mueda a coluna de rendição que se deslocara a Mpraia, foi possível dispor de viaturas militares e efetuar o ajustamento final do dispositivo, após o que ficariam preenchidas as condições para se dar início à operação (COFI, 1972).

Segundo o conceito de operação, “constituindo agrupamentos de forças, criar condições de aproximação dos objetivos do “NÚCLEO CENTRAL” e atuar sobre eles a fim de eliminar os complexos militares e político-administrativos Inimigos na área e garantir a sua posse em permanência” (COFI, 1970).

Os ataques aos objetivos A e B foram executados pelos agrupamentos IA e IB e foram conjugados com a abertura de picadas, montagem de emboscadas e flagelação, pela Artilharia, das áreas adjacentes aos objetivos.

Em 1 de julho, o Agr IA iniciou a progressão para a região de Chonguera e o Agr IB de Nangololo para o objetivo B (base Moçambique) com o apoio da Engenharia na abertura da picada desde Capoca até Gole, local previsto para desencadear o assalto. Em 04 de julho o Agr IA chegou à base de ataque, a dois km do objetivo (base Gungunhana) e em 5 julho realizou-se a primeira tentativa de assalto

⁸ A operação “LINHA CURVA” consistiu na abertura de uma picada entre Nacatur e Rmuera, por forma a possibilitar o estabelecimento do Cerco ao NÚCLEO CENTRAL, permitindo a ligação, no Rmuera, entre as forças do AGR/CN e AGR/CS (COFI, 1972).

à base Gungunhana, que não se encontrava na localização prevista. Por fim em 6 de julho, a base Gungunhana (objetivo A) foi assaltada que fora abandonada recentemente. Estava localizada na encosta de uma pequena colina, no interior de mata densa, ocupava a área de 100x500m, dispunha de mais de 100 palhotas, circundadas por uma vala com abrigos contra morteiros e ataques aéreos. Foi assaltada a base Moçambique (objetivo B) pelas forças para-quedistas e esta era constituída por cerca de 200 palhotas e encontrava-se abandonada á cerca de dois meses (Afonso e Gomes, 1998).

Tal como nos objetivos A e B, o conceito de para este objetivo era idêntico. Em 12 de julho, o Agr IC iniciou o deslocamento de Mueda para o objetivo C, apoiado por um destacamento de Engenharia para abrir a picada tática até à base de ataque. O assalto realizou-se a 15 de julho e a base era composta por cerca de 50 palhotas, à semelhança do que já acontecera com as outras, estava também abandonada há dois meses (Afonso e Gomes, 1998).

5.2.3. Mobilidade e Contramobilidade

Os dois meses que antecederam o início da grande operação foram marcados por um conjunto de operações com a finalidade de obter liberdade de movimentos nos itinerários a partir de Mueda, preparar itinerários táticos, ampliar as pistas de aviação de Mueda e Nangololo e garantir a segurança próxima a Mueda. Estas operações foram da responsabilidade das companhias de Engenharia, articuladas em destacamentos, integrados nos agrupamentos de interior, que abriram assim as picadas táticas e garantiram a mobilidade às ações de batida a executar pelas respetivas forças.

A Engenharia apoiou a mobilidade tática e logística das unidades em toda a operação, executando a abertura de itinerários em proveito das ações de cerco, a abertura de itinerários em apoio aos ataques aos objetivos A, B e C e o prolongamento das picadas táticas nas zonas de ação dos Agrupamentos de Interior, em proveito das ações de batida a executar pelas unidades.

5.2.4 Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos

As emboscadas montadas durante as operações de cerco, que permitiriam flagelar as forças inimigas com fogo direto, foram rapidamente descobertas pelos guerrilheiros, que facilmente as evitavam.

Os ataques aos objetivos A, B e C permitiriam a destruição dos principais objetivos do núcleo central com grande poder de fogo direto e emprego de fumos,

o que não acabou por acontecer devido às bases terem sido encontradas desertas pelas nossas forças.

5.2.5. Pesquisa de Informação

Os dois esquadrões de reconhecimento (ERec1 e ERec2) empenhados na operação, estavam a operar nas operações de cerco (Agrupamento CS e Agrupamento CN) com a missão de executar patrulhas de vigilância ao longo dos 140 km de perímetro, por forma a obter informações sobre o dispositivo e localização da ameaça, de modo a apoiar a decisão do comandante na conduta da operação.

CONCLUSÕES

De acordo com Afonso e Gomes (2000, p. 14) “os movimentos de libertação regeram-se, nos aspetos político-administrativos para a insurreição, pela doutrina soviética da criação de um país ou zona “santuário”, no qual se instalam os órgãos de apoio e, nos aspetos militares, pelos princípios que têm a sua origem no clássico *“A Arte da Guerra”*, de *Sun Tsu*, que foram aplicados com sucesso por *Mao Tsé Tung* e pelo general vietnamita *Vo Nguyen Giap*, e que podem ser resumidos em quatro máximas: “1 - Quando o inimigo avança, nós retiramos! 2 - Quando o inimigo faz alto, nós flagelamos! 3 - Quando o inimigo tenta evitar a batalha, nós atacamos! 4 - Quando o inimigo retira, nós perseguimos!”

Perante esta tipologia de adversário, verificou-se uma alteração ao paradigma das lutas entre forças regulares, e o Exército Português adaptou-se. Para tal desenvolveu-se doutrina, criaram-se diferentes estruturas, implementaram-se técnicas, táticas e procedimentos adequados e geraram-se forças adaptadas a este tipo de ameaça existente no TO de Moçambique. Como foi possível constatar no segundo e terceiro capítulo, foram organizados os BCaç, foram rentabilizadas todas as tropas existentes, nomeadamente tropas de artilharia e cavalaria que atuavam todas como infantaria para desempenhar as designadas “missões de quadrícula”.

Também, ao nível tático, era conferido maior potencial de combate os comandantes de companhia, distribuindo a este as armas que habitualmente se encontravam sob o desígnio do comandante de batalhão, permitindo afirmar a companhia como unidade de manobra central na condução das operações. Verificou-se que a diversidade de situações possíveis, aconselhava a não estabelecer uma constituição fixa senão para as unidades de mais baixo escalão: a companhia e, em certos casos, o batalhão, ou equivalentes. Os agrupamentos de forças maiores, com elementos de uma só Arma ou de várias Armas e Serviços, tinham a composição

que a situação, a missão que lhes tivesse sido atribuída e as dimensões dos seus setores o exigissem (EME, 1963).

Posteriormente, pela análise específica da função de combate Movimento de Manobra efetuada no quarto capítulo, permite concluir que muito embora a função de combate seja uma conceção recente, grande parte das tarefas que dela fazem parte integrante foram desenvolvidas no TO de Moçambique entre 1964 e 1975. Da observação dos manuais (guias) utilizados como referência à época, constatou-se que a função de combate era aplicada nas operações de cariz defensivo e ofensivo e que Portugal procurou em todos os momentos testar, adaptar e consolidar a teoria com a realidade existente no TO. Finalmente, no último capítulo da secção foi estudada, a operação de grande envergadura ocorrida em 1970 designada por “Nó Górdio”, tentando-se enquadrar as ações aí desenvolvidas nas diferentes tarefas da função de combate Movimento e Manobra, que personalizam as diferentes dimensões definidas para modelo de análise do objeto de estudo.

Assim, verificou-se que a tarefa de Projeção de Forças ficou bem evidenciada com o emprego de tropas especiais (Comandos, Para-quedistas e Fuzileiros) nomeadamente ao se referir os problemas de transporte, mas, também para todas as restantes tarefas foi possível encontrar ações, perfeitamente enquadráveis nas tarefas da conceção atual da função de combate em estudo. De realçar também o apoio da Engenharia à manobra dos agrupamentos do interior, com a abertura de picadas táticas no âmbito da tarefa de mobilidade, o que permitiu o deslocamento sem elevado esforço e com relativa segurança.

Pode concluir-se que a função de combate Movimento e Manobra na Campanha Militar do TO de Moçambique (1964-1975) foi efetivamente aplicada, embora desenraizada da sua conceção atual, tendo sido desencadeadas ações para a movimentação de forças a fim de alcançar uma posição de vantagem relativamente ao inimigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 1998. *Guerra Colonial, Angola – Guiné – Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Associação 25 de Abril, s.d. *Operação Nó Górdio*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=407>> [Acedido em 23 03 2016].
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Barata, M. e Teixeira, N., 2004. *Nova história militar de Portugal - Volume 4*. 1.ª ed. Casais de Mem Martins: Circulo de Leitores.
- Borges de Aguiar, P., 2015. *A Função de Combate Movimento e Manobra na realização de um ataque no ambiente urbano: uma análise segundo o Fator da Decisão Considerações Cívicas*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.
- Borges, J., Pereira, R., Baldaia, S. e Vieira, E., 2015. *O movimento e manobra na campanha militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974) - Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1970. *Ordem de Operações N.º 02/70 – Operação “Nó Górdio”*, Mueda: s.n.
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1972. *Relatório de Acção N.º 01/72 – Operação “Nó Górdio”*, Nampula: s.n.
- Diário do Governo, 1958. Decreto-Lei n.º 41559. *Diário do Governo - I Série*, 15 Março.
- Estado-Maior do Exército/ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1.ª Edição ed. Lisboa: EME/CECA.
- Estado-Maior do Exército/ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) – Dispositivo das nossas forças – Moçambique*. s.l.:s.n.
- EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1.ª ed. Lisboa: EME.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Gomes, C., 2010. *Teatro de Operações de Moçambique*. Lisboa, Academia Militar - Prefácio - Edição de Livros e Revistas, p. 146.

SECÇÃO VI

AS INFORMAÇÕES

AS INFORMAÇÕES NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP CAV Rute Isabel Areias de Matos
CAP INF Pedro Álvaro Flores da Silva
CAP INF Nuno Gonçalo Ribeiro Pires
CAP ART Hugo José Bação Serrudo
CAP TM João Daniel Gaioso Fernandes

Orientador

MAJ INF Fernando César de Oliveira Ribeiro

A função de combate informações é um conjunto de tarefas e sistemas que facilitam a compreensão dos comandantes sobre as variáveis de missão¹, fundamentais para tomar decisões durante o seu planeamento. Todos os Comandantes precisam de informações para decidir, oportunamente, qual é a melhor maneira de cumprir as diversas missões que lhe são atribuídas, orientando os mais variados sensores de aquisição de informação à sua disposição, consoante as suas necessidades de informação.

Segundo a PDE 03-00 Operações, “o total conhecimento do atual ambiente operacional em que decorrem as campanhas militares constitui um elemento fundamental para o emprego dos meios disponíveis” (EME, 2012, p. 1-1), ou seja, o conhecimento do ambiente operacional através da recolha de informações é um dos grandes determinantes do sucesso de uma operação.

Esta recolha de informações e o posterior trabalho sobre elas, assim como a transmissão da informação certa aos comandantes certos no tempo certo, vai contribuir para “a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil” (EME, 2012, p. 2-29), utilizando para isso tarefas e sistemas que compõem a função de combate informações.

De acordo com a doutrina atual é importante para uma boa tomada de decisão que, quem planeia uma operação, tenha os necessários conhecimentos referentes às características e tipologia do ambiente onde irá cumprir as missões que lhe são atribuídas, bem como informações relativas às forças que se lhe opõem.

¹ MITM-TC: Missão, Inimigo, Terreno e condições meteorológicas, Meios, Tempo disponível e Considerações de natureza civil.

Entre 1964 e 1975, no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, Portugal esteve envolvido numa guerra subversiva. Já neste período se fazia sentir a necessidade de se possuir informações e um sistema de informações capaz de apoiar o comandante na sua tomada de decisão. De acordo com o guia para o emprego tático das pequenas unidades na contraguerrilha, de 1961, “Conduzir operações de contraguerrilha sem informação e contrainformação seguras constitui um desperdício de tempo, de material e de esforço das tropas” (EME, 1961, p. 43).

Sendo as necessidades de informação neste tipo de conflito diferentes das de uma guerra convencional, desde cedo se considerou que neste tipo de luta a informação “assume excecional relevância, em virtude do carácter clandestino do inimigo, da forma de atuar das suas forças e da necessidade de um conhecimento profundo da população” (EME, 1963, p.1). Este facto advém da necessidade imprevista de “conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações ou atacá-los de surpresa” (Pinto, 1995, p. 471).

Para a elaboração desta secção foram tidos como objetivos: a análise da organização doutrinária da época com as atuais atividades e sistemas da Função de Combate Informações; a análise da organização e fluxos do sistema de informações e os ajustamentos que foram sendo introduzidos com o decorrer da guerra; a articulação entre as informações estratégicas e táticas; e o impacto do sistema de informações no desenrolar das operações.

A secção está organizada em quatro capítulos para além da introdução e conclusão. No 1.º capítulo efetuámos um enquadramento teórico, analisando a doutrina existente no período de 1964 a 1975, comparando-a com a que se encontra atualmente em vigor. No 2.º capítulo, considerámos qual a organização do Sistema de Informações no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975. No 3.º capítulo procurámos saber quais os meios de obtenção de informações utilizados. No 4.º capítulo, analisámos de que modo é que a recolha de Informações e as ações de contrainformação das forças opositoras influenciaram o desfecho de duas operações de larga escala (Operação Zeta e Operação Nó Górdio) realizadas pelas Forças Portuguesas.

1. ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO

Com a experiência adquirida nos diversos conflitos mundiais, os conceitos evoluem. Este fator reflete-se em termos de doutrina, em que não são exceção os conceitos relacionados com a atual Função de Combate Informações. Neste capítulo serão abordados conceitos da atual doutrina, bem como conceitos da doutrina que vigorou durante o período da Guerra Ultramarina, de forma a realizarmos uma

comparação entre a doutrina que vigora hoje, e a vigente na época, facilitando a compreensão de conceitos que irão ser utilizados ao longo da secção.

Surge-nos desde já a necessidade de esclarecer alguns conceitos doutrinários, relacionados com as matérias que iremos abordar. Existe também a necessidade de comparar os referidos conceitos do modo como eram considerados durante o período objeto de estudo, comparando-os com a atualidade.

Assim sendo, tem-se que os serviços de informações se destinam a obter, analisar e interpretar todos os dados que permitem o conhecimento da área onde se vão desenrolar as operações, o meio ambiente que a rodeia e as forças que se nos opõem, bem como difundir as ilações retiradas e distribuí-las a quem delas necessita para um planeamento conveniente das missões que lhe são atribuídas.

Sendo a presente secção relacionada com a Função de Combate Informações, existe assim a necessidade de esclarecer o seu significado, preconizado na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) – 3.00 “Operações” como sendo o conjunto de “sistemas e tarefas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo e considerações do âmbito civil”. Este sistema constitui-se como um processo contínuo e orientado consoante as necessidades de informação que o Comandante tem para o seu planeamento (EME, 2012, p. 2-29).

Com a fundação da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) em 1949, da qual Portugal é país membro fundador, a doutrina, a organização, o equipamento e as técnicas militares em Portugal sofreram várias transformações (Cardoso, 2004, p.111). Assim sendo, em 27 de abril de 1954, foi então aprovado o Regulamento de Campanha Informações, onde é definida como Informação Militar todo o “conhecimento adquirido através da pesquisa, estudo e interpretação de todos os elementos do Inimigo atual ou provável, bem como da zona de operações que incluem o terreno e as condições atmosféricas” (EME, 1954, p. 2). Posteriormente, em 1966, foi publicado um novo Regulamento de Campanha – Informações, que procedeu a algumas alterações, nomeadamente na definição de Informação Militar, passando a ser considerada como o “conjunto de atividades que tem por finalidade o conhecimento do Inimigo provável e atual bem como da área de operações, obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias” (EME, 1966, pp. I-1).

Como tal, não obstante o facto de ter passado a ser um conjunto de sistemas, podemos concluir que se encontra atual o entendimento sobre o significado da função de combate Informações, não tendo sofrido alterações significativas aos parâmetros da época em estudo e continuando a ter a mesma finalidade.

À luz da doutrina atual, de acordo com a PDE – 2.00 – Informações, Contrainformação e Segurança, a Informação Militar compreende três níveis: a Informação Estratégica, a Informação Operacional e a Informação Tática.

Sendo a Informação Estratégica as “informações necessárias à formulação de planos políticos e militares, a nível nacional e internacional.” (EME, 2009, p. 1-6), a Informação Operacional as “informações necessárias para o planeamento e condução de campanhas ao nível operacional.” (EME, 2009, p. 1-6) e a Informação Tática como sendo as “informações necessárias ao planeamento e condução de operações táticas.” (EME, 2009, p. 1-7).

Já o Regulamento de 1954 previa apenas dois níveis, a Informação Estratégica que “dizia respeito às possibilidades, vulnerabilidades e prováveis linha de ação das nações estrangeiras, destinando-se a ser explorada pelos altos comandos a quem compete o levantamento das medidas de segurança nacional em tempo de paz e a condução das operações militares em tempo de guerra” (EME, 1954, p. 4) e a Informação Tática destinava-se “especificamente a determinada situação de combate e era considerada como elemento básico em qualquer decisão, reduzindo ao mínimo as incertezas face ao Inimigo, condições atmosféricas e terreno, bem como auxiliar na aplicação de medidas de segurança e contra-informação que visam negar ao Inimigo informações das nossas intenções, e neutralizar as suas atividades de informações” (EME, 1954, p. 4). Mas estes níveis “deverão estar intimamente relacionados, uma vez que informações obtidas a nível Tático poderão ter utilidade a nível Estratégico e vice-versa.” (EME, 1954, p. 4). Esta distinção foi transcrita de igual modo para o Regulamento de 1966.

Verificamos então que, no período em estudo, Portugal, por pertencer à OTAN e provavelmente partilhar a sua doutrina, não considerava o nível Operacional da guerra.

Esta lacuna, por um lado, obrigava a que os Sistemas de Informações tivessem um esforço extra a fim de refinar o tratamento das Informações Militares, de um dos níveis para o outro, a fim de que o Comandante que delas necessite as tenha ao seu dispor no período de tempo adequado.

Por outro lado, os Comandantes, para tomarem as decisões atempadamente e planearem as operações o melhor possível, não precisavam de aguardar a chegada da informação, podendo efetuar requisitos de informação. Atualmente, o PDE 2.00 define estes requisitos de Informações, sobre o Inimigo, o meio que envolve a Área de Operações e até mesmo as Nossas Forças, a que designamos atualmente as Variáveis de Missão MITM-TC. Estes requisitos são “As questões às quais ele precisa de responder” e que “dão origem às Necessidades de Informação Crítica do Comandante (CCIR - *Commander's Critical Information Requirements*).” (EME, 2009,

p. 1-4). Por sua vez, “As CCIR compreendem as Necessidades Prioritárias de Informações (PIR – *Priority Intelligence Requirements*) e as Necessidades de Informação sobre Forças Amigas (FFIR - *Friendly Forces Information Requirements*).” (EME, 2009, p. 1-5). As CCIR podem também incluir o Tempo de Validade da Informação (LTIOV - *Latest Time Information Of Value*) para orientar o tempo de pesquisa. “Os Elementos Essenciais de Informação das Forças Amigas (EEFI – *Essencial Elements of Friendly Information*) são prioridades do Comandante sempre que ele o declare.” (EME, 2009, p. 1-5), sendo que estas são informações respeitantes às nossas forças, que o Comandante não quer que o Inimigo tenha conhecimento.

Neste caso deveremos ter em consideração outra faceta dos Serviços de Informação na época da Guerra do Ultramar em que, segundo a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA), é sua competência “estudar e adoptar medidas de segurança que visem opor-se a iguais propósitos dos serviços de informações das forças adversárias” (EME, 2006, p. 185). Esta capacidade é designada por Contra-Informação.

O Ciclo da Produção da Informação (CPI) está definido na PDE – 2.00, dividindo-se em quatro fases: Orientação do Esforço de Pesquisa, Pesquisa, Processamento e Disseminação. O CPI é um processo sequencial interligado com o processo de decisão militar, de forma a permitir o fornecimento das informações atempadamente, a fim de facilitar a decisão mais adequada, para o desenrolar das operações (EME, 2009, p. 3-1), e encontra-se representado na Figura 1.

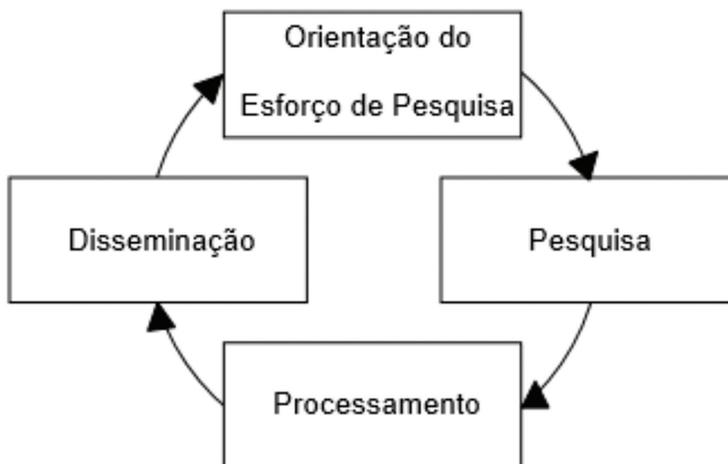


Figura 1 – Ciclo de Produção de Informação

Fonte: Gomes (1979).

O Regulamento de Campanha de Informações de 1954 estruturava o CPI também em quatro etapas: Pesquisa de Notícias; Estudo e Interpretação das Notícias; Exploração ou emprego das informações resultantes e Orientação do Esforço de Pesquisa (Figura 2) (EME, 1954, p. 15).



Figura 2 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento de Campanha 1954
Fonte: Elaborado a partir de EME (1954).

Por sua vez, o Regulamento de 1966 altera a seqüência destas quatro etapas, definindo: Orientação do esforço de pesquisa, Pesquisa de Notícias, Processamento de Notícias e Exploração das Informações Resultantes (Figura 3) (EME, 1966, p. III-1).



Figura 3 – Ciclo de Produção de Informação de acordo com Regulamento 1966

Fonte: Elaborado a partir de EME (1966).

Este CPI foi-se mantendo idêntico ao longo dos tempos tendo como principal objetivo a estruturação de um processo sequencial e cíclico, cujo objetivo é a geração de informação, o mais rapidamente possível, para que o Comandante a consiga utilizar atempadamente, de forma a tomar a melhor decisão sobre um determinado assunto num determinado momento.

O PDE 2.00 define também “informação ou informações (*intelligence*)” como sendo

o produto resultante do processamento de notícias respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações actuais ou potenciais. O termo também se aplica às atividades que visam obter o resultado final e bem assim às organizações empenhadas em tais atividades. Entende-se, também, por informação os elementos que contribuem para o conhecimento do inimigo provável ou atual e da área de operações.

EME (2009, p. 1-6)

A CECA refere que “O aumento da necessidade de conhecimentos teve reflexos marcantes, não só no campo da Informação como ainda no da Contra-Informação.” e “a informação exclusivamente militar é, pois, insuficiente.”, sendo “necessárias informações dos outros campos.” (EME, 2006, p. 185). Sendo assim,

podemos concluir desde já que existia a necessidade de um Serviço de Informações centralizado, que trabalhasse todos estes diferentes campos.

A disciplina de HUMINT, de acordo com o PDE – 2.00 “é a informação obtida de notícias fornecidas por origens humanas. É a recolha de informação, que satisfaça os requisitos de informação definidos superiormente, através da interação entre especialistas de Informação Humana e fontes humanas presentes no Teatro de Operações.” (EME, 2009, p. 2-2)

2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE ENTRE 1964-1975

No período da guerra do Ultramar, Portugal possui estruturas governamentais que tratavam das informações estratégicas, como descrito na Figura 4. Todas estas estruturas trabalhavam com um espírito cooperativo entre si, sendo a Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) a entidade que centralizava a informação, apesar de não ter atribuída essa incumbência. Na verdade, não existia nenhuma estrutura que tivesse como missão a centralização das informações a este nível (Cardoso, 2004; Faria, 2016).

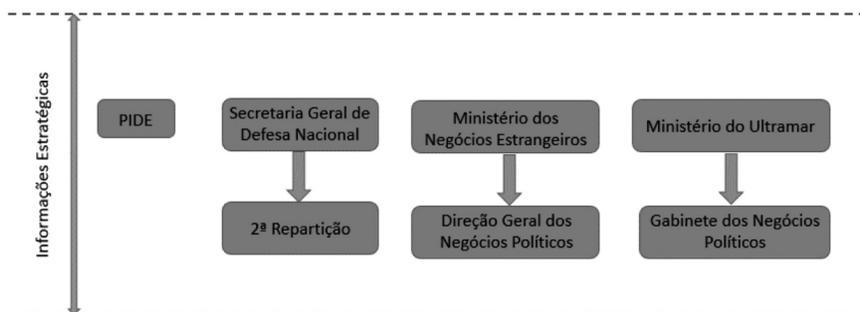


Figura 4 – Estruturas consentidas no âmbito das Informações Estratégicas durante a Guerra do Ultramar

Ao nível das províncias ultramarinas, os serviços que trabalhavam as Informações, necessitavam de uma hierarquia que centralizasse e coordenasse toda a informação de forma a completar e maximizar o CIP. Moçambique não era exceção, tendo no seu território vários Serviços de Informações que chegavam em algumas situações até a entrar em competição pelas informações. (Garcia, 2004, p. 235)

Em 1965, foram estabelecidas “Normas Gerais para a Atividade da Informação” na província de Moçambique, referentes aos três Serviços de Informação: a PIDE/DGS, o Serviço de Informações Militares (SIM) e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) (Figura 5).

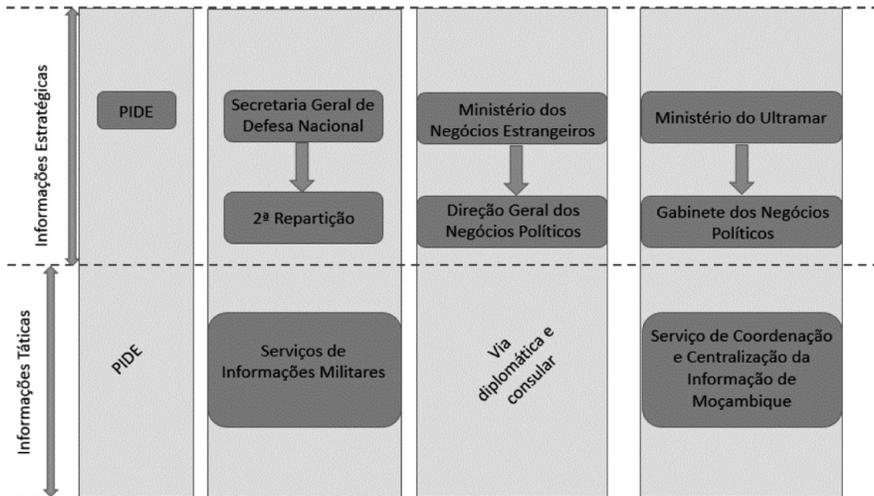


Figura 5 – Estruturas no âmbito das Informações durante a Guerra do Ultramar

2.1. Organização do Sistema de Informações – SCCIM

Os SCCIM foram criados em 1961, no âmbito do Ministério do Ultramar, com a finalidade de controlar e coordenar as informações relativas à política, à administração e à defesa de Moçambique. A informação estratégica em Portugal, vital para a condução política e para o comando das forças nos termos das operações em África, passou a fazer-se através dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, existentes em cada um dos teatros, com a missão de reunir, estudar e difundir as informações de interesse à política, à Administração e defesa destas, bem como prestar o apoio necessário ao Governo.

Os serviços de centralização e coordenação de informações militares eram autónomos, dependiam hierárquica e administrativamente do Governador-geral de Moçambique, sendo dirigidos por um funcionário, civil ou militar, nomeado em comissão pelo Ministro do Ultramar, de entre indivíduos com um curso superior, que tivesse revelado qualidades para o exercício do cargo (Figuras 6 e 7).



Figura 6 – Organização dos SCCIM



Figura 7 – Delegações Distritais dos SCCIM

Fonte: Anon. (2016).

A partir de 1963, os SCCIM, embora se mantivessem na dependência hierárquica e administrativa dos governadores das províncias, passaram a funcionar como serviço de informação dos comandantes-chefes das Forças Armadas (Figura

8). Os governadores-gerais e os comandantes-chefes das Forças Armadas recebiam também informações das comissões provinciais e distritais de informações. Na mesma data, estava a ser estudada uma rede que abrangeria os territórios da Niassalândia e da Rodésia do Norte.

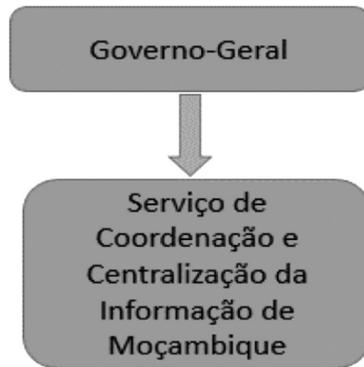


Figura 8 – Dependência Administrativa dos SCCIM

Segundo as referidas “Normas Gerais para a Atividade da Informação” de 1965, competia aos SCCIM, a orientação, coordenação das investigações consideradas indispensáveis para afastar as populações do “estado de subversão” em que se encontravam.

Durante o período da guerra do Ultramar, as Forças Armadas portuguesas não dispuseram de um verdadeiro e estruturado serviço de informações, com unidades de tamanho significativo, especificamente dedicadas a essa atividade. Por isso, faziam sobretudo recolha de elementos através das unidades operacionais, tratando e analisando documentos, notícias, interrogatórios a prisioneiros, e escutas de rádio com interesse para as operações (Faria, 2016).

Apesar da existência dos SCCIM, com objetivos claros de melhor articular o trânsito da informação, para que esta chegasse atempadamente aos destinatários que dela necessitassem, nunca conseguiram fazer-se aceitar perante as Forças Militares ou mesmo a PIDE (Garcia, 2004, p. 239).

2.2. Organização do Sistema de Informações – PIDE/DGS

A PIDE/DGS foi criada em 1945 e extinta em 1969, tendo sido substituída, nesse ano, pela Direção Geral de Segurança até 25 de Abril de 1974 (Figura 9).



Figura 9 – Subdelegações da PIDE/DGS da Delegação de Moçambique

Fonte: Anon. (2016).

A utilização de agentes infiltrados para a aquisição de informações relevantes é imprescindível em qualquer conflito para o melhor conhecimento do Inimigo. O *modus operandi* da PIDE/DGS era a exatamente a infiltração elementos na organização subversiva.

As forças militarizadas e a PIDE/DGS em Moçambique faziam chegar à Metrópole as informações que eram centralizadas e coordenadas no Ministério do Interior.

Existia uma estreita colaboração entre a PIDE/DGS e a PSP com os SIM (Figura 10) (Faria, 2016).

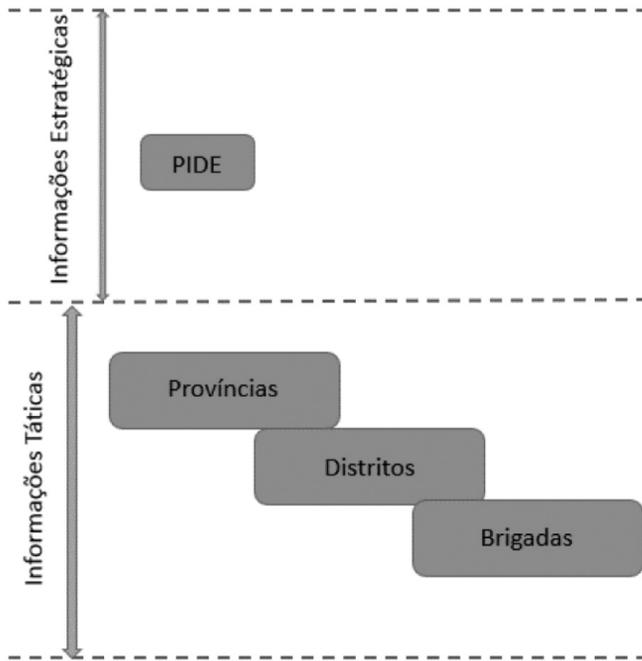


Figura 10 – Organização da PIDE/DGS no período da Guerra do Ultramar

As “Normas Gerais para a Atividade de Informação na Província de Moçambique” estabeleciam o tipo de relação que deveria existir entre as entidades civis e militares. Ao Governador-Geral competia fixar as normas para as atividades de informação e determinar as medidas necessárias para a melhoria do sistema. Ao Comandante-Chefe competia a coordenação do SIM (Garcia, 2004, p. 239).

A PIDE/DGS era utilizada em assuntos e áreas específicas com interesses militares, estando organizada por províncias em Moçambique. Tinha algumas limitações no processamento e tratamento das Informações. Proveniente da sua estreita ligação com o Poder Político da Metrópole, tinha muitas dificuldades em aceitar o poder local.

2.3. Organização do Sistema de Informações – SIM

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional centralizava e coordenava todas as informações recolhidas ao nível tático pelos Serviços de Informações Militares (Figura 11).

Desde 1964 que todas as bases das unidades do Serviço de Informações Militares em território Moçambicano se encontravam estabelecidas e operacionais.

De facto, segundo Proença Garcia, as informações militares em Moçambique estavam originalmente inscritas no terreno na estrutura do Serviço de Informações, para que o rendimento fosse apreciável em tempo de paz, mas com o início da terceira fase da subversão e devido às características e aspetos particulares deste TO e do In, este serviço teve uma grande necessidade de se adaptar em algumas áreas (Garcia, 2004).

De acordo com o relatório anual do Comando da Região Militar de Moçambique, datado de 1964, esta adaptação necessária espelhava-se na existência de fatores negativos para a obtenção de rendimentos otimizados, nomeadamente na extensão das áreas de pesquisa, na dispersão das populações e nas poucas vias de comunicação a Norte e Centro, na dificuldade na transmissão oportuna de factos com interesse, no insuficiente rendimento da exploração local e processamento das notícias e no insuficiente número de Oficiais habilitados na área das informações existentes na Região Militar de Moçambique, o que consistia um grande entrave para o planeamento e previsão.

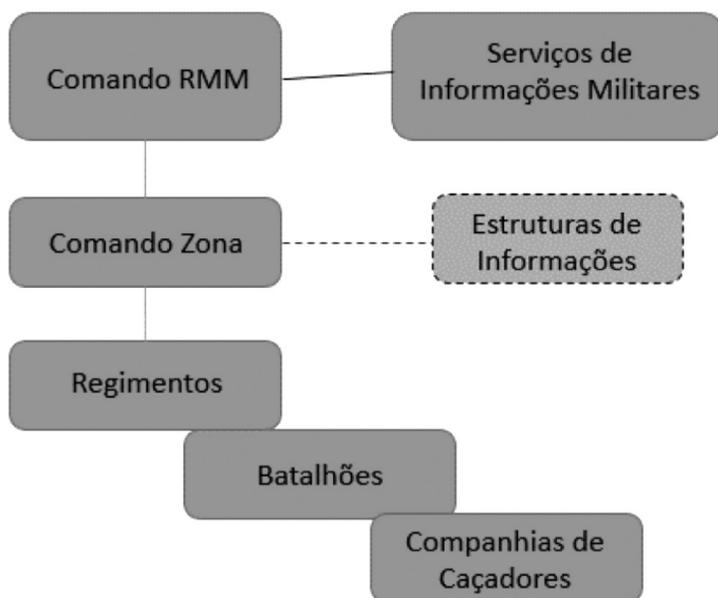


Figura 11 – Estrutura das Informações Militares em Moçambique no período da Guerra do Ultramar

Este último fator era bem explícito nas Companhias de Caçadores, que sendo as unidades que recolhiam o maior número de informações ao nível tático, não contemplava em quadro orgânico (QO) nenhum militar com habilitação ou sensibilidade especial para tal. Estes apenas ao nível do Comando da Zona estavam previstos em QO (Anon., s.d.; Faria, 2016).

De acordo com o depoimento do Major-General Renato Marques Pinto, citado por Proença Garcia, os batalhões laboravam com base na pesquisa efetuada pelas unidades operacionais, que realizavam diversos tipos de operações de informação. Normalmente utilizavam métodos HUMINT, IMINT, COMINT, exploração de elementos informadores, documentação e equipamento apreendidos, interrogatório de prisioneiros, depoimentos de apresentados, reconhecimentos aéreos e do terreno e escuta de rádio, entre outras, sendo a melhor fonte o contato com o adversário e o pessoal capturado que era logo explorado a nível de escalão de companhia (Garcia, 2004, p. 238).

3. MEIOS DE OBTENÇÃO E INFORMAÇÕES

“Intelligence is the necessary key to success in military operations”
Keegan (2003, p. 27)

Se em qualquer tipo de conflito bélico o trabalho das informações é indispensável, na contrainsurreição é particularmente vital. A informação impele o planeamento e a conduta das operações, pelo que Portugal desenvolveu esforços para criar um eficiente aparelho informativo, político e militar, alicerçado em agentes e informadores (essencialmente provenientes da população local), polícia e patrulhas de reconhecimento (aéreas e terrestres).

“Localizar e destruir os insurretos requeria uma boa rede de informações. Era necessária informação sobre os seus líderes políticos, o seu comando militar, as suas forças no terreno, as suas fontes de apoio internas e externas e os seus planos e intenções.” (Cann, 1998, p. 151).

Portugal foi forçado a resolver este quebra-cabeças e a obtenção destas informações era, essencialmente, através dos relatórios das patrulhas apeadas, reconhecimento aéreo, interrogatórios a guerrilheiros capturados ou rendidos, documentos e equipamento confiscados e informadores ou agentes pagos, essencialmente provenientes da população local, principal fonte de informações. Cada uma destas fontes teve a sua importância na resolução do puzzle da informação, pois devido à indefinição operacional dos guerrilheiros, era importante que a infor-

mação de uma consolidasse a da outra, de modo a produzir uma imagem fidedigna e o mais exata possível.

As patrulhas apeadas ou o reconhecimento no terreno eram o método básico, mas de difícil execução, abordagem e foco, pela vastidão do território de Moçambique. As patrulhas feitas, quer pelos pelotões de reconhecimento que procuravam informações sobre o inimigo, quer por grupos regulares de combate que obtinham informações no decorrer de outras missões, demonstraram ser as fontes mais valiosas e produtivas (Costa, 2011, p. 149).

Segundo Calheiros, “as patrulhas de infantaria nem sempre tinham um objetivo definido e quando saíam para ciclos operacionais de 30 a 90 dias procuravam de forma geral detetar acampamentos dissimulados na mata e recolher informações, em especial através de prisioneiros.” (2011, p. 85).

Os Pelotões de Reconhecimento (um oficial, três sargentos e 25 praças) estavam equipados com viaturas ligeiras e rádios, para lhes garantir a mobilidade necessária e trabalhavam diretamente para a Secção de Operações e Informações dos Batalhões. Poderiam ainda ser utilizados helicópteros para reconhecimentos específicos. A tática consistia em estabelecer e manter o contacto com o inimigo, muitas vezes deduzindo informações dos indícios deixados, como: há quanto tempo o acampamento fora abandonado, o número de homens nessa força, etc. Também o tipo, condição e origem do armamento identificava o grupo insurreto e quem o patrocinava.

“A população representava uma fonte-chave de informação e era na verdade o campo de batalha primordial ou, em termos Clausewitzianos, o «centro de gravidade» de uma insurreição.” (Cann, 1998, p. 157).

“Não conseguiríamos apoiar a nossa máquina militar sem informação, e não seria possível conseguir essa informação sem o apoio da população (...)” (Crawford, 1958, p. 180).

Este ponto de vista é partilhado por quem efetivamente esteve em operações no terreno: “A população é um meio muito eficiente de arranjar informações. E é importante saber e conhecer a língua nativa, porque no interior de Moçambique havia muitos que não falavam português. A população local é o grande auxiliar na obtenção de informações, mas é preciso percebê-los.” (Faria, 2016).

A população representava o centro de gravidade da informação, pelo que o soldado português foi instruído desta máxima e foi-lhe transmitido que, na relação com a população, o foco seria sempre procurar informação. Quanto maior era esta relação de confiança e o sentimento de proteção da população, melhores eram os resultados de pesquisa de informações junto desta.

O reconhecimento aéreo era um método utilizado para complementar o reconhecimento terrestre, essencialmente na localização de atividade hostil na difícil e vasta extensão do TO de Moçambique. Esta técnica era dificultada pela cobertura das florestas e selvas, o que exigia uma grande perícia dos observadores. As fotografias aéreas eram também ferramentas bastante úteis, principalmente para uma análise mais detalhada e atempada de determinadas áreas suspeitas, bem como através da comparação ao longo do tempo para detetar indícios (Cann, 1998, p. 159).

Os guerrilheiros capturados eram uma potencial fonte de informações, pelo que a captura de guerrilheiros vivos “exigia uma preparação cuidadosa e treino especial” (Cann, 1998, p. 160). Eram interrogados e também utilizados como guias para evitar as minas instaladas no terreno (Calheiros, 2011).

Os capturados eram condignamente recebidos e expostos a um ambiente onde imperava a lei e ordem, com uma administração organizada e assistência médica, numa tentativa de os levar a cooperar, fornecendo informações credíveis e atempadas e a concluir que a vida sob administração portuguesa era indubitavelmente preferível à luta pela vida de um insurreto, dura e perigosa, no mato (Cann, 1998; Faria, 2016).

Os documentos e equipamento apreendidos eram cuidadosamente manipulados e preservados, pois forneciam indicadores valiosos, tal como o local e hora da captura, ajudavam a provar a credibilidade de outras fontes de informação e confirmavam ou completavam as informações estratégicas fornecidas por Lisboa (Cann, 1998, p. 166).

“A utilização de agentes e informadores era um processo normal na obtenção de informações” (Cann, 1998, p. 166), trabalhando diretamente com o Exército ou com a Polícia. Nas penetrações nos países-santuários, os agentes fronteiriços eram normalmente controlados pelo Exército, enquanto os agentes em missões mais longínquas eram controlados pela PIDE/DGS. A competição entre as várias fações dentro dos movimentos, originava fissuras que faziam multiplicar os informadores e encorajavam os agentes, fatores que provaram ser uma fonte fértil de recrutamento e uma oportunidade para a PIDE/DGS fomentar o diferendo.

Eram ainda utilizados guias e tradutores, que identificavam e seguiam a pista dos insurretos e comunicavam com a população local. Eram “pessoas simples, sem sofismas” e proporcionavam uma importante ponte social entre o soldado no terreno e a população, cujo salário era pago numa mistura de espécie e numerário, o que lhes fazia sentir um grande orgulho nas suas responsabilidades e satisfação das necessidades físicas (Cann, 1998, p. 169).

A informação é a pedra fundamental, a chave da contrainsurreição, pois nenhuma operação deve avançar sem uma quantidade substancial de informação credível. Em Moçambique esse fluxo vinha principalmente da população. “Moçambique tinha um sistema de Informações. Mas havia alguma inércia na interligação desse serviço. Apesar da “competição e inveja na recolha de informações entre autoridades ser contraproducente”, o sistema funcionou relativamente bem (Cann, 1998, p. 166). “A contribuição de uma boa rede de informações foi um dos fatores decisivos na capacidade de Portugal sustentar o conflito durante 13 anos e ter empregue os seus limitados recursos no controlo eficaz da ameaça da guerrilha”, através de um consistente e metuculoso trabalho de informações (Cann, 1998, p. 171).

Independentemente de como a notícia tinha sido obtida, era imperativo que de acordo com a sua importância tática, a sua transmissão fosse feita em tempo oportuno e fornecida o mais rapidamente possível, destinada ao devido comandante, para assim contribuir para a sua tomada de decisão. Já as outras notícias cujo carácter não se enquadrava no escalão tático, ou seja, as notícias consideradas ser de possível relevância para o escalão superior, eram fornecidas através de diversos relatórios. Nomeadamente, através do RELIM, do SITREP e do SUPINTREP, entre outros (Faria, 2016).

4. IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÕES DAS FORÇAS DA FRELIMO NO DESENVOLVER DAS OPERAÇÕES ZETA E NÓ GÓRDIO DAS FORÇAS PORTUGUESAS

Segundo Sun Tzu² “aquele que conhece o Inimigo e a si mesmo lutará cem batalhas sem perigo de derrota” (1993). Ou seja, o propósito das informações é ajudar a tomar decisões e o propósito da contrainformação, é dificultar a tomada das mesmas, ou induzir à tomada de decisões erradas.

Como já foi visto nos capítulos anteriores, a pesquisa de informações para as forças portuguesas baseava-se essencialmente na recolha de informações junto da população.

² Um dos maiores estrategas militares da história de todos os tempos, (544- 496 A.C), foi o autor do livro “A arte da guerra”, livro chinês que explanava táticas militares.

Para os guerrilheiros, fruto do tipo de combate, “o apoio da população é indispensável para que seja possível a aplicação da tática da guerrilha, visto que, sem as antenas populares não há informações” (EME, 1961, p.17).

Como tal, não se pode tirar ilações sobre o desenrolar das operações, neste tipo de conflito, numa determinada área de operações sem antes compreender a influência que a dimensão do país e das suas características populacionais tiveram para o planeamento e obtenção de informações (Garcia, 2004; Faria, 2016).

4.1. O território e a população

O território Moçambicano tem uma extensão de costa com cerca de 2 470 km e tem uma superfície é de 786 380 km² (Portal do Governo de Moçambique, 2016) (Figura 12). Entre 1960 e 1974 a população aumentou em mais de 1,5 milhões, passando de 6 518 000 habitantes para 8 233 034 habitantes em 1970. A população branca neste período não ultrapassava os 10% da população. Para além da densidade populacional, destacam-se ainda dez grandes grupos étnicos que ocupavam o território moçambicano e que constituíam uma grande heterogeneidade (Cabaço, 2007, p.33).



Figura 12 – Mapa Administrativo de Moçambique

Fonte: Anon. (2016).

Ou seja, em Moçambique, o conhecimento sobre a população era, no mínimo, complexo. O tipo de conflito e a heterogeneidade de etnias existentes no território, por um lado, tornava fácil para a maioria dos guerrilheiros se imiscuírem na população geral sem serem descobertos e, desta forma, adquirirem notícias pertinentes e importantes para o seu sistema de informações e contrainformações. Contudo, por outro lado, as informações recebidas pelas forças portuguesas, nem sempre eram fidedignas (Faria, 2016).

Não obstante este facto, estava explícito na doutrina da época que o soldado português deveria ser endoutrinado desde o início que, nas suas relações com a população, teria sempre de procurar informação sobre o momento do encontro, sobre a natureza do armamento e o número das forças guerrilheiras. Na verdade, tinha-se como doutrina que quanto mais alto fosse o nível de confiança da população na capacidade de proteção dos soldados portugueses, maior seria a quantidade de informação fornecida (EME, 1963, p.2).

A importância da variável social deste conflito levou a que as forças portuguesas, de forma geral, desenrolassem a maioria das suas operações junto às cidades e povoações com um número de habitantes minimamente significativo, de forma a conseguirem controlá-las, em detrimento de grandes operações em zonas de mata que, habitualmente, se encontravam sob controlo dos guerrilheiros, o que acabou por favorecer a ação da guerrilha nessas regiões (Couto, 2012).

4.2. O adversário

A subversão em Moçambique foi a forma utilizada pela estratégia indireta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da China Continental no ataque do imperialismo comunista na confrontação LESTE-OESTE (Arriaga, 1998).

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era constituída por membros de origem moçambicana sem que houvesse distinção de etnia, sexo, lugar de domicílio ou crença religiosa. Era um movimento que pretendia acabar definitivamente com o domínio colonial português em Moçambique, conquistar a independência imediata e completa do território Moçambicano (FRELIMO, 1977).

A organização militar da FRELIMO abrangia dois níveis. Um composto por um órgão político, logístico e operacional e um outro constituído por bases (províncias, sub-províncias, gerais, de segurança, operacionais, de logística e de instrução) e os acampamentos (Garcia, 2004).

A FRELIMO constituía

grupos, por regra pequenos, que se infiltravam noutras etnias do interior de Moçambique, procuravam subvertê-las. Esta tentativa de subversão incidia fundamentalmente nos chefes tribais ou chefes naturais, e seus acólitos, de etnias não

subvertidas. E como, quase sempre, estes chefes tribais ou chefes naturais e seus acólitos não aceitavam subverter-se, eram logo ali assassinados (...), sobretudo a FRELIMO assassinou cerca de dois mil daqueles chefes e acólitos. Era uma ação de terrorismo intensa e extensa.

Arriaga (1998, p. 2).

Quanto à tática utilizada, a falta de meios e materiais para a guerrilha e a sua força militar ligeira, faziam com que as forças portuguesas apresentassem um maior potencial de combate, e como tal o conhecimento do terreno verificou-se como um elemento indispensável neste conflito. Usavam técnicas de guerrilha e insurreição e a sua estratégia foi, desde o início, não o controlo do território, mas sim o atrito com as forças militares, procurando a rutura dos recursos materiais e humanos do Governo Português, ao ponto de que seria menos dispendioso para este aquiescer e conceder a independência a Moçambique, do que seria manter-se envolvido numa guerra de guerrilha prolongada (Bragança e Wallerstein, 1978).

Para tal, utilizavam principalmente emboscadas, atividades terroristas e ataques a postos avançados na zona Norte de Moçambique, com grupos geralmente constituídos por dez a 15 homens. Utilizando geralmente técnicas de flagelação, raramente se envolviam diretamente com as forças armadas portuguesas e, quando o faziam, era porque tinham um potencial de combate superior ao encontrado (Henriksen, 1983, p. 31).

Quando as forças portuguesas saíam em patrulhas ou em alguma operação com o objetivo de atacar um acampamento dos guerrilheiros, viam-se obrigados a seguir numa direção diferente da pretendida a fim de evitarem que os guerrilheiros tomassem conhecimento, através do seu sistema de informações, sobre a sua direção geral de progressão e tomassem precauções (Calheiros, 2001, p. 95).

De acordo com *site* “Guerra Colonial 1961-1974” O sistema de informações da FRELIMO passava pela existência de um «chefe de reconhecimento», nas bases de guerrilheiros, que centralizava a aquisição e estudo das informações, com as mesmas funções de coordenação de um sistema de informações. O «Manual do Guerrilheiro», utilizado por todos os movimentos, ensinava que as informações do inimigo se obtêm:

- Pela observação;
- Pela exploração dos conhecimentos dos habitantes locais;
- Pelo interrogatório dos desertores e prisioneiros;
- Pelo reconhecimento de combate;
- Pela ajuda de redes de colaboradores secretos.

Com o seu sistema de informações, a FRELIMO conseguia, no mínimo, saber das movimentações e intenções das Forças Armadas, de forma a conseguirem atuar antecipadamente (Garcia, 2004, p. 149).

Este sistema de Informações e Contra-Informações da FRELIMO, estava assente no recurso a fontes humanas, quer pela introdução de elementos infiltrados no seio das guarnições portuguesas, quer pela divulgação ou propaganda de indícios e notícias falsas.

Fazia também parte do seu sistema de pesquisa de informações e aquisição de notícias, a utilização de mulheres na recolha de informações e a colocação de agentes infiltrados e informadores em locais chave da administração e do Comando-chefe (EME, 1966, p.12).

De acordo com as Resoluções do Comité Central da FRELIMO, citado por Proença Garcia, esta pesquisa ativa de informações sobre as tropas portuguesas e condições como a iniciativa de local de ataque, combate no próprio terreno e a recuperação mais rápida de derrotas sofridas, favoreceram as atuações da FRELIMO que, clamando grandes sucessos, conseguiu organizar as designadas áreas libertadas a partir de 1966. Para aquela “frente”, as forças portuguesas, isoladas em postos militares, tentavam de quando a quando realizar incursões contra o povo nessas áreas, e aí eram fatalmente emboscadas e aniquiladas (Garcia, 2004, p. 113).

4.3. A Operação ZETA

A Operação ZETA tinha como missão “Executar um golpe de mão sobre o *Complexo da Base Limpopo*, constituído pela referida base e ainda pela Cooperativa dos Agricultores (Limpopo) e Cantina Quissanga”; “Capturar, ou na sua impossibilidade eliminar os elementos In que se acoitem na Zona de Ação (ZA), apreendendo-lhes o material e documentos de que disponham”; e “Destruir todas as instalações e meios de vida In existentes na área.” (Leitão, 1969, p. 1) (Figura 13).



Figura 13 – Operação ZETA

Fonte: Ultramar (2016).

A ZA foi na região de MUEDA também conhecida como o Planalto dos MACONDES, caracteriza-se como “um local com terrenos bastante pantanosos, polvilhado de grandes escarpados e arribas, com arbustos rasteiros e linhas de água, o que desde logo levou os responsáveis pela logística a perceberem estar-se perante uma impossibilidade em assaltar os acampamentos da FRELIMO, que haviam sido detetados por via aérea, sem que fossem colocados em causa os princípios da surpresa e da eficácia. A solução encontrada foi o emprego de duas Companhias de Caçadores Para-quedistas, com apoio de forças terrestres para isolar o objetivo.

Nos dias que antecederam a operação, e como medida de decepção, foi efetuado um bombardeamento a um objetivo três a quatro km afastado da BASE LIMPOPO” (Leitão, 1969, p. 3).

Podemos considerar que a operação “ZETA” foi uma operação de elevado sucesso, ainda que da mesma não tenham resultado um elevado número de baixas

por parte do In. Esta operação veio, uma vez mais, salientar o papel das informações e da contrainformação no desenrolar da guerra, ainda que haja indícios que tenham ocorrido fugas de informação. O sucesso da operação baseou-se no efeito de surpresa que as Forças Armadas Portuguesas conseguiram impor ao atingirem uma zona de refúgio para a FRELIMO, algo que haviam tentado por diversas vezes, mas que devido ao relevo acidentado aliado aos períodos de chuva resultaram infrutíferos. No final desta operação foram apreendidos vários documentos sobre a orgânica da FRELIMO que se revelaram uma boa fonte de informação para as tropas portuguesas (Leitão, 1969).

O uso de aeronaves de asa fixa, na fase de preparação (reconhecimento), no lançamento de tropas e ainda no apoio às operações, permitiu obter um efeito de surpresa, de tal forma que o In não tendo conseguido obter qualquer informação sobre a operação, se pôs em fuga.

4.4. Operação NÓ GÓRDIO

A missão da Operação “Nó Górdio”³ era a seguinte: “O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao “NÚCLEO CENTRAL” IN, prevê a exploração do sucesso fora da ZA atribuída, em coordenação com o Com Sec B, nomeadamente sob as regiões de Ba “BEIRA”, LU’GURI e BA “LURIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de MUEDA e do seu aeródromo” (COFI, 1970, p. 3).

A Operação tinha como objetivos gerais:

- Destroçar o Inimigo que armado, pretendia dominar a região;
- Libertar as populações escravizadas;
- Restabelecer a ordem e a paz (COFI, 1972, p. 3).

Esta operação teve a duração de sete meses, tendo mobilizado cerca de trinta e cinco mil militares e foi parcialmente bem-sucedida (Bacelar, 2000, p. 116).

Segundo o Coronel Rodrigo Silveira, 2.º Comandante do Comando Operacional das Forças de Intervenção⁴(COFI), não houve preocupação em manter os muitos movimentos das forças em segredo. Houve sim a preocupação de não se dar a conhecer quais as bases que seriam atacadas. No entanto, fruto dos muitos

³ A Operação NÓ GÓRDIO tipificou um dos objetivos doutrinários da contra-subversão em Moçambique, nomeadamente, a eliminação, caso existissem, das chamadas “áreas libertadas” (Kauzla, 1998).

⁴ O Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) foi um comando conjunto das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, ativo entre 1969 e 1974, durante a Guerra do Ultramar. O COFI ficou conhecido por ter sido o órgão de execução da Operação Nó Górdio. O COFI foi criado, na dependência do Comando-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, em novembro de 1969 para coordenar o emprego conjunto de forças do Exército, da Marinha e da Força Aérea em missões de grande envergadura, em situações de emergência e em operações especiais.

reconhecimentos aéreos realizados pelas forças portuguesas às bases em questão, quando se deu o ataque, as bases já tinham sido abandonadas um mês antes. As informações recolhidas estavam desatualizadas (Figura 14).



Figura 14 – Operação NÓ GÓRDIO
Fonte: Coelho (2016).

Quando os portugueses entraram nas bases, por um lado, só conseguiram capturar armamento e munições uma vez que não encontraram combatentes ou documentos de qualquer relevância informacional e por outro lado, segundo o Coronel Carlos Matos Gomes, Comandante da 1.ª Companhia de Comandos do Agr A, “A FRELIMO tinha um bom conhecimento do terreno junto às suas bases, o que lhes permitiu, facilmente, fazer tiro indireto sobre as tropas portuguesas que, entretanto, tinham ocupado as suas antigas bases.” (Gomes, 2009).

Do lado da FRELIMO, segundo o General Cândido Mondlano Comandante da Província de Cabo Delgado da FRELIMO na base de Moçambique, “O conhecimento da forma de atuar do Inimigo permitiu à FRELIMO saber sobre qual a direção de movimento das Forças portuguesas. Sabiam que a sequência de ações eram:

1.º bombardear, depois enviar os helicópteros e depois o início dos deslocamentos das forças apeadas.” (RTP1, 2010).

Este conhecimento permitiu aos guerrilheiros manterem a iniciativa no combate e montarem emboscadas consecutivas e eficientes às forças apeadas.

O divulgar intencional de informação sobre a Operação por parte do Governo Português, aliado ao facto de existirem elementos infiltrados da FRELIMO nas organizações e instituições, permitiram à FRELIMO antecipar todas as ações das FFAA portuguesas, determinando assim o insucesso da Operação NÓ GÓRDIO (Souto, 2007, p. 252; Faria, 2016; Arriaga, 1998, p. 3).

Citando Proença Garcia, “as fugas de informação resultavam em atuações militares falhadas, encontrando as forças apenas o local abandonado” (Garcia, 2004, p. 151).

A nível estratégico, esta operação foi considerada um sucesso após a captura de elementos do inimigo e material bélico. (Arriaga, 1987) Isso não impediu, no entanto, a FRELIMO de continuar a sua ação militar e realizar operações noutros pontos do país, razão porque é considerado que a operação ficou longe de cumprir os objetivos iniciais (Gomes, 1979).

De acordo com Coronel Miguel Ambrósio, Comandante do 1.º Setor de Cabo Delgado da FRELIMO na Base da Beira, numa reportagem realizada em 2010 pela RTP1 sobre a guerra colonial, “se a operação Nó Górdio os tivesse apanhado de surpresa, a FRELIMO tinha sido destruída.” (Faria, 2016).

CONCLUSÕES

Portugal, pouco mais de uma década após a sua entrada na OTAN, deparou-se com um novo tipo de conflito nas suas colónias ultramarinas. A subversão e luta de contraguerrilha. Fruto desta variável, sentiu-se a necessidade de ajustar a doutrina à realidade e à experiência adquirida naqueles Teatros de Operações.

As Informações foram uma das peças fulcrais para que fosse possível para Portugal manter uma guerra de contraguerrilha em três Teatros de Operações durante 13 anos.

No Teatro de Operações de Moçambique, no período de 1964 a 1975, a organização do sistema de informações era constituída, essencialmente, por três entidades: a PIDE/DGS, o Serviço de Informações Militares e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique.

Estas entidades estiveram envolvidas neste conflito derivado da evolução de novos conceitos e doutrinas. As alterações mais significativas durante esta evolução decorreram na adaptação e implementação da doutrina de informações exis-

tente na altura, numa realidade da guerra subversiva materializada pela normalização, difusão e formação dos militares que trabalhavam as informações.

De acordo com esta nova doutrina, a estrutura de informações militares deveria estar presente em todos em todos os escalões, podendo diferenciar-se em termos de funções e capacidades, nomeadamente nos escalões inferiores, intermédios e superiores.

A PIDE/DGS era utilizada em assuntos e áreas específicas com interesses militares, estando organizada por províncias em Moçambique. Tinha algumas limitações no processamento e tratamento das Informações. Proveniente da sua estreita ligação com o poder político da Metrópole, tinha muitas dificuldades em aceitar o poder local.

No que respeita ao SIM, o Secretariado-Geral da Defesa Nacional centralizava e coordenava todas as informações recolhidas ao nível tático pelos Serviços de Informações Militares. A orientação para as atividades de todo o pessoal do SIM até ao escalão Divisão, no conhecimento do inimigo e da área de operações, viu-se explanado no Regulamento de Campanha Informações de 1966. Todas as bases das unidades do SIM em território Moçambicano encontravam-se estabelecidas e operacionais, mas devido à dimensão do país e à falta de militares habilitados a trabalhar na área das informações, tiveram a necessidade de se adaptar, de forma a conseguirem cumprir essa função da melhor forma possível.

Quanto aos SCCIM estes tinham a finalidade de controlar e coordenar as informações estratégicas em Portugal, vitais para a condução política e para o comando das forças nos termos das operações. A sua missão era reunir, estudar e difundir as informações de interesse à política, à Administração e defesa destas, bem como prestar o apoio necessário ao Governo. No entanto, embora se mantivessem na dependência hierárquica e administrativa dos governadores das províncias, passaram a funcionar como serviço de informação dos comandantes-chefes das Forças Armadas.

Em Moçambique, a obtenção de notícias e informações era realizada através dos relatórios das patrulhas apeedas, reconhecimento aéreo, interrogatórios a guerrilheiros capturados ou rendidos, documentos e equipamento confiscados e informadores ou agentes pagos, essencialmente provenientes da população local, principal fonte de informações. Cada uma destas fontes teve a sua importância na resolução do puzzle da informação, pois devido à indefinição operacional dos guerrilheiros, era importante que a informação de uma consolidasse a da outra, de modo a produzir uma imagem fidedigna e o mais exata possível.

No entanto, como as operações realizadas eram do âmbito de uma guerra contra-subversiva, obviamente que o centro de gravidade para a recolha de notí-

cias/informações era a população. De facto, estava explícito na doutrina da época que o soldado português deveria ser doutrinado desde o início que, nas suas relações com a população, teria sempre de procurar informação sobre o momento do encontro, sobre a natureza do armamento e o número das forças guerrilheiras. Não só devia estar alerta a toda a informação acerca do inimigo, como devia também proteger a sua principal fonte de intimidação dos guerrilheiros. Na verdade, tinha-se como doutrina que quanto mais alto fosse o nível de confiança da população na capacidade de proteção dos soldados portugueses, maior seria a quantidade de informação fornecida.

Portugal tinha um sistema de informações implantado no território que contribuiu de forma significativa para o desenrolar dos combates. Para as forças portuguesas, as informações sobre o inimigo e o terreno eram decisivas. Na guerra de guerrilha, as forças militares sem informações, não só não tinham possibilidade de saber onde o inimigo estava, como também tinha dificuldades em saber quem ele era, uma vez que os guerrilheiros facilmente se imiscuíam com a população.

No entanto, também do ponto de vista dos guerrilheiros, era essencial dispor de informações sobre as movimentações e intenções das forças regulares adversárias de modo a poderem antecipar-se às suas ações. Para ambos os contendores, as informações garantiam a surpresa que permitia causar os maiores danos ao adversário com os menores custos. Quando a forma de atuar das forças portuguesas se tornou do conhecimento dos guerrilheiros, estes passaram a conseguir antecipar os movimentos do adversário e obter a iniciativa.

A importância do sistema de informações e contrainformações das forças opositoras na obtenção de informações, planeamento, e no desenrolar de operações das forças portuguesas, pode ser visualizado na comparação entre duas operações portuguesas no território: a operação ZETA e a operação NÓ GÓRDIO.

Na Operação ZETA, por exemplo, o elevado grau de secretismo e a qualidade de informações recolhidas, permitiu atacar os guerrilheiros da FRELIMO, numa das bases que até então se mantinham inatingíveis, de forma célere, e tendo sido conseguida uma surpresa tal, que os guerrilheiros se puseram em fuga, permitindo às forças portuguesas recolherem documentos com informações bastante relevantes para as ações militares no terreno. Já na Operação Nó Górdio, não só os movimentos foram efetuados sem tentativa de os dissimular, como também foi dado conhecimento a toda a população que se iria desenvolver uma operação de grande envergadura naquela área. Houve apenas a preocupação de manter secreta a data de quando esta seria efetuada. Esta falta de secretismo permitiu aos guerrilheiros da FRELIMO abandonarem as suas bases com bastante antecipação e realizarem emboscadas às Forças Portuguesas durante os seus deslocamentos até às ditas ba-

ses. No fim da operação, não só não conseguiram infligir um golpe remunerador na estrutura local dos guerrilheiros, como também sofreram várias baixas que poderiam ter sido evitadas se os guerrilheiros não tivessem conhecimento da operação.

Numa guerra subversiva, a informação tem uma relevância excecional, em virtude do carácter clandestino do In, da forma de atuar das suas forças e da necessidade de um conhecimento profundo da população. Este facto advém da necessidade imperial de se conhecer a localização dos grupos de guerrilha e antecipar as suas operações, ou atacá-los de surpresa.

Na vastidão territorial e heterogeneidade populacional que caracterizava Moçambique, o sistema de informações constituiu-se como um pilar essencial para a compreensão destas variáveis e, por conseguinte, contribuir para a tomada de decisão aos diferentes níveis. É aqui que se centra a principal importância e contributo do sistema de informações em Moçambique no período em questão.

No entanto, tal não teria sido possível se não tivesse existido um esforço em adaptar e reorientar a mentalidade de guerra convencional que focava o inimigo como a sua principal fonte de informação, para a compreensão da manobra de um inimigo assimétrico, em que a obtenção primária de informações assentava em indícios recolhidos na área de operações (quer via terrestre, quer via aérea) e na população civil.

Esta alteração de mentalidade foi a chave para o sucesso da contrainsurreição, e contribuiu de forma decisiva para a obtenção da iniciativa necessária às forças no terreno. Ou seja, o sistema de informações no TO de Moçambique, no período de 1964 a 1975, contribuiu de forma significativa para o planeamento tático das operações levadas a cabo pelas forças envolvidas no conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anon., 2016. *Dreamstime*. [Em Linha] Disponível em: <<https://pt.dreamstime.com/ilustrao-stock-mapa-administrativo-de-moambique-image47477192>> [Consult. em 12 de junho de 2016].
- Arriaga, K., 1998. *A essência e o sucesso da condução da guerra em Moçambique no período de 1969 - 1973*. [Em Linha] Disponível em: <<http://cidadevirtual.pt/k-arriaga>> [Consult. em 1 de maio de 2016].
- Arriaga, K., 1987. *Guerra e política - em nome da verdade - os anos decisivos*. Amadora: Editora Referendo.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

- Bragança, A. e Wallerstein, I., 1978. *Quem é o Inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Branquinho, J., 1966. *Prospecção das Forças Tradicionais - Manica e Sofala*, SCCIM. s.l.:s.n.
- Cabaço, J., 2007. *Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação - Tesse de dissertação de doutoramento em Antropologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Calheiros, J., 2011. *A última missão*. Lisboa: Caminhos Romanos.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, Lda.
- Cardoso, P., 2004. *As Informações em Portugal*. 1.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Coelho, J., 2016. *Webkreate*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.webkreate.com/espacoetereo/MD9.html>> [Consult. em 04 de abril de 2015].
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1970. *Ordem de Operações nº 02/70 - Operação "Nó Górdio", Comando Operacional das Forças de Intervenção*, Mueda: (Arquivado no Arquivo Histórico Militar).
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1972. *Relatório de Acção Nº1/72 - Operação Nó Górdio, Comando Operacional das Forças de Intervenção, Nampula*, s.l.: (Arquivado no Arquivo Histórico Militar).
- Costa, P., 2011. *O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África. (I. P. Pires, Entrevistador)*. [Entrevista] (01 Agosto 2011).
- Couto, A., 2012. *A Segurança do Empreendimento de Cahora Bassa (1970-1973)*. *Revista Militar*, 6/7, 621-662. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército, 1954. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1.ª ed. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1964. *Diretiva Inicial de Ação Psicológica*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva*. 1.ª ed. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 2006. *Comissão para o Estudo das Campanhas de África*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 2009. *PDE - 2.00 Informações, Contra-informação e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 2012. *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol.1 - Enquadramento Geral, 2.ª Edição*. Lisboa: EME/CECA.

- Estado-Maior do Exército, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol. 4 - Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique*. Lisboa: EME / CECA.
- Faria, C., 2016. *Entrevista* [Entrevista] (18 Maio 2016).
- FRELIMO, 1977. *O processo revolucionário de guerra popular de libertação: artigos coligidos do órgão de informação da Frelimo "A Voz da Revolução" desde 1963 a 1974*. s.l.:Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- Garcia, F., 2004. *Informações e Segurança*. Lisboa: Prefácio.
- Gomes, C., 2009. *Moçambique 1970: Operação Nó Górdio*. Lisboa: Batalhas de Portugal.
- Keegan, J., 2003. *Intelligence in war. Knowledge of the enemy from Napoleon to Al-Qaeda*. London: Hutchinson.
- Leitão, J., 1969. *Relatório de Operação ZETA nº18/69*, Nacala, Moçambique: BCP 32.
- Pinto, M., 1995. *A Guerra de África 1961-1975*. Volume 1 ed. s.l.:Circulo de Leitores.
- Souto, A., 2007. *Caetano e o ocaso do «Império» - Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Tzu, S., 1993. *A arte da guerra*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Ultramar, G., 2016. *ultramar terraweb*. [Em Linha] Disponível em: <http://ultramar.terraweb.biz/Imagens/mocambique_janteroferreira_operacao_ZETA_contributos.htm> [Consult. em 04 de abril de 2015].

SECÇÃO VII

OS FOGOS

OS FOGOS NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP CAV Rui Jorge Neves Moura
CAP INF Jorge Manuel Martins Magalhães
CAP ART Elton Roque Feliciano
CAP ART Albino José Pinheiro De Jesus
CAP INF Paulo Rui Gomes Lemos

Orientador

TCOR ART Paulo Emanuel Encarnação Rosendo

A Guerra do Ultramar surgiu no seguimento de vários movimentos de autodeterminação que ocorreram nas colónias portuguesas em África que procuravam a independência. Portugal mobilizou para os TO em África mais de 150 mil militares portugueses distribuídos por Angola, Guiné e Moçambique, onde encontraram um inimigo, bandos armados e guerrilhas¹, apoiado por potências estrangeiras e instruído em operações militares que se baseavam em ações de guerrilha ou terroristas.

Face a este cenário, Portugal teve que se adaptar a uma nova realidade, procurando obter ainda antes de 1961, ensinamentos doutrinários e equipamentos adequados junto de outros países europeus que estavam envolvidos em conflitos nas suas colónias. Para a Guerra do Ultramar, Portugal adotou princípios doutrinários da guerra de contrassubversão e de contraguerrilha provenientes de manuais franceses, de palestras e conferências proferidas no nosso país por oficiais estrangeiros bem como, pela frequência de estágios noutros países por oficiais portugueses. Com base no anteriormente referido, surgem então manuais com os conhecimentos necessários para combater na guerra subversiva.

No volume II *“Operações Contrabandos Armados e Guerrilhas”* do manual *“O Exército na Guerra Subversiva”* do Ministério do Exército de 1966, aparece pela primeira vez o conceito de emprego das forças de manobra neste tipo de guerra e ainda qual o papel da Artilharia de Campanha e do Apoio Aéreo ofensivo conforme o tipo de operação.

Assim, o objeto desta secção é o emprego da função de combate fogos pelo Exército Português durante o período de 1964-1974, na Campanha Militar

¹ Expressão doutrinária da época para denominar os grupos que se opunham ao domínio português (EME, 1966).

no Teatro de Operações de Moçambique, delimitando o estudo ao nível tático em todo o Teatro de Operações, nas vertentes de Artilharia de Campanha e Apoio Aéreo.

Tendo em conta o objeto acima exposto, este estudo visa compreender e avaliar a função de combate fogos no TO em Moçambique e pretende concetualizar a doutrina e o emprego dos fogos no período em análise, analisar os fogos no Dispositivo de Forças destacado para o TO quanto à tipologia, implantação territorial e forma de comando e controlo, analisar as operações quanto à aplicação prática da doutrina e o desfecho no contexto dos fogos e ainda avaliar o impacto dos fogos no estado final da Campanha.

1. EVOLUÇÃO CONCEPTUAL E DOUTRINÁRIA DO PERÍODO EM ANÁLISE

[...] o certo é que, em relação aos problemas militares concretos que o Exército veio a enfrentar, a “escola” vencedora acabou por ser a francesa: as guerras que o Exército veio a travar e as doutrinas de campanha que veio a aplicar, em África, não foram as previstas e constates da documentação da NATO, mas sim as recolhidas nas escolas francesas e as publicações sobre as guerras na Indochina, Argélia, China e Malásia, pelo menos numa 1.ª fase.

Couto (1999)

O início do conflito em Moçambique dá-se em setembro de 1964 e data também deste ano, a primeira “doutrina” sobre o emprego de fogos em guerra subversiva, através de um artigo na Revista de Artilharia, provavelmente fruto do conhecimento do Capitão Alfredo Silva noutros Teatros de Operações, uma vez que o conflito já decorria em Angola e na Guiné.

Neste artigo, podemos ficar com uma ideia de como doutrinarmente se processava o apoio de fogos às unidades de manobra,

[...] os pedidos de tiro podem ser efetuados pelo Comandante da Unidade apoiada, para apoio direto de uma subunidade, por patrulhas, forças instaladas em emboscadas ou que foram emboscadas, postos de controlo e, ainda, por forças empenhadas em missões típicas da contraguerrilha. Ainda neste período, a Artilharia de acordo com a ideia de manobra do Comandante da Unidade Apoiada, toma uma posição adequada ao apoio das operações, por forma a empregar o maior número de bocas-de-fogo disponíveis e estar em condições de desencadear uma ação maciça de fogo, logo que pedida.

Silva (1964)

Sendo feita ainda referência aos tipos de fogos de apoio, transmitindo que neste tipo de operações eles tem de ser planeados de forma “peculiar”.

É em 1966, com o lançamento dos manuais anteriormente referidos na introdução, que vamos encontrar de forma doutrinária o conceito de emprego da Artilharia, enquanto meio de apoio de fogos:

atuação da Artilharia visa, nas operações contrabandos armados e guerrilhas, as seguintes finalidades: Destruição ou neutralização de «quartéis», acampamentos, depósitos e outras instalações rebeldes, cuja localização seja bem definida; Interdição de pontos de passagem obrigatória do inimigo, para dificultar os seus movimentos ou para poupar efetivos de Infantaria ou Cavalaria no cerco de uma zona de onde se pretenda evitar a fuga de rebeldes;

Flagelação de zonas onde se saiba que os rebeldes existam, por forma a criar-lhes um clima de insegurança, baixar-lhes o moral, obrigá-los a dispersar e levá-los a sair para outras regiões onde a ação da Infantaria ou da Cavalaria seja mais fácil ou a cair em emboscadas previamente estabelecidas em linhas envolventes dessas zonas. Esta ação consiste na execução durante um certo tempo, de tiros desencadeados sobre as referidas zonas e irregulares, tanto na sua localização como na sua duração e intervalos. Aparentemente pouco rendosa, esta forma de atuar tem sido comprovada pela experiência como bastante eficaz; Deceção, batendo zonas diferentes daquelas onde se pretende levar a efeito ações ofensivas mais completas.

EME (1966)

No caso dos fogos de apoio aéreo a publicação da Secretaria de Estado da Aeronáutica com o título “Instruções Gerais para o Apoio Aéreo” de 1966, tal como na AC também se revelou insuficiente, pelo que, com o desenrolar do conflito, a Força Aérea Portuguesa acabou por desenvolver um conjunto de Normas de Execução Permanente para estabelecimento de procedimentos em certas operações. Uma outra forma de adaptação introduzida foram os treinos de adaptação ministrados pelos militares que iam ser rendidos no TO, em que estes procuravam passar toda a experiência acumulada aos novos militares de uma forma teórico-prática (Araújo, 2016).

De acordo com o manual *O Exército na Guerra Subversiva*, de 1966, nomeadamente no seu volume II, o emprego dos fogos na guerra subversiva é analisado de acordo com os aspetos a seguir elencados.

1.1. O Terreno

A condução de operações contraguerrilhas é realizada em terrenos que pelas suas características permitem às forças irregulares maximizar as suas capacidades e particularidades.

Concentrando-nos no caso concreto de Moçambique, a doutrina vigente refere que as guerrilhas utilizavam terrenos densamente arborizados, muito limi-

tadores da observação, com uma rede viária carente, dificultando o avanço de um grande número de forças e meios pesados.

Relativamente à observação de fogos, este tipo de terreno era muito limitador, mesmo para a observação aérea, uma vez que os pontos de referência eram reduzidos e a avaliação das distâncias era difícil de estimar.

1.2. Forças a empregar na contra-guerrilha

De acordo com a doutrina, as forças que realizam o combate de contra-guerrilha, tinham de ser altamente móveis e capazes de atuar com eficiência nos terrenos mais difíceis, altamente adaptáveis a novas situações e aliadas a uma descentralização quase total. Com os fogos, a doutrina também previa a atuação da Artilharia quase sempre em pequenas frações, explorando as suas trajetórias e os seus alcances. A utilização de fogos como fator psicológico de moralização das forças apoiadas e de desmoralização das guerrilhas estava também prevista doutrinariamente.

Quanto ao apoio pelo fogo dos meios aéreos, estes podiam ser de flagelação ou interdição segundo a doutrina do Exército, que os considerava como um importante contribuinte para o sucesso deste tipo de operações devido à sua rapidez de atuação e pela acessibilidade que garantiam a locais onde os fogos da Artilharia não conseguiam chegar.

Relativamente à articulação de forças para a condução de operações de contra-guerrilha, a doutrina existente na época previa a divisão da Área de Responsabilidade por setores e a atribuição destes setores a forças (Figura 1). Estas, deveriam ser adaptadas à importância e dimensão física desses sectores, criando-se assim as “forças de quadrícula”, que realizavam missões não só defensivas, mas também ofensivas dentro dos mesmos, para garantirem “o estabelecimento de postos militares” a recolha de informações sobre as atividades do inimigo no sector, garantir a visibilidade, o contacto com as populações locais e garantir a “proteção de itinerários” (EME, 1966).

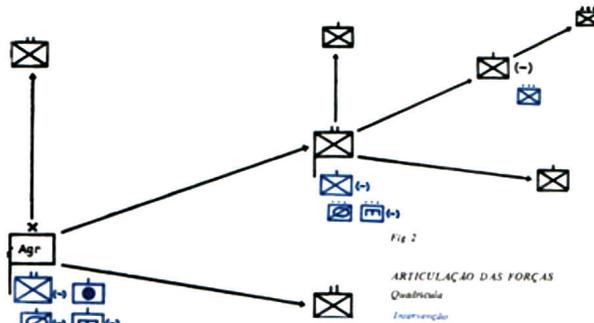


Figura 1- Articulação das Forças

Fonte: EME (1966).

A doutrina previa ainda, a criação de “forças de intervenção” (EME, 1966), para realizar ações de cariz ofensivo contra as guerrilhas, como a procura e aniquilamento das mesmas, eliminação dos seus santuários, evitando que as guerrilhas concentrassem efetivos, ganhassem moral e coesão e pudessem ganhar influência junto da população.

1.3. Tipologia de operações

1.3.1. Defesa de pontos sensíveis e Proteção de itinerários

A doutrina que existia contemplava a existência de um plano de fogos para defesa de pontos sensíveis, obrigando as forças a garantir a “limpeza” dos campos de observação.

Estava ainda previsto que, existindo unidades de Artilharia nos pontos sensíveis, estas unidades deveriam ter um conjunto de objetivos já previamente regulados junto dos itinerários para, a pedido, protegerem com fogos patrulhas e escoltas que utilizem esses itinerários.

O emprego de meios aéreos para acompanhar colunas de maior importância, com a finalidade de observar e informar possíveis ações do inimigo, mas também atacar “elementos rebeldes referenciados” (EME, 1966), está também previsto em apoio desta operação.

1.3.2. Patrulhamento

Dentro da tarefa de patrulhamento, uma das ações a desempenhar pode ser a batida, que necessita de um plano de fogos pormenorizado quer de mortei-

ros, Artilharia ou Força Aérea, estando estes elementos disponíveis e devidamente coordenado com a progressão das unidades (EME, 1966).

Os fogos podiam ser de:

Apoio das unidades de batida, sobre pontos onde seja provável existirem instalações rebeldes ocupadas, em especial onde o terreno ofereça melhores condições de resistência; Interdição, sobre os pontos de mais provável passagem de rebeldes em fuga, quer na periferia quer no interior da zona a limpar; Flagelação, bastante à frente das unidades de batida, para obrigar os rebeldes a movimentarem-se e, portanto, a revelarem-se.

EME (1966)

Para facilitar a coordenação durante a batida, independente da modalidade escolhida, é necessário que o primeiro escalão esteja sempre preparado para baliar a sua posição a pedido de aviões e helicópteros, evitando assim o fratricídio e facilitando o comando e controlo.

1.3.3. Nomadização

Segundo a doutrina de 1966, é uma das formas mais eficazes de contra-guerrilha, caracteriza-se por uma força realizar ações de combate contra rebeldes numa determinada área onde se sabe que a sua presença é constante, necessita de surpresa e por essa razão é difícil de ter um plano de fogos planeado, devendo, no entanto, ter meios de apoio aéreo destacados para ataque ao solo em caso de necessidade.

1.3.4. Limpeza de zona

Operação com a finalidade de “expulsar, aprisionar ou aniquilar” (EME, 1966) todos os elementos da guerrilha e seus simpatizantes, numa determinada área. Tem ainda a finalidade de destruir todas as instalações e meios de combate nessa mesma área.

Esta limpeza pode ser feita recorrendo à “batida” ou “cerco”. Em relação à “batida” esta operação requer um plano de fogos pré-planeado e coordenado com as unidades que participam na operação e onde devem ser materializados objetivos de apoio, terreno ou instalações rebeldes que ofereçam condições de resistência, objetivos de interdição e ainda possíveis pontos de passagem de rebeldes a limpar. Podem ainda existir objetivos de flagelação para obrigar os rebeldes a revelarem-se, estes objetivos estarão à frente das unidades que realizam a batida.

1.3.5. Cerco

O cerco era uma operação que consistia em envolver uma área onde se sabia existirem rebeldes e instalações de certa importância para os mesmos, para que estes não pudessem escapar nem serem ajudados do exterior dessa zona, atuando depois ofensivamente dentro da zona delimitada. Neste tipo de operação os fogos de interdição, quando observados de forma constante, podiam apoiar o cerco descontínuo, interditando pontos de passagem obrigatória e permitindo a poupança de recursos humanos na operação de cerco, facilitando o seu emprego na operação ofensiva dentro da área delimitada (Figura 2) (EME, 1966).

Fig 8

CERCO
 1 — Limite da zona a cercar. 2 — Coman-
 do. 3 — Unidades de cerco. 4 — Reservas.
 5 — Elemento de apoio.

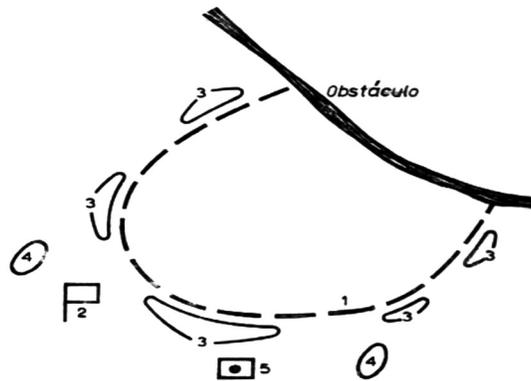


Figura 2— Cerco
 Fonte: EME (1966).

1.3.6 Limpeza de uma povoação

Quando um cerco é estabelecido à volta de uma povoação e no seu interior são levadas a cabo operações ofensivas contra elementos rebeldes e seus simpatizantes, com o intuito de capturar bem como, apreender documentos, armas, munições ou outros materiais. O uso de fogos de Artilharia ou de apoio aéreo facilitam o estabelecimento do cerco bem como contribuem para a neutralização de resistências que se opõem aos elementos de limpeza (Figura 3) (EME, 1966).

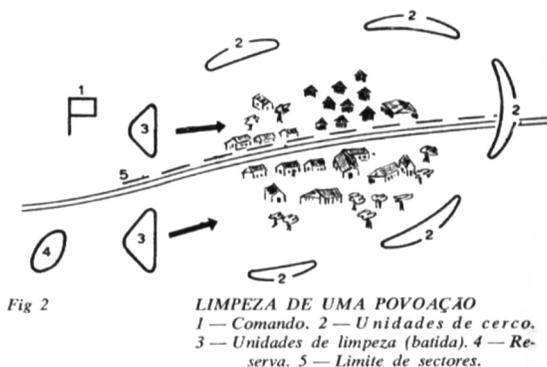


Figura 3 – Limpeza de uma povoação

Fonte: EME (1966).

1.3.7. Golpe de mão e Emboscada

Relativamente às operações de Golpe de Mão e Emboscada, apesar de a primeira consistir “num deslocamento efetuado no maior segredo até às proximidades do objetivo e num ataque fulminante a este” e o segundo “na instalação dissimulada de um dispositivo adequado, num local escolhido onde se detém e se ataca o inimigo” (EME, 1966). O apoio de fogos a estas operações é semelhante, sendo utilizados para isolar a zona impedindo o inimigo de retirar ou ser reforçado, necessitando obviamente de uma ligação entre a força de emboscada e a unidade que apoia com fogos indiretos.

1.3.8. Interdição de fronteira

As fronteiras internacionais eram áreas críticas, por nelas se infiltrarem pessoal e material em apoio das guerrilhas. As unidades de quadrícula que tinham no seu sector uma fronteira deviam ter planos de fogos, quer aéreos quer de Artilharia, preparados para criar insegurança nos rebeldes, flagelação, bem como fogos de interdição planeados para locais de possível passagem destes reabastecimentos das guerrilhas, contribuindo para a eficiência da interdição da fronteira.

2. DISPOSITIVO OPERACIONAL ENVOLVIDO

2.1. Artilharia de Campanha

“as granadas de Artilharia são muito temidas pelo povo e pelos guerrilheiros, pois nunca se sabe de onde vêm, nem a que horas chegam, do dia ou da noite;

nem como se defender delas, pois mesmo nos abrigos, as pessoas são atingidas” (COFI², 1970, p.32).

O facto da guerra no TO de Moçambique ter começado mais tarde, permitiu ao Exército Português, que já tinha a experiência anterior do TO de Angola, uma resposta imediata no que diz respeito a TTP, contra as crescentes ações militares da FRELIMO (Barata e Teixeira, 2004, cit. por Ribeiro et al., 2003).

Na década de 60 vivia-se neste TO um cenário de contra-guerrilha em que as nossas forças e meios se encontravam dispersos. Como tal, também a Artilharia sentiu a necessidade de adotar não só um novo tipo de dispositivo territorial, mais disperso pelo território, levando a que a tradicional organização em Grupos de Artilharia de Campanha não fosse viável, e à criação de unidades de menor escalão e com menor efetivo, mas com a preocupação de garantir algumas das missões próprias da Artilharia. Surgiram então, os Pelotões de Artilharia, compostos por duas ou três bocas-de-fogo, colocados em apoio a unidades de escalão Batalhão ou mesmo Companhia de Atiradores (Pires, 2011).

2.1.1. Implantação territorial e organização da Artilharia de Campanha

A distribuição das unidades de Artilharia no Teatro de Operações de Moçambique não se manteve fixa durante todo o período de guerra do Ultramar e como prova disso, apresentamos a Quadro 1 que mostra a evolução do número de unidades de Artilharia no TO de Moçambique desde fevereiro de 1961 até abril de 1974 (Ribeiro et al., 2003, p. XIV - 3).

Quadro 1 – Evolução do número de Unidades/Subunidades de Artilharia no TO de Moçambique

| Un/SubUn | Fev - 61 | Fev - 63 | Out - 64 | Jul - 65 | Dec - 67 | Dec - 68 | Jul - 70 | Jul - 73 | Abr - 74 |
|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Grupos Art | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Batarias Art | 4 | 5 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 |

Fonte: Elaborado a partir de Bacelar (2000)³.

Até 1963, o Exército Português apresentava a seguinte dispositivo no Teatro de Operações em Moçambique:

² COFI: Comando Operacional das Forças de Intervenção.

³ A Guerra em África 1961 – 1974. Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Universidade Portucalense Infante D Henrique, Anexo F, Pág. 200.

- Um Quartel-General (QG) da 4a Região Militar de Moçambique (RMM) em Lourenço Marques.
- Três Comandos Territoriais, cada um com uma unidade de Artilharia: Comando Territorial do Norte em Nampula; Um Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) em Nampula; Comando Territorial do Centro na Beira; Uma Bateria de Artilharia de Campanha (BAC) na Beira; Comando Territorial do Sul em Lourenço Marques; Uma Bateria de Artilharia de Campanha (BAC) em Lourenço Marques.

Nesta organização, as unidades de Artilharia de Campanha respondiam diretamente ao respetivo Comando Territorial e não havia nenhum órgão central responsável pela integração dos fogos.

A partir de 1970 é criado o Comando da Artilharia em que o Comandante da Artilharia em Moçambique era cumulativamente o Comandante do Grupo de Artilharia (Carvalho, 1983).

No que diz respeito aos aspetos técnicos e operacionais, o Comando da Artilharia tinha ação direta sobre todas as Unidades de Artilharia fechando-se o círculo no aspeto administrativo e logístico através do Comando de Grupo que era, a este nível, o responsável por todas as Unidades e Subunidades de Artilharia da Região: (Carvalho, 1983)

- Comando, na Ilha de Moçambique;
- BAI (Centro de Instrução de Artilharia/Bateria de Artilharia de Instrução), na Beira⁴;
- BCS (Bateria de Comando e Serviços), em Vila Barreto;
- 1.^a BAC (calibre 8,8cm em intervenção)⁵ Setor B;
- 2.^a BAC (calibres 8,8/14cm), em Mueda, com 11 Pelotões e duas bocas-de-fogo em reforço das Unidades estacionadas em Mueda, Nangololo, Miteda, Sagal, Diaca, Omar⁶, Nazombe, Nangade, Tartibo, Pundanhar, Nhica do Rovuma e Mocímboa do Rovuma;
- 3.^a BAC (calibre 8,8cm) em intervenção⁷;

Esta organização, permitia atribuir aos Batalhões de quadrícula e respetivas Companhias, Baterias de Artilharia ou Pelotões de Artilharia em Apoio Direto (A/D) conforme as necessidades, sendo todas estas subunidades de Artilharia provenientes do Grupo de Artilharia de Campanha de Moçambique. Nas operações

⁴ Foi transferido para Vila Barreto em meados de 1972.

⁵ Atuava normalmente no setor B (Cabo Delgado).

⁶ A três BF, móvel, destinado a “incursões” artilheiras.

⁷ Atuava no Setor F (Tete) e, normalmente, colaborava na defesa de Cahora Bassa.

em que participavam Companhias ou Grupos de Intervenção, o Comandante da Artilharia de Moçambique atribuía Baterias de Artilharia de Intervenção, como foi o caso da Operação “Nó Górdio” (Ribeiro et al., 2003; Amaral, 2016).

As Baterias de Artilharia de intervenção estavam na dependência direta do Grupo de Artilharia de Campanha de Moçambique de forma a serem atribuídas às unidades de intervenção em operações, conforme necessário. As Baterias e respetivos Pelotões de Artilharia em reforço às unidades de quadrícula, mantinham a dependência do GAC para questões técnicas, de manutenção e de instrução e eram utilizadas com vista à defesa das próprias unidades, apoio a operações específicas, resposta a ações Inimigas, etc (Ribeiro et al., 2003).

2.1.2. Meios de Artilharia empregues em Moçambique

Para falarmos sobre os meios de Artilharia usados no TO de Moçambique, convém recuarmos na História até ao início da Segunda Guerra Mundial, altura em que o Exército Português se encontrava numa fase de reorganização e em que houveram algumas inovações não só ao nível doutrinário, mas também ao nível do equipamento e armamento, sendo que o objetivo deste último era realizar o rearmamento do nosso Exército com a colaboração da Inglaterra (plano iniciado em 1935-1936). Contudo, a tensão nas relações anglo-lusas no auge da Guerra Civil de Espanha (1937), obrigou a que o rearmamento do Exército fosse feito sobretudo com material de origem Alemã (Telo, 2004, p. 113), sendo disso exemplo o Obus de 10,5cm oriundo das fábricas *Krupp* e *Rheinmetall*, bem como material de origem Italiana, como é o caso da Artilharia de Montanha (Obus M 7,5cm/18 m/940). Esta primeira fase de rearmamento manteve-se até ao ano de 1943, após o qual, como resultado da “neutralidade colaborante” de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial e das facilidades militares concedidas aos Ingleses no que concerne à utilização de bases nos Açores, se iniciou a segunda fase de rearmamento do Exército Português agora com material de origem britânica, sendo exemplo disso os Obuses de 8,8cm e 14cm e ainda as peças de Artilharia de calibre 11,4cm (Barata e Teixeira, 2004).

A Artilharia enviada para África foi sempre em pequenas quantidades e a escolha recaiu inicialmente nos obuses do tempo da Segunda Guerra Mundial, ou seja, nos obuses alemães de 10,5cm e nos ingleses de 8,8cm (25 libras), principalmente porque não existiam limitações políticas quanto ao seu uso (Barata e Teixeira, 2004, p. 476).

Embora os materiais acima referidos estivessem obsoletos, esta questão nunca foi limitativa do seu emprego neste tipo de conflito, garantindo sempre a defesa imediata dos estacionamentos, o apoio oportuno aos aquartelamentos ata-

cados e às forças em operações, a flagelação a zonas suspeitas ou confirmadas, a contrabataria e a neutralização de instalações e das forças oponentes, entre outras. Existiam, no entanto, dada a antiguidade dos materiais, dificuldades na substituição de peças e reabastecimento de sobressalentes (Ribeiro et al., 2003).

2.2. Força Aérea

A intervenção nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, ocorre pouco tempo depois dos meios aéreos existentes no Exército e na Marinha, serem unificados e designados como “Aeronáutica Militar”, criando-se o Ramo da Força Aérea em 1952 (Costa, 2004, p. 51; Fraga, 2001, p. 22). Desde a sua criação até ao despoletar do conflito em Moçambique, este ramo sofreu diversas alterações na sua organização, doutrina, implementação territorial, equipamentos e formação.

Em 1956 para organizar a implementação das infraestruturas necessárias às necessidades operacionais do território português, são definidas três Regiões Aéreas, tendo-se procedido ao estudo, preparação, envio de meios e implementação das unidades aéreas por decisão do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, o General Kaúlza de Arriaga (Costa, 2004, p. 56).

2.2.1. Implantação territorial e organização da Força Aérea em Moçambique

A implementação dos meios aéreos no Teatro de Operações de Moçambique, decorreu entre 1961 e 1963, teve a preocupação de criar uma malha que permitisse cobrir todo o território, aproximando os meios aéreos o máximo possível, dos locais onde decorriam as operações e de forma a poder apoiar a implementação e as operações das forças de quadrícula (Fraga, 2014, p 44; Costa, 2004, p 89).

Esta implementação iniciou-se com a instalação de meios aéreos de transporte, no aeroporto de Lourenço Marques e da Beira. Simultaneamente procedeu-se à implementação do sistema de comunicações e de ajudas rádio de apoio à navegação aérea, bem como ao melhoramento de aeroportos já existentes e construção de outros, de modo a materializar a cobertura de todo o território. Neste intervalo foi também possível receber aeronaves e proceder ao treino das tripulações nas missões de tiro ar-solo e na sua coordenação com as unidades do Exército, de modo a ser possível um apoio mínimo às operações que se vieram a iniciar no ano de 1964 (Fraga, 2004, pp 127-130).

Assim, em Moçambique foi edificada a Base Aérea (BA) n.º 10 - Beira, o Aeródromo Base (AB) n.º 5 - Nacala ligado aos Aeródromos de Manobra (AM) n.º 51 em Mueda e AM n.º 52 em Nampula; AB n.º 6 em Nova Freixo ligado ao AM n.º

61 em Vila Cabral e AM n.º 62 Marrupa; o AB n.º 7 em Tete ligado ao AM n.º 71 em Furancungo, AM n.º 72 em Chicoa e AM n.º 73 Mutarara; e o AB n.º 8 em Lourenço Marques.

2.2.2. Meios aéreos no apoio pelo fogo em Moçambique

Um dos meios destacados para Moçambique em 1962, foi o PV2 Harpoon, também utilizado em Angola, de origem americana e que havia sido submetido a um processo de conversão nas OGMA (Telo, 2004, p. 486), destacando-se nas missões de bombardeamento e reconhecimento em apoio às forças terrestres. Seguiram-se os aviões T-6G Texan, também de origem americana, que se vieram a constituir no avião mais numeroso do conflito ultramarino, quando em 1961 foram comprados a França, utilizados em missões de ataque ao solo e escoltas a colunas. Como não eram originários do programa de assistência dos EUA, não estavam limitados a serem utilizados apenas nas áreas de intervenção da NATO. Estes e os caças F-84G (Costa, 2013, p 76), os FIAT G-91 provenientes da RFA e os PV2 destacaram-se no cumprimento de missões de apoio pelo fogo e bombardeamento, bem como o helicóptero Alouette III equipado com um canhão de 20mm (heli-canhão). Nas missões de reconhecimento aéreo o T-6G foi muito utilizado até 1968, data a partir da qual passaram a ser utilizados os DO-27, grande parte obtidos como contrapartida pela utilização da Base Aérea de Beja pela RFA. De todos, os meios atrás referidos os que maior impacto tiveram na campanha de Moçambique, foram os helicópteros Alouette III, que chegaram em 1967, comprados à França por intermédio da África do Sul, tendo sido preponderantes no desequilíbrio das operações em favor das nossas forças, permitindo a retoma da iniciativa operacional, pela flexibilidade de emprego que vieram a providenciar ao Exército, cumprindo missões de helitransporte e ataque ao solo.

Os DO 27, os Auster e os Alouette III, eram ideais para operar em territórios onde as vias de comunicação eram praticamente inexistentes, podendo ser usados, entre outras missões, na vigilância de fronteira, Posto de Comando Aéreo, fotografia aérea e observação do tiro de Artilharia (Fraga, 2014. p. 134; Araújo, 2016).

3. O EMPREGO DOS FOGOS NAS OPERAÇÕES EM MOÇAMBIQUE

“A ação da Artilharia neste tipo de guerra é com certeza importantíssima e com numerosas e vastas aplicações [...] A rapidez com que a Artilharia se organizou em Moçambique foi impressionante se atendermos às dificuldades enfrentadas [...]”

General Kaulza de Arriaga (1987)

Os Fogos, na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1974), nas suas vertentes de fogos indiretos e apoio aéreo, na sequência do enquadramento apresentado anteriormente (antecedentes, dispositivo e doutrina), foram empregues pelas Forças Armadas Portuguesas da seguinte forma:

A AC, neste TO, teve dois períodos bastante distintos em termos de emprego, sendo o primeiro entre 1964 e 1969 e o segundo entre 1970 e 1974. Esta distinção deveu-se sobretudo às lições identificadas ao longo do tempo e à adoção, publicação e difusão das mesmas.

A ação da FA caracterizou-se por uma resposta sempre pronta às necessidades das forças apoiadas, adaptando facilmente o emprego do poder aéreo às ameaças, à evolução da situação, à manobra das forças terrestres e às alterações do seu dispositivo, assim como às capacidades específicas dos meios aéreos (Corbal, 2000, cit. por Ribeiro et al., 2003, pp. 251-254).

3.1. Implementação dos Fogos no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1969)

A AC na guerra de contraguerrilha, teve a sua atuação fortemente condicionada pela dispersão dos guerrilheiros, pelo fraco rigor das cartas topográficas, pelo mau estado ou inexistência de vias de comunicação necessárias para o deslocamento das unidades e dos equipamentos (Afonso e Gomes, 2000, p. 396), por questões de segurança nos deslocamentos e nas posições de tiro, e ainda pelas características próprias do terreno que limitavam a visibilidade para a deteção, localização de objetivos e regulação do tiro.

O In que se caracterizava por ser fluído e rápido, constituiu-se como um objetivo mal definido e por vezes não remunerador, fazendo com que a AC necessitasse de atuar com rapidez, precisão, de forma eficaz e eficiente (Costa, 1979, cit. por Ribeiro et al., 2003, pp. 258-259).

A primeira atuação da AC em Moçambique como Arma propriamente dita, data de 1965, com uma das três BAC do GAC de Nampula, no âmbito da Operação Água. Esta BAC (Obus 8,8 cm m/943) deslocou-se de Nampula para Mueda e teve

como missão apoiar os dois Batalhões de Caçadores envolvidos nas ações do planalto dos Macondes (Ribeiro et al., 2003. p. 261).

Este tipo de atuação e organização, aliado à falta de meios, demonstrou não ser o mais eficaz para este tipo de conflito, tendo-se optado então, conforme descrito anteriormente por dividir as baterias por pelotões de dois a três obuses cada, que estariam integrados numa unidade de quadrícula (Ribeiro et al., 2003. pp. 261-262).

Os PelArt apresentavam lacunas em recursos humanos (entre os quais, falta de subalternos do QP), meios de aquisição de objetivos e meios de direção do tiro, que se manifestavam na sua imprecisão. Tudo isto, aliado à falta de viaturas de tração, quase os transformava em «Artilharia de Sítio». Estes PelArt eram na generalidade comandados por oficiais milicianos, naturalmente inexperientes e não preparados tecnicamente. (Costa, 1979, cit. por Ribeiro et al., 2003, p. 258).

Um dos problemas que a Artilharia tinha ao apoiar operações móveis estava relacionado com o elevado risco decorrente do deslocamento entre posições o que levava a que este fosse preferencialmente feito em curtas distancias e sempre que possível com a escolta de um Pelotão de Infantaria, que posteriormente era empregue também na vigilância e segurança do perímetro da posição (Pinto, 1970).

O planeamento de fogos, fator fundamental, estava condicionado pela recolha de informações que se baseava essencialmente em dados recolhidos pela Força Aérea através dos seus reconhecimentos visuais, pela tropa de quadrícula e prisioneiros de guerra ou outros elementos que se apresentavam voluntariamente às NT. Devido a este fator, de falta de precisão na localização dos objetivos, a AC não conseguia executar fogos precisos resultando daí um consumo exagerado de munições sem que se obtivesse o resultado pretendido (Pinto, 1970, cit. por Pires, 2011, p. 38).

As técnicas de execução do tiro de Artilharia no início do conflito eram baseadas na doutrina vocacionada para um conflito convencional o que, somado aos problemas atrás referidos, dificultava fortemente a precisão e a celeridade do cálculo (Pires, 2011, pp. 39-40).

Dadas as características do TO e a tendência de o In combater em zonas densamente arborizadas, o emprego de um OAv no solo era pouco viável impossibilitando a regulação do tiro devido a falta de linha de vista sobre a zona de impactos. Outra condicionante estava relacionada com a não existência de uma frente de combate bem definida, que permitia que o In surgisse de qualquer direção, impossibilitando o pedido de apoio de Artilharia quando em proximidade com as NT (Costa, 2011, cit. por Pires, 2011, p. 41).

Perante as lacunas apresentadas, os comandantes das unidades apoiadas, não confiando na precisão das armas, muitas vezes não efetuavam pedidos de tiro nem incluíam o apoio da Artilharia no planeamento das suas operações, empregando as bocas-de-fogo apenas na defesa imediata dos estacionamentos onde estavam posicionadas e em flagelações sem objetivo definido (Costa, 1979, cit. por Ribeiro et al., 2003. pp. 258-259).

No caso da FA, a implantação duma estrutura de Comando e dum dispositivo aéreo com grande flexibilidade mostrou-se fundamental para o desenvolvimento das ações de cooperação e de apoio aéreo às forças de superfície, em particular do Exército (Corbal, 2000, cit. por Ribeiro et al., 2003, pp. 251-254).

A ausência de ameaça aérea e a reduzida expressão inicial da ameaça antiaérea, permitiram que a FA cobrisse praticamente todo o espectro de modalidades de ações aéreas de reconhecimento, fogo e transporte (Corbal, 2000, cit. por Ribeiro et al., 2003, pp. 251-254).

O Comando da 3.^a Região Aérea, para além de emanar as suas ordens, atribuía alguma autonomia em horas de voo, para coordenação das atividades da FA em apoio das missões das forças terrestres. Estas reuniões decorriam diariamente entre os comandos locais do Exército e da Força Aérea (Costa, 2013, p 59; Araújo, 2016).

Em termos de apoio de fogos às FT, o emprego de meios aéreos, quando disponíveis, era preferencial em detrimento do emprego dos meios de AC, dada a sua eficácia e capacidade de observação e regulação. No entanto em situações de defesa de aquartelamentos, era dada prioridade ao emprego dos meios de AC pela sua rapidez de resposta, tendo, quando disponível, o apoio dos meios aéreos para observação e regulação do tiro (Araújo, 2016; Reis, 2016).

3.2. A Evolução do emprego dos Fogos no Teatro e o “estado da arte” no final do conflito

Em 1970, fruto do desenvolvimento do conflito e da necessidade de conduzir operações de grande envergadura foi criado o Comando de Artilharia, (Carvalho, 1983, p.52) no sentido de mitigar lacunas, melhorar o emprego, a formação e o treino das unidades de Artilharia, sendo exemplo disso a formação no Centro de Instrução de Artilharia, na Beira, da BAC de intervenção.

O pessoal recrutado para estas Baterias era, na sua maioria do território de Moçambique e os instrutores eram militares de Artilharia já com experiência de Combate, o que facilitava a transmissão de técnicas e táticas atualizadas aos formandos, praças e graduados. Três destas Bateria foram empregues na operação Nó Górdio em 1970 e uma na operação Lancelote em 1971 em que neste caso, para

além do grupo de combate orgânico foi reforçada com mais dois, permitindo-lhe assim deslocar-se e apoiar a manobra de forma independente (Carvalho, 1983, p.81; Amaral, 2016).

A disseminação das melhores técnicas e táticas era também vital, pelo que o Comando da Artilharia publicou um guia de bolso denominado “Este é o teu Guia, Artilheiro de Moçambique” destinado aos graduados, onde estavam vertidos os conhecimentos técnicos obtidos da prática e experiências idênticas noutros TO, bem como dos artigos publicados em 1969 na Revista da Artilharia (Carvalho, 1983, p. 54).

Ao nível da FA, como já foi referido, existia autonomia ao nível local para coordenação e execução de operações diretamente com os Comandantes de Agrupamento ou de Companhia. Segundo o Gen Luís Araújo (2016), a ligação e coordenação entre o Exército e a Força Aérea era feita todos os dias, entre os comandantes dos sectores ou os comandantes dos sectores avançados e os elementos da FA, que posteriormente reportavam ao Comando Operacional. Mantinham ainda em permanência uma escala de alerta com uma tripulação e uma aeronave DO-27 e outra para os helicópteros.

Face à inexistência de doutrina na FA, a passagem de conhecimentos era feita de homem para homem, produto da experiência adquirida durante as operações, “das coisas que não vinham escritas nos livros, mas eram o resultado da necessidade de sobrevivência” (Araújo, 2016) sendo preponderante para o sucesso. A doutrina apenas começou a ser criada numa fase final da guerra e após o fim da mesma. Quando os novos pilotos chegavam ao TO, os mais velhos davam-lhes uma adaptação em Nampula. Esta prática teve a sua gênese na desproporção entre os elementos do QP e os Milicianos (Araújo, 2016).

Com o acesso das guerrilhas aos mísseis Strella a FA viu-se obrigada a implementar grandes alterações no apoio às FT. Estas alterações obrigaram essencialmente ao aumento do emprego dos helicópteros, que voam a altitudes mais baixas, bem como à reutilização dos T-6G, que emitiam menos calor que os Fiat evitando assim, serem detetados pelos mísseis. No entanto, o perfil de voo baixo, tornaram estas aeronaves, a par dos DO-27, mais vulneráveis às restantes armas antiaéreas. Missões tão essenciais para a manobra das FT como o reconhecimento visual, observação e regulação dos fogos e apoio pelo fogo deixaram de se poder fazer nos moldes habituais (Corbal, 2000, cit. por Ribeiro et al., 2003, pp. 251-254; Araújo, 2016).

Dada a doutrina do Exército criada para a Guerra Subversiva em 1966 e perante as adaptações e evoluções ao nível técnico e tático feitas no Teatro ao longo de toda a Guerra, o apoio de fogos nas vertentes de Artilharia de Campanha e apoio aéreo foi feito essencialmente nos moldes que a seguir se descrevem.

3.2.1. Proteção de Colunas

Os deslocamentos em Moçambique entre aquartelamentos, particularmente no Norte, eram extremamente morosos e perigosos devido ao terreno e à ameaça (Figura 4) (Amaral, 2016).



Figura 4 – Rebentamento de uma mina na picada de NANGOLOLO

Fonte: <http://bcac1891.blogspot.pt/2015/09/aquartelamentos-de-mocambique-cabo.html>.

A Artilharia podia conferir proteção efetuando tiros de flagelação para a frente da coluna, a uma distância segura, durante todo o movimento, a fim de dissuadir o In de montar bases de morteiro, de montar e comandar sistemas de minas comandadas, de sinalizar onde se encontrava a testa da coluna ou de proteger as secções mais avançadas contra o tiro de morteiro (Carvalho, 1983, p. 57).

“Em termos práticos a proteção artilheira a colunas e o trabalho de estradas evitou as flagelações ou consequências possíveis dessas flagelações”, (Carvalho, 1983, p. 65) no entanto, “quando existiam colunas logísticas estava previsto apoio aéreo, em alerta no solo. Havia em permanência meios aéreos em prontidão para sair e responder a alguma emboscada que acontecesse” (Figura 5) (Reis, 2016; Araújo, 2016).



Figura 5 – T6G armado para apoio pelo fogo

Fonte: <http://joaogil.planetaclix.pt/t6.htm>.

3.2.2. Defesa de Aquartelamentos

No caso do ataque aos aquartelamentos por morteiros ou canhões sem recuo por parte das forças inimigas, era responsabilidade da AC dar resposta. A fim de determinar a localização das posições inimigas atempadamente, foram adaptadas técnicas expeditas de localizar as forças atacantes e cálculo de elementos de tiro. O processo mais elementar consistia em efetuar tiro regressivo/progressivo na direção geral do ataque, desde/até ao alcance máximo da arma do inimigo sendo um processo rápido, mas pouco preciso. Mais tarde foi desenvolvido um processo mais preciso, mas mais moroso, a “prancheta contra-morteiro”, que consistia na determinação da origem dos disparos através da triangulação. O ideal era o emprego simultâneo dos dois métodos, em que uma boca-de-fogo respondia pelo método mais rápido, para negar ao inimigo o tempo necessário para regular o tiro e uma outra boca-de-fogo respondia pelo método mais preciso para obter melhores resultados (Carvalho, 1983).

No caso de Mueda, todos os dias era efetuado um reconhecimento aéreo ao fim da tarde, por volta das 16h30, antes do sol se pôr, conhecida como “hora Maconde” dado que era quando aconteciam a maioria das flagelações à Base. O objetivo era, com os Heli-canhões, identificar vestígios ou indícios de terem sido efetuados trabalhos de organização do terreno que pudessem indiciar a preparação de algum ataque (Figura 6) (Araújo, 2016).



Figura 6 – Pelotão de Artilharia do aquartelamento de Mueira

Fonte: <http://bcac1891.blogspot.pt/2015/09/aquartelamentos-de-mocambique-cabo.html>.

3.2.3. Interdição de Fronteiras

Para o apoio às forças de manobra na interdição de fronteiras, feita essencialmente na fronteira Norte, delimitada pelo rio Rovuma, os PelArt em reforço, neste caso equipados com obuses 14cm, com um alcance mais adequado a esta missão, utilizavam quadrículas elaboradas e difundidas pelo Comando da Bateria, para a definição de uma quadrícula comum, com um sistema de letras e algarismos para facilitar a referência de coordenadas (Figura 7).

uma grande extensão, a aeronave mais empregue nesta missão era o PV2, devido à sua maior autonomia.

3.2.4. Apoio a Operações Móveis

De forma a ultrapassar as dificuldades da imprecisão da topografia e da observação do tiro com recurso a um OAv terrestre, a solução passou pela utilização da observação aérea, aproveitando desta forma a superioridade aérea no TO. Assim, a observação do tiro passava a ser efetuada por um observador a bordo de um DO-27 ou helicóptero (Pires, 2011, pp. 41-42).

O emprego de técnicas expeditas para pontaria das bocas-de-fogo, materializando uma referência para o goniómetro bússola através do sobrevoo da posição pela aeronave do observador aéreo na direção do objetivo, sendo a mesma utilizada como Direção de Vigilância, permitiu colmatar a falta de controlo direcional e de elementos topográficos existentes no território (Carvalho, 1983, p. 54; Amaral, 2016).

A designação de objetivos para ataques aéreos pelo fogo ou para observação aérea do tiro de Artilharia num terreno densamente arborizado obrigavam à referenciação das NF através do uso de granadas de fumos, telas refletoras e guiamento radio, designando o In com recurso à direção cardinal e distância a partir dessa posição. No caso do tiro de Artilharia, eram utilizadas granadas de fumos para regulação do tiro (Afonso e Gomes, 1997; Araújo, 2016; Reis, 2016; Carvalho, 1983).

Quanto à falta de rapidez referida anteriormente no cálculo do tiro, adotaram-se métodos expeditos de cálculo do tiro, muitas vezes calculados pelo próprio Observador Aéreo, e recorreu-se a elementos de tiro pré-calculados no caso de objetivos planeados (Pinto, 1970, cit. por Pires, 2011, p. 40; Nunes, 2010, cit. por Pires, 2011, p. 40).

Na integração dos fogos, o PCT devia transmitir à FA o rumo e a flecha máxima das trajetórias (Carvalho, 1983, p. 138). Nas operações de maior envergadura, havia coordenação entre os meios aéreos e as unidades de artilharia para respeito dos tetos. No planeamento era também previsto o “Time Over Target”. Para além disso havia sempre contacto à voz, para fazer redundância de meios (Reis, 2016).

Eram também nomeados OAF nas operações de maior envergadura, como foi o caso da Nó Górdio. O OAF permanecia no PC das unidades de manobra, o que permitia efetuar adaptações e coordenações durante as operações (Pinto, 1970, cit. por Pires, 2011, p. 38).

No caso específico da Operação Nó Górdio, uma operação de “limpeza de zona” levada a cabo no Norte, o Comandante da Artilharia ficou diretamente subor-

dinado ao COFI, e teve à sua disposição três BAC. Duas foram atribuídas em A/D a dois dos Agrupamentos e a 3.ª BAC ficou inicialmente em A/C e posteriormente foi atribuída em A/D ao “Agrupamento IC” (Carvalho, 1983, pp. 334-337).

As três Baterias foram-se aproximando das bases inimigas mais importantes, a “Moçambique”, a “Nampula” e a “Gungunhana” imediatamente atrás das máquinas de engenharia que abriam caminhos por antigas picadas, para evitar as minas disseminadas pelos itinerários mais utilizados (Carvalho, 1983, p. 337; Amaral, 2016).

Foram atribuídas aeronaves para a observação aérea do tiro e foi feito um planeamento de fogos exaustivo com base em reconhecimentos aéreos que precederam a operação. O plano incluía o bloco de numeração de objetivos, transparente de objetivos, posições a ocupar e os respetivos objetivos a bater. Os reconhecimentos aéreos foram fortemente condicionados pela forte vegetação que cobria toda a área, no entanto, a localização de pelo menos um dos objetivos era clara, o “morro da antiaérea” junto da Base Gungunhana (Amaral, 2016).

Havia informações de que a base Memba, Moçambique e Gungunhana tinham antiaérea de calibre 12,7mm e de 14,5 mm. No caso das bases Gungunhana e Moçambique a ameaça antiaérea era considerável (Reis, 2016).

Assim, no caso particular da 1.ª BAC, o objetivo principal era o “morro da antiaérea” junto à Base Gungunhana, de forma a garantir a liberdade de ação aos meios aéreos (Amaral, 2016).

Após a concentração precisa de fogos da 1.ª BAC sobre o “morro da antiaérea”, não houve mais flagelações sobre as nossas tropas, a Base foi abandonada pelo In, tendo deixado para trás toneladas de equipamento, armamento e munições (Amaral, 2016).

No caso da Base Moçambique, o assalto feito imediatamente após a execução da concentração de fogos de Artilharia, permitiu explorar a surpresa provocada pelo bombardeamento. Verificou-se também que no caso da ação sobre o “CÍRCULO NARINO”, a execução de fogos de Artilharia de “deceção”, para um objetivo longe do local onde foi logo de seguida desencadeado um heli-assalto permitiu atingir um elevado grau de surpresa (Carvalho, 1983, p. 349).

“As atuações da Artilharia no apoio a operações contra Bases In revelaram-se extraordinariamente eficazes, principalmente nas operações ‘NÓ GÓRDIO’ em julho de 1970, “LANCELOTE” em julho de 1971, “BANZÉ” em novembro de 1971 e “LINDA” em julho de 1972” (Carvalho, 1983, p. 140).

O emprego de meios aéreos para a operação Nó Górdio recebeu o nome de código “SANTUÁRIO”. O Aeródromo de Manobra 51 (AM 51) foi reforçado passando a dispor, entre outras, de aeronaves T-6G, DO-27, FIAT G-91 e Alouette III.

O apoio aéreo compreendeu inicialmente, ações de ataque ao solo sobre objetivos referenciados no exterior do núcleo central, com a finalidade de confundir os guerrilheiros sobre os verdadeiros objetivos das NT e ao longo da operação compreendeu ações de apoio aéreo próximo (Gomes, 2002).

No heli-assalto, havia um bombardeamento pré planejado, feito pelos meios aéreos, normalmente pelos Fiat. Para aproveitar o efeito supressivo do bombardeamento, os helicópteros tinham de estar a colocar os homens no terreno no momento do “fumo das bombas” dos Fiat. Os Fiat depois do bombardeamento subiam e/ou ficavam a aguardar para entrarem com rockets ou então eram rendidos no local por outra parelha. Para tal ser possível era necessário ter disponíveis três parelhas de Fiat. Era também preponderante que os homens fossem colocados “no fumo das bombas” já com o heli-canhão a fazer a proteção em redor do objetivo enquanto outro heli-canhão, numa órbita exterior ao primeiro, garantia a proteção dos helicópteros contra ameaças antiaéreas (Araújo, 2016).

CONCLUSÕES

Com base na análise documental e nos estudos de caso efetuados concluímos que, perante um oponente completamente distinto ao que a doutrina militar convencional compreendia, Portugal elaborou os seus manuais tendo em conta os princípios doutrinários da guerra contra subversiva e de contraguerrilha de outros países europeus que haviam estado envolvidos em conflitos deste tipo.

No volume II do manual, *O Exército na Guerra Subversiva*, de 1966, vemos perfeitamente delineado o conceito de emprego das forças neste tipo de guerra e conforme o tipo de operação qual o papel da Artilharia e do apoio aéreo ofensivo.

Da necessidade de garantir a presença de forças em todo o território e da natureza da ameaça, surge neste manual o conceito de forças de quadrícula e, no caso da AC, o seu fracionamento, permitindo a atribuição às forças de quadrícula de subunidades de AC em A/D a fim de garantir o apoio de fogos adequado às ações desenvolvidas por estas forças, à proteção dos aquartelamentos e à proteção das colunas nos deslocamentos dentro dos respetivos setores.

Da necessidade de manter a iniciativa e de efetuar operações decisivas aparece o conceito de forças de intervenção para as quais, estavam previstas subunidades de AC de intervenção a serem integradas nos Agrupamentos de Intervenção.

A doutrina do Exército também estipulava qual a tipologia de operações a serem executadas e quais os respetivos tipos de fogos de AC e de meios aéreos que podiam ser executados em apoio das forças, dos quais destacamos os fogos de des-

truição, neutralização flagelação, interdição e de decepção. Esta doutrina, ao nível conceptual, permitia enquadrar o apoio de fogos de AC e o apoio aéreo pelo fogo.

No caso da FA, concluímos que esta não produziu doutrina específica para se adaptar ao conflito. No entanto, a passagem de conhecimentos entre os militares permitiu mitigar esta lacuna e desenvolver TTP com o objetivo de apoiar de forma adequada as FT.

A organização dos meios de apoio de fogos no Teatro, tanto no caso da AC, como nos meios aéreos foi feita com base numa implantação por todo o território, junto das forças apoiadas, o que facilitava o planeamento e coordenação das operações aos mais baixos escalões, bem como uma rápida capacidade de resposta às necessidades de apoio de fogos.

De forma análoga, também as características dos meios de apoio de fogos existentes, apesar das limitações, eram suficientes para satisfazer as necessidades de apoio de fogos neste TO, tendo influencia nos combates em favor das NT.

O grande raio de ação, velocidade e poder de fogo dos meios aéreos permitia apoiar as forças no terreno em diferentes tipos de operações militares, complementando os meios de apoio de fogos do Exército, sempre que estes não tinham mobilidade suficiente para acompanhar a manobra.

Os fogos foram empregues na defesa de estacionamentos e aquartelamentos, através do emprego da AC integrada nas forças de quadrícula, na defesa de colunas através do emprego da AC a partir dos estacionamentos ou integradas nas próprias colunas ou através do emprego de meios aéreos. No caso do apoio às operações móveis, este era o mais significativo, sendo muitas vezes decisivo na condução das operações. No caso da AC, embora raramente empregue neste tipo de operações, teve um papel essencial no apoio a operações de grande envergadura. Os meios aéreos, pelo seu poder de fogo e versatilidade, demonstraram ser o meio mais adequado no apoio às forças de intervenção, sendo cruciais para a obtenção da surpresa.

A evolução do conflito, a natureza da ameaça e consequentes lições aprendidas, levaram a uma constante adaptação da doutrina, tendo a mesma, tido implicações ao nível tático através da criação de TTP que permitiram ultrapassar as dificuldades inerentes a um inimigo que se movimentava livremente pelo TO e para o qual as NT não estavam inicialmente preparadas para combater.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 1997. *Guerra Colonial, Angola – Guiné – Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Amaral, T., 2016. *A Artilharia de Campanha no TO de Moçambique* [Entrevista] (09 Junho 2016).
- Anon., 1998. *Ex-OGMA*. [Em Linha] Disponível em: <http://ex-ogma.blogspot.pt/2006/05/t-6-harvard-snj_18.html> [Consult. em 04 de abril de 2015].
- Anon., 2016. *Dreamstime*. [Em Linha] Disponível em: <<https://pt.dreamstime.com/ilustrao-stock-mapa-administrativo-de-moambique-image47477192>> [Consult. em 1 de maio de 2016].
- Araújo, L., 2016. *O Apoio Aéreo pelo Fogo no TO de Moçambique* [Entrevista] (15 Maio 2016).
- Arriaga, K., 1987. *Guerra e politica - em nome da verdade - os anos decisivos*. Amadora: Editora Referendo.
- Barata, M. e Teixeira, N., 2004. *Nova história militar de Portugal - Volume 4*. 1.^a ed. Casais de Mem Martins: Circulo de Leitores.
- Carvalho, D. d., 1983. A Artilharia em Moçambique de 1963 a 1974. Operação Lancelote. *Revista de Artilharia*.
- Comando Operacional das Forças de Intervenção, 1970. *Ordem de Operações nº 02/70 - Operação “Nó Górdio”, Comando Operacional das Forças de Intervenção*, Mueda: (Arquivado no Arquivo Histórico Militar).
- Costa, P., 2011. *O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África. (I. P. Pires, Entrevistador)*. [Entrevista] (01 Agosto 2011).
- Couto, A., 1999. A OTAN e a Modernização do Exército. *Jornal do Exército*, Volume 472.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva*. 1.^a ed. Lisboa: Ministério do Exército.
- Faria, C., 2016. *Entrevista* [Entrevista] (18 Maio 2016).
- Fraga, L. A., 2004. *A Força Aérea na Guerra em África – Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Prefácio.
- Gomes, C., 2002. *Moçambique (1970) Operação Nó Górdio*. Lisboa: Prefácio.
- Pinto, M., 1970. A Nossa Artilharia de Campanha na Contra-guerrilha. *Revista de Artilharia*, pp. 109-132.
- Pires, I., 2011. *O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África, Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.

- Rádio Televisão Portuguesa 1, 2010. *Youtube*. [Em Linha] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d0pLOTym3tQ>> [Acedido em 2 de fevereiro de 2016].
- Reis, C., 2016. *O Apoio Aéreo Pelo Fogo no TO de Moçambique* [Entrevista] (16 Junho 2016).
- Ribeiro, C. et.al., 2004. *As campanhas em Moçambique, durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa, IAEM.
- Silva, A., 1964. A Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*, Janeiro-Fevereiro, pp. 309-326.
- Telo, A., 2004. *Ultramar 1961-74*. Lisboa: Gradiva.

SECÇÃO VIII

A PROTEÇÃO

A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP INF Amílcar Dias Fernandes
CAP ENG Sílvia Esmeralda Joanaz D'assunção Dias
CAP ENG Pedro Alexandre Gaspar De Campos Leal
CAP ART Luís Manuel Coelho Fernandes
CAP MAT Manuel José Silva Neves Morgado

Orientador

MAJ ENG Alexandre Mendes Rodrigues

Esta secção pretende analisar a função de combate Proteção, na Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, durante o período de 1964 a 1975, uma vez que se enquadra no contexto de estudo da história militar contemporânea portuguesa, nas campanhas de África e assume especial relevância porque permite compreender os condicionalismos, à condução desses combates de baixa intensidade durante 11 anos e como foram superadas as dificuldades no que concerne à função de combate proteção.

Para a Guerra de África, Portugal mobilizou para o esforço de guerra no TO, nas regiões de Angola, Guiné e Moçambique, mais de 150 mil militares portugueses de uma geração que segundo o Tenente-General Adelino Rodrigues Coelho, “Foi uma geração imensamente disponível, batalhadora, dividida, na ditadura e na democracia, na guerra e na paz, e hoje talvez continue a ser isso tudo, só que com mais amargura e desencanto” (2013, p. 576).

No TO de Moçambique, as forças militares portuguesas encontraram um inimigo com uma estrutura e conceito político definida¹, que efetuou uma preparação antecipada e adequada no que concerne ao planeamento², preparação militar³, atividade diplomática e de informação para a luta armada⁴. As suas operações mili-

¹ Luta contra o colonialismo português até à independência.

² Após a constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foram definidos os seguintes objetivos imediatos: “consolidação do movimento; a preparação para a guerra; a mobilização das populações e a educação política de forma a chamar a atenção da necessidade de lutar contra a opressão colonial; e a atividade diplomática através da aplicação de uma política externa de solidariedade e cooperação com todos os povos, governos e organizações anticolonialistas e antifascistas.”

³ A FRELIMO, criou um exercito, garantindo formação e treino, enviou inicialmente grupos de milhares para a Argélia, seguido para a Republica Popular da China e União Soviética a fim de terem treino militar e criou campos de treino político-militares no Kongwa, Songea e Nachingwea.

⁴ “objetivo de quebrar o silêncio existente à volta de Moçambique, desmascarar os mitos da

tares baseavam-se em ações de guerrilha, a denominada guerra subversiva, onde a população era a “espinha dorsal da luta armada”, tendo obtido o apoio de diversas solidariedades internacionais⁵ (Souto, 2007, p. 205-208).

As Forças Armadas estavam apenas preparadas para a eventualidade de uma guerra convencional, contudo a experiência adquirida no TO de Angola, contribuiu para a condução das operações.

A doutrina militar portuguesa de contraguerrilha e contrassubversão começou a desenvolver-se a partir de 1961, através de princípios doutrinários adaptados, com base nas Forças Armadas de países europeus envolvidos em conflitos nas suas províncias ultramarinas e observadores à Guerra da Argélia, sendo editadas as publicações em 1961 e 1962, “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades” e “Apoio das Autoridades Civas”, e cinco volumes elaborados em 1966 designados de “O Exército na Guerra Subversiva” (Coelho, 2013, p. 578).

De acordo com a doutrina em vigor no Exército Português, a função de combate Proteção é uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças, que inclui as seguintes tarefas: Defesa antiaérea, Recolha de pessoal, Proteção de informação, Medidas para evitar o fratricídio, Segurança de área, Antiterrorismo, Sobrevivência, Proteção sanitária, Operações de defesa Nuclear Biológica Química e Radioativa, Prevenção de acidentes, Segurança das operações e Inativação de engenhos explosivos, as quais serviram de base para a realização desta secção.

O objeto da secção são as ações de Proteção do Exército Português utilizadas no período de 1964-1975, na Campanha Militar no TO em Moçambique, delimitando o estudo ao nível tático, nomeadamente nas seguintes áreas específicas: defesa antiaérea, proteção de informação, sobrevivência, proteção sanitária, segurança de operações e a inativação de engenhos explosivos. Assim, visa compreender e avaliar a Proteção na Campanha Militar no TO em Moçambique. Para tal, pretende-se: analisar a forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra; analisar a Proteção no Dispositivo de Forças destacado para o TO de Moçambique; analisar as operações mais importantes quanto aos meios, tempo,

colonização portuguesa, mobilizar a opinião pública a favor da luta, obter apoio material e isolar Portugal”.

⁵ A solidariedade internacional foi fundamental para o desenvolvimento da luta arma. A FRELIMO obteve apoio político nas Assembleias das Nações Unidas (NU) e da Organização das Nações Unidas (OUA). Da Republica da China, União Soviética e Cuba recebeu apoio material de guerra, treino e/ou envio de instrutores para treino dos guerrilheiros. Dos países nórdicos recebeu apoio político e financeiro, em medicamentos, roupas e outros artigos. Na década de 1970, Japão, EUA, Canadá, Alemanha Federal, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Itália entre outros divulgaram a luta de libertação da FRELIMO através de palestras e conferencias.

tipologia e desfecho no contexto da Proteção; e avaliar os impactos da Proteção no estado final da Campanha.

Esta secção está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra. No segundo capítulo são identificadas as forças empregues, sua estrutura e meios das forças envolvidas. No terceiro capítulo são descritas as tarefas da função de combate Proteção, nas diversas operações do TO de Moçambique utilizadas na referida época. No quarto capítulo são identificadas as principais consequências do emprego das medidas de proteção no desfecho da campanha. Por último são apresentadas as conclusões.

1. A AÇÃO MILITAR E A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E CONCEPTUAL NO PERÍODO EM ANÁLISE

Apesar das dificuldades, o que o Exército fez ao longo das várias campanhas em que se viu envolvido, só foi possível devido ao esforço conjugado da defesa e do desenvolvimento, pela articulação das vontades de todas as autoridades empenhadas no território em luta, pela fidelidade da maioria das populações, que permaneceram ao nosso lado e, sobretudo, pela superior qualidade do soldado Português que, na sua, rusticidade, simplicidade e humanidade, suportou extremos sacrifícios e se bateu sempre com grande valor e dignidade.

IAEM (2002/04, p. 25)

Neste capítulo será abordado a forma como o poder Português respondeu às diferentes alterações do dispositivo e as subsequentes adaptações resultantes da luta subversiva no TO de Moçambique. Salienta-se o esforço desencadeado em operações de afirmação/ imposição da soberania que envolveu um considerável número de recursos (humanos e materiais), durante dez anos de guerra. Toda esta dinâmica de alterações, de adaptações e de condução de operações foi acompanhado de uma doutrina base que se foi criando e aprimorando.

“O objetivo das Forças Armadas era o garante da liberdade de ação política, governativa e administrativa. Para o General Augusto dos Santos, os militares estavam no território para manter a ordem e permitir que as populações, brancas e negras, trabalhassem tranquilamente.” (Garcia, 2003, p. 176).

A revogação do Ato Colonial de 1951 consumou “a derrota dos ideólogos da descentralização e impondo o integracionismo como doutrina oficial do Estado Português. Portugal e os territórios ultramarinos formavam um Estado uno e indivisível, dotado de um só direito e estrutura administrativa, fortemente centralizada em Lisboa” (Antunes, 1990, p. 52). A Lei Orgânica do Ultramar Português

surge então em 1953, seguida de um novo Estatuto dos Indígenas Portugueses (abolido em 1961) das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique, em 1954. Um ano depois, foram promulgados os Estatutos específicos para cada um dos estados ultramarinos (Moreira, 1957, p. 366). Em virtude da crise política de 1958, das pressões internas e externas à política colonial forçaram o Governo a efetuar reformas, das quais se destaca, o alargamento dos quadros, uma maior dispersão de unidades pelos territórios (para fazer face ao inimigo interno como também aos países vizinhos que se tornaram independentes), o estudo e a criação de um novo tipo de Unidades (Unidades de Choques) e de táticas (ação de quadrícula e de intervenção) (Figura 1).



Figura 1 – Mapa do território de Moçambique

Fonte: Afonso e Gomes (2001, p. 118).

As alterações no dispositivo foram evoluindo de acordo com os avanços concretos e as ações da FRELIMO. Da reorganização territorial resultou a divisão de Moçambique em três Comandos Territoriais (Norte, Centro e Sul), onde se sobrepunha uma quadrícula, tendo o Batalhão como unidade base. Este dispositivo de quadrícula permitia efetuar ações de nomadização, de patrulhamento, de prote-

ção de itinerários, ações psicológicas, de apoio e controlo das populações (incluindo a redução do domínio da subversão sobre estas) (Figura 2).



Figura 2 – Organização das regiões militares no TO Moçambique

Fonte: IAEM (1999/2001).

Em 1965, a FRELIMO, aumenta a sua atividade no distrito do Niassa, em virtude da quase ausência de população não negra, das comunicações deficientes, dos meios militares escassos, possibilitando a liberdade de ação, o domínio das populações autóctones e permitindo a sua progressão para sul em direção ao Zambeze. É então estabelecida a Zona de Intervenção Norte (ZIN), com comando próprio, que coordenava com os Governadores de distrito as ações militares e outras a executar. A ZIN estava dividida em sectores, onde eram operados os Centros Conjuntos de Operações que visavam rentabilizar os meios e maximizar a colaboração entre as autoridades civis e os militares. No entanto, em 1967 é extinto, e o dispositivo militar da ZIN é seccionado em cinco sectores (efetivo de 17 Unidade Escalão Batalhão (UEB)). Nesta fase, em que o Comandante Militar era o General Paiva Brandão, procura-se garantir liberdade de circulação do caminho-de-ferro até Catur, de modo a dar apoio logístico e manter afastada a subversão a Norte. A Frelimo melhora a sua atuação, para além de flagelar e colocar minas nos itinerários, infiltra elementos reinstruídos, que revelam ser mais aguerridos e melhor comandados⁶. Para fazer

⁶ Desde o desencadear dos acontecimentos, em setembro de 1964, a percentagem de ações contra as forças militares aumentaram constantemente (22% em 1964, 52% em 1965 e 61% em 1966). Esta

face a este avanço há um aperfeiçoamento da atividade das informações e da presença militar e policial junto da população, bem como da atitude e do tratamento das mesmas. Mas não é suficiente e em março de 1968, em virtude de indícios de luta armada no distrito de Tete, são efetuadas novas alterações ao dispositivo neste sector, passando de dois batalhões e duas companhias para três batalhões e mais algumas companhias, que, no entanto, se tornaram insuficientes para fazer face às intervenções armadas que atingiram grande profundidade (dificultando o reabastecimento e a ligação com a retaguarda). Nesta altura, supõem-se que a Frelimo teria 12 500 homens, entre 15 a 20 UEB ou destacamentos de guerrilheiros e, ainda, 1 800 000 pessoas organizadas em cooperativas (contribuíam para o plano de desenvolvimento das aldeias).

As medidas contra subversivas adotadas tinham como intuito impedir o alastramento das atividades subversivas, para tal eram efetuadas atividades de vigilância e de controlo de áreas ainda não sublevadas, evitava-se o isolamento de parcelas de território e garantia-se a segurança dos centros/ regiões que possuíam atividades básicas e elementos fundamentais de infraestrutura económica, ação psicossocial e apoio à população. “Além disso a contrassubversão levava ainda a cabo ações de interdição de fronteira, estando previsto o emprego das Forças de Intervenção em qualquer ponto do território e em qualquer momento” (Garcia, 2003, p. 186).

Em 1969, face à evolução subversiva, houve necessidade de alterar as estruturas de Comando portuguesas, de modo a adaptar o emprego dos meios militares e a implementar um esforço conjunto entre os Comandos Militares e as autoridades administrativas. Com o Decreto-lei n.º 49107 de 07 de julho de 1969, as Forças Armadas são estruturadas em “*Províncias Ultramarinas*” que tinham como missão a execução de operações militares para manter a soberania nacional e a ordem pública, quando ameaçadas. As forças foram organizadas em guarnição normal, de caráter permanente e organizada à base do recrutamento local (exceção, quadros e especialistas) e em guarnição de reforço, que só interviria, caso a primeira não fosse suficiente para garantir a segurança na área de responsabilidade. Foi ainda criado o Comando Operacional das Forças Intervenção (COFI), responsável pelas operações de grande envergadura.

Em 1970, o efetivo da ZIN é alterado para 15 batalhões e em Tete, em virtude da construção da barragem, este sector é separado do Comando Territorial

situação era interpretada pelo comando português como reveladora do “progressivo aumento do estado de aliciamento e do grau de apoio conferido pelas populações nas áreas de subversão violenta” (Garcia, 2003, p.185).

Centro (CTC) e organizado em quatro subsectores de Batalhão. Com o evoluir da situação subversiva, caracterizada essencialmente por uma forte ação psicológica, no distrito de Cabo Delgado, o esforço português, inicialmente defensivo e depois contraofensivo, culmina em duas grandes operações, a “Fronteira”⁷ e o “Nó Górdio”⁸. Originando esta última, “segundo Silva Cunha, o efeito de um murro num ninho de vespas” (Garcia, 2003, p. 191), passando a Frelimo a estar em permanente ofensiva. A Frelimo, aproveitando o esforço português nas operações acima mencionadas, orientou as suas ações para o distrito de Tete e avançou em direção a sul, deixando um mínimo de forças em Cabo Delgado. Tete apenas estava guarnecida com uma quadrícula ténue, o que permitiu a passagem para sul do Zambeze. Após a operação “Nó Górdio” (01 de julho a 06 de agosto), o distrito de Tete é reforçado com unidades de intervenção.

A Frelimo, em 1971, orienta o seu esforço para a barragem de Tete, é então efetuada nova reestruturação e o setor do Tete passa a denominar-se por Zona de Operacional de Tete (ZOT), dividida em três setores. No entanto, em 1972, a Frelimo continua a acentuar o esforço em Tete e como resposta, as medidas de contrassubversão são reforçadas, sendo atribuído ao COFI a segurança do transporte de cargas críticas destinadas às obras de aproveitamento hidroelétrico de Cahora Bassa.

Em 1973, o dispositivo na ZIN, volta a ser alterado, agora para quatro setores, mantendo-se o efetivo de 17 UEB. Foi criado o Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa (CODCB), no Tete, e o Comando Geral dos Grupos Especiais (CGGE) para fazer face ao agravar da situação a norte do CTC (também reforçado pelo COFI). No entanto, e para impedir os avanços para sul são estabelecidos novos sectores, que alteram o dispositivo da ZOT novamente. São implementadas/ reforçadas mais medidas com os seguintes objetivos: interdição de fronteiras, redução da implantação da subversão, aniquilamento do inimigo, destruição dos seus meios de subsistência, impedir da sua expansão para sul, segurança dos trabalhos de engenharia em curso e apoio do reordenamento das populações. Quanto a Cabo Delgado pretendia-se proteger a operação “Fronteira”, relativamente a Tete, sul dos rios Luenha e Zambeze o objetivo é garantir a segurança da construção da

⁷ “A operação “Fronteira”, que durou até ao final da guerra, caracterizava-se por medidas militares orientadas para a interdição da faixa da fronteira Norte, medidas socioeconómicas sobre as populações” (Garcia, 2003, p. 191).

⁸ “Comandante-Chefe, em mensagem às forças, especificava-lhes a missão: “Destroçar o in que, armado, pretende dominar a região; libertar as populações escravizadas; restabelecer a ordem e a paz” (Garcia, 2003, p. 191).

linha de transporte de energia Cahora Bassa e o transporte das cargas críticas para a barragem.

O dispositivo do Exército Português, em 1974, era constituído por 31 Batalhões, 128 Companhias tipo caçadores, um Batalhão de Comandos, um Grupo de Artilharia, três Esquadrões de Cavalaria, 81 Grupos Especiais (GE), 12 Grupos Especiais de Paraquedistas GEP, cinco Companhias de Polícia Militar e uma Companhia de Morteiros, de Engenharia havia um Agrupamento, um Batalhão e sete Companhias e dois Destacamentos.

Nesta altura, dada a situação a sul dos rios Luenha e Zambeze e os objetivos previsíveis da Frelimo, foi necessário reforçar o Comando Territorial Sul (CTS), inicialmente na remodelação do seu dispositivo de forças e depois com o reforço de 13 grupos de instrução. No entanto, não deixaram de sofrer as tradicionais flagelações e ações sobre as vias de comunicação, originando problemas políticos, económicos e psicossociais junto das populações.

A doutrina que serviu de base e preparação para o conflito, foram em parte desenvolvidas durante os anos cinquenta, tendo sido adotadas ao longo dos anos de guerra pelo poder português. Em 1959, foram enviados oficiais para a Argélia como intuito de recolherem conhecimentos e experiências. Neste contexto e para fazer face ao novo tipo de guerra que se travava nos territórios ultramarinos que é criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, vocacionado para preparar tropas na luta de contraguerrilha, na ação psicológica e nas operações especiais (ministrava formação similar à do Curso de Operações Especiais e do Estágio de Contrainsurreição). Surge, assim em 1963, *“O Exército na Guerra Subversiva”*⁹, que regulamentava uma doutrina tática de contrassubversão, mesmo que incipiente. É criada a *“Comissão de Estudos das Campanhas de África (1961-1974)”* do Estado-Maior do Exército (EME)¹⁰, e o CIOE, a Academia Militar (AM) e o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) editam publicações cada vez mais congruentes.

⁹ Composto por cinco volumes: Generalidades, Operações Contrabandos Armados e Guerrilhas, Ação Psicológica, apoio às Autoridades Cíveis, Administração e Logística.

¹⁰ Estabelece quatro períodos de desenvolvimento da doutrina: 1958-60, contacto com as doutrinas; 1961-63, aplicação experimental da doutrina em Angola; 1964-66, aperfeiçoamento da doutrina; 1967-74, consolidação da doutrina.

2. FORÇAS ENVOLVIDAS

Neste capítulo faz-se uma análise das forças empenhadas no TO Moçambique do ponto de vista da organização e dos meios empregues.

2.1. Forças a empregar

O presente subcapítulo aborda a temática das forças envolvidas em tarefas no âmbito da proteção no TO de Moçambique. “A companhia de caçadores, com cerca de 170 homens organizados em quatro grupos de combate, foi do lado português, a unidade básica da guerra” (Afonso e Gomes, 2001, p. 15).

“Conhecidas as características e as formas de atuar das guerrilhas, torna-se evidente que a tática convencional terá de ser modificada de maneira a fazer face aos aspetos irregulares que as operações contra elas necessariamente apresentarão.” (EME, 1963, p. 3).

No interior do Exército, o esforço foi distribuído pelas várias Armas que o constituem (...), incidindo o maior peso sobre as forças mais baratas e de menores exigências técnicas – a infantaria –, enquanto as unidades das armas mais caras e de maior complexidade – a cavalaria, a artilharia, a engenharia e as transmissões – eram utilizadas de acordo com as possibilidades e não com as necessidades.

Afonso e Gomes (2001, p. 85)

As limitações financeiras, políticas e tecnológicas, não contribuíram para a melhoria dos equipamentos que permitissem uma proteção da força mais adequada (Afonso e Gomes, 2001, p. 85).

“Idem.”. “As unidades básicas da Infantaria para as operações contrabandados armados e guerrilhas são a Companhia e o Batalhão de Caçadores.” (EME, 1963, p. 8).

A Cavalaria cumpria tarefas orientadas para o reconhecimento dispondo para isso de viaturas blindadas particularmente adaptadas a tarefas de abertura de itinerários, de escoltas a colunas de viaturas e de interdição a zonas ou pontos críticos. Os esquadrões de reconhecimento eram compostos por três pelotões dispondo cada um de duas autometralhadoras e uma viatura blindada de transporte de tropas (Afonso e Gomes, 2001, pp. 393-394).

Neste TO, a ação da Artilharia, foi fortemente condicionada pela dispersão do inimigo, pela incorreção das cartas topográficas e pela deficiente infraestrutura relativa às vias de comunicação, tendo sido utilizada mais como infantaria e apenas um número reduzido de elementos efetuavam ações típicas do apoio de fogos (Afonso e Gomes, 2001, p. 396). Relativamente à proteção a Artilharia executava

ações no sentido de interditar pontos de passagem obrigatória do inimigo dificultando os seus movimentos (EME, 1963, pp. 14-18).

“O papel da Engenharia nas operações contrabandos armados e guerrilhas reveste-se de uma importância primordial nos territórios ultramarinos, onde o terreno e o clima apresentam normalmente, (...), dificuldades enormes ao deslocamento e à vida das tropas.” (EME, 1963, p. 21). Em Moçambique a rede de vias de comunicação é muito fraca, logo, a luta contra a subversão, do ponto de vista não só militar como económico e psicológico, assenta na construção de novas estradas e aeródromos e até de caminhos-de-ferro e portos. É assim vantajosa, a constituição de um forte agrupamento de unidades de Engenharia com organização adequada podendo ser reforçadas ou não com mão-de-obra e equipamento mecânico civis (EME, 1963, p. 21).

Quanto às Transmissões “todos os meios de transmissão têm inteira aplicação nas operações contrabandos armados e guerrilhas, embora o rádio seja, de todo eles, o mais vulgar e eficientemente utilizado” (EME, 1963, p. 23).

2.2. Estrutura

A organização e a articulação do Exército no TO de Moçambique, em virtude das necessidades adaptou-se às características da guerra não convencional, a denominada guerra de guerrilha. Era desenvolvida em superfície, com os adversários espalhados no seio dos habitantes, e não frente a frente, e cujo objetivo era a conquista das populações e não a posse de certa posição de terreno (Afonso e Gomes, 2001, p. 148).

Houve, inicialmente, necessidade de dispor de forças espalhadas por todo o território, de forma a poder guarnecê-lo mantendo assim contato com a população. Eram designadas forças de quadrícula e com este tipo de dispositivo, o Exército Português garantiu assim a ocupação de determinadas zonas com as suas unidades.

Esta forma de organizar o dispositivo levou à divisão do território em setores, dispondo estes de órgãos de comando, de unidades operacionais e de unidades de apoio – artilharia, engenharia, transmissões e serviços. Os setores podiam corresponder à zona de ação (ZA) de um batalhão, mas o mais vulgar era dispor de um comando de escalão mais elevado – comando de agrupamento ou de setor. Geralmente o número de batalhões que constituíam um setor ou agrupamento era variável dependendo da situação, bem como as unidades de apoio de serviços (Afonso e Gomes, 2001, p. 148).

O dispositivo do Exército em Moçambique, integrava o Quartel General da 4.^a Região Militar (RM) e três Comandos Territoriais, do Norte em Nampula, do

Centro, na Beira, e do Sul, em Lourenço Marques. Contava no total com cinco Batalhões de Caçadores, dez Companhias de Caçadores, um Grupo de Artilharia de Campanha (AC), um Grupo de Artilharia de Guarnição, uma Bateria AC, um Grupo de Reconhecimento e um Batalhão de Engenharia, de entre outras unidades. “Desde a reorganização de 1960/61 que ficou definida a 4.ª RM com sede em Lourenço Marques, compreendendo três Comandos Territoriais.” No que concerne a pessoal enviado pela metrópole, verificou-se um significativo aumento de 1964 a 67, tendo alcançado o seu valor máximo em 1973 com 23 891 militares. O dispositivo foi reforçado com recurso à população nativa (IAEM, 1999/2001, pp. 19-27).

A partir de 1970, com a experiência ali recolhida, foram formados 84 grupos especiais. Em 1971 são formados 12 GEP (IAEM, 1999/2001, p. 27).

O dispositivo do Exército no início da guerra em 1963 resume-se a sete batalhões de guarnição normal distribuídos pelo norte e centro do país, tendo aumentado progressivamente, vindo a atingir o seu máximo em 1968 na zona norte com dezasseis batalhões divididos em três setores e em 1974 na zona centro com 14 batalhões divididos por cinco setores (Figuras 3, 4 e 5) (Afonso e Gomes, 2001, p. 154).



Figura 3 – Dispositivo do Exército Português em 1963

Fonte: Afonso e Gomes (2001, p. 154).



Figura 4 – Dispositivo na Zona Norte em 1968

Fonte: Afonso e Gomes (2001, p. 154).



Figura 5 – Dispositivo na Zona Centro em 1974

Fonte: Afonso e Gomes (2001, p.154).

2.3. Meios

Em 1960, os meios, nomeadamente o armamento e o equipamento do Exército Português, encontravam-se obsoletos. Estes meios tinham sido adquiridos nos anos 30 (Guerra Civil Espanhola e início da II Guerra Mundial), durante a II Guerra Mundial e após entrada na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Tra-

tava-se de materiais de origem alemã (espingarda *Mauser*, metralhadoras ligeiras *Dreyse* e *Borsig*, obuses de 10,5 cm) e italiana (metralhadoras *Breda*, obuses de 7,5 cm). Ainda de referir o material pesado de calibre essencialmente inglês (obuses de 8,8 cm e 14 cm, peças de 11,4 cm, peças Artilharia Antiaérea (AAA) de 4 e 9,4 cm). Após a entrada na NATO e com calibre americano, aparecem os canhões sem recuo de 57 mm, 75 mm e 106 mm, metralhadoras de 12,7 mm, morteiros de 60 mm, 81 mm e 107 mm, viaturas blindadas e carros de combate (Afonso e Gomes, 2001, pp. 356-357).

Face à entrada na NATO e para cumprir o estipulado para a uniformização dos calibres, houve necessidade de adaptação das armas ligeiras, passando a 7,62 mm e 10,5 cm e 15,5 cm no caso dos obuses, no entanto sem decisões tomadas até 1960, nos primeiros anos da guerra, teve que se enviar para o TO material obsoleto e antiquado (Afonso e Gomes, 2001, p. 357).

No que diz respeito às espingardas a prioridade em 1961 passou pela aquisição de armas automáticas *FN* de origem Belga com e sem bipé e *G-3* de origem alemã também estas com e sem bipé. No entanto a intenção passava pelo fabrico nacional sendo as primeiras fornecidas de imediato a título de empréstimo pelos respetivos países.

Quanto às metralhadoras existiam inicialmente a *Dreyse*, as *Borsig* e *Madson* com tripé, a *Breda* com tripé, todas estas com calibre 7,9 mm e a *Browning* de 12,7 mm. No entanto, em virtude do seu elevado peso e adaptação para calibres 7,62 mm, a solução passou pela utilização das espingardas automáticas com adaptações que apresentavam a limitação de não garantirem a continuidade do fogo por não serem alimentadas por fita. Posteriormente foram adquiridas metralhadoras *MG-42* de cano substituível e alimentadas por fita e também a metralhadora ligeira *HK-21*, passando esta última a ser produzida em Portugal.

Relativamente às pistolas-metralhadoras, inicialmente utilizou-se a *FBP m/947* de 9 mm passando por readaptações devido ao inconveniente de apenas realizar tiro automático. O novo modelo *FBP m/961* passaria também a poder fazer tiro semiautomático. É de referir que foram também adquiridas *UZI* de conceção Israelita.

Os lança-granadas utilizados surgiram de uma adaptação do dilagrama à *G-3*, contudo isto impedia o uso temporário da mesma e o processo de carregamento era relativamente moroso. Os Lança Granada Foguete (LGF) de 6 cm e 8,9 cm foram os de mais vulgar uso apesar da sua ineficácia antipessoal visto utilizarem munições anticarro.

Relativamente aos morteiros foram utilizados os de calibre 81 e 120 mm representando estes os de maior dimensão, no entanto os que representaram maior

volume de uso foram os 60 mm sem tripé nem prato base para redução de peso e maior mobilidade. Foi ainda desenvolvido um morteiro de 60 mm.

Do ponto de vista dos equipamentos utilizados pela Artilharia inicialmente, eram antiquados e de menor calibre e havia dificuldades na obtenção de munições. Contudo, com o decorrer da guerra e esgotados os recursos dos mesmos, procedeu-se à aquisição de obuses 10,5 cm, 14 cm e 11,4 cm. Aparecem ainda as peças de 4 cm de AAA, ainda que de utilização reduzida.

Face às condições do terreno, a Cavalaria apenas utilizou meios das unidades de reconhecimento, nunca sendo empregue os Carros de Combate. Os Esquadrões de Reconhecimento eram equipados com viaturas autometralhadoras *Fox* e *GM* (blindados ligeiros de rodas) (Afonso e Gomes, 2001, pp. 356-365).

3. AS TAREFAS DE PROTEÇÃO

Neste capítulo será observado as operações que decorreram em Moçambique (1964-1975) pelo prisma da função de combate proteção, atendendo ao facto que à altura a doutrina não as previa exatamente como nos nossos dias, pelo que procurou-se analisar as que melhor se enquadram nas atuais tarefas da função de combate Proteção.

3.1. A defesa antiaérea

A AAA teve uma participação pouco significativa em Moçambique. Apenas foi enviado um pelotão de AAA que tinha a missão de proteger pontos críticos, como por exemplo, em 1972, “um Pelotão de AAA (4 cm) juntamente com uma Bateria de AC 8,8 cm faz a defesa do estacionamento/complexo em Bassa” (Silva, 2012, p.29) e dois pelotões de Antiaérea (AAA), que dispunham de metralhadoras de 12,7 mm e de peças de 4 cm, em Cahora Bassa, Mueda, Nangololo e Nangade (Anon, 2014).

O emprego da AA nestes pontos sensíveis devia-se à possibilidade de a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) poder vir a obter meios aéreos, segundo General Kaulza de Arriaga, num dos seus discursos afirma que

É o equipamento russo moderno, como bazookas, canhões sem recuo, *Rocket Propelled Grenade* (RPG) rebentando no ar, mísseis terra-terra de 122 mm, metralhadoras AA e, brevemente, mísseis terra-ar auto dirigidos, etc., que: Por um lado, lhe confere em relação a nós superioridade no combate terrestre, por outro, lhe permitirá, dentro de pouco tempo, criar dificuldades aos nossos meios aéreos. É a possibilidade de o inimigo vir a empregar tropas regulares, lanchas equipadas com mísseis e torpedos e mesmo aviões. E é a tremenda propaganda e ação psicológica desenvolvida por todos os nossos adversários.

(1987, pp. 183-184).

3.2. A proteção de informação

As nossas informações estavam sujeitas a ameaças por parte dos movimentos insurgentes, tanto que ao nível dos comités centrais destes movimentos existia um departamento de informação e de propaganda. Por sua vez o conselho militar dos insurgentes, órgão tipo estado-maior conjunto, detinha uma secção de assuntos confidenciais e uma de informações. Esta última tinha a designação de “Inteligência” e possuía uma unidade de reconhecimento que controlava os agentes infiltrados e os informadores. Em todas as bases de guerrilheiros existia um chefe de reconhecimento, responsável pela aquisição e pelo estudo das informações (Anon, 2014).

Também se sabe que “a Frelimo, para além de utilizar mulheres na recolha de informações, colocava os seus agentes em locais chave da Administração e do Comando-Chefe” (Garcia, 2004, p. 239).

Face a estas ameaças todo o sigilo era pouco para evitar fugas de informação, no âmbito das atividades para proteção da informação, sabe-se, que eram utilizadas as atividades de controlo da informação pública a fim de evitar a propaganda desfavorável e a fuga de informação, evitando o surgimento de notícias que os insurretos pudessem usar a seu favor. Para além, das informações de caráter militar, também fotografias e notícias tinham de ser sujeitas a autorização superior antes de serem libertadas para publicação. Os meios de transmissões eram controlados na vertente militar e civil, existindo obrigatoriedade de recensear todo o equipamento, incluindo os existentes em stock nas lojas e fábricas da especialidade (EME, 1963, p.10-13).

3.3. A sobrevivência

No TO de Moçambique, a Engenharia teve três ações fundamentais: abertura de itinerários, apoio na construção de aquartelamentos e na realização de obras nas infraestruturas de comando e de apoio logístico.

O seu emprego em construções foi sobre infraestruturas especiais, tais como hospitais, depósitos de água e pistas de aviação. Os quartéis das tropas eram construídos principalmente pelas unidades que os ocupariam. Para isso recebiam instrução e materiais para construção de equipamentos indispensáveis (Afonso e Gomes, 2001, p. 399).

Estes quartéis dividiam-se em bases táticas ou permanentes. As primeiras, para apoio direto e temporário às operações de grande envergadura, eram constituídas com tendas e um apoio de serviços reduzido, limitado a uma cozinha de campanha, postos de socorros, transmissões e pouco mais. As bases permanentes tinham órgãos de comando e administrativo-logísticos, para um efetivo de companhia com cerca de 200 homens. A sua localização era escolhida em zonas de atividade intensa, mas defensáveis e próximas de povoações para fomentar a ação

psicológica sobre estas. Privilegiava-se o acesso a vias de comunicação e a fontes de água, sendo frequente o uso de edifícios pré-existentes (Anon, 2014).

O dispositivo era disperso por extensas áreas geográficas e desprovido de redes de água, esgotos e eletricidade, com uma rede de comunicações assente em estradas, ferrovias e aeródromos precários. Para garantir condições mínimas de defesa e de conforto das forças, estas começavam por bivacar ou acantonar aproveitando instalações existentes, para que numa fase posterior fosse aplicado um programa de construção de aquartelamentos provisórios. É neste contexto, que o papel da Engenharia Militar foi de conceber e implementar o programa de construção de quartéis pré-fabricados para fornecimento às unidades. Destacam-se os Quartéis JC, sabendo-se da sua designação apenas que são as iniciais do oficial de Engenharia que criou o conceito. Estes eram conjuntos de materiais, ferramentas e guarnições necessários para a construção de um quartel e eram o melhor que uma unidade podia esperar receber (Afonso e Gomes, 2001, p. 414).

Ainda através da Engenharia foi criada a Comissão das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA), responsável pelo projeto de quartéis e instalações e pela publicação de manuais sobre a organização do terreno, especialmente na definição da montagem de obstáculos de proteção. Visava a melhoria das condições de defesa dos aquartelamentos que demasiadas vezes prejudicava a manobra operacional (IAEM, 2002/04, p. 63).

O trabalho desenvolvido pelas unidades de construções horizontais e verticais de Engenharia foi decisivo para que as unidades aquarteladas beneficiassem de acessos aceitáveis (abertura 12 500 km, totalizando 48 500 km de estrada transitáveis, dos quais 11 000 km alcatroados). Ainda, a edificação de escolas, postos médicos e aldeamentos, possibilitou o apoio aos habitantes, contribuindo para o sucesso da manobra psicossocial que sempre balizou a estratégia militar prosseguida (Figura 6) (IAEM, 2002/04, p. 64).

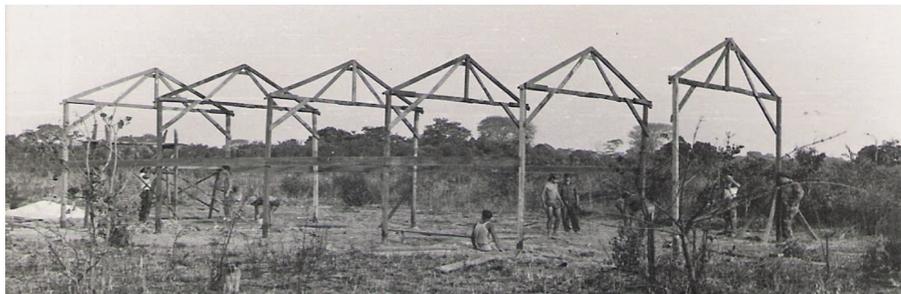


Figura 6 – Construção de um Quartel JC
Fonte: Batalhão Artilharia 741.

No que respeita à abertura de itinerários, a Engenharia empenhava desde uma secção a uma companhia, protegidas pelas unidades operacionais, na construção de estradadas asfaltadas e limpeza de bermas para prevenir emboscadas a curta distância. Estes trabalhos eram sempre feitos sob forte pressão das forças de libertação e traduziam-se em operações de grande envergadura, que empenhavam grandes volumes de materiais, equipamentos e efetivos (Afonso e Gomes, 2001, p. 399).

3.4. A proteção sanitária

Em Moçambique as Forças Militares, tal como toda a população, encontravam-se expostas a diversas doenças, existindo por esse motivo alguns serviços especializados civis tal como o “Serviço de luta contra a Lepra”, o “Serviço de luta contra a Tuberculose” e o “Serviço de luta contra a Doença do Sono”. Existia uma preocupação das autoridades sanitárias da altura em garantir o

[...] controlo das doenças infectocontagiosas, efetuando-se vacinações contra a varíola; e uma vacinação anti poliomielítica em todos os alunos das escolas. Também o ataque ao paludismo foi levado a efeito nos maiores aglomerados populacionais, abrangendo um conjunto de medidas de combate aos mosquitos, como sejam a drenagem de pântanos, o emprego de inseticidas e de anti palúdicos.

África (1989, p. 43)

Devido aos riscos sanitários existentes em todos os teatros do Ultramar, desde o início dos conflitos se tomaram medidas sanitárias preventivas. Em 1964, com o escalar da guerra em Moçambique, foi adotado o aprontamento sanitário, semelhante ao efetuado para Angola e Guiné, que previa a vacinação contra a varíola, a febre tifoide, a febre amarela, o tétano, a poliomielite e a cólera. Também se efetuava aconselhamento em termos de medidas de proteção e profilaxia contra doenças como a malária, a dermatomicoses, a schistosomiase, as doenças venéreas, as doenças das vias respiratórias, as doenças gastrointestinais, a hepatite infecciosa, a doença do sono, a parotidite epidémica e a avitaminoses (Militar, 2007, p. 108).

Na fase inicial da Guerra Colonial, mais propriamente a 01 de julho de 1965 o Serviço Saúde Militar em Moçambique (SSMM) possuía uma componente fixa, com postos de socorros das unidades e das subunidades que possuíam normalmente um médico por batalhão, enfermarias de Zona ou Sector de Operações onde existia uma equipa cirúrgica com aparelhos e instrumentos, para além dos hospitais de Nampula e de Lourenço Marques. Além desta, a componente de assistência itinerante, com um médico e alguns enfermeiros, que utilizava as linhas aéreas existentes para ficar entre uma semana a um mês, em cada unidade ou subunidade de combate fora das sedes dos batalhões. Estas equipas, para além de assistirem o pessoal militar, apoiavam também as populações das áreas a que se deslocavam.

Por último destaca-se a evolução das evacuações, que no início eram maioritariamente via terrestre, mas que com o evoluir da guerra passaram a ser efetuadas por helicópteros, que os conduziam, inicialmente para as enfermarias (Zona/Sector de Operações). Destas, se necessário, eram transportadas de avião, para os aeroportos de Nampula ou de Lourenço Marques de onde eram deslocados para os respetivos hospitais. Em último caso, normalmente por via aérea, faziam-se evacuações para Lisboa ou para a República da África do Sul (foi assinado um acordo que o permitia), onde era possível aceder a assistência ou tratamentos inexistentes em Moçambique (Arriaga, 1987, p. 301-302).

3.5. A segurança das operações

Uma parte fundamental da segurança das operações das Forças Armadas portuguesas, não apenas em Moçambique como também nas Campanhas de África como um todo, foram as operações de contrassubversão e psicológicas desenvolvidas. Ainda que em Moçambique não tenham tido o mesmo sucesso que no teatro de Angola.

As operações psicológicas eram uma das componentes da contrassubversão, conforme se pode ler no manual *O Exército na Guerra Subversiva. III – Ação Psicológica*.

Se as ações mais comuns das guerrilhas eram a minagem de itinerários, emboscadas a colunas motorizadas e flagelação de instalações militares, já da parte das Forças Armadas portuguesas havia o patrulhamento de zonas de refúgio e de itinerários, a escolta a colunas de reabastecimento, a proteção de obras de engenharia e de pontos sensíveis e o apoio médico, social e psicológico às populações.

Sobre esta última vertente, “as forças portuguesas deram particular importância, na sua manobra, à ação psicossocial, opção que se ficou a dever à fraca implantação do tecido administrativo colonial, às muitas carências das populações e ao seu baixo custo em relação às operações militares de combate” (Afonso e Gomes, 2001, p. 66).

Assim, as Forças Armadas portuguesas investiram na criação de aldeamentos, para que as guerrilhas não tivessem acesso ao apoio e cobertura das populações, outrora dispersas foram reunidas perto de unidades militares, o seu perímetro delimitado por arame farpado ou estrada e as habitações dispostas em quadrícula, com ruas largas entre elas. Estes aldeamentos dispunham de apoio social, escolas, apoio sanitário e de um poço, sendo controlados por milícias, polícias ou guardas rurais, os quais eram apoiados pelas autoridades gentílicas. Esta ação sobre as populações visava elevar o seu nível de vida, através da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica (Figura 7) (Afonso e Gomes, 2001, pp. 242-268).



Figura 7 – Ação psicossocial, convívio entre militares e população
Fonte: Afonso e Gomes (2001, p. 440).

3.6. A inativação de engenhos explosivos

Se durante as campanhas do Ultramar o uso de minas foi recorrente, foi em Moçambique que teve a sua máxima expressão. Ainda que não tenham sido publicados até hoje dados estatísticos fidedignos, estima-se que aproximadamente 50% das baixas tenham sido resultantes da Guerra de Minas.

Se da parte dos movimentos de libertação predominava o uso de engenhos explosivos e minas anticarro (MAC), já as Forças Armadas portuguesas faziam uso de minas antipessoal (MAP) e de armadilhas com granadas de fragmentação (Afonso e Gomes, 2001, p. 312).

Em Moçambique, os primeiros engenhos explosivos e de minas surgiram entre maio e outubro de 1965, nas zonas de Niasa e Cabo Delgado. Ao longo dos anos seguintes, o esforço desta guerra foi crescendo, chegando a atingir, em determinados períodos e locais, mais de 90% do esforço da Frelimo contra as tropas portuguesas, como é o registo no primeiro trimestre de 1970 em Mueda, de 646 ações de minagem em 685 ações no total, perfazendo 94% (Anon, 2014).

Em termos da inativação de engenhos explosivos por parte das Forças Armadas portuguesas, o esforço estava fundamentalmente orientado para a abertura de itinerários, que se destinavam “a criar as condições para colocar em determinado local as tropas e os equipamentos necessários à montagem de bases temporárias ou permanentes (...) De um modo geral, pode considerar-se que todas as ações de grande envergadura realizadas pelas forças portuguesas se iniciaram

com a abertura de itinerários”. Para tal, quando era esperado que fossem encontradas minas, a formação assumia um dispositivo próprio, numa coluna encabeçada por um grupo de detetores ou, na falta destes equipamentos, picadores com varas de aço. Este grupo era protegido por um segundo grupo, de segurança, que seguia nos seus flancos com a tarefa de prevenir ataques diretos contra os detetores.

Atrás dos picadores, uma viatura “*rebenta-minas*”, que mais não era que uma viatura pesada (usualmente Berliet) com a cabine reforçada, carregada com sacos de terra, para fazer peso e proteger o condutor, e com os pneus cheios com água. Finalmente, atrás desta viatura, seguia o restante da coluna, seguindo os rodados da primeira viatura.

Estas operações seguiam, assim, o ritmo possível a estes elementos e se com os detetores e os operadores experientes o ritmo podia ser relativamente aceitável, tal não era o caso dos picadores com varas de aço (Figura 8). Assim, em operações onde a velocidade fosse um imperativo, era frequentemente preferível avançar em corta-mato (Afonso e Gomes, 2001, pp. 404-406).



Figura 8 – Picagem de minas num itinerário com detetores de eletromagnéticos

Fonte: Afonso e Gomes (2001, p. 470).

4. CONSEQUÊNCIAS DA PROTEÇÃO NO DESFECHO DA CAMPANHA

No capítulo anterior abordou-se as tarefas e os sistemas em uso no TO de Moçambique durante a Guerra do Ultramar com vista a preservar o potencial de combate da força. Embora anacrónico, este estudo pretende explicitar a influência do modo como eram conduzidas as operações das unidades portuguesas na proteção das unidades e forças e na segurança dos itinerários utilizados.

A artilharia antiaérea acabou por não ter uma consequência significativa no contributo da função de combate Proteção no desfecho da campanha em Moçambique, visto que foi utilizada essencialmente como proteção antiaérea de pontos sensíveis em Cahora Bassa, Mueda, Nangololo e Nangade que contra uma suposta ameaça que não se chegou a concretizar, mas se se concretizasse estava preparada para se empenhar na proteção dos mesmos.

No que toca à proteção sanitária, era uma preocupação existente desde o início do conflito ultramarino, o próprio aprontamento sanitário que se executava e que foi adotado em Moçambique logo no início do conflito, previa medidas sanitárias preventivas que incluíam vacinação obrigatória adequada às ameaças e aconselhamento em termos de medidas de proteção e de profilaxia contra doenças mais comuns, minimizando as baixas por doenças registadas, visto que entre 1964 e 1977, apenas se registaram 336 mortes por doenças, cerca de 10% do total de mortes (África, 2014, p. 557). De destacar também a evolução em termos de infraestruturas e meios sanitários em Moçambique ao longo do conflito, incluindo a evolução em termos da organização e métodos de evacuação sanitária, estes esforços em conjunto com a medicina preventiva foram decisivos e tiveram um grande contributo para mitigar baixas por combate, acidente e doença ao longo de todo o conflito.

No que respeita às condições de sobrevivência das unidades, enquanto estas se encarregavam da construção dos seus próprios quartéis, cabia à Engenharia o apoio a estas unidades. Este apoio materializou-se pela coordenação da construção e fornecimento dos materiais, bem como a construção das infraestruturas de comando e de apoio das nossas forças e de apoio às populações, e ainda pelo apoio à mobilidade, em operações de desminagem ou construção de estradas.

Em termos da guerra de minas, embora não exista um estudo aprofundado e analítico, é consensual que esta teve maior dimensão no TO de Moçambique que nos restantes, seja na utilização isolada de minas ou na sua utilização integrada em emboscadas. O desgaste provocado por este tipo de guerra levou, por exemplo, ao emprego da quase totalidade das unidades de Engenharia na Operação Nó Górdio

para garantir a mobilidade das nossas forças, numa operação de cerco e batida com grande envergadura, com objetivos em Gungunhana, Moçambique (base provincial) e Nampula, numa extensão de 140 quilómetros. Terminada a operação, 15 num total de 26 baixas foram devidas a minas, bem como 58 dos 85 feridos. No total, foram detetadas 155 minas (Anon, 2014).

Em termos da proteção da informação embora não fosse tratada por esta designação, nem tivesse o mesmo significado que tem atualmente, existia perfeita noção das ameaças às informações das nossas forças. No entanto, embora as referências existentes denotem a preocupação para evitar fugas de informação e controlo sobre a informação pública, não foi possível encontrar informação específica sobre este tema.

Preponderante para a segurança das operações foram as ações psicológicas, que visaram separar as populações dos guerrilheiros e desmoralizar os combatentes, uma vez que a Frelimo controlava aproximadamente 60% do território. A par do apoio pelas autoridades administrativas, foi importante a instalação de equipas de receção de refugiados (em Sagal, Diaca, Miteda e Muidumbe), bem como de equipas de ação psicossocial (Mueda e Sagal). No entanto, apesar do sucesso geral sobre a Frelimo, estas ações não foram eficazes sobre uma população já cansada e desgastada pela guerra.

Ainda assim, a ação psicológica foi importante para conseguir o apoio da população, desmoralizar o inimigo e reforçar o moral das nossas forças. Originando da parte da Frelimo uma campanha que apelava junto das mesmas populações às ideias de paz e de justiça, mostrando a guerra como sendo uma injustiça sobre um povo que tinha o direito à independência e à autodeterminação e o dever de combater o atraso económico e os sacrifícios impostos pela guerra.

Nesta ação, o caso de Moçambique foi o menos feliz dos três TO. Quer o elevado número de aldeamentos planeados, a deficiente ligação entre autoridades militares e administrativas ou tradicionais moçambicanas, a falta de preparação da estrutura ou de qualificação do pessoal, na verdade não foi possível atingir os resultados vistos, por exemplo, em Angola.

A manobra psicológica das forças portuguesas em Moçambique limitou-se quase exclusivamente a opor os Macuas aos Macondes e estes aos quadros mais evoluídos do Sul, enquanto a africanização da guerra ensaiada por Kaulza de Arriaga com o apoio de Jorge Jardim (ou vice-versa) não foi capaz de tirar o rendimento operacional (...) semelhante ao conseguido em Angola (...) nem de os considerar, como fez Spínola na Guiné, como embrião de Forças Armadas do novo estado independente na órbita portuguesa.

Afonso e Gomes (2001, p. 131)

CONCLUSÕES

O início do conflito foi antecipado por uma preparação adequada por parte da Frelimo, no que concerne ao planeamento, à preparação, à aquisição de apoios internos e externos, à formação dos seus militares, à aquisição de informações e à execução das suas operações, utilizando uma guerra subversiva, a par do conhecimento pormenorizado de todo o ambiente operacional.

A vasta área e diversidade das regiões de Moçambique dificultaram as operações, nomeadamente na zona de fronteira com a Tanzânia (zona norte, principal base de apoio às operações da Frelimo) e Zâmbia (zona centro), onde se iniciaram as atividades irregulares a coberto do rio Rovuma.

No que concerne às medidas adotadas e sua evolução e concetual pelas forças militares no TO Moçambique, de uma forma geral, suportou-se todo o esforço de uma guerra, que consumiu elevados recursos e que constantemente, durante os dez anos de conflitos, sofria adaptações, designadamente no dispositivo de forças, em virtude das sucessivas alterações impostas pelo movimento subversivo. Destaca-se ainda a forma como deu resposta doutrinária cabal ao novo tipo de guerra para o qual não estava preparado e como resolveu a falta de recursos humanos, utilizando os recursos locais, demonstrando grande eficácia e sabedoria na integração com a população indígena.

Relativamente às forças empregues, sua estrutura e meios projetados para o TO de Moçambique que refletiam a função de combate Proteção, salienta-se que a estrutura de forças utilizada no TO, assenta essencialmente no modelo utilizado pela Infantaria, mais precisamente o Batalhão de Caçadores, tendo, tanto a Cavalaria como a Artilharia executado tarefas semelhantes devido às dificuldades de deslocamento dos equipamentos e ao fraco rigor das cartas topográficas. Assim, verificou-se que, para além das suas tarefas fundamentais, teriam que estar preparadas para o combate terrestre e proteção da própria força.

A engenharia desempenhou um papel preponderante na guerra, nomeadamente na abertura de itinerários, que do ponto de vista da proteção, facilitou a progressão das unidades na execução das suas tarefas. E na construção de infra-estrutura, contribuindo para elevar o nível de proteção da força.

Do ponto de vista dos meios, os equipamentos existentes estavam obsoletos e desatualizados, face a este tipo de guerra. Com o decorrer da guerra e com o reajustamento dos equipamentos, pode afirmar-se que o combate terrestre se travou de igual para igual.

As tarefas associadas à proteção da força foram cumpridas de forma menos eficaz no início da guerra, face à estrutura da força e meios utilizados, no entanto,

com o decorrer dos anos e fruto da melhoria dos equipamentos e com o apoio da Engenharia, as dificuldades foram ultrapassadas.

A função de combate proteção, como é entendida atualmente, não era tratada desta forma no período em que decorreu o conflito em questão, o que não significa, como foi demonstrado nos capítulos três e quatro, que a maioria das tarefas da função de combate proteção não fossem tidas em conta. Assim a função de combate proteção, sob outra forma e estrutura, adequados à altura do conflito, foram determinantes para o mitigar o número de baixas nas nossas forças, quer em operações rotineiras, quer em operações de grande envergadura como foi a operação Nó Górdio. Ainda, fazendo face a situações inopinadas, existia preocupação com a proteção da força, para minimizar baixas por doença, acidente e combate e garantir o apoio da população, tornando o Ambiente Operacional mais favorável às operações.

As principais consequências decorrentes da função de combate proteção foram as contínuas evoluções, ao longo de 11 anos de conflito em Moçambique, no sentido de mitigar baixas. Com o evoluir do conflito e das ameaças decorrentes do mesmo, as tropas portuguesas foram criando mecanismos para proteger as forças, apesar de não se denominar função de combate proteção, estes mecanismos foram-se adaptando com o intuito de manter o potencial de combate.

Em jeito de conclusão, poder-se-á afirmar que Portugal foi obrigado a efetuar uma profunda transformação nas suas Forças Armadas, que se encontravam adaptadas para o combate convencional e agora deparavam-se com uma guerra subversiva. Na qual se revelou de extrema importância, para o desenrolar das operações, todas as tarefas associadas à função de combate Proteção, embora não sendo tratadas como tal, no conflito em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- África, C., 1989. *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974)*: 4.º volume Dispositivo das Nossas Forças Moçambique. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- África, C., 2014. *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África*: 8.º volume Mortos em Campanha, Tomo III Moçambique, Livro II, 1.ª edição. Lisboa: Estado-Maior do Exército
- Afonso, A. e Gomes, C., 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Antunes, F., 1990. *O Factor Africano 1890-1990*. Lisboa: Bertrand.
- Anon., 2014. *Guerra Colonial (1961-1974)*. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=12>> [Consult. em 27 de dezembro de 2015].
- Arriaga, K., 1987, *Guerra e Política*, Lisboa, Edições Referendo.
- Coelho, A., 2013. *A Guerra do Ultramar - O Mérito do Vector Militar*. Em: *Revista Militar n.º 2537/2538*. Lisboa: Revista Militar, pp. 575-586.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Garcia, F., 2003. *Análise global de uma guerra - Moçambique (1964-1974)*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F., 2004. *A importância das informações na condução da guerra em moçambique (1964-1974) em informações e segurança – Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.
- Instituto de Altos Estudos Militares, 1999/2001. *A adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74)*. Lisboa.
- Instituto de Altos Estudos Militares, 2002/2004. *As Campanhas em Moçambique durante o Conflito Ultramarino Português*, Curso de Estado-Maior. Lisboa.
- Militar, 2007. *O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros (Actas do XVI Colóquio de História)*, Vol. I, Comissão Portuguesa de História Militar. Lisboa.
- Moreira, A., 1957. *Política Ultramarina*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- Souto, A., 2007. *Caetano e o ocaso do «Império» - Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

SECÇÃO IX

O APOIO DE SERVIÇOS

O APOIO DE SERVIÇOS NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP CAV Tiago Filipe Parreira Pires
CAP MAT Luís Filipe Pratas Quinto
CAP INF Carlos Jorge Oliveira Antunes
CAP ADMIL Sérgio Américo Fernandes Enes
CAP INF Pedro Albino Lopes Castanheira

Orientador

TCOR ADMIL Rita Isabel Costa Mendonça da Luz

A alteração do tipo de ameaça e forma de atuar bem como o elevado número de combatentes nos três teatros das campanhas de África nomeadamente em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, entre 1964 e 1975 traduziu-se num forte empenhamento de recursos de ordem humana, financeira e material, obrigando a uma gestão e otimização dos mesmos.

As campanhas militares em África foram o último grande conflito militar para Portugal, tendo sido a primeira potência colonial a chegar ao continente Africano e a última a abandoná-lo. O facto de ter permanecido em conflito durante 13 anos, a oito mil quilómetros da metrópole foi um feito notável para um país com escassos recursos. (Cann, 1998). Acrescer ainda que Portugal teve intervenção em três Teatro de Operações (TO) distintos, com diferentes requisitos de campanha, determinando desta forma a organização logística que foi implementada em cada um dos TO.

O efetivo militar e milícias que participaram no TO de Moçambique foi variado destacando-se:

- Unidades de Reforço (Recrutamento na Metrópole)

Estas unidades começam a surgir já preparadas e treinadas para o TO de Moçambique a partir de 1960, data em que se levantou a preocupação de uma guerra do tipo subversivo no Ultramar. O escalão definido foi Batalhão e Companhia. Com o avançar da guerra no Ultramar e conseqüentemente às dificuldades em pessoal, aparece um reforço de miscigenação entre as Tropas Metropolitanas com as tropas de recrutamento nas Províncias.

- Tropas de Guarnição Normal

Unidades constituídas com base num recrutamento em Moçambique, com objetivos fixados pelo Exército, já orientados para a guerra subversiva.

O enquadramento destas Unidades era maioritariamente de Oficiais oriundos da Metrópole (em rendição individual).

– Tropas “Comandos”

Grupo de Combate organizado em 1964 à custa de voluntários em Moçambique. Foram enviados também da Metrópole e de Angola várias Companhias de Comandos para fazer face às necessidades de tropas especiais no TO. Em 1969, devido ao aumento das necessidades deste tipo de força é criado o Batalhão de Moçambique, com a capacidade de ministrar instrução. Moçambique foi o TO que mais utilizou este tipo de tropa.

– Tropas Paraquedistas e Fuzileiros Especiais

No TO participaram dois Batalhões de Paraquedistas, 19 Destacamentos de Fuzileiros Especiais, 12 Companhias de Fuzileiros e nove Pelotões de reforço.

– Forças Auxiliares

“Grupos Especiais de Milícias” (GE), que surgiram em 1970, constituídas com articulação tipo Pelotão com voluntários entre os Africanos com enquadramento europeu, mudando posteriormente para um enquadramento igualmente africano. Obtiveram grande sucesso no TO. Posteriormente surgem os “Grupos Especiais Paraquedistas” (GEP) e os “Grupos Especiais de Pisteiros de Combate” (GEPC) de forma a colmatar as necessidades que iam surgindo com o desenrolar do combate. No exemplo dos GEPC há que registar a sua capacidade para referência e perseguição de grupos inimigos.

– Milícias do Distrito do Niassa

Milícias constituídas por naturais da região comandados por Daniel Roxo.

Daniel Roxo foi um civil que viveu neste Distrito e viu a sua vida ser destruída pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e desde logo combateu os que lhe destruíram a vida. Desta forma quando as forças Portuguesas chegam ao terreno ele voluntaria-se para dar informações sobre as movimentações da FRELIMO. Posteriormente passa a comandar um dispositivo de 90 homens, fazendo ações de guerrilha contra os elementos da FRELIMO no Distrito do Niassa (Nielsen, 1979).

– Flechas

Tal como em Angola, no TO de Moçambique foi criada esta força com o objetivo de pesquisar e explorar informações. Tinham o seu centro de instrução em Vila Pery e tinham uma formação tipo “Comando”.

Esta força foi criada pela Direção-Geral de Segurança (DGS) segundo o modelo dos «pseudo-gangs» da guerra do Quénia e dos selous scouts da antiga Rodésia. Constituíam forças não convencionais capazes de viver e combater no terreno como os guerrilheiros, em acções prolongadas e com grande autonomia

de métodos de combate. Eram excelentes fontes de informação e a sua eficácia operacional resultava em muito da utilização das informações que a DGS lhes fornecia¹.

– Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil

Criado em tempo de guerra pretendia assegurar a salvaguarda de pessoas, bens públicos, bem como o regular funcionamento das atividades provinciais. Da sua atividade operacional de destacar a colaboração na defesa de algumas linhas de ferro.

– Miscigenação das Forças Terrestres

Devido à falta de pessoal surgem os “Grupos de Integração” que completavam as Companhias de reforço da Metrópole. Para além disso são integrados nas fileiras Oficiais e Sargentos com capacidades necessários ao Exército, por exemplo no âmbito da assistência médica.

Quando em setembro de 1964 tiveram início os conflitos armados em Moçambique, estes estavam concentrados essencialmente na região norte desta província. Existiam na região três comandos territoriais: Norte, com sede em Nampula; Centro, com sede em Beira e Sul, com sede em Lourenço Marques (Jorge, 2003). O número de unidades e órgãos de apoio logístico era bastante incipiente, caracterizando-se essencialmente pela localização dos depósitos base em Lourenço Marques, onde era desembarcado todo o material.

Com o início das hostilidades rapidamente se verificou que a estrutura implantada a par das características do território condicionava fortemente o apoio a prestar às tropas. De entre as várias dificuldades inicialmente identificadas, e pela sua importância decisiva no apoio destacam-se:

- A distância entre a capital, Lourenço Marques, onde se localizava quer o Quartel General quer os Depósitos-Base e onde era desembarcado todo o material que entrava no TO (Coelho, 2010);
- Grandes distâncias a percorrer e a escassez de vias de comunicação terrestres; as poucas vias existentes eram penetrantes da costa para o interior, com a circulação fortemente condicionada no tempo das chuvas dada a tipologia de itinerários, e os rios constituem-se como sérios obstáculos aos movimentos de sul para norte, com escassas obras de arte (Exército, 1988);
- Alguma insegurança de parte do caminho-de-ferro (linha de Nacala) no troço da zona ativa, não permitindo utilizar todas as possibilidades des-

¹ Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=130> [Consult. em 04 de julho de 2016].

te meio de transporte em proveito do apoio logístico (Estado-Maior do Exército, 1988);

- Infraestrutura civil fraca para garantir o necessário apoio logístico às operações, nomeadamente infraestruturas de saúde, comerciais, industriais e de transporte, o que reforçava a necessidade relativamente ao apoio proveniente da Zona do Interior, havendo, pois, a necessidade de recorrer com frequência à metrópole por forma a suprir as necessidades não satisfeitas localmente. Acresce a esta limitação a restrição que se prendia com o fato de existir uma diretiva governamental que impedia a satisfação das necessidades regionalmente. Importa aqui referir que apesar desta restrição, de acordo com o Exmo. Tenente General Adelino Coelho, em muitas ocasiões esta restrição não foi cumprida, tendo as tropas portuguesas sido apoiadas pela África do Sul, nomeadamente em sobressalentes, manutenção de equipamentos, géneros alimentares e outros equipamentos.

Aquando do início do conflito ultramarino, a doutrina de apoio logístico vigente no Exército resultava essencialmente da adoção da doutrina do Exército Americano, criada essencialmente à custa da experiência colhida durante a II Guerra Mundial, adaptando-a e alterando-a quando necessário à nossa realidade (Jorge, 2003) no entanto, e até finais da década de 50, esta doutrina visava responder essencialmente a campanhas de guerra convencional, pelo que no início do conflito, Portugal deparou-se com a falta de uma doutrina de apoio logístico para conflitos subversivos (Coelho, 1996).

Desta necessidade, que até então não tinha sido identificada, resultou a criação de um manual de doutrina e regulamentação no âmbito da guerra subversiva, *O Exército na Guerra Subversiva*, dividida em cinco volumes, destacando-se neste âmbito o 5.º volume “administração e logística”.

Esta secção visa analisar a Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique, durante o período de 1964 a 1975, no que diz respeito à função de combate Apoio de Serviços. Pretende-se, analisar e descrever o Apoio de Pessoal na Campanha, nas suas diversas áreas de atividade e analisar e descrever a Logística de acordo com as diferentes funções ao nível tático na componente terrestre enquadradas na doutrina da época.

Assim, a presente secção encontra-se estruturada em dois capítulos sendo que no Capítulo 1 será feita a abordagem direta ao Apoio de Pessoal, nas suas diferentes áreas de atividade durante toda a operação, enquanto no Capítulo 2, abordaremos diretamente a Logística, limitando-nos às funções de Reabasteci-

mento, Movimentos e Transporte e Infraestruturas. No final serão apresentadas as conclusões.

1. APOIO DE PESSOAL

Relativamente à política de defesa e à conduta das operações, o fator Meios, na sua vertente Pessoal revela uma primordial importância. Tem como missão coordenar esse apoio de forma oportuna e eficaz para que os Comandantes, em todos os escalões, possam ter a disponibilidade e capacidade operacional total da força, garantindo assim o sucesso em todo o espectro das operações militares². Subdivide-se em funções específicas, das quais selecionamos as que maior ênfase tiveram no TO de Moçambique.

1.1. Administração de Pessoal

O recrutamento era feito através da administração de pessoal, a qual era constituída por um conjunto de áreas de atividade: a instrução formava e preparava o pessoal; a remuneração estava a cargo dos Serviços de Contabilidade e Pegadaria; a manutenção da moral era da responsabilidade dos diversos serviços de moral e bem-estar. Aos Serviços de Pessoal, propriamente ditos, só competiam a sua obtenção e atribuição. Em Portugal, o sistema de obtenção de pessoal era constituído, quase exclusivamente por conscritos, no entanto, era autorizado a admissão de mancebos por voluntariado, com idade inferior à dos restantes, sem que atingissem, contudo, um valor significativo. No caso dos oficiais e sargentos o sistema era na sua totalidade o do voluntariado e a população feminina estava excluída do serviço militar, nem por voluntariado, com a exceção verificada pela constituição de um quadro especial de enfermeiras paraquedistas da Força Aérea.

O serviço militar em 1961 era obrigatório e tinha a duração de dois anos. Apesar do evoluir da guerra, a duração do tempo não sofreu alterações, porém, a contagem do tempo de serviço era iniciada no dia de embarque para a zona do conflito. O sistema de recrutamento era complexo e constituído por várias fases, nomeadamente:

- Recenseamento anual dos contingentes disponíveis;
- Inspeção sanitária;
- Classificação do contingente (distribuição por ramos e especialidades);
- Incorporação dos “mancebos” em centros de instrução;

² Manual Escolar 51-30-07.

- Preparação do contingente geral dividida em Instrução básica de nove semanas, Instrução especial de sete semanas e Instrução de aperfeiçoamento operacional de três semanas.

A instrução ministrada era essencialmente no âmbito da contraguerrilha, adequada ao TO ao qual se destinavam os instruendos. O manual de referência da época era O Exército na Guerra Subversiva. O efetivo formado foi de cerca de 60 000 militares distribuídos por 75 centros de instrução e por mais de 220 especialidades.

1.2. Manutenção de Efetivo

No início das campanhas Ultramarinas, Portugal dispunha de mais de 6,5 milhões de pessoas em Moçambique, dos quais 250 mil eram jovens dos 20 aos 24 anos. Para além do importante aspeto quantitativo, realça-se o ainda mais importante aspeto qualitativo. Apesar de uma deficiente preparação a nível técnico juntamente com material utilizado pouco sofisticado, a eficiência era atingida através do desenvolvimento no pessoal de uma elevada resistência e rusticidade. Por outro lado, a população era constituída por um povo que, apesar de diferentes raças e etnias, tinha uma visão de elevada coesão e sentido patriótico decorrente dos valores culturais e históricos resultantes da presença portuguesa, enriquecendo os contingentes com estas características.

A rotação para a guerra ocorria normalmente com base em unidades constituídas em que uma unidade substituía outra de igual escalão, no entanto havia também o recurso a recompletamentos individuais. Nos anos finais da guerra a substituição de unidades tornou-se operacionalmente mais complicada. A rotação ocorria ao final de dois anos por forma a evitar ou minimizar as implicações psicológicas nas forças (Afonso e Gomes, 2000), porém por falta de pessoal que fizesse face às necessidades operacionais e ao alargamento das frentes de combate associado à capacidade de resposta, fez com que várias unidades vissem o seu regresso adiado com os atrasos, vulgarmente nomeados de “mata bicho” entre os militares, a atingir mesmo os seis meses.

O aumento das necessidades de pessoal fez com que, mesmo por motivos médicos, a dispensa da prestação de serviço militar tivesse ficado mais difícil (Afonso e Gomes, 2000). Eram considerados “faltosos” todos os cidadãos portugueses que em idade de cumprir o serviço militar obrigatório não se apresentassem à inspeção. Este tipo de “falta” chegou mesmo a atingir os 20% do contingente para inspeção. Esta situação, dado o controle exercido fazia com que os denominados “faltosos” tivessem que recorrer à clandestinidade e/ou saíssem do país (Gráficos 1 e 2).

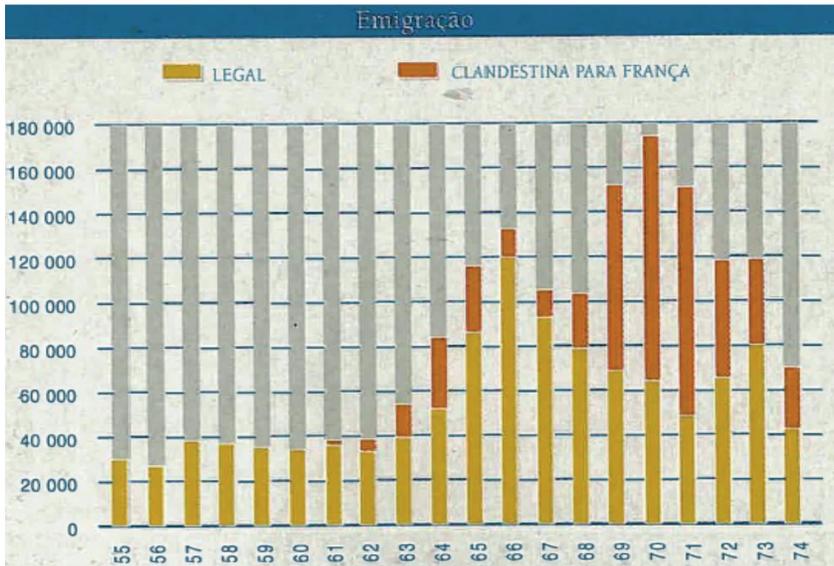


Gráfico 1 - Emigração
 Fonte: Afonso e Gomes (2000).

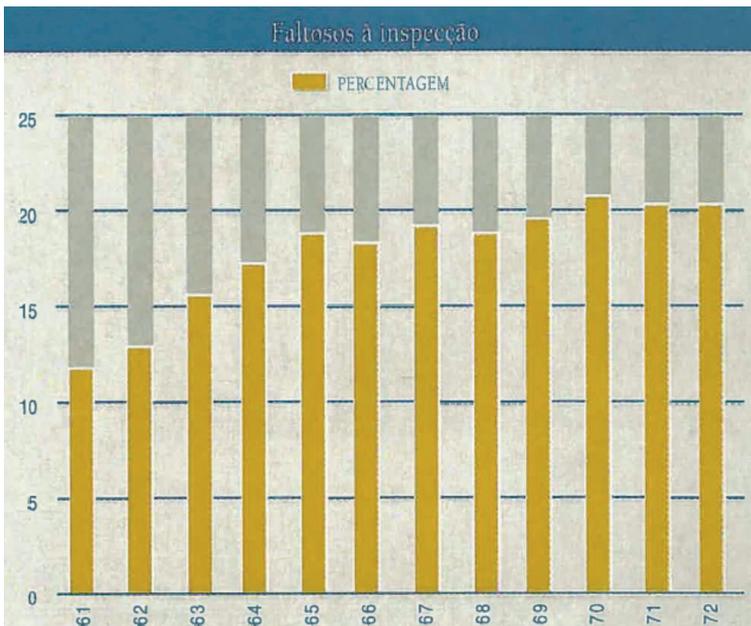


Gráfico 2 - Faltosos à Inspeção
 Fonte: Afonso e Gomes (2000).

A falta de recursos humanos era na época transversal a todos os postos da estrutura militar, tendo os voluntários a ingressar nas escolas militares diminuído acentuadamente fazendo com que o posto crucial do desenrolar da guerra, que era o de capitão, fosse considerado crítico havendo mesmo necessidade de um esforço adicional para garantir a permanência de militares deste posto no teatro para o desempenho da função de Comandante de Companhia (Gráfico 3).

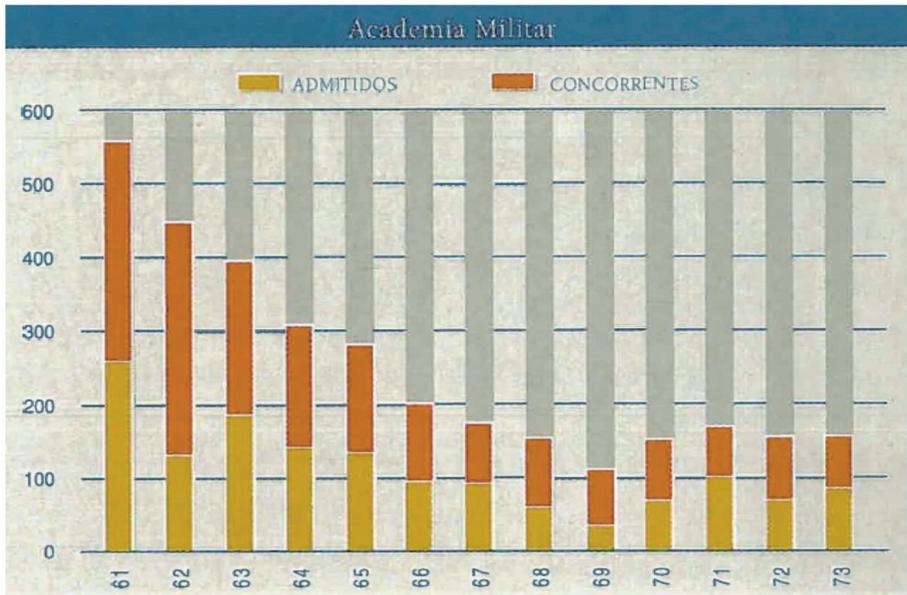


Gráfico 3 – Ingresso na Academia Militar
Fonte: Afonso e Gomes (2000).

A função de Comandante de Companhia era considerada chave pelo facto de, ao se levar a presença do Exército ao maior número de locais e a que os batalhões dividissem a sua zona de ação em aquartelamentos “isolados”, de escalão Companhia, o capitão ganha protagonismo como seu comandante. Esta necessidade fez com que em 1966 tenentes milicianos na situação de disponibilidade tenham sido convocados para a frequência de um curso em Mafra, na Escola Prática de Infantaria, sendo de seguida mobilizados para o ultramar como Comandantes de Companhia (Afonso e Gomes, 2000), formaram-se desta forma cerca de 100 capitães por ano. Na década de 70 a situação agravou-se e foram formados capitães com menos experiência e num período de tempo mais curto. A tentativa do Governo acelerar a promoção dos oficiais milicianos que prestaram serviço no

teatro de Moçambique, o que fazia com que estes ultrapassassem os oficiais dos quadros permanentes formados na Academia, de idade inferior, levou à quebra do princípio da antiguidade, e por sua vez mais tarde estaria na base da queda do regime.

No início da Guerra de África, Portugal dispunha de mais de 6,5 milhões de pessoas em Moçambique, dos quais 250 mil eram jovens dos 20 aos 24 anos. Para além do importante aspeto quantitativo, realça-se o ainda mais importante aspeto qualitativo. Apesar de uma deficiente preparação a nível técnico juntamente com material utilizado pouco sofisticado, a eficiência era atingida através do desenvolvimento no pessoal de uma elevada resistência e rusticidade. Por outro lado, a população era constituída por um povo que, apesar de diferentes raças e etnias, tinha uma visão de elevada coesão e sentido patriótico decorrente dos valores culturais e históricos resultantes da presença portuguesa, enriquecendo os contingentes com estas características.

O desenrolar do combate acarretou variações no efetivo e as inevitáveis baixas pelo que os Quadros 1 e 2 que se seguem, demonstram as referidas flutuações ao longo do conflito:

Quadro 1 – Evolução dos efetivos no TO de Moçambique

| ANO | Efetivos (valores médios) | | | |
|------|---------------------------|-----------|--------|--------|
| | Oficiais | Sargentos | Praças | Totais |
| 1967 | 1758 | 4160 | 28891 | 34809 |
| 1968 | 1673 | 4175 | 29914 | 35762 |
| 1969 | - | - | | 38156 |
| 1970 | 1902 | 3995 | 34360 | 40257 |
| 1971 | 1816 | 4792 | 36577 | 43185 |

Fonte: Elaborado a partir de Afonso e Gomes (2000)

Quadro 2 – Evolução das Baixas no TO de Moçambique

| ANO | Nossas Forças | | | | População | | | | |
|------|---------------|---------|---------------|----------|-----------|---------|---------------|---------|----------|
| | Mortos | Feridos | Desaparecidos | Raptados | Mortos | Feridos | Desaparecidos | Fugidos | Raptados |
| 1966 | 329 | 589 | 2 | 2 | 66 | 133 | 17 | | 519 |
| 1967 | 88 | 843 | 0 | 4 | 44 | 65 | 57 | | 157 |
| 1968 | 136 | 463 | 6 | 0 | 38 | 111 | 2 | | 247 |
| 1969 | 152 | 503 | 4 | 2 | 42 | 102 | 0 | | 102 |
| 1970 | 195 | 1538 | 1 | 4 | 67 | 185 | 62 | | 154 |
| 1971 | 192 | 1335 | 9 | 20 | 128 | 243 | 2578 | | 533 |
| 1972 | 282 | 1690 | 3 | 25 | 203 | 571 | 22 | 1162 | 721 |
| 1973 | 256 | 1547 | 14 | 7 | 271 | 703 | 1483 | | 1305 |

Fonte: Elaborado a partir de Afonso e Gomes (2000)

Da análise dos quadros, percebe-se que o efetivo no TO foi sempre aumentando, tentando fazer face ao agravar do conflito e ao incremento natural das necessidades em pessoal. Por outro lado, ao analisar a quantidade de mortos percebe-se que o primeiro valor de 1966 é elevado face aos anos subsequentes, levando a concluir a que inicialmente as forças poderiam não estar adaptadas e prontas para fazer face ao tipo de combate que lhes foi imposto. Posteriormente podemos ver que a partir de 1970 existe um claro acréscimo das baixas associado, provavelmente, ao acréscimo da atividade hostil.

1.3. Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem

Em 1961, existia quatro Tribunais Militares Territoriais (TMT) no território nacional, (dois com sede em Lisboa, um no Porto e outro em Viseu) e um Supremo Tribunal Militar (STM) situado em Lisboa. Existiam ainda mais sete TMT dispostos pelas Províncias Ultramarinas (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, São Tomé e Príncipe e Timor). Existia ainda, neste âmbito, a 1.^a Companhia Disciplinar, em Penamacor. Por outro lado, junto de cada TMT, havia uma Casa de Reclusão destinada a pessoal a cumprir prisão preventiva ou prisão disciplinar agravada. Um Presídio Militar localizado em Santarém para militares condenados a pena de presídio militar e Depósitos Disciplinares em Elvas, Moçambique e Angola para o cumprimento de penas no âmbito do Código de Justiça Militar (CJM).

Entre as infrações disciplinares mais frequentes destacam-se as situações de ausência ilegítima, punível pelo Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e a deserção, punível pelo CJM. A maior parte destas ausências, ocorriam sobretudo, após o cumprimento do período de licença, normalmente por motivos pessoais ligados a problemas de ordem familiar. No entanto, na maior parte dos casos, os militares em incumprimento apresentavam-se voluntariamente. Houve também casos, em menor número, de deserções ocorridas aquando da nomeação do militar para os teatros ultramarinos e mesmo já no interior destes. É de realçar ainda, que o número de deserções era superior em militares mobilizados para zonas de combate.

Em muitos casos, verificou-se grande desconhecimento por parte dos infratores no que diz respeito ao ato de deserção bem como das suas consequências, fruto de uma deficiente formação neste âmbito.

Em 1961, verificava-se limitada experiência dos portugueses na administração dos prisioneiros de guerra. Portugal baseava-se nas “Convenções de Genebra Relativas ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra” e nas “Convenções de Melhoramento da Situação dos Feridos e Doentes nos Exércitos em Campanha” de 27 de abril e 16 de junho de 1932, respetivamente, apesar, do ponto de vista jurídico,

isto não se verificar, já que Portugal não se encontrava em guerra contra forças armadas de um estado inimigo. Esta era uma das situações disputada pelos partidos em moçambique de forma a que fosse oficializada a luta do Ultramar, pois ao ser atribuído o estatuto de beligerantes aos movimentos de libertação, implicava que o regime português reconhecesse que estava em guerra. Por outro lado, esses partidos ao capturarem militares portugueses designavam-nos de prisioneiro de guerra, para oficializar a sua luta. Assim, foi definida a doutrina constante na Circular do Estado Maior do Exército (Figura 1).

3. A fim de neutralizar esta manobra do inimigo, S. Ex.^a o ministro da Defesa Nacional, por despacho de 28 Junho de 67, determinou que passassem apenas a ser usadas as designações que se seguem quer para elementos terroristas, quer para militares nacionais:
- a. Terroristas caídos em poder das nossas tropas:
 - 1) Acção — captura
 - 2) Situação — sob prisão
 - 3) Designação — preso

 - b. Militares portugueses em poder de elementos terroristas:
 - 1) Acção — retenção
 - 2) Situação — situação de retido
 - 3) Designação individual — retido pelo inimigo».

Assinava o general Sá Viana Rebelo,
vice-chefe do Estado-Maior do Exército.

Figura 1 – Circular do Estado Maior do Exército

Fonte: Afonso e Gomes (2000)

No entanto, Portugal nunca deixou de respeitar as referidas Convenções, agindo em conformidade com todos os princípios emanados destas. Por outro lado, a captura de combatentes era muito reduzida devido às características do combate – luta de guerrilhas – de efetivo reduzido e inimigo nem sempre uniformizado, o que dificultava a distinção de quem era efetivamente combatente e elementos da população envolvidas decorrente da situação. Em regra, após captura seguia-

-se uma rápida identificação, caso fosse elemento da população, era entregue de imediato às autoridades civis para nova inserção na sociedade, e às autoridades policiais, os elementos combatentes. No entanto, a responsabilidade do tratamento de prisioneiros de guerra e seu repatriamento, estava entregue à Chefia do Serviço de Preboste (Decreto-Lei N.º 42564, de 7 de outubro de 1959).

De referir ainda que estes guerrilheiros ao serem capturados eram considerados fonte de informação e desta forma desde logo interrogados pela unidade captora.

Uma outra particularidade era de que os guerrilheiros com os postos superiores eram sujeitos a uma forte pressão para se arrependem dos seus atos, de forma a servirem posteriormente como ação de propaganda.

1.4. Desenvolvimento e Manutenção do Moral

A falta de preparação técnica e operacional das forças armadas no início da intervenção no TO (Estado-Maior do Exército, 1988) era acompanhada pela falta de enquadramento legislativo e meios institucionais no que diz respeito ao apoio dos militares em caso de ferimento em combate ou mesmo de morte. As famílias dos mobilizados não usufruíam de qualquer apoio nem beneficiavam de enquadramento legislativo algum. O regime responde a estas lacunas com convenções de intervenção social surgindo então duas organizações na tentativa de colmatar esta falha, a Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e o Movimento Nacional Feminino (MNF), ambas presididas por duas senhoras da alta burguesia.

A Seção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) presidida pela discreta Amélia Pitta e Cunha dirigia a sua ação sobretudo no apoio aos militares feridos e mutilados, que ao longo da guerra eram cada vez em maior número, tentando colmatar a inexistência de um sistema de recuperação e a falta de legislação. A CVP organizava e efetuava constantes visitas aos militares internados e peregrinações religiosas organizadas com os militares deficientes. Este movimento foi ainda responsável pela criação do lar militar da Cruz Vermelha que albergava militares com elevada percentagem de invalidez e a criação do serviço de recuperação de deficientes, implementado no Hospital da Parede e mais tarde também no Hospital de Alcoitão.

O MNF presidido pela exuberante Cecília Supico Pinto, orientava as suas atividades prioritariamente para o apoio moral e social aos militares e respetivas famílias, recorrendo a ações populares levando artistas a visitar os militares no TO, ao envio de lembranças no natal e à organização das despedidas no cais. Esse movimento foi responsável pelo lançamento do aerograma, denominado “bate-es-

tradas”, tornando-o no meio mais utilizado entre os mobilizados e as respetivas famílias (Figura 2).

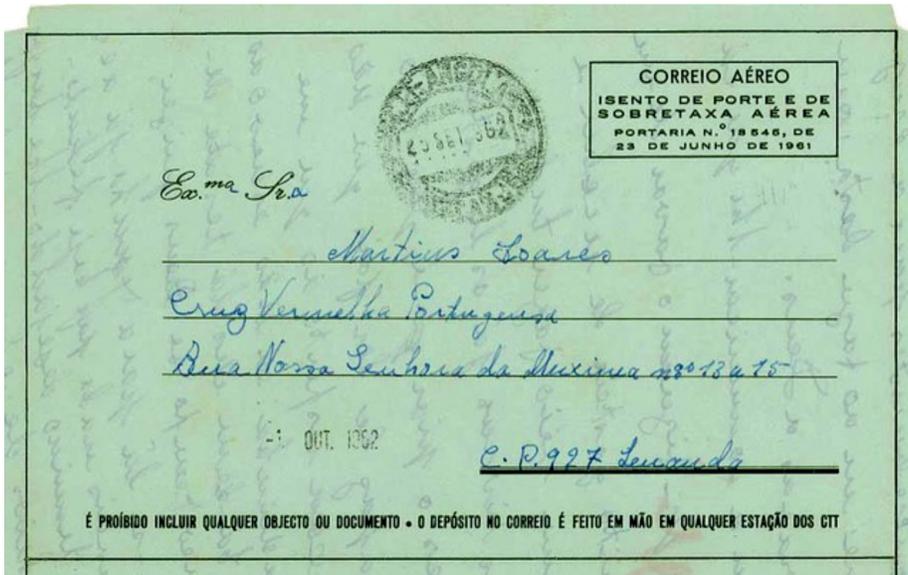


Figura 2 – Aerograma encomendado pelo MNF à Tipografia ORBIS

Fonte: Edições Ilustradas. Lda. Impresso de Agosto a Novembro de 1961³.

O fornecimento e transporte dos aerogramas eram gratuitos para os militares e estima-se que tenham sido impressos 300 milhões para responder às necessidades dos três TO.

Este movimento foi ainda responsável pela divulgação da troca de correspondência entre os militares e as suas madrinhas de guerra⁴, contando com a adesão de cerca de 80 000 mulheres.

³ Disponível em: http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15, [Consult. em 18 de maio de 2016].

⁴ “as Madrinhas de Guerra faziam parte de uma das áreas de intervenção do Movimento Nacional Feminino (M.N.F.), mais propriamente da área de Apoio Social. Este Movimento foi criado por um grupo de mulheres da alta sociedade portuguesa na década de 60, eram guiadas e regidas por valores católicos e tinham o apoio do Estado Novo, chegaram a reunir 82 000 mulheres de vários estratos sociais nas suas áreas de intervenção. Um dos seus objetivos era prestar auxílio aos desalojados e repatriados das ex-colónias, outro objetivo era prestar apoio aos soldados no Ultramar e às suas famílias durante os anos da guerra, sendo extinguido após o 25 de Abril de 1974.

Durante estes anos a secção das Madrinhas era muito requisitada pelos soldados que combatiam nas ex-colónias. O M.N.F., para tornar mais eficaz o seu apoio, analisava os pedidos destes e selecionava a madrinha para trocar correspondência, tendo em conta que deveria ser da mesma proveniência

Fruto das boas relações existentes entre as duas organizações, personificada nas suas dirigentes, e destas com o regime, foi possível pacificar os militares em relação ao direito ao vencimento e subsídios aquando da evacuação para os hospitais centrais, se feridos em combate.

A par destas duas organizações, outros órgãos contribuíram para o melhoramento da moral e bem-estar das tropas, foram o caso das diversas cantinas, meses e supermercados que tiveram grande relevância e incremento neste período. De igual modo outras medidas foram criadas, como a concessão do Prémio Governador-Geral que atribuía viagens gratuitas aos militares que se deslocavam de licença à Metrópole. É de realçar ainda, a doação de centenas de livros por parte da Fundação Calouste Gulbenkian para bibliotecas das unidades.

Outro apoio que se mostrou de importância impar, foi o caso do apoio religioso. Este estava a cargo da Chefia do Serviço de Assistência Religiosa criada em 1958, aquando da reorganização do Ministério do Exército. Tinha como objetivo, entre outras atribuições, “superintender nos assuntos relativos à assistência religiosa ao pessoal do Exército”. (Decreto-Lei n.º 42564, de 7 de outubro de 1959). Em 1961, o serviço encontrava-se na sua fase de implantação, dispondo de Capelães nas sedes das Regiões Militares. Por norma existia um capelão por batalhão, que para além do apoio religioso prestado aos militares, era estendido às populações civis. Contudo, não existindo um Capelão por cada Unidade, foi necessário efetuar deslocamentos dentro do TO de forma a prestar assistência religiosa em pleno. Para além da celebração religiosa, os Capelães participavam ainda em atividades sociais, palestras às tropas, na colaboração nos Jornais das Unidades, bem como instrução e educação.

Outro aspeto relevante eram as visitas aos presos e doentes. Este tipo de ações leva a que os Capelães muito para além da sua missão religiosa, tenham desenvolvido atividades no âmbito do moral do pessoal militar, mas também de apoio à população civil.

Os militares, devido a várias colocações no Ultramar, em teatro de guerra, ou devido a prolongamento da sua “estadia”, encontravam-se com o moral muito em baixo. Um dos documentos que atestam esta situação fala sobre os “Problemas

(região ou povoação vizinha) do soldado requerente. As madrinhas correspondiam-se com os seus “afilhados” através dos aerogramas, também conhecido entre os soldados como “bate estradas”. O aerograma, um inteiro postal isento de franquia, foi mais uma iniciativa do M.N.F.

“Nacionalidade portuguesa, maiores de 21 anos, moral idónea, coragem, capacidade de sacrifício, confiança na vitória e capacidade de transmissão dessa ideia”, estes eram os requisitos para se ser Madrinha de Guerra. Por vezes estes requisitos só eram mantidos durante a primeira troca de correspondência, dando lugar a compaixão e até a verdadeiras paixões, muitas das quais duraram até depois da guerra.” (O Mirante Semanário Regional - Edição de 15-11-2007).

da Região Militar de Moçambique” com a data de 20 de setembro de 1969, da autoria do General Comandante da Região Kaúlza de Arriaga (Arriaga, 1969). Deste documento podemos retirar que este conflito exige pessoal “com bom moral e pessoalmente preparado”, no entanto naquele momento “de maneira geral, o moral dos QP não era brilhante”, sendo que eram várias as razões de fundo e conjunturais que conduziam a uma situação má.

Daqui se pode retirar que o moral da força não era o melhor, e por outro lado que existia a noção que os militares eram submetidos a condições muito duras e perigos vários que colocavam em causa o seu moral.

Por outro lado, e já no final do conflito podemos encontrar numa nota-circular de Nampula do Coronel Chefe de Estado Maior Tirocinado (COR CEM TIR) Manuel Amorim de Sousa Menezes, que dá conta de um aumento da atividade da FRELIMO, devido à situação política e o anunciado fim da guerra, levando a uma quebra de moral e conseqüente aumento das baixas, sendo preocupação resolver a situação antes que a situação fique mais grave. Pode ler-se: “Uma desmoralização das NT, que tem enfrentado momentos muito mais difíceis com uma energia, determinação e otimismo verdadeiramente notáveis, tem que ser evitado a todo o custo”.

1.5. Serviço Postal Militar

O Serviço Postal Militar (SPM) era responsável pelo encaminhamento de toda a correspondência oficial e particular dos militares. Este serviço encontrava-se vinculado à hierarquia do pessoal e à Administração dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), no entanto funcionava como se tivesse uma administração própria decorrente de uma necessária mobilidade total, com o objetivo de alcançar a necessária satisfação dos militares. Conseguiu-se, não só evitar a intromissão dos serviços civis no SPM, como a sua relevância e operacionalização chegou a ser superior. O fator militar, fez com que as Estações CTT se adaptassem ao SPM, sendo visível no fornecimento e transporte dos aerogramas de forma gratuita para os militares (estima-se que foram impressos mais de 300 milhões para satisfazer os três teatros de operações) e a possibilidade de expedição de malas de correio militar, por parte destas Estações, com a isenção da fiscalização do seu conteúdo (Figura 3).

(9)

S.  R.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CHEFIA DO SERVIÇO POSTAL MILITAR

Ministério do Exército
Serviço Postal Militar
2102
3470
OR
Processo N.º 03.06.03.03.33



Ao Senhor
CHEFE DA 3ª. REPARTIÇÃO DO
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

L I S B O A

1038

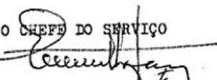
Seu referência: 719/OR/70, P.º. 03.06.03.03.35 de 25.MAR.70
Seu comunicação de: P.º. I-35/139
Nossa referência: 1038
Forte do Bom Sucesso - LISBOA-3 - Portugal
1.ABR.70

ASSUNTO - RELATÓRIO DA VIAGEM DE INSPEÇÃO AO SPMR DA RM MOÇAMBIQUE -

Relativamente ao assunto da nota acima citada, tenho a honra de enviar a V. Ex.ª. uma cópia da parte do relatório da inspecção efectuada ao SPMR de Moçambique, da qual consta:

- a) - a natureza do orgão postal a criar - Posto Militar de Correio, com a designação de nomenclatura PMC-134;
- b) - o efectivo de pessoal necessário:
 - 1 - 1.º sargento
 - 1 - furriel ou 2.º sargento - eventual (Pessoal já compreendido no actual QO, consequentemente sem necessidade de reforço).
 - 1 - soldado condutor auto
 - 1 - ordenança.

/RL.

O CHEFE DO SERVIÇO

ERNESTO D. TAPADAS
Ten Cor do SPM

(10) (11)

SPIME—Mod. 650

Figura 3 – Mensagem do Serviço Postal Militar

Fonte: Estado-Maior do Exército (1989).

1.6. Assuntos Mortuários

No que diz respeito aos mortos no TO, inicialmente eram enterrados em cemitérios nas localidades das suas Unidades. Alguns, por falta de transporte, foram mesmo enterrados na floresta, nos locais onde morreram. O transporte de helicóptero era reservado às evacuações de feridos, não sendo disponibilizado para o transporte de mortos. Por outro lado, e nos primeiros anos, o transporte para Portugal era pago pelos familiares, situação que mudou ao longo do tempo (Afonso e Gomes, 2000).

Daqui se subentende que nos primeiros anos muitas famílias não terão tido capacidade de transladar os seus “mortos” e muitos portugueses ficaram em Moçambique, devendo considerar-se que neste período da nossa história era território Português.

No que diz respeito a informar a família isto acontecia por telegrama (Figura 4), sendo notificada de como tratar do assunto. O espólio era salvaguardado pela sua unidade e era reencaminhado à família.

TELEGRAMA

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos interceptores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e a hora da acção.

A hora mencionam-se por um grupo de quatro algarismos; os dois primeiros indicam as horas e os dois últimos os minutos (0001 a 2400).

CTT 72
SABR 4
Ma na
da

79

Linha ou mesa n.º _____
Estação _____
Entendido às _____
Por _____

| Número local | Categoria | Destino | Origem | Número de palavras | Palavras | Data | Hora |
|--------------|-----------|---------|--------------|--------------------|----------|------|-------|
| | | | Ajudá Lisboa | 2039 | 52 | 9 | 17:00 |

Via e outras indicações de serviço, não taxadas

79
25-4-57

N.º 691152 sua Ex^{ca} Ministros de Exército tem favor comunicar falecimento seu filho soldado [redacted] ocorrido dia 3 corrente Moçambique por motivo combate defesa da Pátria sua Ex^{ca} afrescuta assim sentido condolencial. comandante Depósito Geral Adidos Lisboa

Figura 4 – Telegrama com anúncio de morte

Fonte: Afonso e Gomes (2000).

A nível de relatórios, este encontrava-se a cargo da unidade do militar, sendo preenchido um relatório sumário com as circunstâncias da morte.

2. A LOGÍSTICA NA CONDUÇÃO DA CAMPANHA

O estudo da evolução do apoio logístico durante o período em que decorreu a campanha de Moçambique pode ser classificado em três fases distintas (Coelho, 1996). Sendo possível, em cada uma delas, identificar incrementos de ordem qualitativa na forma como o apoio chegava às tropas presentes no TO, havendo a destacar entre outras alterações: a adoção, alteração e implantação de infraestruturas e procedimentos logísticos que fomentaram a eficácia e eficiência deste no apoio às forças.

2.1. A evolução do Apoio Logístico

2.1.1. 1.^a Fase – Desde o período de pré insurreição até meados de 1964

A Direção Logística (4.^a Repartição e alguns Comandos e Chefias), bem como os principais órgãos de execução, situavam-se na capital Lourenço Marques, a cerca de 2 000 km do epicentro do conflito (Figura 5).

2.1.2. 2.^a Fase – Início das operações militares e até finais da década de 60

Esta segunda fase (Figura 6) tem como pontos essenciais o reconhecimento das limitações e lacunas que o dispositivo logístico apresentava, implementação de algumas alterações ao dispositivo e o início do deslocamento da Direção Logística para norte, facto que se constitui como a alteração mais expressiva nesta fase.

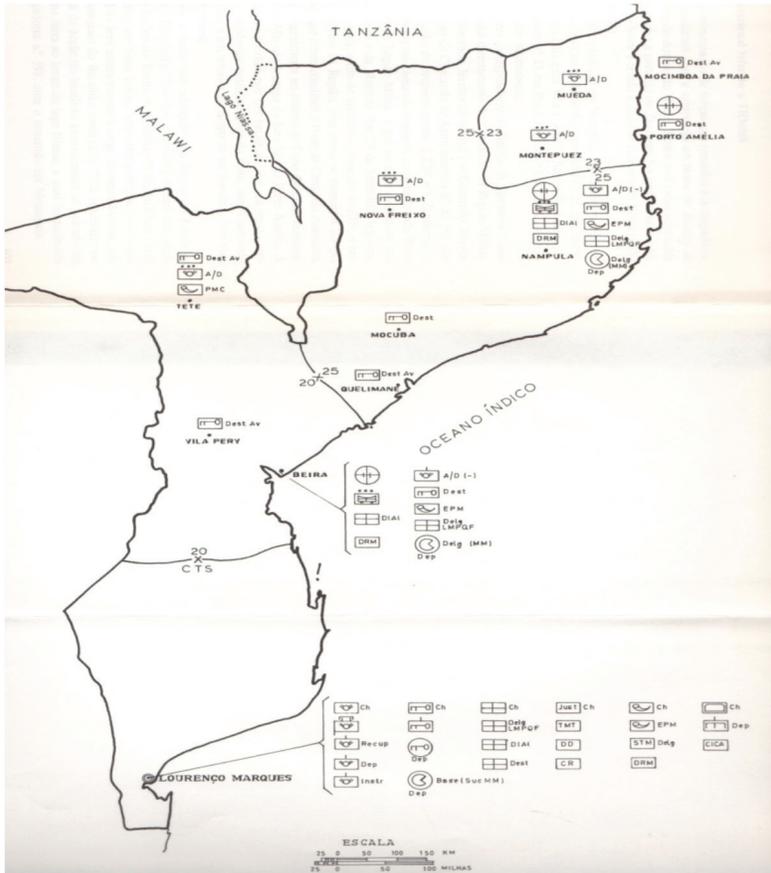


Figura 6 – Dispositivo Logístico em julho de 1965

Fonte: Coelho (1996).

Em junho de 1967, tem início o deslocamento da direção logística para norte, materializada pela instalação das Chefiias Avanças dos Serviços em Nampula, constituindo Beira, Lourenço Marques, Vila Cabral e Mueda os centros de gravidade da Região Militar de Moçambique (RMM) (Figura 7) (Jorge, 2003).

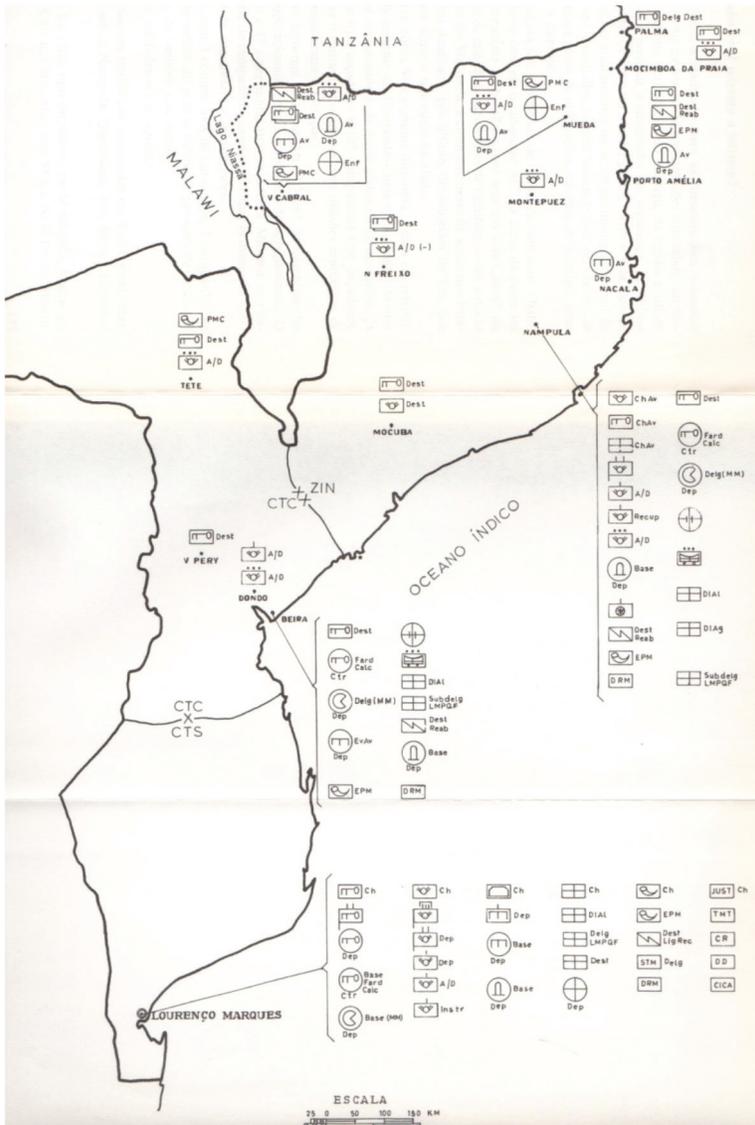


Figura 7 – Dispositivo Logístico de 1967

Fonte: Estado-Maior do Exército (1989).

A distribuição e localização dos órgãos logísticos por Comando Territorial compreendia:s

- No Comando Territorial Sul em Lourenço Marques, órgãos de apoio às Unidades deste Comando e alguns órgãos de apoio geral a todo o território;
- No Comando Territorial Centro, na Beira, órgãos de apoio às Unidades deste Comando;
- No Comando Territorial Norte, em Nampula, órgãos de apoio à Zona de Intervenção Norte (ZIN), incluindo também o distrito de Zambézia (a sul de Nampula).
- As zonas mais interiores e, conseqüentemente mais afastadas da costa, nomeadamente Niassa e Cabo Delgado tinham implantados órgãos logísticos avançados mais ligeiros (Coelho, 1996).

2.1.2.1. Reabastecimento

Não obstante as alterações implementadas, houve procedimentos que se mantiveram, nomeadamente a receção de abastecimentos provenientes do exterior, que continuavam a ter como ponto de entrada Lourenço Marques, quando as reais necessidades dos mesmos eram, na esmagadora maioria, na região norte do território, levando a um esforço acrescido para fazer chegar os abastecimentos a quem deles necessitava, dadas as enormes dificuldades ao nível dos meios e infraestruturas de transporte, que eram escassos, criando assim carências extremas de abastecimentos às tropas.

2.1.2.2. Infraestruturas

“Em 1961, Moçambique dispunha de cerca de 26 000 quilómetros de estradas, sendo 3 500 asfaltadas. Destas, 4 500 quilómetros estavam classificadas de estradas nacionais de 1.^a classe, 7 500 de 2.^a classe e 14 000 de regionais.” (Estado Maior do Exército, 1989, p. 40).

No início das campanhas existiam no território moçambicano 2 754 quilómetros de via-férrea, tendo o alargamento da mesma continuado durante o período de confrontos, com a ligação de Nacala até Vila Cabral e posteriormente do Malawi a partir de Nova Freixo. No final das campanhas em Moçambique, a extensão da via-férrea cobria 3 589 quilómetros.

2.1.2.3. Movimento e Transportes

As primeiras referências ao Serviço de Transportes em Moçambique são de 1966, com uma Companhia de Transportes sediada em Nampula e Secções de

Transportes em Vila Cabral, Mueda, Beira e Lourenço Marques (Estado Maior do Exército, 1989).

Fator de importância vital em toda a atividade desenvolvida neste território foram as vias de comunicação, sendo estas fortemente influenciadas pelas características do terreno.

A geografia do terreno é favorável ao desenvolvimento de cursos de água com disposição OESTE-ESTE, apresentando-se estes como um forte constrangimento à circulação terrestre.

A necessidade histórica de acesso ao mar, tanto de Moçambique como dos países vizinhos que não dispunham de costa, aliado aos motivos geográficos, levou ao desenvolvimento de um sistema de comunicações terrestre, tanto rodoviário como ferroviário.

Assim as principais vias de comunicação partiam dos portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala, dirigindo-se para o Transval, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Niassa.

Atendendo às limitações anteriormente apontadas, as ligações NORTE-SUL eram realizadas com recurso à navegação marítima, através de vários portos existentes ao longo da costa. Além dos portos já referidos, são de destacar os de Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Ilha de Moçambique, Quelimane e Inhambane (Estado Maior do Exército, 1989).

2.1.3. Início durante o ano de 1970, e anos subsequentes

Foi nesta fase que ocorreram as alterações mais expressivas ao dispositivo logístico, verificando-se um ajuste às realidades operacionais, em que todo o território era coberto de uma forma coerente (Jorge, 2003).

As alterações ocorridas nesta fase foram significativamente impulsionadas com a chegada de um novo Comandante Militar a Moçambique, General Kaúlza de Arriaga⁵, que encetou a revisão do estudo da situação logística no intuito de dar resposta aos constantes problemas no campo da logística (Figura 8).

⁵ O General Kaúlza de Arriaga foi comandante das Forças Terrestres em Moçambique entre 1969-1970 e Comandante Chefe das Forças Armadas em Moçambique entre 1970-1973.

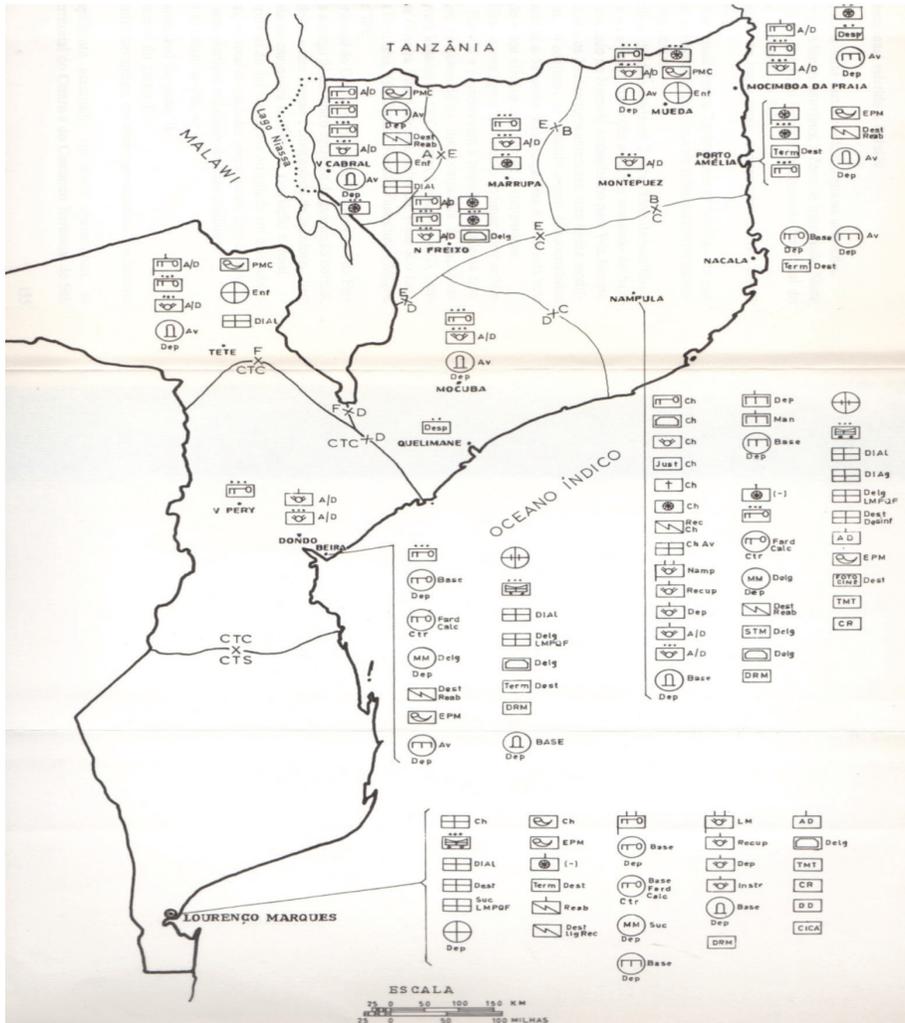


Figura 8 – Dispositivo Logístico em março de 1970

Fonte: Estado-Maior do Exército (1989).

2.2. A divisão da Região Militar de Moçambique em áreas Logísticas

Como já foi referido, a terceira fase do apoio logístico foi aquela em que se verificaram alterações mais incisivas e significativas.

O território da RMM foi “dividido” em quatro Áreas Logísticas (Coelho, 1996), que praticamente se enquadravam com os Comandos territoriais e com os setores Operacionais. A criação destas quatro áreas logísticas tinha como principal finalidade ir de encontro ao primeiro vetor definido para a terceira fase “Estabelecer, face às determinantes geográficas e socioeconómicas, áreas logísticas bem definidas, com vista à obtenção, nestas, de um certo grau de independência na receção dos recursos, quer locais quer recebidos do exterior” (Figura 10).



Figura 10 – As quatro áreas Logísticas

Fonte: Estado-Maior do Exército (1989).

A primeira área logística tinha como sede a capital Lourenço Marques e incluía os distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, sendo coincidente com Comando Territorial Sul. As principais potencialidades desta área eram a obtenção e gestão de recursos locais, nomeadamente no âmbito oficial e sanitário, a existência de depósitos de base e de transportes com assinalável capacidade.

A segunda área logística, com sede na Beira, incluía os distritos da Beira, Vila Pery e Tete, sendo coincidente com o Comando Territorial do Centro, para rececionar os reabastecimentos que diretamente lhe eram remetidos (Jorge, 2003). As potencialidades desta área passavam pela existência de boas ligações ferroviárias com o distrito de Tete, possibilidade de exploração e gestão de recursos locais no âmbito do apoio oficial e sanitário, transportes e abastecimento de víveres.

A terceira área logística, com sede em Nacala / Nampula, abrangia os distritos de Moçambique, Zambézia e Niassa, próxima dos órgãos de decisão. Esta área era potenciada pelo porto de Nacala e pelo eixo ferroviário até Vila Cabral. A posição geográfica desta área permitia ainda uma relação de proximidade com as zonas de esforço militar.

A quarta área logística abrangia o distrito de Cabo Delgado e tinha a sua origem em Porto Amélia. Tratava-se de uma área com interesse essencialmente militar quer pelo volume de efetivos ali presente quer pela importância das operações militares. Era uma área basicamente recetora de recursos sem qualquer exploração local.

2.2.1. Reabastecimento

A criação destas quatro áreas logísticas, foi acompanhada de alterações ao nível da execução do ciclo de abastecimentos, com vista a flexibilizar, simplificar e operacionalizar o mesmo. Foi criada uma modalidade assente em três pontos de destino para os abastecimentos, primeiro destino, destino intermédio e destino final, respetivamente (Coelho, 2010).

Os pontos de primeiro destino, basicamente, eram as origens das áreas logísticas;

Os pontos de destino intermédio, que mediavam entre os pontos de primeiro destino e os pontos de destino final, eram pontos pelos quais pessoal e material teriam de circular. Estes pontos assumiam particular importância quando as áreas de consumo dos abastecimentos se encontravam muito distantes dos pontos de primeiro destino.

Os pontos de destino final eram materializados pelas sedes das unidades e das subunidades para determinado pessoal, material crítico frágil, frescos e correio (Coelho, 2010).

2.2.2. Infraestruturas

O deslocamento para Norte do território da direção logística e dos órgãos de apoio de base, materializa o segundo vetor definido na terceira fase do apoio logístico. Como já foi referido, numa fase inicial do conflito a Direção Logística encontrava-se na capital Lourenço Marques, a cerca de 1 000 km da zona de combate, situação que praticamente se manteve até ao início da década de 70, quando os órgãos de direção logística, Repartição do QG, Comandos e Chefias ficaram completamente instalados em Nampula e sem escalão recuado. Relativamente às funções que até então eram asseguradas pelo escalão recuado ficaram responsabilidade do Comando Territorial Sul, sucedendo igual situação com os órgãos logísticos de base.

2.2.3. Movimento e Transportes

A consecução do terceiro vetor é materializada pela criação, em 1 de dezembro de 1969 (Estado Maior do Exército, 1988), da Chefia de Serviço de Transportes em Nampula, destacando-se ainda a instalação de quatro Companhias de Transportes respetivamente na Beira, Nampula, Porto Amélia e Nova Freixo (pode encontrar-se em outra referência, dados que apontam para a criação deste serviço em 1970, com Companhias de Transportes instaladas em Nampula, Lourenço Marques, Porto Amélia, Nova Freixo e pelotões em Vila Cabral, Nova Freixo, Mueda, Porto Amélia e mais tarde em Tete, entre outros) (Estado Maior do Exército, 1989). Foram ainda criados nesta data destacamentos de terminal em Nacala, Beira e Lourenço Marques. (Figura 11) (Estado Maior do Exército, 1989).

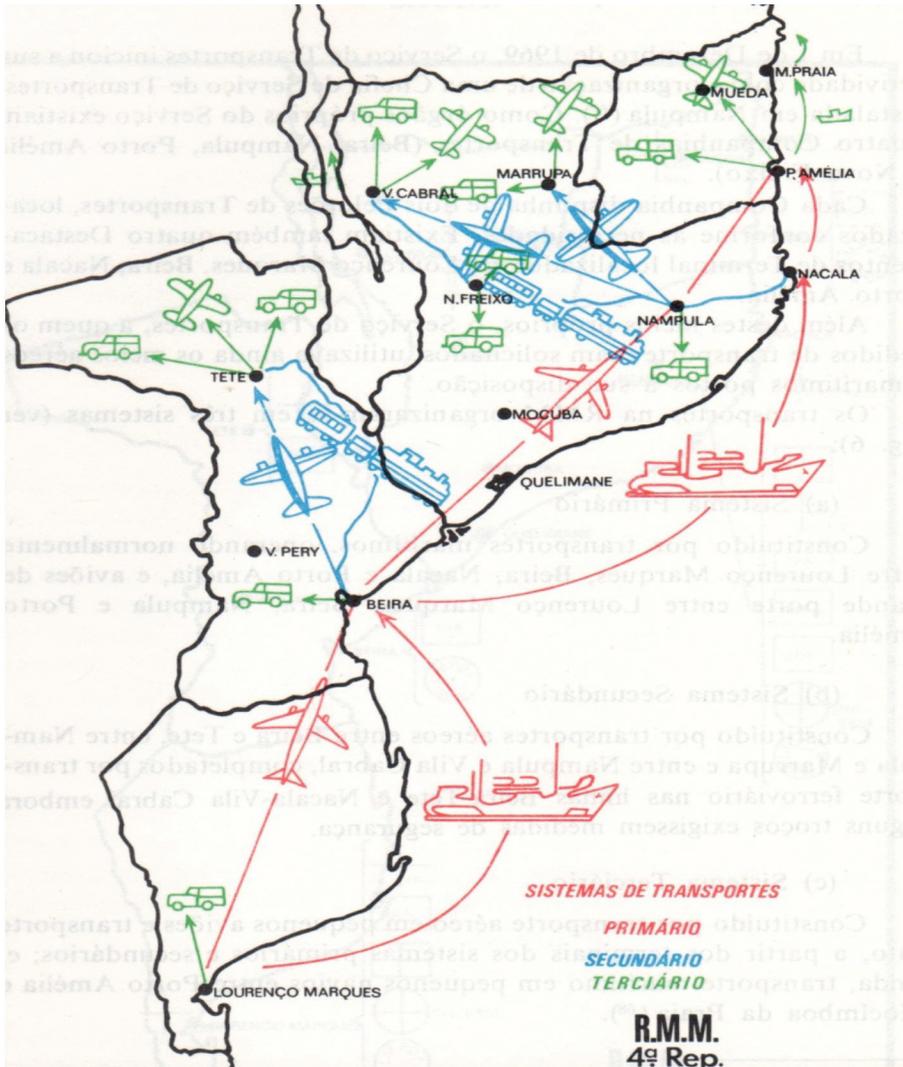


Figura 11 – Ilustração gráfica do Sistema de Transportes
Fonte: Estado-Maior do Exército (1989).

Os Serviço de Transportes em Moçambique estava organizado do seguinte modo:

– Sistema Primário:

Constituído por transportes marítimos, operando entre Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia, e aviões de grande porte entre Lourenço Marques, Beira, Nampula e Porto Amélia;

– Sistema Secundário:

Formado por transportes aéreos fazendo as ligações Beira - Tete, Nampula – Marrupa e Nampula – Vila Cabral, conjugados com transportes ferroviários de acordo com as linhas Beira – Tete, Nacala – Vila Cabral, embora este meio obrigasse à implementação de medidas de segurança;

– Sistema Terciário:

Transporte aéreo em pequenos aviões e transporte rodoviário, a partir dos terminais dos sistemas anteriormente referidos, ou através de transporte marítimo em navios de pequeno porte, entre Porto Amélia e Mocímboa da Praia (Estado Maior do Exército, 1988).

Em 1974, o dispositivo de Transportes em Moçambique estava estruturado de forma sólida, de modo a conseguir responder às solicitações operacionais. Assim, é de assinalar:

- Quatro Companhias de Transportes, em Lourenço Marques, Nampula, Tete e Porto Amélia;
- Nove Destacamentos terminais, em Vila Cabral, Marrupa, Mueda, Palma, Mocímboa da Praia, Nacala, Mocola, Nova Freixo e Tete;
- Dois terminais de Transportes em Lourenço Marques e Porto Amélia;
- Uma Secção de despacho em Quelimane;
- Um Depósito Terminal na Beira.

CONCLUSÕES

As dificuldades na manutenção do efetivo dada a envolvimento de Portugal em três TO distintos levaram ao recurso ao recrutamento local aumentando a miscigenação entre as tropas metropolitanas e provincianas. Na fase inicial verificou-se um elevado número de baixas, devido à falta de adaptação ao teatro, diminuindo com a adaptação ao mesmo, porém na fase final, ocorreu um novo aumento de baixas, devido à escalada da atividade hostil, resultante das alterações políticas e ao anunciado fim da guerra.

Devido à escassez de pessoal, que ocorreu no final do conflito, o tempo de rotação prolongou-se, o que originou a afetação da moral das tropas. A função de

comandante de companhia foi a principal afetada com a falta de recursos humanos havendo mesmo necessidade de recorrer a oficiais milicianos por falta de capitães dos quadros permanentes. Esta transformação acabou por violar o princípio da antiguidade e conseqüentemente contribuindo para a queda do regime.

No que diz respeito à situação de prisioneiros de guerra, este estatuto não se aplicava aos beligerantes dos movimentos de libertação, pois Portugal não reconhecia Moçambique como um estado independente. Por outro lado, a sua identificação era dificultada por falta de uniforme e por se confundirem com a população local.

Ao longo do conflito diversas entidades assumiram um papel preponderante no apoio ao desenvolvimento do moral e bem-estar dos militares, colmatando desta forma as lacunas existentes nas forças armadas. A este nível é de realçar a CVP, o MNF e o apoio religioso prestado pelos Capelães.

O Serviço Postal Militar, apesar das diversas adaptações ao conflito, revelou-se um serviço de grande eficácia, satisfazendo as necessidades dos militares. Por sua vez, no que diz respeito aos assuntos mortuários, apesar das dificuldades iniciais, este serviço veio a adaptar-se ao conflito dando uma resposta positiva neste âmbito.

A nível disciplinar, a principal infração verificada foi a deserção. No entanto, esta infração ocorreria maioritariamente por falta de informação dos infratores e das conseqüências deste ato, apresentando-se voluntariamente, na maior parte dos casos, após o incumprimento.

De uma forma geral o Apoio de Pessoal mostrou-se pouco eficaz aquando do início do conflito, traduzindo-se desde logo num elevado número de baixas ocorrido, situação que se veio a minimizar com o desenrolar do conflito. No entanto, esta dificuldade voltou a verificar-se na parte final do conflito devido à quebra do moral e manutenção de efetivos, decorrentes do prolongamento do conflito.

O arranque do conflito em Moçambique, apesar de certo atendendo ao enquadramento já existente à época nas outras colónias, não foi devidamente acautelado, sendo notório na fase inicial um alheamento da estrutura decisora presente na capital face às ações que se desenvolviam na zona norte do território, bem como a ineficiente exploração de todos os recursos e fontes de apoio logístico disponíveis.

A não dinamização de uma estrutura de apoio logístico no TO de Moçambique, capaz de, em caso de crise ou conflito, apoiar as tropas no terreno, no período pré insurreição condicionou fortemente, o apoio a prestar às tropas na fase inicial do conflito. Sendo de referir os seguintes pontos:

- Falta de vias de comunicação, portos e pistas de aviação, capazes de permitir fazer chegar o apoio a todo o território;
- A concentração dos órgãos de execução logística na capital e as poucas capacidades dos poucos órgãos de execução logística espalhados pelo TO.

- A persistência, durante boa parte da campanha, em utilizar como Porto Marítimo de Entrada o Porto da capital Lourenço Marques, originando desta forma um maior tempo de espera do apoio por parte das unidades utentes.

A insularidade de Moçambique somada ao facto de ter sido o último território a entrar em conflito, numa fase em que grande parte dos recursos de Portugal estavam empenhados nos outros territórios, levou a grandes dificuldades na sustentação das operações via Metrópole. O apoio proveniente da África do Sul, ainda que silencioso, e não respeitando o embargo imposto a Portugal, constituiu-se como uma mais valia crucial para as nossas tropas no decorrer do conflito constituindo-se como a fonte de uma parte significativa dos abastecimentos.

A intervenção do Gen. Kaúlza de Arriaga, comandante das Forças Terrestres em Moçambique entre 1969-1970 e Comandante em Chefe das Forças Armadas em Moçambique entre 1970-1973, foi o impulso decisivo na reestruturação do dispositivo militar em Moçambique, contribuindo para que, após sete anos de conflito, o apoio logístico dispusesse finalmente de uma estrutura devidamente edificada, com procedimentos de apoio implantados e, sobretudo, capaz de acompanhar e apoiar o decurso das operações de combate em todo o território.

A divisão do território em quatro áreas que praticamente coincidiam tanto em termos Logísticos como em termos de Operações facilitou em grande medida a Campanha, permitindo a concentração de meio e o melhor aproveitamento dos recursos existentes, baseados na sobreposição da manobra logística e operacional. Adicionalmente fomentou também a descentralização da decisão, atribuindo-lhes uma área de autonomia local, conferindo desta forma maior celeridade no apoio logístico às unidades.

A proximidade entre os órgãos de decisão e sustentação e as operações, revelou-se crucial para o desenrolar da Campanha, contudo a morosidade na concretização desta medida contribuiu para que na fase inicial do conflito o apoio logístico não decorresse de forma eficaz.

A criação das quatro Áreas Logísticas potenciou a estruturação e coordenação do Apoio de Serviços, criando-se um fio condutor desde a entrada em teatro até às Unidades projetadas no TO. Esse fio condutor foi materializado pela implementação dos pontos de primeiro, segundo e terceiro destino e igualmente pela criação de uma estrutura de transportes dividida em três níveis, alimentando o reabastecimento e todas as outras classes.

Face à falta de infraestruturas terrestres e à dimensão do território, os meios aéreos e navais e a grande coordenação entre os três ramos das Forças Armadas revelaram-se cruciais para o sucesso das operações.

O sistema logístico adotado em Moçambique revela uma proximidade muito significativa com o atual sistema logístico, com a atribuição às várias Unidades de Áreas de Responsabilidade, em que são apoiadas por Subunidades de Apoio de Serviços (Apoio Direto) implantadas localmente. Estas Subunidades são apoiadas por meios logísticos que operam a nível de Área (Apoio Geral), sendo alguns serviços prestados por Unidades específicas que operam a nível de Teatro de Operações.

A organização do Serviço de Transportes em Moçambique (equivalente à atual Função Logística Movimentos e Transporte) em três sistemas, primário, secundário e terciário vem dar resposta ao sistema logístico criado, desde a entrada em TO (deslocamento inter-teatro) até às Unidades de Manobra (deslocamento intra-teatro de longo curso).

O decurso do apoio logístico no TO de Moçambique seguiu uma linha evolutiva bastante positiva, sendo de realçar particularmente a última fase, pelas alterações de fundo introduzidas que demonstram uma consciencialização do real valor do apoio logístico bem como os ganhos de eficiência, eficácia e economia, que acabou por se materializar na satisfação das tropas apoiadas bem como na confiança destas no apoio logístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Gomes, C., 2000. *Guerra Colonial*. 2.ª ed. s.l.:Editorial Notícias.
- Arriaga, K., 1969. *Problemas da Região Militar de Moçambique*. s.l.:s.n.
- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, Lda..
- Coelho, A., 1996. *O desenvolvimento da estratégia militar e a organização logística de apoio aos teatros de operações. O caso de Moçambique*. Lisboa, IAEM.
- Coelho, A., 2010. *A Logística Terrestre e a Guerra do Ultramar*. Revista Militar, Dezembro, pp. 1329-1358.
- Estado Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol.1 - Enquadramento Geral*, 2.ª Edição. Lisboa: EME / CECA.
- Estado Maior do Exército, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol. 4 - Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique*. Lisboa: EME / CECA.
- Jorge, A., 2003. *A atividade Logística no Teatro de Operações*. Em: *As Campanhas de Moçambique durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa: IAEM, pp. 311-326.
- Nielsen, S., 1979. *The White Devil of Mozambique, Soldier of Fortune*. s.l.:s.n.

SECÇÃO X

A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS

A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

Autores

CAP INF Nuno Gonçalo Jacinto Marçal
CAP INF Nuno Miguel Martins Ribeiro
CAP ART Alexandra Sofia Barros Nascimento
CAP CAV Samuel de Freitas Gomes
CAP TM Paulo Jorge de Matos Maia Veludo Margarido
CAP INF RCV Edson Salizângelo Lopes Correia

Orientador

TCOR INF Telmo Lau Hing

Após a II Guerra Mundial, aproveitando a instabilidade e a vulnerabilidade dos estados, vários povos em todo o mundo mostraram a sua vontade em se libertarem dos seus países colonialistas. Este sentimento foi influenciado por indivíduos provenientes das metrópoles e por ideais, nomeadamente o marxista, espalhando e fortalecendo um sentimento de independência.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, inicia a luta armada dois anos depois, assumindo-se como uma organização política constituída por Moçambicanos para defender os direitos da totalidade do seu povo, tendo por objetivo a liquidação do poder colonial português. É neste contexto que durante os anos 60 e início dos anos 70, o regime colonial português vai tentar manter a sua posição perante os movimentos nacionalistas que nas suas principais colónias africanas (Angola, Guiné e Moçambique), optaram pela luta armada.

Esta secção visa destacar a forma como as Forças Terrestres (FT), que estavam inicialmente preparadas para atuar em conflitos segundo uma doutrina convencional, viram-se obrigadas a desenvolver doutrina, táticas, técnicas e procedimentos de combate para atuar em ambiente subversivo. Pretende-se caracterizar os fundamentos, as ações e os resultados do que foi a Ação Psicológica (APsic) e os Assuntos Civis (AssCiv), no Teatro de Operações (TO) de Moçambique (1964-1975), traçando um paralelismo entre estes conceitos com os conceitos atuais de Operações Psicológicas (PSYOPS) e da Cooperação Civil-Militar (CIMIC), de acordo com a doutrina vigente na época, analisando o seu emprego bem como as alterações que foram sendo introduzidas ao longo deste período até aos conceitos atuais.

A secção encontra-se organizada e estruturada com uma introdução, seguida de três capítulos e conclusões. No primeiro capítulo é apresentado o enquadramento teórico onde são definidos os conceitos importantes para a compreensão da secção. Seguidamente efetua-se uma análise da forma como a A Psic foi empregue pelas FT no TO de Moçambique, estabelecendo um paralelismo com o conceito e emprego de PSYOPS. No terceiro capítulo aborda-se a forma como foram empregues os AssCiv no TO de Moçambique, estabelecendo um paralelismo com o conceito e emprego da CIMIC. O estudo termina com a apresentação das conclusões.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Com o final da II Guerra Mundial, os movimentos subversivos ganharam grande relevância, sobretudo pela alteração das “ideias sobre as liberdades individuais e os direitos do homem” (EME, 1966, p. IX), que a nível militar impossibilitam o sufocamento pela força.

Neste tipo de operações, em que as forças militares se defrontam com ameaças que vivem entre a população e que são, por isso, difusas, não é viável atingir uma vitória estritamente militar: “A subversão ganha-se indo ao encontro e à satisfação das necessidades básicas da população, eliminando-lhes a fome, a sede e a doença” (Reis, 2000, p. 37).

É neste contexto e âmbito que, no desenrolar dos confrontos no Ultramar, é publicado o manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” em 1963, definindo o conceito de Guerra Subversiva como uma “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajustados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidos, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (EME, 1966, p. I).

Com o intuito de contribuir para a vitória, as forças militares desenvolvem ações que procuram reconverter a população e ao mesmo tempo apoiar a manutenção da segurança. É neste âmbito que se define a ação psicossocial, que se subdivide nos dois vetores, a A Psic, e a ação social.

A A Psic, que iremos estudar ao longo desta secção, consiste na “aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos” (EME, 1963, p. III).

No que diz respeito à ação social, definido pelo “conjunto de medidas de caráter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de

vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar a confiança dessa população” (EME, 1963, p. A-3), será abordado essencialmente na vertente militar no que diz respeito aos AssCiv que compreende “todo o auxílio, que o Exército, tal como os outros ramos das Forças Armadas (FFAA), pode fornecer às referidas autoridades (...), ajudando-as na manutenção e no restabelecimento da ordem, no controle da população e, em situações de emergência, na garantia de funcionamento dos serviços públicos ou outros, essenciais à vida da comunidade” (EME, 1963, p. IV), concretamente “reforçando a ação da Polícia ou atuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário” (EME, 1966, p. IV).

Ao longo deste tempo, os conceitos foram sendo alterados, todavia as ações podem ser enquadradas na doutrina atual fazendo um paralelismo entre as doutrinas, sustentado nas atividades de informação e influência no sentido de “alterar efetivamente atitudes, opiniões e comportamentos de audiências estrangeiras amigas, neutras, adversárias e inimigas para apoiarem as operações” (Exército Português, 2012, pp. 4-13) e paralelamente as operações de apoio civil como tipologia de operações que enquadram o relacionamento com as estruturas governamentais e outras entidades civis em território nacional.

Neste sentido, as PSYOPS consistem nas “operações que enviam a informação selecionada e indicadores para audiências alvo para influenciar as suas emoções, motivações, pensamentos e em último caso os comportamentos de governos, organizações, grupos e indivíduos estrangeiros” (Exército Português, 2012, pp. 4-14) e “as atividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas sobre audiências aprovadas de forma a influenciar atitudes, a percepção e comportamentos que contribuam para a realização de objetivos políticos e militares” (Exército Português, 2012, p. B-18).

As operações de apoio civil são o tipo de operações que “incluem todas as tarefas realizadas pelas forças militares, dentro do território nacional, em apoio das autoridades civis e das Forças e Serviços de Segurança (FSS), de acordo com a lei, na prevenção e em resposta a emergências internas, na melhoria da qualidade das populações e em outros apoios específicos” (Exército Português, 2015, pp. 1-5).

Finalmente e para efetuar o correto paralelismo ao longo desta secção, a CIMIC é definida pela “coordenação e cooperação, em apoio à missão, entre o comandante e os atores civis, incluindo a população nacional e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais” (NSA, 2013, pp. 2-1).

2. A AÇÃO PSICOLÓGICA E AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

2.1. Orientação estratégica

De acordo com Garcia (2003), o estado português no TO de Moçambique realizou APsic sobre três vetores: as populações (europeia e africana), o inimigo (FRE-LIMO) e as FFAA (apoio das operações e desenvolvimento da moral dos combatentes). Contudo, não obstante o atrás exposto, no início da década de 1960 apenas as FFAA realizavam APsic, não existindo na altura órgãos civis com responsabilidades nesta matéria (CECA, 2012). Neste contexto, é facilmente aceite que houve algumas dificuldades em operacionalizar e concretizar a APsic no TO de Moçambique. Deste modo, foi criado o Gabinete Provincial de Ação Psicológica, órgão executivo central do Conselho Provincial de Ação Psicológica, por despacho conjunto do Governador-geral e do Comandante-chefe do TO. Segundo o General Lucena, a criação deste gabinete deveu-se à necessidade da criação de uma estrutura civil-militar de APsic que conjugasse a atividade das autoridades civis e das forças militares nesse domínio. Porém, Garcia (2003) defende que se justificava a existência de um serviço de APsic a nível nacional, centralizando os diversos órgãos e entidades que se encontravam dispersas, embora tal não se tivesse verificado.

2.2. Doutrina, formação e treino

De acordo com o General Lucena e (CECA, 2012) é após a realização de missões de estudo à Argélia e a Inglaterra, durante a década de 1950, que o Exército Português inicia o estudo do fenómeno da subversão e, como consequência, verifica-se a publicação de alguns livros sobre a temática, onde o livro de Donas-Bôtto (1959) *“Guerra política, guerra de propaganda, guerra psicológica”* se constitui como um bom exemplo.

Em 1960, é iniciada a instrução de APsic no Centro de Instrução de Operações Especiais (CECA, 2012). Posteriormente, com o objetivo de minorar a carência de pessoal especializado em APsic foi criado em Nampula, já no TO de Moçambique, o Centro de Instrução de Ação Psicológica. Neste centro “passaram a ser ministrados quer o 2.º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos e Curso de Sargentos Milicianos da incorporação local na especialidade de APsic, quer estágios para sargentos e oficiais das Unidades quer, ainda, como atividade inovadora, a realização de estágios para “Operadores Psicológicos”. Estes, todos nativos, destinavam-se a prestar serviço nos Gabinetes Distritais de APsic (...) o que veio a mostrar-se muito positivo” (CECA, 2012, p. 105).

Mais tarde, em 1963, é publicado o manual *“O Exército na Guerra Subversiva”* constituído por cinco volumes, sendo o volume III – Ação Psicológica – que

materializa a doutrina sobre a temática em análise. Esta publicação serviu de base e enquadramento para as atividades de APsic ao longo de toda a guerra colonial (CECA, 2012). O manual *“Ação Psicológica nas Forças Armadas”*, de 1963, aborda temas como o campo de ação da propaganda, os princípios fundamentais, o planeamento, as formas e os meios de propaganda. Para esta secção, tendo em consideração o referido acerca da orientação estratégica, ganha especial relevo destacar dois dos princípios fundamentais mencionados neste manual: o princípio da unidade e o princípio da concentração. O princípio da unidade refere que “na propaganda, à unidade de conceção deve corresponder a unidade de organização e a unidade de ação” (p. 16). Deste modo, ainda que no plano teórico se possa separar a propaganda levada a cabo pelos militares (“guerra psicológica”) da propaganda efetuada por autoridades civis (“guerra política”), é essencial para o sucesso da APsic que esta esteja subjacente a uma conceção unitária e uma organização coordenada¹.

O princípio da concentração refere que

a propaganda não deve concentrar os seus esforços em mais de um objetivo de cada vez, uma vez que a experiência demonstra que é muito mais eficaz desencadear campanhas psicológicas sucessivas, concentrando todos os meios disponíveis em cada uma delas, do que iniciar, simultaneamente, várias ações dispersando esforços e meios

(p. 17)

Vaz (1997) divide as publicações militares da época (doutrina em sentido lato) em publicações de natureza técnica ou com finalidades pedagógicas e em publicações periódicas (e.g. *Jornal do Exército*) mais vocacionadas para a informação geral. Segundo o autor (1997), as primeiras tiveram especial relevância no domínio da APsic, especialmente no campo da contrapropaganda. As segundas obtiveram impacto positivo na manutenção do moral e espírito de corpo, bem como na transmissão das razões oficiais para o combate em África.

Numa análise aprofundada a duas dessas publicações militares de natureza técnica – *Cadernos Militares* e *A Propaganda Subversiva* – Vaz (1997), destaca o papel que estas tiveram na “desmontagem da propaganda inimiga”. Assim, relativamente à publicação *Cadernos Militares* n.º 1, o seu principal contributo foi, através de casos reais do TO de Moçambique e da Guiné, ilustrar aos militares portugueses as técnicas de propaganda levadas a cabo pelos movimentos de libertação africanos e seus apoiantes. Segundo Vaz (1997), esta publicação tinha como objetivo identificar os grupos-alvo e as técnicas utilizadas pela propaganda e pela

¹ A ideia atual de Comunicação Estratégica (StratCom) visa exatamente garantir essa conceção unitária e assegurar a coordenação das várias capacidades disponíveis.

contrapropaganda inimiga. Pela pertinência deste assunto, de seguida identificam-se alguns exemplos demonstrativos do valor desta publicação, nomeadamente no que diz respeito à APSic sobre as nossas tropas.

Assim, um exemplo relacionado com a identificação das Audiências Alvo (AA) da propaganda inimiga, nomeadamente a opinião pública mundial, é a notícia dada pela Rádio Moscovo, na sequência a uma queixa do Senegal contra Portugal acerca de uma suposta violação do seu espaço aéreo onde se referia que “(...) a opinião pública mundial exige medidas severas contra os agressores de Lisboa” (Vaz, 1997, p. 222). Ou seja, com este exemplo real era possível demonstrar que uma das AA da propaganda inimiga era a comunidade internacional, uma vez que a intenção era colocar ao nível internacional as notícias relacionadas com a (suposta) conduta do estado português.

Ao nível das técnicas de propaganda, nomeadamente para demonstrar a técnica da distorção ou desfiguração, a publicação refere uma declaração em 1968 do Dr. Eduardo Mondlane à Rádio Moscovo onde estimou em um milhão de pessoas das províncias setentrionais de Moçambique que estavam com a FRELIMO. Contudo,

[...] a população dos dois distritos de Cabo Delgado e Niassa era então, apenas, 900 000. Destes, estavam sob o nosso controle, aldeados ou por aldear, cerca de 710 000. Portanto, o número máximo que a FRELIMO poderia controlar seria na ordem dos 190 000, isto é, cinco vezes menos do que Mondlane dizia.

Vaz (1997, p. 223)

Mais uma vez, com um exemplo concreto e relativo ao TO de Moçambique, a publicação ilustrava uma das técnicas de propaganda inimiga.

No que concerne à publicação *A Propaganda Subversiva, Coleção Soldado!*, o seu objetivo era o de contrariar a propaganda do adversário. Neste sentido, um dos exemplos citados na publicação é relativo a um comunicado distribuído pela FRELIMO, em agosto de 1967, onde afirmava ter “derrubado três aviões portugueses, feito explodir um paiol e ter morto e ferido “dúzias de soldados” portugueses num ataque efetuado contra Mueda em 2 de agosto, com fogo de morteiro. Acrescentava que em 12 de julho e 6 de agosto os seus elementos tinham abatido, no Norte de Moçambique, 100 soldados portugueses.” Porém, a publicação portuguesa defendia que “... não foi abatido qualquer avião português, não explodiu nenhum paiol e não foi feito qualquer ataque contra Mueda! E no período de 12 de julho a 6 de agosto, as Nossas Tropas sofreram em Moçambique somente cinco baixas em combate” (Vaz, 1997, p. 227).

Em 1967, é publicado o manual *Ação Psicológica* que se divide em: a) “Memorando das funções dos oficiais de ação psicológica nas unidades do Ultramar”;

b) “Memorando das funções dos oficiais de ação psicológica nas unidades da Metrópole”; c) “Notas sobre a participação do Exército na conquista da adesão das populações”. Este manual, dado que consubstanciava parte da experiência adquirida nos diferentes TO, visava oferecer linhas orientadoras que pudessem ser usadas em operações militares (CECA, 2012). Por exemplo, no manual *Memorando das funções dos oficiais de ação psicológica nas unidades do Ultramar*, a respeito da APsic sobre as Nossas Tropas (NT), refere-se que o Oficial de APsic deve, entre outras tarefas, “neutralizar os boatos postos a circular” (EME, 1967, p. 8) e “impulsionar a instrução de Ação Psicológica do pessoal da Unidade, intervindo designadamente na preparação técnica e psicológica dos oficiais, sargentos e praças, para o contacto com a população. Instruir sobre os usos, costumes, crenças, lendas, história das populações nativas em contacto, etc.” (EME, 1967, p. 10) pois, “terá que ser uma preocupação constante de qualquer militar, o aproveitamento de todos os meios e de todas as oportunidades para atuar psicologicamente sobre os elementos da população (EME, 1967, p. 20). É neste sentido que o Estado-Maior do Exército (EME), em 1968, publica o manual *Instrução de ação psicológica na escola de recrutas* que é constituído por um conjunto de fichas de instrução que visa preparar e dotar todos os combatentes com conhecimentos que lhes permitam fazer e compreender a APsic.

2.3. Estrutura organizacional

Uma vez que em Moçambique as hostilidades tiveram início posterior às vidas em Angola, existindo assim uma maior sensibilidade para estes assuntos, foi montada uma campanha de APsic com recurso a equipas militares e civis, realçando-se “não tanto os resultados obtidos como sobretudo a forma metódica, realista e eficiente como o problema foi então encarado” (CECA, 1988, p. 380).

A 18 de fevereiro de 1963, foi elaborado pela 2.^a Rep do QG/RMM, o Plano da APsic n.º 2, que determinava a intensificação da APsic, em especial, nas regiões do Norte e Centro da Província, e dava missões a todas as unidades da RMM, para fazer face à ação do inimigo que já se fazia sentir por meio de panfletos, rumores e emissões de rádio a partir de territórios vizinhos². Neste sentido, o primeiro passo oficial para a criação de estruturas de APsic acontece em 1963. “Em consequência duma proposta, então elaborada na 3.^a Repartição do EME, é realizado, em março (...) um estágio para oficiais no EME” (CECA, 1988, p. 386) em que se aponta, no relatório elaborado no final do estágio, a necessidade de uma estrutura própria para

² O Plano de APsic n.º 1 da RMM é de 1962, não tendo sido, contudo, encontrado quaisquer exemplares (CECA, 2012, p. 103).

a condução da APsic. O passo seguinte acontece com a criação de “uma Subsecção de Ação Psicológica, integrada na Secção de Contrainformação da 2.^a Repartição do EME, sendo mais tarde criada uma Secção de Ação Psicológica no seio da 2.^a Repartição (Rep), que se manteve com esta responsabilidade até ao fim do conflito” (Queijo, 2001, p. 32).

Quando a FRELIMO executou as suas primeiras ações contra as tropas portuguesas, já tinha sido difundido, a 14 de maio de 1964 pelo EME, uma Diretiva Inicial de APsic, que atribuía à 2.^a Rep/EME a responsabilidade de estudar, dirigir, impulsionar e coordenar a APsic relativa às FT e determinava ainda que a nomeação dos oficiais de APsic³ devia recair, de preferência, num oficial superior que prestasse serviço nessa Rep ou então no chefe da 2.^a Rep. A partir de 1967, passam a funcionar nas Regiões Militares (RM) do Ultramar, departamentos próprios de APsic (que deram origem mais tarde às 5.^a Rep) constituídos por um Chefe de Rep (um TCor com CEM), uma Secção de Informações Psicológicas (um Maj das Armas e um Subalterno do QC), uma Secção de Estudos e Planeamento de Operações (um Capitão das Armas e um Subalterno do QC especializado em APsic) e uma Secção de Ação Social (um Maj das Armas). “A sua missão era, em termos gerais, desenvolver ação psicológica sobre as NT, desenvolver APsic em apoio de operações militares e colaborar na APsic geral, participando na doutrinação e mentalização de autoridades e populações” (CECA, 2012, p. 104). Foi também criado um Centro de Instrução de APsic em Nampula, com o intuito de minorar a carência de pessoal especializado em APsic, onde mais tarde “passaram a ser ministrados o 2.^o ciclo do COM e CSM da incorporação local na especialidade de APsic, quer estágios para oficiais e sargentos das unidades, quer, ainda, como atividade inovadora, a realização de estágios para Operadores Psicológicos” (CECA, 2012, p. 105).

Segundo o General Lucena o

[...] memorando das Funções dos Oficiais de Ação Psicológica nas Unidades do Ultramar, (...) que referia que não sendo possível, nas circunstâncias então vividas, designar-se nas unidades um oficial exclusivamente para a APsic, ao nível do Batalhão (ou equivalente) seria o 2.^o Comandante e ao nível da Companhia o seu comandante, devendo este organizar uma equipa para o coadjuvar. Frisava-se, no entanto, que todos os elementos de uma unidade, desde o comandante ao soldado, tinham responsabilidades no campo da APsic e deviam colaborar ativamente nela.

A partir de 1967, começa a desenvolver-se em Moçambique uma estrutura civil-militar de APsic, com o objetivo de coordenar e executar atividades neste âmbito

³ Conselheiros técnicos dos Comandantes para as operações psicológicas.

sendo criado o Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública (GIFOP), ao qual competia “o estudo e determinação dos métodos e sistemas da propaganda e da Contrapropaganda com vista ao acionamento ou promoção do acionamento da informação e formação da opinião pública no sector da contra subversão (...)”⁴. Em janeiro de 1968, o QG da RMM emitiu a Diretiva 1/68 para a APsic na RMM, onde constavam a articulação dos meios de APsic e as zonas de prioridade de esforço previstas para esse ano⁵, com uma evidente “debilidade de os contactos entre a estrutura militar e civil se processarem apenas ao nível Comando-Chefe e do Governo-geral o que diminuía a eficiência de atuação nos escalões mais baixos e que eram, exatamente, os que se encontravam no terreno” (CECA, 2012, p. 111).

Surge assim em agosto de 1970 um Despacho do Gen Comandante-Chefe relativo à reestruturação da APsic em Moçambique, onde eram mencionados os órgãos de APsic (Conselho Provincial de APsic, Gabinete Provincial de APsic, Gabinetes Distritais de APsic e 5.ª Rep do Estado-Maior do Comando-Chefe), a sua constituição e atribuições, destacando-se a criação de órgãos de coordenação que permitiram potenciar a ação das autoridades civis e militares (a nível Distrital/Sector Militar e Autoridade Administrativa/Unidade Militar)⁶.

Contudo, apesar da elevada pertinência de uma resposta psicológica global e articulada, num conflito em que se procurava conquistar a confiança das populações, não existia um serviço de supervisão de APsic a nível nacional e só em 1970 foi criada uma Comissão Interministerial, para planear e coordenar a atividade dos vários ministérios, do qual resultou a aprovação no Conselho Superior da Defesa Nacional, em 20 de novembro de 1970, da Diretiva Nacional n.º 1/70⁷.

Embora a APsic apresentasse uma expressão assinalável, “em 1973-74 era ainda reconhecida a escassez de pessoal de ação psicológica nas unidades mobilizadas” (CECA, 1990, p. 189). As companhias de caçadores, que não incluíam esta vertente da ação psicológica na sua missão geral, tinham uma equipa neste âmbito chefiada por um subalterno (em acumulação e sem a necessária especialidade), um sargento (a quem era exigido um estágio de APsic) e um intérprete local (sem preparação). Ao nível dos batalhões, já com missão atribuída no âmbito da APsic sobre o adversário e a população, tinham uma secção de APsic chefiada por um oficial subalterno de transmissões (em acumulação), um sargento (especializado), um auxiliar do serviço religioso (pouco preparado) e, quando necessário, um intérprete.

⁴ Diretiva Geral de Contrassubversão – GIFOP – Lourenço Marques – novembro de 1967.

⁵ Articulação dos meios de APsic na RMM – Diretiva APsic n.º 01/68.

⁶ Organigrama da Estrutura da APsic em Moçambique.

⁷ Introdução da Diretiva Nacional N.º 1/70 (CECA, 1988, pp. 421-422).

Em todas as RM do Ultramar, foram criados órgãos destinados à APsic, constituídos por militares e civis, nomeadamente o Conselho Orientador da APsic (nível provincial) e o Grupo de Trabalho de APsic (nível distrital). Em Moçambique as linhas gerais de APsic eram definidas pelo Conselho Provincial de APsic, presidido pelo Secretário-geral e pelo Chefe do Estado-Maior do Comando-Chefe e os estudos, planos e diretivas eram elaborados pelo Gabinete Provincial de APsic, “órgão permanente, dispondo de um diretor com vários serviços, com funções executivas civis-militares” (CECA, 1990, p. 190). Os Gabinetes Distritais de APsic recebiam as diretivas e elaboravam os seus próprios planos, que tinham de ser aprovados pelo governador do distrito e pelo comandante de setor. “Por sua vez, as unidades e as autoridades administrativas das respetivas áreas formavam comissões locais de coordenação de ação psicológica”⁸.

Com a Comissão Interministerial, a partir de 1970, a difundir orientações para os diversos departamentos ministeriais, em função do grupo-alvo a atingir, o EME planeava a APsic a ser desenvolvida pelo Exército na Metrópole. O Secretário-Geral da Defesa Nacional (SGDN) em diretivas conjuntas com o Ministério do Ultramar orientava a ação a desenvolver no Ultramar.

2.4. Atividades de Ação Psicológica

O papel do Exército na APsic englobava as NT, o campo da população (da metrópole e das províncias ultramarinas) e do adversário, sendo conduzida através da propaganda, da contrapropaganda e da informação, utilizando processos auditivos, conversa, radiodifusão e altifalantes, processos visuais (cartazes e panfletos), marcas de presença⁹, jornais revistas e boletins.

Em termos de propaganda, a finalidade passava pela concretização das seguintes ideias: Portugal nação pluricontinental e multicultural; Justiça, ordem e paz social; Educação, trabalho e progresso; Estado corporativo como solução política para realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil. Por sua vez, a finalidade da contrapropaganda passava por defender o “ideal” de “luta pela paz”, neutralizar a propaganda adversa e todos os princípios anarquizantes e contra-atacar o esforço, principalmente da FRELIMO, em promover a divisão da população em grupos e classes hostis. A informação pública tinha definido como grande objetivo o esclarecimento da opinião pública internacional e a opinião pública nacional de modo a facilitar a consecução dos grandes objetivos nacionais por parte do Governo.

⁸ Entrevista ao TGen Sousa Lucena.

⁹ Exemplos de Cartazes, Panfletos e Marcas de Presença.

Os processos usados foram diversos e no respeitante à Metrópole, a ação sobre as NT consistiu, essencialmente, em material impresso (como são exemplo a publicação mensal pelo EME de um *Boletim de Informações*, cartazes e dísticos), nos Jornais de Unidade, palestras, gravações e filmes. Realça-se também a coleção de folhetos *Soldado! Coisas Importantes que Deves Saber*, que tratava de temas como a Subversão, Patriotismo e Camaradagem, entre outros.

No que se refere à ação sobre a população da Metrópole esta foi diminuta, salientando-se apenas a participação militar em cerimónias nacionais, nomeadamente as que passaram a ter lugar no dia 10 de junho e onde eram condecorados os militares pelos seus feitos no Ultramar. Nesta altura, uma atividade com grande impacto positivo, simultaneamente sobre as populações e as tropas, tinha lugar no Natal quando a televisão transmitia as mensagens de boas-festas e as saudações, às respetivas famílias e amigos, dos militares presentes nos vários TO, incluindo Moçambique. No que se refere à “população africana em geral, a ação que sobre ela se desenvolveu foi quase exclusivamente de natureza psicossocial. Julga-se, porém, que durante grande parte do conflito (...) esta foi insuficiente e lutou sempre com falta de meios” (CECA, 1988, p. 391). Existiu ainda a política de reordenação da população, que respeitava por princípio o desejo das respetivas populações, proporcionando uma melhoria nas suas condições de vida para além de diminuir a influência do adversário sobre elas.

As atividades de APsic, em proveito das operações militares, até serem criadas as estruturas próprias, quase que se limitaram ao lançamento de panfletos nas matas, em especial, dirigidos à população. Posteriormente, passaram a ter um desenvolvimento e elaboração mais cuidada e, visando um triplo objetivo (as forças inimigas combatentes, os seus quadros políticos e as populações sobre o seu domínio), após a implementação no terreno das estruturas de APsic, estas ações passaram a ser planeadas em relação às diferentes fases das operações (antes, durante e após). Os meios utilizados para o efeito foram na maioria dos casos, essencialmente panfletos, e principalmente a rádio e transmissões através de avionetas, transmissões essas feitas em dialetos locais, uma vez que 93% da população era analfabeta e não falava português. Em 1968, decorreu a Operação Psicológica BETA que “visava a população, principalmente das zonas não afetadas pela subversão violenta (...) criando-lhes e/ou desenvolvendo-lhes uma mentalidade contra subversiva” (CECA, 2012, p. 107) através de conferências, sessões cinematográficas, exposições fotográficas, emissões rádio e utilização da imprensa. Ao QG/RMM/SecAPsic chegavam os relatórios em relação às palestras, filmes e exposições, com elementos como: número de assistentes; apreciações críticas feitas; comportamento dos vários grupos sociais, etc.. Também em 1968 foi determinado, pelo QG/RMM/Se-

cAPsic, a disseminação de “*Marcas de Presença*” que consistiam em “retângulos de papel onde eram impressos estribilhos¹⁰ de propaganda e que se destinavam a prolongar, no tempo, a presença das forças militares nas zonas por onde passavam e, adicionalmente, a colaborar na orquestração do esforço de propaganda” (CECA, 2012, p. 110). Em agosto do mesmo ano foi igualmente emitida uma diretiva para a realização de uma “Campanha Radiofónica” e onde era também sugerido a “realização de uma série de reportagens com base em:

- Visita a aldeamentos;
- Contactos com populações que fugiram ao controlo da subversão e se remeteram à proteção da Administração;
- Contactos com guerrilheiros apresentados, de motu próprio, às Autoridades;
- Contacto com elementos das Nossas Forças” (CECA, 2012, p. 110).

As gravações seriam, para além de transmitidas nos locais onde foram obtidas e em pontos considerados de interesse, radiodifundidas através da Rádio Clube de Moçambique.

Deste modo, salientam-se como preocupações inerentes às ações desempenhadas em Moçambique, a utilização de panfletos, cartazes e aparelhos de difusão sonora (como demonstram os dados referentes ao 2.º semestre de 1971 com a emissão de 148 horas de difusão sonora aérea e o lançamento de 396 000 panfletos¹¹) e a emissão do programa “Voz de Moçambique”, em línguas nativas pela Rádio Clube de Moçambique, através dos seus emissores em Lourenço Marques, Quelimane, Beira e Nampula. Para além disto, foi exercido um esforço significativo, ao nível de todas as unidades na pesquisa de informações por forma a permitir ações de contrapropaganda.

3. OS ASSUNTOS CIVIS E A CIMIC

3.1. Orientação estratégica

Como já foi referido anteriormente, a guerra subversiva implica o apoio da população do território onde é desencadeada, pois sem o apoio da população a subversão definha e acaba, já que é pelo domínio da população que lutam os agentes subversivos e as autoridades (CECA, 2012). No TO de Moçambique a população não se revoltou contra as autoridades, a ação foi fomentada do exterior por agitadores e por elementos armados também de fora para assim concretizarem intervenções violentas contra a população, contra atividades comerciais e, também

¹⁰ Combinação organizada de palavras que resumem um tema.

¹¹ Relatório Trimestral de Acção Psicológica 2/71 – 5.ª Rep QG/RMM.

contra os fracos efetivos militares então existentes na área. Uma área que era pouco povoada e com fraca ocupação administrativa.

De acordo com Hing (2010, p. 5) “embora estivesse em causa a defesa e manutenção das províncias ultramarinas, a manobra militar só por si não conduziria ao sucesso”, ou seja, a luta contra a subversão não podia ser conduzida exclusivamente pela intervenção militar armada, havia que empregar, coordenadamente, muitas outras medidas de natureza política, social, económica, psicológica, cultural e religiosa. Houve, então a necessidade de criar estruturas para capacitar a interligação entre as FT, Autoridades Civas e a população.

Segundo o manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”, volume I, a missão geral das FFAA em Moçambique, assim como nos outros TO, foi:

Combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças de subversão, executando operações militares defensivas e ofensivas; Exercer uma ação psicológica sobre o adversário e, principalmente, sobre a população, e também uma eficaz ação, para a tornar mais recetiva aquela ação, contribuindo assim para conservar ou reconquistar o apoio dessa população; Dar apoio às autoridades civis, prestando-lhes informações, reforçando a ação da policia, ou atuando em coordenação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessários.

EME (1963, p. V).

Em 1967, foi definido o objetivo da contrassubversão e a sua estratégia, através de um Despacho Conjunto dos Ministros do Ultramar e da Defesa Nacional, onde se dá claramente prioridade à conquista da adesão das populações, objetivo a atingir por todas as autoridades civis e militares. Ou seja, as autoridades portuguesas reconheceram a importância do vetor social como o ponto decisivo para o sucesso na manutenção das colónias, reorientando o esforço das FFAA para o apoio civil. Deste esforço destacam-se as ações sociais de educação, assistência médica, desenvolvimento económico da agricultura e criação de gado, melhoramento de infraestruturas locais, a par de um desenvolvimento nas comunicações e incremento na autodefesa das localidades e aldeias (Cann, 1998, pp. 83-85).

3.2. Doutrina, formação e treino

Durante a década de 60 surgem então vários documentos doutrinários, que vão servir de referência para o estudo do TO de Moçambique.

Em 1963 é aprovada e implementada a publicação “*O Exército na Guerra Subversiva*”. Estas publicações revertem-se de especial importância pois havia uma necessidade de divulgar teoria, no âmbito da preparação e condução deste tipo de Operações.

De acordo, com o manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”, volume IV – “*Apoio às Autoridades Civas*”, os AssCiv tinham como finalidade garantir o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda das pessoas e bens.

Grande parte das finalidades expostas deveriam estar presentes não só na consciência dos comandos de todos os escalões, como também efetivar-se no seio dos espaços populacionais (EME, 1966, p. 1).

Mas de acordo com o manual “*O Exército na Guerra Subversiva – Acção Psicológica*”, houve uma necessidade de diferenciar ação psicossocial e APsic, no qual consta que

[...] o termo psicossocial, além de consagrado já dentro e fora do meio militar - embora nem sempre com o mesmo significado - é aquele que [...] abrange mais explicitamente no seu conceito o conjunto das ações psicológica e social a exercer sobre as populações e, até, sobre as nossas tropas.

EME (1966, p. VI)

A doutrina nacional divide então a ação social em duas vertentes: o apoio do Exército às autoridades civis e a divulgação da ação militar recorrendo à APsic, que se constituíam num multiplicador do potencial. Com a finalidade de isolar a população da subversão, às autoridades civis competiam-lhes a missão de controlar as pessoas através de medidas de recenseamento e enquadramento da população, controlo da informação pública, armas, meios de comunicação e transporte, imposição do recolher obrigatório e reordenamento de populações, entre outras (Garcia, 2003, p. 30).

Como se pode deduzir, os AssCiv e APsic estavam intimamente ligados, sendo que os AssCiv apoiaram a APsic.

3.3. Estrutura organizacional

Segundo John P. Cann (1998), Portugal sabia que neste tipo de guerra os militares não podiam ganhar sozinhos. Assim, uma rede entre administração civil, as forças de segurança e as forças armadas foi desenvolvida com a intenção de criar uma máquina coesa.

A responsabilidade primária da ação psicossocial competia às autoridades civis, embora as FFAA tivessem tido um papel fundamental.

A estrutura organizacional dos AssCiv baseava-se, basicamente na estrutura já descrita anteriormente, da APsic.

A coordenação entre a estrutura civil e militar foi sempre uma preocupação constante ao longo de todo o conflito, exemplo disso foi o Decreto-Lei 43560 de março de 1961, que afirma que para cada território ultramarino, o governador

passou a determinar a política de defesa no seu território, devendo este dar conhecimento ao Comandante-Chefe e mantê-lo informado em relação à situação da província, assim como, o Comandante-Chefe o devia fazer perante o governador no que respeita a todos os aspetos da situação militar.

O Conselho Provincial de Defesa era o mais alto órgão de coordenação entre as estruturas militares e civis na província, a sua composição era bastante ampla. Tinha como Presidente o Governador-Geral, nele participavam de forma permanente o Comandante-Chefe, os Comandantes Militares, os Chefes de Estado-Maior, o Secretário-geral do Governo, os Diretores da Polícia Internacional do Estado, do Serviço de Centralização e Coordenação das Informações Militares de Moçambique, do Gabinete Provincial da Ação Psicológica. Participavam também, o chefe da 2.^a Repartição (Informações) e alguns secretários provinciais como o de Terras e Povoamento, das Obras Públicas, do Planeamento e Integração Económica, Fazenda, Contabilidade e Comunicações. Das suas reuniões analisavam-se as necessidades militares humanas e materiais, os problemas de coordenação entre civis e militares, informavam sobre estratégias militares adotadas esclareciam-se os principais problemas enfrentados na condução da guerra. Até 1968, o Conselho Provincial de Defesa reunia muito esporadicamente devido ao facto de o Governador-Geral ser simultaneamente o Comandante-Chefe, com a nomeação de Governadores-Gerais civis esta situação alterou-se, tornando-se estas reuniões mais periódicas. Estas reuniões foram por vezes palco de contradições entre o poder civil e o poder militar, sobretudo ao nível das competências e áreas de trabalho de cada um (Souto, 2007, pp. 111-112).

A partir de 1967, nas estruturas civis mais baixas, nos escalões militares mais baixos e nas áreas mais problemáticas, foram organizadas estruturas de contrainsurgência, para coordenações civil-militar. Estes conselhos de contrainsurgência foram implementados em quatro níveis, TO, Zonas de Intervenção, distritos e municípios. Nestes conselhos estavam presentes, além de civis e militares, responsáveis por áreas como a educação, saúde, a Igreja Católica e as autoridades tradicionais locais (Vaz, 2014, pp. 41-42).

3.4. Atividades de Assuntos Civis

Como já foi referido anteriormente, as ações desenvolvidas no âmbito dos AssCiv estavam interligadas com as APsic e foram desenvolvidas na área da ação social. As vertentes mais significativas nesta área foram:

- Assistência Sanitária, os meios militares reforçaram as estruturas civis já existentes, nomeadamente com equipas sanitárias, no setor da vigilância e prevenção do estado sanitário das populações, conselhos de

profilaxia, vacinações, consultas, tratamentos e pequenas intervenções cirúrgicas, estas maioritariamente fora das zonas próximas dos Hospitais Centrais e Regionais. A distribuição da rede sanitária em Moçambique estava bastante desenvolvida, através de Hospitais Rurais e Postos Sanitários onde as atividades sanitárias das FFAA mais foram acentuadas.

- Assistência Religiosa, ainda que o número de capelães militares fosse reduzido, estes, não só auxiliaram e complementaram a assistência missionária mas também, pela celebração de atos de culto, pelo apoio espiritual e pela catequese, evitavam na população a degradação da sua estrutura social e dos seus valores morais. Muitos serviços e apoios económicos foram obtidos e canalizados para as populações pelos capelães em estreita coordenação com as autoridades militares, eclesiásticas e civis.
- Assistência Educativa, baseava-se em três áreas principais, cultura geral, técnica e física. A cultura técnica apoiou-se, nas oficinas militares espalhadas por todo o dispositivo. A cultura física resultou de desportos conjuntos praticados pelos militares, aliciando a juventude à prática de diversas modalidades. A contribuição militar na área da cultura geral, centrou-se no ensino de adaptação, dispensando materiais didáticos e professores em aulas improvisadas, ou em instalações afetas a entidades civis, havendo ainda, inúmeros casos de militares ministrando o ensino primário comum.
- Assistência económica, esta tinha como objetivos principais elevar o nível de vida das populações e assegurar as condições mínimas de vida das populações mais pobres. A ação militar era secundária em relação à das autoridades civis, recebendo destas verbas, artigos, dádivas e pessoal para consumarem planos articulados. Contudo a ação do Exército, com verbas, materiais e pessoal que lhe eram afetos, foi mais evidente em Moçambique no transporte de pessoas, materiais e géneros, na execução de terraplanagens para estradas, aldeamentos e pistas de aterragem, na construção de habitações e outros imóveis e na assessoria técnica e captações de água (CECA, 2012).

CONCLUSÕES

O atual paradigma das Operações Terrestres caracteriza-se por estar inserido numa matriz em constante mutação. Após o 11 de setembro de 2001, passou-se a escrever mais sobre os conflitos assimétricos de características subversivas, no entanto, esta temática não é novidade para alguns países, que no passado tiveram de atuar em TO com características semelhantes, no qual Portugal é um exemplo.

Num conflito de características subversivas, o sucesso do mesmo será em grande medida conseguido por via da adesão da população civil a uma causa, pela desmoralização dos adversários e pela manutenção do moral nas NT.

Na Guerra de África, o Exército Português procurou atingir estes objetivos, tendo recorrido à APsic e aos AssCiv de forma intensiva.

Podemos concluir que, no âmbito da APsic, relativamente à orientação estratégica, houve algumas dificuldades em operacionalizar e concretizar a APsic no TO de Moçambique. Só no final da década de 60 e início da década de 70, foi criado o Gabinete Provincial de Ação Psicológica, órgão executivo central do Conselho Provincial de Ação Psicológica, por despacho conjunto do Governador-Geral e do Comandante-Chefe do TO. Este gabinete foi criado devido à necessidade da existência de uma estrutura civil-militar de APsic que conjugasse a atividade das autoridades civis e das forças militares nesse domínio.

Do ponto de vista doutrinário, sabíamos exatamente o que tínhamos de fazer para resolver o conflito. No âmbito da formação e treino, fruto da experiência vivida no TO de Angola, houve a preocupação em dotar os nossos militares com um conjunto de competências, através de ações de formação efetuadas em países amigos e em Portugal, para o desempenho de funções específicas no âmbito da APsic.

Ao nível organizacional, também tendo em conta a experiência vivida anteriormente no TO de Angola, existia uma melhor perceção das potencialidades de uma APsic eficiente. A perceção da importância da APsic levou à criação de uma estrutura civil-militar, que foi sendo adaptada de acordo com as dificuldades sentidas aos mais baixos escalões, e que contribuiu, de forma progressiva, para uma ação mais cuidada e abrangente, tornando a APsic mais eficiente.

As atividades de APsic, em proveito das operações militares, até serem criadas as estruturas próprias, quase que se limitaram ao lançamento de panfletos nas matas, em especial, dirigidos à população. Só a partir de 1970 é que as atividades de APsic passaram a ter um desenvolvimento e emprego mais cuidado, incidindo a sua ação sobre as forças inimigas combatentes, os seus quadros políticos e as

populações sobre o seu domínio, tendo contribuído em muito, a recuperação de altos quadros da FRELIMO, para o sucesso das atividades de APsic. No entanto é importante referir a dificuldade que tivemos em identificar as atividades efetivamente desenvolvidas, bem como o seu sucesso.

Outra das conclusões que se podem retirar desta secção é a existência de uma grande semelhança entre os conceitos de APsic e PSYOPS, tendo-se verificado que a principal diferença está relacionada com as AA. Enquanto o conceito de APsic prevê as NT como possível AA, o conceito de PSYOPS da NATO exclui essa possibilidade. No entanto, apesar da semelhança, à luz do conceito atual de PSYOPS, a ação desenvolvida no TO de Moçambique teria sido parcialmente diferente, na medida em que não teriam sido levadas a cabo as ações que visavam fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos, bem como não teriam sido elaboradas as publicações anteriormente referidas e que se destinavam a exercer APsic sobre as NT.

Do ponto de vista dos AssCiv podemos concluir que, o centro de gravidade era a população e que o mesmo estava vertido nas orientações estratégicas divulgadas através de um despacho conjunto dos Ministros do Ultramar e da Defesa Nacional. Para isso, foi desenvolvida uma estratégia baseada na ação psicossocial sobre a população, em duas vertentes, a APsic e a ação social, em que a segunda funcionou como facilitador da primeira. A ação psicossocial tornou-se uma parte essencial da manobra militar.

À semelhança da APsic, também para os AssCiv existia doutrina apropriada, demonstrando assim que, do ponto de vista doutrinário, sabíamos exatamente o que tínhamos de fazer para resolver o conflito. Do ponto de vista da formação e treino não identificamos ações de formação específicas que capacitassem os militares para o desempenho de funções específicas no âmbito dos AssCiv.

No que respeita à estrutura organizacional, foi desenvolvida uma relação entre o serviço público, as FSS e as FFAA com o intuito de criar uma máquina de contrassubversão robusta e eficaz. O Conselho Provincial de Defesa era o mais alto órgão de coordenação de estruturas civis e militares, no entanto, só a partir de 1968 se passou a reunir frequentemente, contribuindo assim para um aumento da eficácia dos AssCiv. Também aos mais baixos escalões houve a preocupação em definir uma estrutura organizativa destinada aos AssCiv, através da criação de estruturas de contrainsurgência, para coordenações civil-militar, constituídas, para além de civis e militares, por responsáveis de áreas como a educação, saúde, a Igreja Católica e as autoridades tradicionais locais.

A atividade de AssCiv desenvolvida pelas FT no TO de Moçambique baseou-se fundamentalmente na atuação económica, com a construção de Aldeamentos,

na atuação educativa, na atuação sanitária e na assistência religiosa, tudo isto, com vista ao progresso económico e de bem-estar da população.

Concluímos ainda que, à luz do conceito atual de CIMIC, não existiria grande alteração aos métodos empregues pelos AssCiv, pois, apesar dos conceitos serem diferentes, visto que os AssCiv englobam a CIMIC, na prática as atividades desenvolvidas no âmbito dos AssCiv foram de coordenação e cooperação com as autoridades civis e população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, Lda.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 2012. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Donas-Bôtto, J., 1959. *Guerra política, guerra de propaganda, guerra psicológica*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1.ª ed. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva*. 1.ª ed. Lisboa: Ministério do Exército.
- Estado-Maior do Exército, 1967. *Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades do Ultramar*. s.l.:s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2015. <http://www.exercito.pt>. [Em Linha] Disponível em: <<http://www.exercito.pt/sites/CTOE/Historial/Paginas/default.aspx>> [Consult. em 02 de março de 2015].
- Garcia, F., 2003. *Análise global de uma guerra (Moçambique 1964-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio.
- Hing, T., 2010. *A Cooperação Civil-Militar e os Assuntos Cívicos na Doutrina Militar Nacional*, Lisboa: s.n.
- NSA, 2013. *AJP-3.4.9 Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation*. s.l.:s.n.

- Queijo, J., 2001. *Operações Psicológicas no Apoio às Operações Militares*. Lisboa: IAEM.
- Reis, C., 2000. *Acção psicossocial no conflito ultramarino 1961/74*. Lições e ensinamentos retirados, passíveis de utilização em operações de paz. Lisboa: IAEM.
- Souto, A., 2007. *Caetano e o ocaso do «Império» - Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Vaz, N., 2014. *Forças Armadas de Portugal em Operações de Contrainsurgência na Guerra de África*. Rio de Janeiro: s.n..
- Vaz, N., 1997. *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal.

